

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

LÉCIO BARBOSA DE ASSIS

**TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM ASSENTOS DE CASAMENTOS
DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

LÉCIO BARBOSA DE ASSIS

**TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM ASSENTOS DE CASAMENTOS
DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Vera Pacheco

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

A866t	Assis, Lécio Barbosa de. Tradições discursivas em assentos de casamentos do Sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX. / Lécio Barbosa de Assis; orientador: Jorge Augusto Alves da Silva. – Vitória da Conquista, 2024. 270f. Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024. Inclui referência F. 258 – 270. 1. Mudanças e permanências. 2. Assentos de casamentos. 3. Tradições discursivas - Sócio-história. 4. Filologia. I. Silva, Jorge Augusto Alves da (orientador). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III CDD: 306
-------	--

Catálogo na fonte: *Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890*
UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Discursive traditions in Marriage Records of the Sertão of São Francisco in the 18th and 19th centuries.

Palavras-chave em inglês: Changes and permanency. Marriage records. Discursive traditions. Socio-history. Philology.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente); Profa. Dra. Vera Pacheco (Coorientadora); Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (Membro interno); Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva (Membro interno); Profa. Dra. Valéria Severina Gomes (Membro externo); Profa. Dra. Eliana Correia Brandão Gonçalves (Membro externo).

Data da defesa: 19 de março de 2024.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9343-6900>.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0451268350962885>.

LÉCIO BARBOSA DE ASSIS

**TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM ASSENTOS DE CASAMENTOS DO SERTÃO DO
SÃO FRANCISCO DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

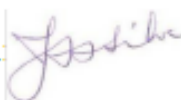
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Data da aprovação: 19 de março de 2024.

Banca Examinadora:

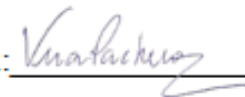
Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva
Instituição: UESB – Presidente-Orientador

Ass.:



Profa. Dra. Vera Pacheco
Instituição: UESB – Coorientadora

Ass.:



Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva
Instituição: UESB - Membro Titular

Ass.:



Profa. Dra. Valéria Viana Sousa
Instituição: UESB – Membro Titular

Ass.:



Profa. Dra. Eliana Correia Brandão Gonçalves
Instituição: UFBA – Membro Titular

Ass.:



documento assinado digitalmente
ELIANA CORREIA BRANDÃO GONÇALVES
Data: 27/03/2024 18:04:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Valéria Severina Gomes
Instituição: UFRPE – Membro Titular

Ass.:



Aos *scriptores* do sertão do São Francisco e
aos seus fregueses que estiveram presentes nas
linhas dos assentos de casamentos em que um
dia, por curiosidade, eu comecei a ler.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin-CAPES, por proporcionar esta valiosa experiência acadêmica.

A meu orientador, Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva, o meu mais sincero agradecimento por me ter dado acesso ao mundo da investigação alicerçada na perspectiva sócio-histórica e na análise diacrônica de textos escritos. Agradeço pelo seu apoio e incentivo em todos os momentos e especialmente sua vibração positiva nesta gratificante caminhada do curso de doutorado.

À Prof.^a Dr.^a Vera Pacheco, minha coorientadora, pelo seu acolhimento, pela sua orientação, pela sua atenção individual, seu sorriso, seu olhar e sua conexão direta. Grande é o seu galardão nos céus por acreditar sempre no potencial de seus orientandos e pelo seu comprometimento por cada um deles, levando-os a dar um passo adiante e colocar em prática suas orientações para obter resultados.

A todos(as) os(as) professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin-CAPES, em especial à Prof.^a Dr.^a Valéria Viana Sousa e à Prof.^a Dr.^a Elisângela Gonçalves pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação. Tenho sorte de ter vocês nas bancas examinadoras desde o mestrado.

À Prof.^a Dr.^a Valéria Severina Gomes (UFRPE) e a Prof.^a Dr.^a Eliana Correia Brandão Gonçalves (UFBA) pelas valiosas contribuições dadas no Exame de Qualificação e por acompanhar a concretização deste trabalho aceitando participar da banca de defesa final. Agradeço pela oportunidade de aprendizagem, pelos encontros nos eventos acadêmicos, nos cursos e aulas remotas que aconteceram durante o período pandêmico. Avaliando o contexto sócio-histórico do curso de doutorado, assim como fazemos nas análises linguísticas, parte do curso ocorreu em um momento em que a humanidade viveu em um período de alerta por conta da pandemia do novo coronavírus, e com isso, o isolamento social trouxe novos modelos de ensino, e mesmo em momentos de crise, devemos enxergar as oportunidades, foi assim que tivemos a permissão de participar de valiosas experiências acadêmicas.

Ao Projeto de Pesquisa Educação Patrimonial: mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa, pertencente ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, *Campus XVII* da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Bom Jesus da Lapa. A participação neste projeto de pesquisa foi marcada por um caminho cheio de desejo e entusiasmo e também de esforços para lidar com os desafios da pesquisa com as fontes documentais do acervo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa. Agradeço especialmente, à

Prof.^a M.^a Ádma Bernardino Magalhães, líder do projeto, pelo acolhimento e pelo acesso às cópias fac-similares da documentação.

Com profunda humildade e reverência, agradeço ao Grande Deus Pai, que habita o mundo da realidade suprema e cuja misericórdia é como o sol, Que incessantemente concede-nos proteções e felicidade.

Ao Excelso Senhor Bom Jesus da Lapa, que com o Seu exemplo nos mostrou os princípios da fé dirigida a Deus, ensinando-nos a distinguir verdadeiramente o bem do mal e ser sincero do ponto de vista de Deus.

Aos Santos padroeiros do sertão: São Francisco, patrono do rio da integração nacional; Santo Antônio, padroeiro de diversas freguesias (paróquias) do sertão e o Patriarca São José, patrono do sertão da Carinhanha, que estiveram presentes nas linhas dos textos em todos os momentos, desde a concepção da escrita pelos *scriptores* até a leitura e transcrição dos manuscritos.

À minha amiga, colega de trabalho e parceira nas buscas de fontes documentais do sertão do São Francisco, Gabriela Amorim Nogueira Silva. Agradeço imensamente por sua dedicação aos estudos históricos da documentação do sertão do Rio São Francisco, que juntamente com Napoliana Santana, desbravaram arquivos e acervos, abrindo caminho para que outros pesquisadores pudessem embrenhar na investigação e análise diacrônica de textos escritos, constituídos por documentos que garantiram os registros da história e da cultura da sociedade dos séculos XVIII e XIX, produzidos no nosso sertão.

À minha amiga de todas as horas, colega de curso e colega de trabalho Maura Cangirana pela parceria nesta empreitada, e que sempre foi meu ponto de referência pelos seus esforços intensos, entusiasmo e dedicação para trilhar os caminhos da pesquisa.

Ao meu amigo Danilo da Silva Santos pelo apoio e incentivo de sempre, pela amizade cultivada desde o nosso período da graduação em Letras (UNEB-Caetité).

Aos colegas do curso, pela oportunidade de compartilhar momentos de conhecimento e amizade durante o cumprimento dos créditos.

Um agradecimento especialíssimo a minha família, minha mãe, irmãos e sobrinhos pelo apoio, incentivo, amor e carinho durante todo este tempo.

Enfim, a todos(as) as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização desta pesquisa.

“Recolhei os pedaços que sobraram,
para que nada se perca”
(João 6: 12)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os fenômenos relativos às tradições discursivas nos assentos de casamentos do sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX, a fim de compreender as dimensões estruturais (macroestrutura) e a dimensões linguístico-discursivas (microestrutura) dos assentos de casamentos, estabelecendo uma relação entre as mudanças e permanências de tradições discursivas e os textos de diferentes séculos. A pesquisa insere-se no âmbito de investigação das Tradições Discursivas (Koch, 1997; Oesterreicher, 1997; Kabatek, 2005; 2006; 2008; 2018) que definem um modelo de análise dos textos e de suas particularidades que podem ser identificadas por meio de elementos linguísticos, conteúdo, inserção situacional e função comunicativa. Como procedimentos metodológicos, destaca-se a pesquisa documental e histórica, apoiando-se na perspectiva da Sociolinguística Histórica (Romaine 1982; Conde Silvestre, 2007) para reconstruir o comportamento de comunidades históricas, possibilitando a reflexão sobre as condições sócio-históricas em que a fonte documental foi produzida, além de recorrer ao labor filológico (Spina, 1977; Cambraia, 2005) para as ações de leitura e transcrição e à análise diplomático-paleográfica (Bellotto, 2002; Berwanger; Leal, 2008). O levantamento dos dados foi feito com o auxílio da ferramenta computacional *AntConc* (2023) que permitiu dimensionar os dados em análise através de listas de palavras, concordância e palavras-chave. Os registros paroquiais analisados, 231 assentos de casamentos do século XVIII e 688 do século XIX, integram um corpus diacrônico coletado pelo Projeto de Pesquisa Educação Patrimonial: mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa, pertencente ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, *Campus XVII* da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Essas fontes manuscritas estão alocadas no acervo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA. Do ponto de vista da análise linguística, os assentos de casamentos estabelecem uma relação de mais distanciamento, utilizando uma linguagem mais elaborada, com fórmulas preestabelecidas, apresentando poucas variações (Simões; Costa, 2009). Diante disso, pode-se perguntar até que ponto as mudanças e permanências pelas quais os assentos de casamentos do sertão do São Francisco sofreram podem estabelecer uma relação entre a história da língua e, assim, de que forma a história da língua relaciona-se com a história dos textos? Parte-se da hipótese norteadora para esta análise que consiste na identificação de uma tradição discursiva a partir da combinação particular de elementos de um texto, que ocorrem com frequência e estabelecem dimensões textuais com base em funções discursivas compartilhadas. Os resultados da pesquisa elucidam que os modos de dizer mais recorrentes nos assentos de casamentos, evocam uma tradição linguística e social

que remontam ao longo dos séculos, assim como as línguas, os gêneros também se transformam através das evocações e repetições das Tradições Discursivas.

PALAVRAS-CHAVE

Mudanças e permanências; Assentos de casamentos; Tradições discursivas; Sócio-história; Filologia.

ABSTRACT

The objective of this search is to analyze the phenomena related to the discursive traditions in the marriage records of the sertão of São Francisco in the 18th and 19th centuries, in order to understand the structural dimensions (macrostructure) and the linguistic-discursive dimensions (microstructure) of the records of marriages, establishing a relationship between the changes and permanence of discursive traditions and texts from different centuries. The research is part of the scope of investigation of Discursive Traditions (Koch, 1997; Oesterreicher, 1997; Kabatek, 2005; 2006; 2008; 2018) that define a model of analysis of texts and their particularities that can be identified through elements linguistic, content, situational insertion and communicative function. As methodological procedures, documentary and historical research stands out, based on the perspective of Historical Sociolinguistics (Romaine, 1982; Conde Silvestre, 2007) to reconstruct the behavior of historical communities, enabling reflection on the socio-historical conditions in which the documentary source was produced, in addition to resorting to philological work (Spina, 1977; Cambraia, 2005) for reading and transcription actions and diplomatic-paleographic analysis (Bellotto, 2002; Berwanger; Leal, 2008). Data collection was carried out with the help of the computational tool AntConc (2023), which allowed sizing the data under analysis through lists of words, concordance and keywords. The parish records analyzed, 231 marriage records from the 18th century and 688 from the 19th century, are part of a diachronic corpus collected by Projeto de Pesquisa Educação Patrimonial: mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa, belonging to the Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, *Campus* XVII of the Universidade do Estado da Bahia – UNEB. These handwritten sources are allocated in the collection of the Diocesan Curia of Bom Jesus da Lapa-BA. From the point of view of linguistic analysis, the records of marriages establish a more distant relationship, using a more elaborate language, with pre-established formulas, presenting few variations (Simões; Costa, 2009). In view of this, one may ask to what extent the changes and permanency through which the records of marriages in the sertão of São Francisco have suffered, can establish a relationship between the history of the language and, thus, how the history of language relates to the history of the texts? The guiding hypothesis for this analysis is based on the identification of a discursive tradition based on the particular combination of elements of a text, which occur frequently and establish textual dimensions based on shared discursive functions. The research results elucidate that the most recurrent ways of saying in wedding seats evoke a linguistic and social tradition that goes back over the

centuries, just like languages, genres also transform through the evocations and repetitions of Discursive Traditions.

KEYWORDS

Changes and permanency; Marriage records; Discursive traditions; Socio-history; Philology.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar los fenómenos relacionados con las tradiciones discursivas en los registros matrimoniales del sertão de São Francisco en los siglos XVIII y XIX, con el fin de comprender las dimensiones estructurales (macroestructura) y las dimensiones lingüístico-discursivas (microestructura) de los registros de matrimonios, estableciendo una relación entre los cambios y la permanencia de tradiciones discursivas y textos de diferentes siglos. La pesquisa se enmarca en el ámbito de investigación de las Tradiciones Discursivas (Koch, 1997; Oesterreicher, 1997; Kabatek, 2005; 2006; 2008; 2018) que definen un modelo de análisis de textos y sus particularidades que se pueden identificar a través de elementos lingüísticos, contenido, inserción situacional y función comunicativa. Como procedimientos metodológicos, se destaca la investigación documental e histórica, a partir de la perspectiva de la Sociolingüística Histórica (Romaine, 1982; Conde Silvestre, 2007) para reconstruir el comportamiento de las comunidades históricas, posibilitando la reflexión sobre las condiciones sociohistóricas en las que se encontraba la fuente documental, además de recurrir al trabajo filológico (Spina, 1977; Cambraia, 2005) para acciones de lectura y transcripción y análisis diplomático-paleográfico (Bellotto, 2002; Berwanger; Leal, 2008). La recolección de datos se realizó con ayuda de la herramienta computacional AntConc (2023), la cual permitió dimensionar los datos bajo análisis a través de listas de palabras, concordancia y palabras clave. Los registros parroquiales analizados, 231 registros matrimoniales del siglo XVIII y 688 del siglo XIX, forman parte de un corpus diacrónico recopilado por el Projeto de Pesquisa Educação Patrimonial: mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa, perteneciente al Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, *Campus* XVII de la Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Estas fuentes manuscritas están asignadas en la colección de la Curia Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA. Desde el punto de vista del análisis lingüístico, los registros de matrimonio establecen una relación más distante, utilizando un lenguaje más elaborado, con fórmulas preestablecidas, presentando pocas variaciones (Simões; Costa, 2009). Frente a eso, cabe preguntarse en qué medida los cambios y permanencias a través de los cuales han sufrido los registros matrimoniales en el sertão de São Francisco, pueden establecer una relación entre la historia de la lengua y, por tanto, cómo se relaciona la historia de la lengua con la historia de los textos. La hipótesis rectora de este análisis se basa en la identificación de una tradición discursiva basada en la combinación particular de elementos de un texto, que ocurren con frecuencia y establecen dimensiones textuales basadas en funciones discursivas compartidas. Los resultados de la investigación dilucidan que las formas de decir

más recurrentes en los registros matrimoniales evocan una tradición lingüística y social que se remonta a los siglos, así como las lenguas, los géneros también se transforman a través de las evocaciones y repeticiones de Tradiciones Discursivas.

PALABRAS CLAVE

Cambios y permanencias; Registros matrimoniales; Tradiciones discursivas; Socio-historia; Filología.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os filtros na produção do enunciado.....	32
Figura 2 – Gênese dos registros paroquiais.....	36
Figura 3 – Tradições discursivas	38
Figura 4 – Diferenciação de tradições culturais	39
Figura 5 – Mistura de tradições culturais	39
Figura 6 – Convergência de tradições culturais	40
Figura 7 – Pesquisa de campo	61
Figura 8 – Fólio 79 v. (século XVIII).....	64
Figura 9 - Interface inicial do AntConc 4.2.4 (2023).....	66
Figura 10 – Resultado de busca na ferramenta KWIC	67
Figura 11 – Resultado de busca na ferramenta Cluster	68
Figura 12 - Resultado de busca na ferramenta <i>Collocate</i>	69
Figura 13 – Visto de visita	73
Figura 14 – Assento de casamento menos elaborado.....	82
Figura 15 – Visto em visita (Século XVIII)	83
Figura 16 – Capa do livro.....	89
Figura 17 – Lombada do livro	89
Figura 18 – Termo de abertura (século XVIII)	90
Figura 19 – Termo de encerramento (século XVIII).....	91
Figura 20 – Fólio danificado	92
Figura 21 – Mancha de umidade	92
Figura 22 – Termo de abertura (século XIX)	93
Figura 23 – Termo de encerramento (século XIX)	94
Figura 24 – Numeração arábica (f. 5 r.)	95
Figura 25 – Numeração arábica (f. 22 r.)	95
Figura 26 – Encadernação interna	96
Figura 27 – Fragmento (f. 5 v.)	97
Figura 28 – Fragmento (f. 6 v.)	97
Figura 29 – Fragmento (f. 6 r.).....	97
Figura 30 – Nota sobre o falecimento do Padre Manoel Lopes Machado	136
Figura 31 – Declaração do Vigário Conrado Grugel de Cerqueira Pinto.....	137
Figura 32 – Território brasileiro em 1718	145

Figura 33 – Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco	147
Figura 34 – Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo (1757).....	149
Figura 35 – Fragmento do mapa da freguesia (século XVIII).....	150
Figura 36 – Representação da Igreja Matriz (1757).....	152
Figura 37 – Termo de abertura do primeiro livro de batizados	159
Figura 38 – Área do oeste da Bahia que correspondia a Freguesia de São José da Carinhonha	161
Figura 39 – [fólio 2r.]	167
Figura 40 – Fólio 23 v.	180
Figura 41 – Fólio 24 r.	181
Figura 42 – Fólio 24 v.	182
Figura 43 – Fólio 24 v.	187
Figura 44 – Fólio 58 v.	189
Figura 45 – Fólio 59 r.	190
Figura 46 – Fólio 51 r.	199
Figura 47 – Fólio 51 v.	200
Figura 48 – Fólio 130 v. (século XIX)	206
Figura 49 – Fólio 89 r.	209
Figura 50 – Fólio 133 r.	213
Figura 51 - Fólio 145 r.	214
Figura 52 – Fólio 145 v.	214
Figura 53 – Assento de casamento - Espanha – (1585).....	222
Figura 54 – Assento de casamento – Espanha (1855).....	223
Figura 55 – Assento de casamento - Itália (1737).....	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os três níveis da linguagem	25
Quadro 2 – Plano biológico e cultural.....	27
Quadro 3 – Níveis da linguagem segundo Koch (1997)	30
Quadro 4 – Meio e concepção.....	42
Quadro 5 – Pesquisas com arquivos paroquiais do Sertão do São Francisco	74
Quadro 6 – Reclames (século XVIII).....	99
Quadro 7 – Reclames (século XIX)	100
Quadro 8 – Abreviaturas por siglas.....	101
Quadro 9 – Abreviaturas por contração ou síncope	102
Quadro 10 – Abreviaturas por suspensão ou apócope	102
Quadro 11 – Abreviaturas por letras sobrescritas	103
Quadro 12 – Abreviaturas por siglas.....	105
Quadro 13 – Abreviaturas por contração ou síncope	106
Quadro 14 – Abreviaturas por suspensão ou apócope	107
Quadro 15 – Abreviaturas por letras sobrescritas	107
Quadro 16 – Abreviaturas alfanuméricas.....	109
Quadro 17 – Párocos da Freguesia de Santo Antonio do Urubu de baixo	123
Quadro 18 – <i>Scriptores</i> e respectivas assinaturas	130
Quadro 19 – Párocos da Freguesia de São José de Carinhanha (1804-1857).....	132
Quadro 20 – <i>Scriptores</i> e respectivas assinaturas	140
Quadro 21 – Escala de assinaturas	142
Quadro 22 – Fórmulas das atas de casamento dos setecentos e oitocentos	168
Quadro 23 – Fórmulas de datação encontradas nos séculos XVIII e XIX.....	170
Quadro 24 – Fórmulas para os locais encontradas nos séculos XVIII e XIX.....	171
Quadro 25 – Fórmulas para os períodos do dia encontradas nos séculos XVIII e XIX.....	175
Quadro 26 – Fórmulas para a naturalidade encontradas nos séculos XVIII e XIX	177
Quadro 27 – Fórmulas para as denúncias encontradas nos séculos XVIII e XIX	179
Quadro 28 – Fórmulas para os impedimentos encontrados nos séculos XVIII e XIX	184
Quadro 29 – Fórmulas para o ato do casamento encontrados nos séculos XVIII e XIX.....	203
Quadro 30 – Fórmulas para as bênçãos encontradas nos séculos XVIII e XIX	205
Quadro 31 – Fórmulas para as testemunhas encontradas nos séculos XVIII e XIX.....	208

Quadro 32 – Fórmulas para o ato do registro e assinatura encontrados nos séculos XVIII e XIX	211
Quadro 33 – Fórmulas para os textos reguladores encontradas nos séculos XVIII e XIX ...	219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <c>, <ç> e <s> em lugar de <ss>	118
Tabela 2 – <s> e <ss> em lugar de <c> e <ç>	119
Tabela 3 – <s> em lugar de <z> e <z> em lugar de <s>	120
Tabela 4 – Referência ao Sagrado Concílio Tridentino	220
Tabela 5 – Referências às <i>Constituições</i> (1719).....	227
Tabela 6 – <i>Rituale Romanum</i>	227
Tabela 7 – Construções absolutas com particípio (século XVIII).....	231
Tabela 8 – Construções absolutas com particípio (século XIX)	233
Tabela 9 – Frequência de construções absolutas com gerúndio (século XVIII)	236
Tabela 10 – Frequência de construções absolutas com gerúndio (século XIX).....	238
Tabela 11 – Construções recíprocas (século XVIII).....	242
Tabela 12 – Posição do clítico se.....	245

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
2 TRADIÇÕES DISCURSIVAS	24
2.1 Intertextualidade e Interdiscursividade	35
2.2 Tradições Culturais	37
2.3 Imediatez e Distância Comunicativa	41
2.4 Estudos sobre as Tradições Discursivas no Brasil.....	43
3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	54
3.1 Sociolinguística Histórica.....	54
3.2 Da edição fac-similar à edição diplomática	60
3.3 O Programa <i>ANTCONC</i>	66
4 O PESQUISADOR E SUAS FONTES	70
4.1 O Acervo.....	71
4.2 O testemunho das fontes	76
4.3 Gênero Assento de Casamento	79
4.4 Papel, pena e tinta.....	88
4.4.1 Aspectos gráficos e reclames.....	98
4.4.2 Sistema de abreviaturas.....	100
4.4.3 Sobre as consoantes sibilantes	109
4.5 Os <i>scriptores</i> do Sertão de Baixo	122
4.6 Os <i>scriptores</i> do Sertão da Carinhanha	131
4.7 As Freguesias	144
4.7.1 Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco	144
4.7.2 Freguesia de São José da Carinhanha.....	154
5 TRADICIONALIDADE COMPOSICIONAL	163
5.1 “Aos tanto de tal mez, de tal anno...”.....	170
5.2 “No mesmo dia, e lugar com as mesmas formalidades de direito”	171
5.3 “Não se celebre antes de nascer o sol, nem depois delle posto”	175
5.4 “Naturaes emoradores nesta freguesia”	176
5.5 “Feitas as Diligencias necessarias e denunciações”	178
5.6 “Sem Sedescubrir impedimento em parte nenhúa”	184
5.7 “Por palavras de prezente e mutuo consentimento”	197
5.8 “Sereceberaó em Matrimonio”.....	202

5.9 “E Logo lhes dey as bençoens com forme os Ritos e cerimoniais”	204
5.10 “Precedidas as formalidades determinadas, a vista das testemunhas”	207
5.11 “E para Constar Lancei este asiento em que me asiney”	211
6 TRADICIONALIDADE NO DIÁLOGO INTERTEXTUAL	218
7 TRADICIONALIDADE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA	230
7.1 Construções absolutas com participios.....	230
7.2 Construções absolutas com gerúndios	235
7.3 Construções recíprocas com o clítico se.....	240
7.4 Verbos constativos e performativos	246
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	252
REFERÊNCIAS	258

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os registros paroquiais do sertão do Rio São Francisco dos setecentos e oitocentos foram produzidos em um contexto jurídico-religioso bem peculiar à época, com uma estrutura estabelecida pelas *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563) e pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas em 1707 e impressas em 1719, em Lisboa. Os registros eclesiásticos apresentam particularidades, e também regularidades em função da natureza do gênero e de seu contexto de produção, influenciadas pelo contexto sócio-histórico, pelo estilo do *scriptor* e, às vezes, pelas próprias informações (in)disponíveis, como é possível notar que alguns documentos são mais elaborados do que outros. Esse tipo de documento, a rigor, costuma revelar os usos e costumes de uma dada época histórica, pois foram escritos por indivíduos que partilham de determinados conhecimentos culturais de uma sociedade (Simões; Costa, 2009).

O interesse em analisar os registros paroquiais foi motivado por esse gênero ser uma fonte serial, homogênea e apresentar uma continuidade, um certo padrão, repetições e recorrências (Barros, 2019, p. 57), evidenciando-se em um estudo produtivo com as interfaces entre o modelo das tradições discursivas, a análise diplomático-paleográfica e o labor filológico. Entre os livros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos das duas freguesias¹ do sertão do São Francisco, Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (século XVIII) e São José da Carinhonha (século XIX), os assentos² de casamentos foram selecionados por apresentarem maior variedade de informações, como local e data, identificação do pároco, nome dos contraentes, filiação e naturalidade, as diligências em busca de possíveis impedimentos, o resultado dessas diligências, nome das testemunhas, o ato do casamento, as bênçãos nupciais, o ato do registro e a(s) assinatura(s).

Esta pesquisa toma como objeto de análise as mudanças e/ou permanências pelas quais os assentos de casamentos do sertão do São Francisco sofreram em um recorte temporal de dois séculos, considerando as dimensões estruturais e a constituição linguístico-discursiva. Para tal empreendimento, recorreremos à investigação das tradicionalidades que compõem um texto, ancorada no escopo teórico-metodológico das tradições discursivas (Kock, 1987; Oesterreicher,

¹ Conforme definição do *Vocabulário português e latino* do Padre Raphel Bluteau (1712-1728), freguesia era a sede de uma paróquia da Igreja Católica, que também sediava a administração civil. Distrito em que se exerce a jurisdição espiritual de um prior. Paróquia (Nunes, 2008, p. 70).

² Assentos se referem aos registros dos sacramentos contidos nos livros paroquiais. O vocábulo assento remete ao registro, auto, anotação ou termo de qualquer ato oficial (Morais Silva, 1890; Figueiredo, 1899).

2008; Kock e Oesterreicher, 2007[1985]; Kabatek, 2001; 2003; 2004; 2005; 2008; 2012; 2018). Os dados analisados pela observação da escrita deixada pela pena dos *scriptores*³ nos registros paroquiais demonstraram que a evocação e reformulação dos textos modeladores oscilam entre os vestígios de mudança e os traços de permanência no gênero textual, somando-se a isso o estudo do contexto cultural e sócio-histórico para nos ajudar a entender as mudanças que possam ter ocorrido no interior da língua, tomando como pressuposto de que as tradições discursivas estão relacionadas ao linguístico, mas não são, puramente linguísticas (Koch, 1997). Diante disso, pode-se perguntar até que ponto as mudanças e/ou permanências pelas quais os assentos de casamentos do sertão do São Francisco sofreram podem estabelecer uma relação entre a história da língua e a história dos textos? Para o presente estudo, partimos da hipótese de que a identificação de uma tradição discursiva é uma combinação particular de elementos de um texto, que ocorrem com frequência e estabelecem dimensões textuais com base em funções discursivas compartilhadas, como por exemplo, construções absolutas com participípio, construções absolutas com gerúndio, construções recíprocas com clítico se e verbos constativos e performativos.

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar até que ponto as mudanças e permanências pelas quais os assentos de casamentos do sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX sofreram, podem estabelecer uma relação entre a história da língua e a história dos textos e como objetivos específicos: (i) investigar as dimensões estruturais (macroestrutura) e a dimensões linguístico-discursivas (microestrutura) dos assentos de casamentos, a fim de estabelecer uma relação entre inovação e conservação de tradições discursivas entre os textos de diferentes séculos; (ii) discutir, metodologicamente, que, além das dimensões estruturais e linguístico-discursivas, também há a dimensão sócio-histórica que caracterizam os modelos textuais.

Para alcançar os objetivos propostos, enquadramo-nos na linha de pesquisa da Linguística Histórica, trilhando o paradigma teórico das Tradições Discursivas, surgido na romanística alemã a partir da teoria dos três níveis da linguagem do linguista romeno Eugenio Coseriu (1962) e desenvolvido por seus discípulos diretos Brigitte Schlieben-Lange e Wulf Oesterreicher, além dos linguistas, Peter Koch e Johannes Kabatek. Os trabalhos de Koch (1997) e Oesterreicher (1997) serviram de ponto de partida para a concepção do termo das Tradições Discursivas dentro da teoria da linguagem. Recorremos, também, à proposta científica da Sociolinguística Histórica (Romaine, 1982; Conde Silvestre, 2007; Conde

³ O termo *scriptores*, refere-se as mãos (ou punhos) daqueles que escreveram os manuscritos.

Silvestre; Hernández-Campoy, 2012) para reconstruir o comportamento de comunidades históricas, possibilitando a reflexão sobre as condições sócio-históricas em que a fonte documental foi produzida.

Com o intuito de desenvolver as ideias que estruturam este estudo, nossa tese teve a seguinte configuração: a **Introdução** que se destina a definir e delimitar o objeto de estudo, apresentar os objetivos, bem como o referencial teórico-metodológico e por fim, a estruturação do trabalho. Após a **Introdução**, apresentamos a **Seção 2**, Tradições Discursivas, que discorre sobre o modelo das Tradições Discursivas e em seguida, na **Seção 3**, Procedimentos Teórico-metodológicos, apresentamos, os princípios teóricos-metodológicos da Sociolinguística Histórica, as etapas da leitura da edição fac-similar e a transcrição de acordo com o modelo da edição diplomática e apresentação da ferramenta computacional *AntConc* (2023).

Na **seção 4**, O pesquisador e suas fontes, apresentamos o acervo, os livros manuscritos, o gênero assento de casamento, os *scriptores* e as freguesias. Na **seção 5**, Tradicionalidade Composicional, tratamos da tradicionalidade composicional dos assentos de casamentos analisando suas funções e estruturas. Na **Seção 6**, Tradicionalidade no Diálogo Intertextual, apresentamos os traços da tradicionalidade no diálogo intertextual através das evocações explícitas e da repetição de certas construções que remetem implicitamente aos textos modeladores. Além disso, concentra-se na **Seção 7**, Tradicionalidade Linguístico-discursiva, a análise da tradicionalidade linguístico-discursiva de estruturas sintáticas ao longo dos dois séculos estudados, como (i) construções absolutas com participípios; (ii) construções absolutas com gerúndios, (iii) construções recíprocas com o clítico *se*, e (iv) verbos constativos e performativos.

E por último, nas **Considerações Finais** são retomados os objetivos e a hipótese após a análise acerca da tradicionalidade composicional, da tradicionalidade no diálogo intertextual e na tradicionalidade linguístico-discursiva.

2 TRADIÇÕES DISCURSIVAS

Nesta seção, apresentamos os pressupostos teóricos das Tradições Discursivas, ramo da Linguística Histórica, uma vez que a abordagem histórica é uma espécie de fio condutor dos textos. O parâmetro de investigação das Tradições Discursivas foi uma das concepções fundamentais para a análise dos dados coletados por meio dos assentos de casamentos de duas freguesias do Sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX.

Para a introdução de tais pressupostos, recorreremos, primeiramente, aos postulados de Eugênio Coseriu (1977; 1980) para a concepção de linguagem, e em seguida, aos estudos de Koch (1987) que introduziu o termo Tradições Discursivas na linguística como uma extensão da concepção coseriana, além das contribuições de Oesterreicher (1987) e Kabatek (2005; 2006; 2008; 2018). Na subseção 2.1, tratamos do conceito de intertextualidade e interdiscursividade (Koch, 1997; Kabatek, 2005; 2013; Oesterreicher, 2011). Logo depois, na subseção 2.2, discutimos os traços das tradições culturais (Koch, 1997; Kabatek, 2004; 2005). Posteriormente, na subseção 2.3, abordamos a dimensão linguística da imediatez e distância comunicativa postulada por Koch e Oesterreicher (1985) e, por último, na subseção 2.4, apresentamos estudos relacionados às Tradições Discursivas em corpora histórico-diacrônicos, no qual também este trabalho se insere.

Estudos linguísticos voltados para a Linguística Histórica demonstram que as Tradições Discursivas, enquanto paradigma de investigação, surgiram na Linguística alemã, na Escola de Tübingen, em uma interface com a Filologia e a Pragmática, por volta das décadas de 1960 a 1970. O paradigma das Tradições Discursivas surgiu a partir do pensamento defendido pelo linguista romeno Eugenio Coseriu⁴, fortalecido pelos estudos de Brigitte Schlieben-Lange (1983) e Peter Kock (1987).

O trabalho linguístico de Coseriu considerava a linguagem como um sistema de variáveis diacrônicas (a língua em seu desenvolvimento histórico), e variáveis sincrônicas (a língua em seu funcionamento), nas variedades diatópicas (diferenças referentes aos espaços geográficos), diastráticas (diferenças entre as camadas sócio-culturais) e diafásicas (as diferenças de modalidades expressivas, referentes ao estilo), além de apresentar abordagens centradas em Aristóteles e na Filosofia Alemã, especialmente Kant, Hegel e Husserl.

⁴ Eugenio Coseriu (1921 - 2002), linguista romeno, teórico da linguagem e filólogo, professor de Linguística Geral e Filologia Românica, considerado por muitos linguistas grande representante da linguística estrutural moderna, reconhecido pela sua obra *Sistema, Norma e Fala* (1952).

Centrado nos distintos níveis em que se estrutura a competência linguística e suas diferentes dimensões de variação, Coseriu (1977;1980) chama a atenção que, antes de tudo, os diversos modelos de construção e interpretação dos discursos constituem os diferentes registros, estilos, tipos de textos e gêneros, mostrando que a língua não é um produto estático, mas um conjunto de ‘modos de fazer’, um sistema de produção que surge historicamente em produtos linguísticos.

Coseriu (1980) apresenta uma das maiores contribuições para a Linguística, ao considerar a língua como um conjunto de “modos de fazer” e que o falante inova sem cessar, ao propor o estudo da linguagem por meio de três níveis (universal, histórico e individual), raízes do modelo das Tradições Discursivas. O referido modelo enfatiza que os textos têm história e que esta história tem relevância quando se trata do falar ou do escrever, por isso as tradições discursivas desempenham importante papel na descrição linguística, incluindo a descrição gramatical. As áreas como a Linguística Textual, Pragmática e Análise do Discurso, que se ocupam dos estudos da tipologia textual, dos gêneros, da intertextualidade ou das evocações causadas por certas constelações de ambientes foram largamente estudadas, mesmo antes da introdução desse paradigma na linguística contemporânea (Kabatek, 2008).

Os níveis da linguagem apresentados por Coseriu (1980, p. 92) “são, até certo ponto, autônomos”, embora todos eles concorram simultaneamente em cada interação comunicativa particular. Os três níveis da linguagem, propostos pelo linguista romeno (1980, p. 93) podem ser representados graficamente no **Quadro 1**:

Quadro 1 – Os três níveis da linguagem

Níveis	Ponto de vista		
	Atividade <i>energeia</i>	Conhecimento <i>dynamis</i>	Produto <i>ergon</i>
Nível universal	Falar em geral	Saber elocucional	Totalidade do “falado”
Nível histórico	Língua concreta	Saber idiomático	Língua abstrata
Nível individual	discurso	Saber expressivo	“texto”

Fonte: Coseriu (1980, p. 93).

O **Quadro 1** apresenta um retrato dos modelos dos níveis da linguagem, destacando a independência e autonomia entre os saberes, conhecimentos e os produtos que regulam as normas e tradições das práticas discursivas. Coseriu (1979, p. 63) se apoia no pressuposto de que “a língua muda justamente porque não está feita, mas faz-se continuamente pela atividade

linguística”. Assim, a língua se refaz constantemente e o falante utiliza o sistema oferecido, realizando a norma tradicional proporcionada pela comunidade conforme a tradição.

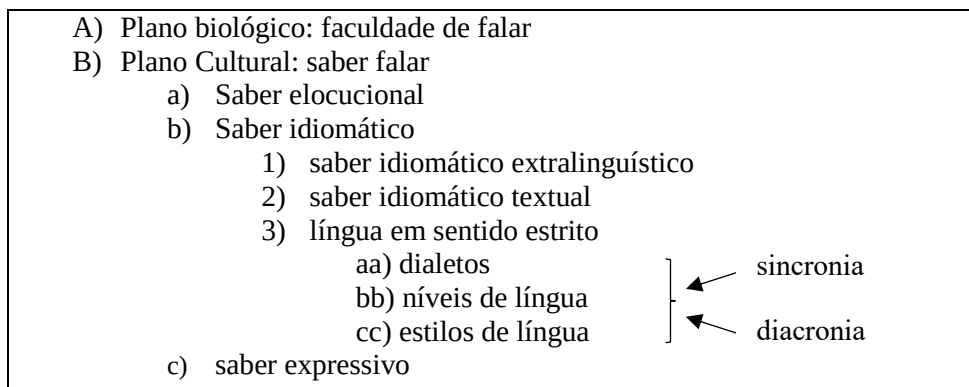
O nível universal da linguagem “é uma atividade humana universal que se realiza individualmente, mas sempre segundo técnicas historicamente determinadas” (Coseriu, 1980, p. 91). Portanto, esse nível se refere ao falar em geral, ou seja, a capacidade que o indivíduo tem para se comunicar, independentemente do idioma (italiano, português, francês, alemão, etc.). Nesse nível da linguagem, durante a comunicação e a interação, ocorrem fenômenos linguísticos comuns a todas as línguas, como, por exemplo, o processo de referenciação, de mudanças no campo semântico e lexical, enfim, questões que podem ocorrer em um idioma específico, usado tradicionalmente, seguindo suas próprias normas ou seguindo a tradição de uma comunidade.

Coseriu (1995, p. 58) considera que o modo de falar corresponde a uma modalidade de uma língua histórica, seja regional, dialeto, nível ou estilo de língua e que cada modalidade dessa língua comum tem sua esfera de vigência, abrangendo a comunidade idiomática. Por outro lado, a língua exemplar ou padrão funciona, em relação à língua comum, como forma ideal, pelo menos, para algumas atividades culturais, políticas, sociais e educacionais, confirmando a coesão e individualidade da comunidade em relação à língua histórica e da unidade ético-cultural da comunidade idiomática.

Reforçado por Coseriu (1977, p. 258), o falar (também inclui a escrita) é uma atividade que se fundamenta em uma faculdade e revela um saber. Por isso, a linguagem pertence a dois planos da vida humana: o biológico e o cultural. A faculdade da fala, como fisiológica e psiquicamente condicionada, pertence ao plano biológico; por outro lado, o saber falar é entendido como o conhecimento técnico da linguagem em suas modalidades materiais e semânticas, pertencendo ao plano cultural.

Ademais, é importante entender que o saber falar pode ser distinguido em três etapas, já mencionadas anteriormente: (i) o universal (conhecimento das modalidades universais de linguagem, isto é, da técnica universal da fala), (ii) o histórico (conhecimento de formas e conteúdos linguísticos historicamente determinados) e (iii) o individual (conhecimento das possibilidades que a linguagem oferece para várias circunstâncias e por vários momentos expressivos). Essas três etapas podem ser chamadas de: saber elocucional, saber idiomático e saber expressivo, como mostra o **Quadro 2** a seguir:

Quadro 2 – Plano biológico e cultural



Fonte: Coseriu (1977, p. 259).

Coseriu (1977, p. 258) reitera que a faculdade de falar, enquanto fisiológica e psiquicamente condicionada, pertence ao plano biológico. Por sua vez, o saber falar, se refere ao conhecimento técnico da linguagem, pertencente ao plano cultural. Vale salientar que a linguística tradicional concentra no saber idiomático, considerando a perspectiva diacrônica no que diz respeito à diferenciação interna das línguas históricas e a perspectiva sincrônica, considerando a linguística estrutural/funcional concentrada no conhecimento idiomático de um determinado sistema, como a gramática descritiva. Além disso, a estilística também traz uma perspectiva de estudo na criação linguística de textos, especialmente literários, configurando certos aspectos do saber expressivo.

Com foco mais centrado no saber expressivo, estão a Linguística Textual que busca tomar por base o ponto de vista do significado e das normas textuais (coerência, coesão, intencionalidade, situacionalidade, aceitabilidade e intertextualidade) e a Pragmática examinando os aspectos dos estilos da língua, como as microestruturas linguísticas e por sua vez, a Sociolinguística, que concentra na diferenciação sociocultural da língua e, portanto, nos níveis da língua (Coseriu, 1977, p. 260).

No que diz respeito ao saber idiomático, Coseriu (1977, p. 258) aponta que é necessário distinguir o saber idiomático extralinguístico (conhecimento tradicional e comum acerca das ideias e crenças tradicionais) do saber idiomático textual (conhecimento de textos que são transmitidos em uma comunidade linguística, como ditados, provérbios, frases definidas, etc.) e no caso da língua *stricto sensu* que seria a técnica tradicional do falar, levando-se em consideração a sincronia (linguagem em seu funcionamento) e a diacronia (a linguagem em seu desenvolvimento histórico).

No tocante ao nível histórico, a língua “se apresenta sempre como historicamente determinada” (Coseriu, 1980, p.91), a partir do conhecimento particular, como, por exemplo, o

português brasileiro e suas variedades, com suas próprias regras gramaticais, léxico estruturado e sistema fonológico definido. Outro elemento importante destacado por Coseriu (1977, p. 242), é a relação linguagem/atividade humana, que se realiza de acordo com as tradições históricas próprias das comunidades linguísticas, por determinados indivíduos em situações específicas. De acordo com Coseriu (1979), a língua se faz, assim como se fazem os textos:

A língua se faz, mas o seu fazimento é um fazimento histórico, e não cotidiano: é um fazimento num quadro de permanência e de continuidade. [...] Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o que assegura a sua funcionalidade como língua e o seu caráter de “objeto histórico”. Um objeto histórico só o é se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão (Coseriu, 1979, p. 237-238).

Como as tradições não são caracterizadas apenas por serem estáticas, mas mudam ao longo do tempo, como bem afirma Coseriu (1979, 237-238), “um fazimento num quadro de permanência e de continuidade” ou, ainda, “um objeto histórico[...] ao mesmo tempo, [de] permanência e sucessão”, é essencial conhecer as tradições que dominam um determinado tempo. Em primeiro lugar, porque isso nos permitirá estabelecer melhor os parâmetros para avaliar o que é aceitável ou não em cada área e, em segundo lugar, porque, sabendo o que realmente acontece nas humanidades naquele local e época, teremos mais argumentos para manter um diálogo acadêmico multidisciplinar com relação à diversidade.

Partindo da colocação de Coseriu (1979, p. 64) de que “a historicidade do homem coincide com a historicidade da linguagem”, pode-se afirmar que a linguagem é uma atividade humana universal, considerada independentemente de suas determinações históricas, enfim, é a fala em geral; já as tradições históricas da fala, são consideradas válidas para comunidades linguísticas historicamente constituídas, organizadas com base nas línguas (línguas históricas ou línguas, dialetos, etc.) e em um ato de falar ou uma série relacionada de atos de falar de um indivíduo em uma determinada situação (texto falado ou escrito).

No que se refere ao nível individual, as situações de comunicação são específicas, direcionadas ao plano dos textos ou dos discursos, por meio de um conhecimento expressivo que os organiza a partir de um conhecimento criativo. Acerca do que Coseriu (1980, p. 92) aponta, o nível individual supera o histórico, pelo fato de que as regras das línguas podem influenciar os textos ou discursos por conter elementos de outras tradições particulares.

Levando em consideração esses aspectos, é importante destacar que a relação entre os três níveis da linguagem, proposta por Coseriu (1980), foi influência fundamental para o desenvolvimento dos parâmetros das Tradições Discursivas, a partir do trabalho basilar de

Brigitte Schlieben-Lange (1983), em seu livro *Traditionen des Sprechens* (Tradiciones del hablar), que elaborou uma proposta de uma Pragmática Histórica, relacionando a oralidade e a escrituralidade a uma visão histórica. De acordo com Coseriu (1975 *apud* Kabatek, 2018, p. 60), a Pragmática Histórica trata da análise de textos históricos produzidos por meio de signos de uma determinada língua em atos de enunciação marcados pela configuração particular desses signos e de seus ambientes. Outra contribuição importante foi os estudos do romanista alemão Peter Koch (1987) acerca do ensino da retórica e da arte de escrever cartas na idade média italiana, surgindo, assim, em sua investigação, o termo *diskurstradition* (tradição discursiva).

Kabatek (2018) explica que Peter Koch (1987) investigou sobre a historicidade linguística e a historicidade dos textos, propondo uma bifurcação ao nível histórico da linguagem (Coseriu, 1980), denominada de tradição do falar, considerado por Koch (1987) como um dado histórico, “transversalmente às tradições e normas intralinguísticas, nas quais devem ser incluídas também as tradições textuais ou [...] as tradições discursivas ou normas discursivas” (Koch, 1987, p. 364). O autor deixa claro que as Tradições Discursivas não se limitam apenas ao nível da interpretação do texto/discurso e ao nível histórico das línguas. O conceito de Tradição Discursiva enfatiza a tradição dos textos, da historicidade que se distingue dos sistemas linguísticos, ao que se refere e ao que é evocado no falar ou no escrever.

Koch (1987), ao discutir o conteúdo próprio do conhecimento ao nível dos textos, nega a existência de um conhecimento textual no nível individual e atual, já que um conhecimento, segundo ele, pressupõe a comparação de um texto com outros textos. A partir daí, surge o termo Tradições Discursivas:

Quanto ao conhecimento expressivo, este não é atual nem individual. As regras discursivas – conforme deve ser especificado agora – oferecem ao locutor orientações para a configuração adequada do discurso atual. Eles se referem a Tradições Discursivas: estilos, gêneros, tipos de texto, universos discursivos, atos de fala, etc., que, por sua vez, agrupam respectivamente classes de discursos. Como se trata aqui de um conhecimento claro e absolutamente marcado pela história, o conhecimento expressivo pertence ao mesmo nível que o conhecimento idiomático (Koch, 1987, p. 31 *apud* Kabatek, 2018, p. 14, tradução nossa⁵).

⁵ En cuanto al saber expresivo, este es ni actual ni tampoco individual. Las reglas discursivas —según lo que hay que precisar ahora— le ofrecen al hablante pautas para la configuración adecuada del discurso actual. Hacen referencia a Tradiciones Discursivas: estilos, géneros, tipos de texto, universos discursivos, actos de habla etc., las cuales, a su vez, agrupan respectivamente clases de discursos. Como se trata aquí de un saber clara y absolutamente marcado por la historia, el saber expresivo pertenece al mismo nivel que el saber idiomático.

Koch (1987) investigou sobre a historicidade linguística e a historicidade dos textos, definindo o conceito de Tradição Discursiva, e propondo um acréscimo ao nível histórico da linguagem (Coseriu, 1980) delimitando o campo teórico de investigação da historicidade dos textos ou das tradições discursivas.

Segundo Koch (1997), o nível histórico precisaria ser subdividido em dois: nível histórico das línguas em particular (alemão, inglês, francês, russo, etc.) com suas variedades diatópica, diastrática e diafásica e o nível histórico das tradições discursivas (gêneros discursivos, gêneros literários, estilo, gêneros retóricos, formas convencionais, atos de fala, etc.), portanto, o ato comunicativo teria que passar pela ordem linguística que liga os signos de uma língua segundo a gramática (nível fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico), o léxico, a norma vigente e pela ordem textual que atualiza as Tradições Discursivas (Kabatek, 2001, p. 99). A configuração para os níveis da linguagem, segundo Koch (1997), está representada no **Quadro 3**:

Quadro 3 – Níveis da linguagem segundo Koch (1997)

Nível	Campo ou área	Tipo de norma	Tipo de regras
Universal	Atividade de falar	Normas do falar	Regras do falar
Histórico	Línguas históricas	Normas da língua	Regras da língua histórica
Histórico	Tradições discursivas	Normas discursivas	Regras discursivas
Individual	Discurso ou texto		

Fonte: Koch (2021 [1997], p. 364).

Para Koch (1987; 1997), o saber expressivo (Coseriu, 1980), relativo ao nível individual, na organização de textos e discursos, deveria ser alocado no nível histórico, pelo fato de as regras das línguas serem aplicadas por acordos tácitos entre determinadas comunidades linguísticas, ou seja, a historicidade das línguas e uma historicidade textual e discursiva. Koch (1987) defende que o nível universal da linguagem está relacionado a duas características históricas da língua, a língua particular e as tradições discursivas, chegando ao nível individual como texto ou discurso com uma finalidade comunicativa concreta. Koch (1997) salienta que o falar está relacionado aos três tipos de regras: às regras do falar, às regras da língua e às regras discursivas.

Em relação às regras discursivas e às regras da língua, Koch (1997) toma como exemplo cantigas de amor de quatro línguas medievais diferentes (occitano antigo, francês antigo, alto-alemão médio e italiano antigo), nas quais podem ser identificadas palavras que representam o conceito de amor no trovadorismo, convencionalizadas em uma prática discursiva tradicional através de canais de tradições discursivas paralelas às línguas individuais. Segundo Koch

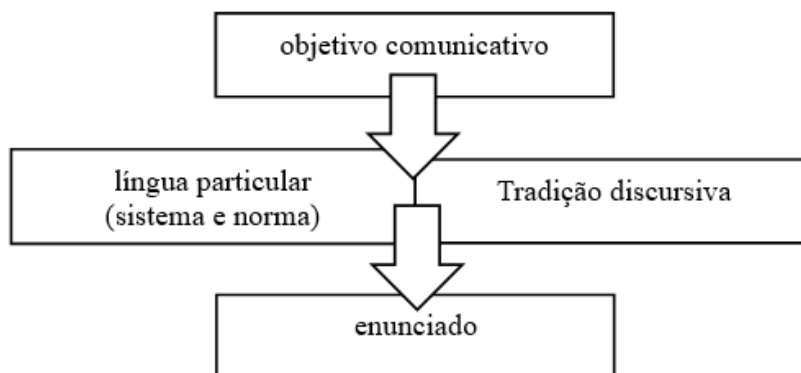
(1997), é possível distinguir a diferença entre regras do discurso e regras da língua, cada uma delas apresentando seu campo de validade (universal – histórico – individual) e grupos transportadores. As regras do discurso são transportadas por grupos culturais (aspectos linguísticos e extralinguísticos), e as regras da língua, por sua vez, são carregadas por comunidades linguísticas (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico, etc.).

Em se tratando do nível universal, Koch (1997) considera que as regras do falar têm um *status* universal e atemporal, regulando não somente a escolha de determinados elementos linguísticos, mas também gestos, inferências e conhecimento de mundo, pois a atividade do falar segue suas medidas antropológicas, como a criatividade e a historicidade. Kabatek (2012) também discorre sobre o nível universal da linguagem e aponta que a linguagem humana sempre aparece em forma de uma língua histórica particular, historicamente determinada através da transmissão de geração em geração, configurando um nível universal linguístico.

Na compreensão de Kock (1997), ao que se refere ao nível histórico, em primeiro lugar, as línguas históricas se organizam por um sistema gramatical-lexical e o gênero textual não é exclusivo de uma determinada língua histórica. O autor argumenta em relação a isso que pesquisas intituladas como, por exemplo, “Sobre o gênero textual X em francês”, estão ligadas às Tradições Discursivas que são transportadas pelos grupos culturais. Ainda nesse ponto, Koch (1997) apresenta a dificuldade em determinar as fronteiras entre tradições discursivas e variedades diafásicas, sendo necessário compreender o termo estilo.

O termo estilo, segundo o conceito de Gallegos Shibya (2020), referenciando-se em Brown e Miller (2013), é um conjunto de características específicas de um ato de fala que resulta das escolhas dos falantes sobre as possibilidades oferecidas por uma determinada língua, tanto no léxico quanto na gramática. Diante dessa definição, Gallegos Shibya (2020) distingue dois níveis diferentes para o estilo: individual e supra-individual. O sentido individual não representa uma tradição discursiva por estar em um âmbito expressivo idiossincrático, sem historicidade idiomática nem discursiva. Enquanto que no sentido supra-individual, o autor considera o estilo como um tipo de tradição discursiva, sem ser equivalentes e estarem parcialmente sobrepostos.

Por último, considerando as ideias de Coseriu (1980), Koch (1997) caracteriza o nível individual conforme o falante se submete às regras do falar em uma determinada situação e ressalta que o discurso/texto é produzido com um fim particular. Outro elemento importante a destacar é a contribuição de Koch e Oesterreicher (1997 *apud* Kabatek, 2005) para a compreensão do conceito de Tradição Discursiva a partir de dois fatores do nível histórico, como mostra a **Figura 1** a seguir:

Figura 1 – Os filtros na produção do enunciado

Fonte: Tradições Discursivas (Kabatek, 2005, p. 155).

De acordo com o esquema apresentado na **Figura 1**, o saber falar, com uma finalidade comunicativa concreta, passa por dois filtros até chegar ao ato comunicativo ou enunciado: o primeiro filtro corresponde à língua como sistema gramatical e lexical e o segundo, às tradições discursivas (Kabatek, 2005).

Longhin (2014, p. 17) explica que a percepção das diferentes historicidades propostas por Koch (1997) e Oesterreicher (1997) dentro do nível histórico, permite vislumbrar que a produção do sentido passe por esses dois filtros, que promovem adequação a dois tipos de técnicas: as técnicas da língua que regulam os fatos linguísticos (oposições fonológicas, construções morfológicas, arranjos sintáticos e escolhas lexicais) e as tradições de textos (conteúdo temático, sentido, composicionalidade e estilo).

Kabatek (2005) lembra que os gêneros são tradições do falar, tradições discursivas, mas nem todas tradições de falar são gêneros. Assim, ao considerar que os atos de fala a exemplo de uma saudação, as Tradições Discursivas relacionam-se também às finalidades mais complexas de determinadas culturas de acordo com sua composicionalidade, a exemplo das tradições discursivas escritas, ligadas à determinadas instituições, como os gêneros jurídicos e eclesiásticos. Kabatek (2005, p. 155-156) toma como exemplo a saudação “bom dia”, um enunciado que segue uma tradição estabelecida, embora seja uma fórmula que não pertence a nenhum gênero específico.

Dessa maneira, “falar não é só gerar enunciados segundo as regras de uma gramática particular e segundo um léxico disposto por uma língua determinada, é também tradição, no sentido de repetição do já dito”, como aponta Kabatek (2012, p. 581), considerando o discurso no seu contexto sócio-histórico e em seus variados aspectos linguísticos como tradições que se conservam, inovam e migram de uma língua para outra.

Longhin (2014, p. 27), motivada pelo princípio da composicionalidade, admite que um gênero pode abrigar uma constelação de Tradições Discursivas, e, ao analisar os elementos dessa constelação, a rede de tradições constitutiva da Tradição Discursiva pode trazer evidências de fatos da história da própria Tradição Discursiva, revelando as relações e os entrecruzamentos entre gêneros. Kabatek (2012, p. 586) reforça que os elementos dessa constelação (linguísticos, gramaticais e pragmáticos) e os elementos composicionais nos textos são essenciais para esse entendimento na investigação empírica das tradições.

Nessa perspectiva, Kabatek (2005) propõe que as Tradições Discursivas são formas tradicionais de dizer algo, tais formas que podem ir desde uma fórmula simples até um gênero ou uma forma literária complexa. Desse modo, as Tradições Discursivas compartilham a historicidade das línguas, onde as regras do discurso são transportadas por grupos culturais, privilegiando determinadas fórmulas linguísticas, que tanto apresentam traços de permanência como traços de inovação, que, por sua vez, influenciam as regras da língua, concebendo assim as Tradições Discursivas, a partir das formas textuais tradicionais ou de modelos específicos, evocados na memória cultural de determinadas comunidades linguísticas.

Longhin (2014, p. 9), em consonância com o pensamento de Kabatek (2005; 2008), considera que as Tradições Discursivas “consistem em modelos textuais, social e historicamente convencionalizados, que integram a memória cultural de uma comunidade, sendo mobilizados na construção e na recepção do sentido”. Ou seja, a autora entende que as Tradições Discursivas evidenciam a memória social de uma comunidade e chama atenção para as palavras-chave: texto, história, convenção e cultura. Com isso, ela reforça o conceito de que todo texto possibilita uma rede de tradições do falar/escrever.

Kabatek (2003) destaca que a história da língua se concebe como história linguística, como a visão histórica dos produtos da atividade humana que é o falar. O autor ressalta que como parte integrante da história das línguas, considera-se a história dos discursos, ou a história das tradições discursivas. Kabatek (2003, p. 37) ainda explica que a história da língua se constitui de variedades linguísticas e de produção dos textos, além dos sistemas linguísticos e das tradições discursivas que aparecem de forma mesclada, seguindo uma tradição de repetição total ou parcial de algo capaz de referenciar textos produzidos em sincronias passadas. Diante da explicação apresentada por Kabatek (2003), Longhin (2014, p. 14) comenta que

O conteúdo temático, a finalidade do texto, o modo de enunciação oral ou escrito, o destinatário presumido, o possível vínculo institucional, a relação de proximidade com outros textos, o léxico comum ou especializado e os arranjos sintáticos nas diferentes partes do texto são todos fatores – linguísticos e

extralinguísticos – fundamentais para a inserção de um texto em uma tradição ou em uma rede de tradições (Longhin, 2014, p.12).

Dessa forma, Longhin (2014) está de acordo com Kabatek (2005) quando este define as Tradições Discursivas como a repetição de algo que evoca um texto de um determinado momento no passado em que se compartilham formas de dizer em um momento atual, mantendo a relação temporal por meio da repetição e evocação. O autor delinea três condições antes de chegar a uma definição de Tradições Discursivas, sendo elas, (i) a TD deve ser discursiva; (ii) nem todos os casos de repetição de elementos linguísticos formam necessariamente uma TD e (iii) o conteúdo do texto/discurso é algo linguístico e que se repete. A terceira condição estabelece uma condição que remete à evocação.

Diante das condições traçadas, Kabatek (2005, p. 159), apresenta o conceito de Tradições Discursivas centrado na

repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de comunicação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados (Kabatek, 2005, p. 159).

O conceito apresentado por Kabatek (2005) considera a historicidade e tradicionalidade dos textos, sendo necessário levar em conta a repetição e evocação de formas ou conteúdos, resultantes de uma situação concreta, embora nem toda repetição corresponda a uma TD, conforme a variabilidade da TD com o passar do tempo. De acordo com Faraco (2005, p. 66) as “mudanças na organização social [...] geram novas relações interacionais nas quais, então, se geram processos de mudança linguística”, nesse sentido, percebemos que a historicidade e tradicionalidade dos textos configuram como padrões que se repetem em seu contexto de produção ao passar do tempo e vão se cristalizando até sofrer modificações devido ao dinamismo da sociedade e dos eventos históricos e culturais.

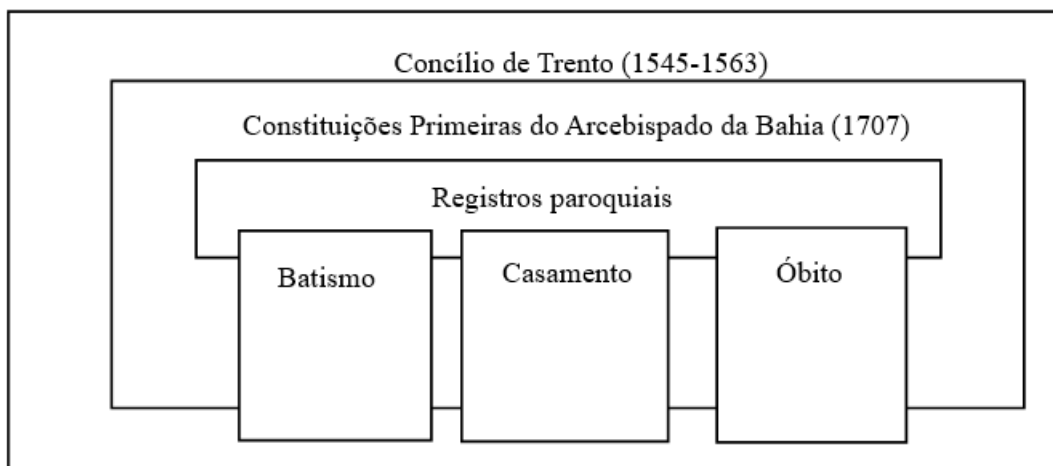
Um exemplo deste tipo de modificação encontramos nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) que agrega em sua forma e conteúdo as semelhanças culturais e ideológicas das *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563). O texto das *Constituições* (1707) foi elaborado com o intuito de que os bispos do território brasileiro seguissem as modificações de acordo com os usos e costumes de suas dioceses.

2.1 Intertextualidade e Interdiscursividade

Koch (1997) apresenta e discute as implicações das tradições discursivas a partir das tradições históricas de conformação de textos ou discursos através das fronteiras da intertextualidade (repetição de conteúdos temáticos) e da interdiscursividade (repetição de esquemas textuais). O estudo das tradições históricas dos textos permite reconstruir as relações estabelecidas entre uma fonte serial, como os registros paroquiais, que utilizam evocação e repetição de enunciados em sua produção e o seu universo de discurso, fundamentais para a compreensão das tradições discursivas.

Para Koch (1997), a retomada de enunciados na produção de um texto abarca duas estratégias distintas: a intertextualidade em si, comum na Teoria Literária (desenvolvida por Kristeva (1969), remetendo à noção de Bakhtin), e a interdiscursividade. Koch (1997, p. 375) remete a “intertextualidade ao fato de que um discurso individual está em uma ou mais tradições discursivas, isto é, pertence a um determinado gênero literário ou estilo, [...]”. Um exemplo de intertextualidade está presente nos assentos de casamentos que resumem as tramitações que antecederam o ato do casamento (diligências, resultados, impedimentos, dispensas) e as relações com os textos reguladores que são evidenciadas no gênero.

Simões e Costa (2009, p. 39) também apontam nessa direção quando afirmam que “a intertextualidade se refere à tomada de conteúdos temático-narrativos em diversos textos” e exemplificam que no caso dos arquivos paroquiais (assentos de batismo, casamento e óbito), a intertextualidade se manifesta quando os registros citam explicitamente os preceitos do *Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563) e das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), como ilustra a **Figura 2**:

Figura 2 – Gênese dos registros paroquiais

Fonte: Elaboração própria a partir do modelo de Simões e Costa (2009, p. 42).

Na **Figura 2** podemos identificar o enquadramento tradicional de um texto, conforme assinala Kabatek (2013, p. 20), a identificação das possíveis alusões históricas de cada palavra, a abordagem à mais completa intertextualidade trata-se de um trabalho de reconstrução histórica, tomando por base a recontextualização (Oesterreicher, 2011) dos textos da história de uma língua. Assim, o estudo dos assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX do sertão do São Francisco, busca identificar a mais completa intertextualidade, possibilitando compreender a evolução histórica desse gênero.

Por outro lado, outro recurso que agrega grande valor a compreensão do estudo das tradições discursivas é a interdiscursividade. Koch (1997, p. 375) identifica a interdiscursividade como a ligação resultante de uma tradição discursiva (interdiscursividade), dirigida por regras do discurso. Assim, podemos destacar a retomada dos elementos que compõem a estrutura dos assentos de casamentos através de um enunciado específico. Por exemplo, nos registros paroquiais analisados, os *scriptores* do sertão do rio São Francisco fazem uso de uma escrita de caráter formulaico, recorrendo a certas estruturas linguísticas para descrever e detalhar as partes que compõem o registro do enlace matrimonial, como data, diligências, resultado das diligências, testemunhas, ato do casamento, ato do registro e assinatura.

Em relação às estruturas linguísticas mais frequentes encontradas no corpus pesquisado são as seguintes: construções absolutas com participípios, construções absolutas com gerúndios, construções absolutas nominalizadas introduzidas por preposição, orações infinitivas, verbos constativos e performativos, entre outras. Andrade e Gomes (2018, p. 35) consideram que as Tradições Discursivas estão ligadas às questões de economia linguística e de intertextualidade,

repetindo o modelo textual estabelecido entre outros textos já ditos ou escritos. Conforme observamos nas estruturas analisadas nos dois livros de assentos de casamentos de dois séculos diferentes, as práticas da escrita oscilam entre o conservadorismo e a inovação.

Kabatek (2005, p. 161) chama a atenção para as tradições discursivas fortemente consolidadas nos ambientes religiosos devido ao grande valor de conservação e por abrigar verdadeiros arquivos de memória cultural. Caso semelhante ocorre com os registros paroquiais do sertão do São Francisco quando observamos certa tendência ao conservadorismo, devido ao uso de fórmulas preestabelecidas que fortaleciam a marca na tradição da discursividade do gênero, típicas de um contexto jurídico-religioso, utilizadas por *scriptores* (párocos) que tinham sua autoridade instituída pelo Estado e pela Igreja.

2.2 Tradições Culturais

A tradicionalidade que conecta os textos através da intertextualidade e interdiscursividade contribui para reforçar o conceito de Tradições Discursivas, principalmente no estudo da mudança linguística, muitas vezes, ligada à tradição textual. Para Kabatek (2004), a questão da mudança linguística parte da hipótese de que o estudo das Tradições Discursivas é relevante para o estudo histórico da língua, utilizando a gramática histórica para investigar as evoluções da língua e os processos de mudanças, através dos textos de diferentes épocas, representativos do estado da língua.

É certo que a mudança linguística pode ser percebida através dos gêneros textuais produzidos em um determinado tempo pretérito, influenciados pelo contexto sócio-histórico em que as Tradições Discursivas se inserem, identificados a partir das fórmulas que compõem os textos, levando em consideração a relação com outros textos e com o grau de recorrência de elementos linguísticos que são evocados.

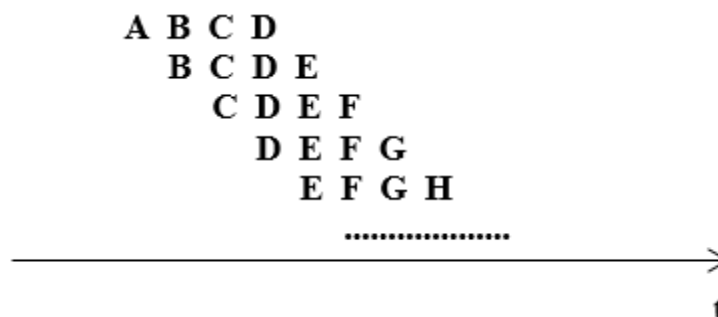
Nesse sentido é preciso considerar que a relação de tradição estabelecida entre os textos

pode dar-se, por um lado, pela repetição de uma determinada finalidade textual ou de um determinado conteúdo, e por outro lado, pela repetição de certos traços formais. A recorrência de formas textuais compreende uma escala contínua a partir de marcações de tradição mínimas – algo como uma determinada denominação textual ou uma determinada fórmula em um texto ainda não fixado – passando por uma organização formal contínua até chegar a uma completa fixidez do texto (Kabatek, 2005, p. 163).

De acordo com o percurso dos textos ao passar do tempo, Kabatek (2005) ressalta que as tendências dominantes de algumas características são perdidas, enquanto outras são

conservadas, ao passo que outras vão sendo adquiridas. Koch (1997, p. 14), ao apontar que as Tradições Discursivas são complexos de regras com caráter histórico e que estão ligadas diretamente às tradições culturais que se conservam e que se modificam ao longo do tempo, apresenta um esquema que ilustra o aparecimento de novas tradições discursivas a partir de algo já existente, como pode ser observado na **Figura 3**:

Figura 3 – Tradições discursivas

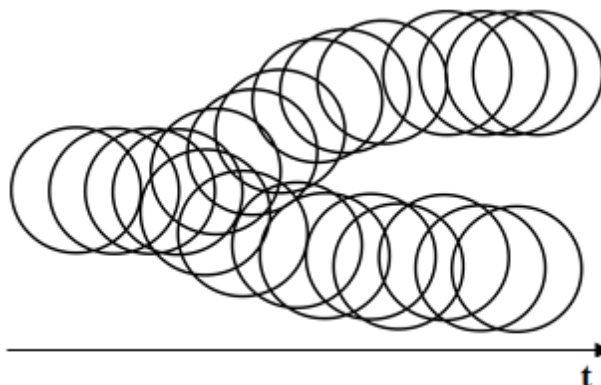


Fonte: Koch (1997).

O esquema apresentado por Koch (1997, p. 16) possibilita a compreensão de que “ao final de uma filiação existe uma realidade discursivo-tradicional completamente diferente (EFGH) que no início (ABCD), embora a continuidade histórica continue a vigorar no período *t*”. Assim, é perceptível que as mudanças ocorridas ao longo do tempo levam traços para as novas tradições, passando por um processo de inovação e ao mesmo tempo mantendo traços de conservadorismo.

Assim, é visível que as tradições culturais sofrem mudanças ao longo do tempo e, ao surgirem novos desafios relacionados às tradições culturais, estas também se renovam, surgindo, novas tradições discursivas. Como afirma Koch (1997), as tradições nunca surgem *ex nihilo*, sempre estão relacionadas a algo já existente.

Seguindo adiante, Koch (1997, p. 14-16) apresenta um acervo textual formado através da (i) inovação por diferenciação de tradições culturais; (ii) inovação por mistura de tradições culturais; e (iii) inovação por convergência de tradições culturais. O esquema representado pela **Figura 4** explica sobre a inovação da diferenciação de tradições culturais.

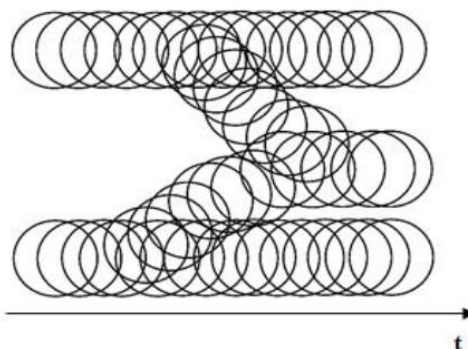
Figura 4 – Diferenciação de tradições culturais

Fonte: Koch (1997, p. 15).

Koch (1997, p. 15) representa no esquema um processo de inovação de tradições culturais fundamentais para a verificação dos elementos constitutivos das Tradições Discursivas, exemplificado em seu trabalho, o caso do gênero *avviso* em panfletos italianos da primeira metade do século 16 e mostrando que, a partir desse gênero, surgem os gêneros jornalísticos.

Em relação aos assentos de casamentos, o gênero foi instituído pelo Concílio de Trento (1545-1563) e ao longo do tempo foi praticado e transmitido por grupos sociais e, dessa forma, a necessidade de interação dentro da sociedade também muda, como é o caso do surgimento do gênero certidão de casamento de inteiro teor. Este documento apresenta os dados contidos no assento ou na certidão de casamento que estão registrada em um livro paroquial ou civil, normalmente solicitado por pessoas que buscam o reconhecimento de dupla cidadania.

Em seguida, a representação da inovação através da mistura de tradições culturais é indicada através de misturas de tradições, como mostra a **Figura 5**:

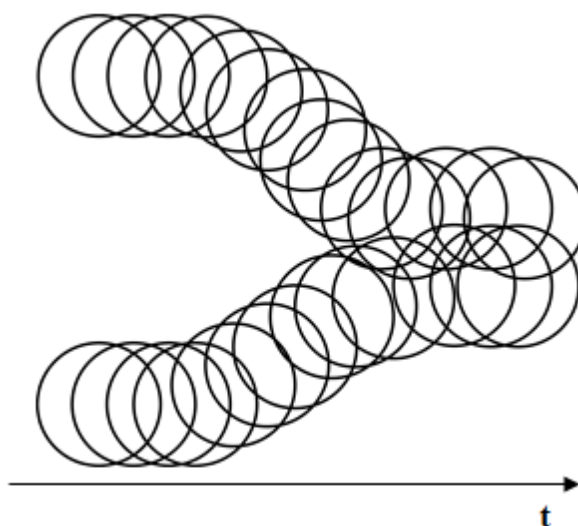
Figura 5 – Mistura de tradições culturais

Fonte: Koch (1997, p. 16).

O autor apresenta exemplos de tradições culturais que sofrem mudanças a partir de processos de mistura e assimilação, como o *rock 'n' roll* dos anos 50 que surgiu através do *rhythm & blues* e da música americana *country*. Retomando aos assentos de casamentos, as tradições culturais também passaram por processos de mistura e assimilação. O casamento religioso com efeito civil, por exemplo, permite que em uma única celebração seja contemplado todo o processo que antecede o enlace matrimonial e em um mesmo registro, com efeito religioso e civil, é confeccionado o documento.

Koch (1997) apresenta outra possibilidade de inovação através da evolução análoga de tradições culturais, representado pela **Figura 6**:

Figura 6 – Convergência de tradições culturais



Fonte: Koch (1997, p.17).

De acordo com Koch (1997), a inovação ocorre através da convergência de tradições culturais, como o exemplo da mídia de massa, em que determinados tipos de programas tiveram sua origem em gêneros completamente distintos e que cada vez mais torna-se difícil separar os programas de notícias dos programas de entretenimento, uma evolução percebida até mesmo nos meios de comunicação impressos.

Os parâmetros das tradições discursivas utilizam modelos discursivos já existentes, que são evocados e repetidos com o acréscimo de elementos inovadores, embora as tradições linguísticas são mais conservadoras do que as tradições culturais. As tradições discursivas estão inseridas em certas modalidades históricas que correspondem a determinadas tradições culturais, como por exemplo, a estrutura composicional dos documentos paroquiais e notariais, lembrando que tal estrutura não está restrita a uma língua específica.

Desse modo, cada texto realizado é situacional, situável, historicamente, como acontecimento em algum lugar. Essa forma de “historicidade”, diz Kabatek (2005), está no centro da pesquisa filológica tradicional porque um texto particular serve, com as suas características funcionais ou formais, como exemplo, modelo para outros textos e, por esse motivo, um determinado texto é parte de uma tradição da oralidade ou da escrituralidade.

2.3 Imediatez e Distância Comunicativa

Koch e Oesterreicher (2007 [1985]), orientados pelos parâmetros da variação, claramente influenciados por Coseriu (1980), centrados nos polos da oralidade e escrituralidade, ou proximidade (immediatez) e distância da linguagem, seguiram um modelo que oferece oportunidade de pensar sobre a variação linguística dentro de uma estrutura que também pode revelar a historicidade dos processos relacionados ao texto e ao discurso.

O texto/discurso que caracteriza tanto a linguagem da imediatez, como a linguagem da distância, combina condições comunicativas resultantes de expressões linguísticas específicas de cada modalidade de comunicação e suas possibilidades de fundamentação. Koch e Oesterreicher (2007 [1985], p.160) exemplificam o caráter de certas situações da linguagem oral e da linguagem escrita comuns na interação discurso/texto:

A combinação dos fatores “diálogo”, “troca livre entre os participantes”, “familiares com o parceiro”, “interação *face-to-face*”, “desenvolvimento livre dos temas”, “caráter privado de familiaridade”, “espontaneidade”, “caráter participativo mais intenso”, “entrelaçamento com a situação, etc, caracteriza o polo “oral”. [...] Analogicamente a combinação dos fatores “monólogo”, “inexistência de câmbio entre os locutores”, “desconhecimento do parceiro”, “distância espacial e temporal”, “tema fixo”, “caráter público”, “reflexibilidade”, “caráter participativo pouco intenso”, “não entrelaçamento com a situação”, etc, caracterizam o polo “escrito” (Koch; Oesterreicher, 2007[1985], p. 160).

De acordo com os autores, a distinção entre o oral e o escrito estão relacionados ao uso de expressões linguísticas na forma de sons ou de signos gráficos, de acordo com o meio de interação e veiculação das mensagens. No entanto, a oralidade e a escrituralidade apresentam uma complexa relação entre si, “pelo fato de determinados enunciados orais apresentarem, em seu aspecto formal, poucas diferenças em relação a enunciados escritos e, por outro lado, de determinados textos escritos possuírem marcas nítidas da oralidade” (Koch; Oesterreicher, 2007 [1985], p. 154).

Ludwig Söll (1985 *apud* Kock e Oesterreicher, 2007 [1985]) esclarece os pontos principais dos conceitos “oral” e “escrito” através de dois aspectos: os meios de realização através do código fônico e do código gráfico e a concepção das expressões linguísticas, entre a fala e a escrita. Söll (1985) apresenta quatro possibilidades lógicas de combinação de meio e concepção, a saber: oral + fônico (por exemplo, conversa casual); escrito + gráfico (artigo de jornal); escrito + fônico (explicações durante uma visita guiada) e oral + gráfico (carta pessoal), sumarizadas no esquema apresentado na **Quadro 4**, a seguir:

Quadro 4 – Meio e concepção

		Concepção	
meio	código gráfico	Falada	Escrita
	código fônico		
		Espanhol: <i>¡decirme la verdade!</i> Francês: <i>faut pas le dire</i> Italiano: <i>lui non ce l’aveva</i>	Espanhol: <i>¡decirme la verdade!</i> Francês: <i>il ne faut pas le dire</i> Italiano: <i>egli non l’aveva</i>
		Espanhol: [de'Θirmelaβer'Öa] Francês: [fopal'di:R] Italiano: ['luinontʃela've:va]	Espanhol: [de'ΘiÖmelaβer'Öa 6] Francês: [ilnefopale'di:R] Italiano: ['eUinonla've:va]

Fonte: Elaboração própria com base em Kock e Oesterreicher (2007 [1985], p. 21).

De acordo com o modelo apresentado, há uma distinção entre o meio gráfico e fônico e a concepção oral e escrita baseada em parâmetros comunicativos que permitem situar um determinado gênero discursivo em um ponto do *continuum* entre a linguagem da imediatez ou da distância comunicativa, independentemente do meio utilizado para a realização e transmissão do discurso (Bürki, 2012, p. 426).

No presente estudo, a fonte documental analisada aproxima-se do polo da distância comunicativa, cujos assentos de casamentos são caracterizados por fórmulas rígidas que seguem uma tradição diplomática. Porém, no aspecto pragmático é possível verificar traços do uso da oralidade na escrita em muitos registros, percebidos especialmente na variação das vogais pretônicas⁶ (exemplos: dispensa – dispensa; mistiço – mestiço; mulher – molher; natoriais – naturais) e das consoantes sibilantes⁷ (exemplos: acento, sinco, peço, assim, conçilho, mestissa).

⁶ Para mais informações, consultar: ASSIS, L. B.; SILVA, J. A. A.; PACHECO, V. Variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 23(2), 185-207, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/191094/183930>.

⁷ Tema abordado na **Subseção 4.4.3**.

O polo da imediatez ou distância comunicativa é visto por Jacob e Kabatek (2001) como uma relação de afinidade ente as realizações mediais fônicas ou gráficas. Segundo esses autores, estes modos de comunicação são medidos em categorias de pragmática universal que servem para identificar cada constelação discursiva correspondente ao nível histórico das tradições discursivas, ou seja, são modelos histórico-normativos socialmente estabelecidos na produção da fala.

No entendimento de Oesterreicher (1996, p. 318) sobre o conceito de oral/escrito, o aludido autor faz menção à distinção entre o fônico e o gráfico como uma dicotomia, ou seja, que o enunciado é fônico ou gráfico, enquanto no caso da concepção, trata-se de uma graduação, de uma escala, um *continuum* limitado por dois extremos – a imediatez ou a distância comunicativa.

Nesse sentido, observa-se que fica evidente um perfil conceitual específico para Tradição Discursiva ou tipos de textos em decorrência do *continuum* discursivo entre os extremos da concepção oral ou imediatez comunicativa, com a realização fônica passageira e do extremo da concepção escrita ou da distância comunicativa, com a realização gráfica duradoura.

Na perspectiva de abordar o *continuum* entre a imediatez e a distância comunicativa apresentado por Söll (1985) e defendido por Koch e Oesterreicher (2007[1985]), Bürki (2012, p.428) chama atenção para os gêneros textuais que apresentam uma oralidade fingida, cujos processos são acionados e as características de imediatismo comunicativo em textos cujas estratégias de verbalização são altamente planejados, de modo que não podem ser classificados no plano conceitual como oral, a exemplo dos diálogos em obras literárias, oralidade de colunas de opinião, etc. Trata-se, no entanto, de compreender que as manifestações espontâneas do imediatismo comunicativo representam um problema na gestão da dupla perspectiva imediatismo/distância *versus* concepção/meio, especialmente para a pesquisa linguística diacrônica.

2.4 Estudos sobre as Tradições Discursivas no Brasil

Nessa subseção, vamos apresentar alguns estudos pautados nos parâmetros teórico-metodológicos das Tradições Discursivas, essenciais para as investigações de corpora diacrônicos de análise linguística para estabelecer uma reflexão sobre a historicidade do texto e da língua. A síntese dos trabalhos que se dedicaram aos estudos das Tradições Discursivas que

possam servir de elemento de comparação com os dados do nosso estudo serão apresentados a partir do mapeamento realizado por Gomes e Zavam (2019).

O objetivo de apresentar os estudos anteriores é mapear as investigações que discutiram os traços de mudança e de permanência observados na trajetória dos textos que apontam para as variadas dimensões de tradicionalidades (dos gêneros, dos discursos, das tipologias textuais, dos estilos e da língua), e por questões metodológicas, optamos por descrever, em linhas gerais, o objetivo, o corpus, o percurso teórico-metodológico e os resultados a que os(as) pesquisadores(as) chegaram.

Em 2019, na obra *Cartografia GELNE: 20 anos de pesquisas em Linguística e Literatura*, Gomes e Zavam apresentaram um panorama dos estudos linguísticos de uma das áreas temáticas do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE): as Tradições Discursivas (TD). As autoras teceram uma discussão a partir dos seguintes objetivos: apresentar a relevância e a difusão do conceito de TD; situar historicamente as pesquisas realizadas sobre TD no Brasil e principalmente no Nordeste; e fazer um levantamento de produções acadêmicas da área nos programas de pós-graduação do Nordeste.

Gomes e Zavam (2019) relataram que por volta do ano de 2000, pesquisadores brasileiros começaram a desenvolver estudos à luz dos parâmetros das Tradições Discursivas. Os primeiros trabalhos surgiram a partir de reuniões do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado nacionalmente pelo Professor Ataliba de Castilho, com a participação de pesquisadores brasileiros e alemães, introduzindo os primeiros estudos de Tradições Discursivas no Brasil.

A obra *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica* publicada em 2006, coordenada por Guiomar Ciapuscio, Konstanze Junbluth, Dorothee Kaiser e Célia Lopes, foi o primeiro trabalho que promoveu um diálogo interdisciplinar e internacional, reunindo pesquisadores da Argentina, Alemanha e do Brasil. A obra reuniu dezesseis contribuições que apesar das diferenças temáticas e metodológicas (historiografia, sociolinguística histórica e pragmática histórica) utilizaram o conceito de tradições discursivas para investigar as questões referente à historicidade dos textos e os padrões que os tornam uma tradição.

Entre os estudos que seguiram essa linha, Gomes e Zavam (2019) informaram sobre a obra publicada por Longhin (2014), com o título *Tradições discursivas: conceito, história e aquisição*, após seu estágio de pós-doutoramento na Alemanha, sob a supervisão do linguista Johannes Kabatek do Departamento de Romanística da Universidade de Tübingen (Alemanha). A pesquisadora mostrou, com base em Kabatek (2006), o estudo da mudança linguística e a correlação entre as tradições discursivas e a evolução da língua. A autora desenvolveu seu

estudo atendendo fundamentalmente a análise multidimensional de Douglas Biber (1988) através do mapeamento dos esquemas de junção como eixo de caracterização e distinção das tradições discursivas no gênero receita culinária.

Em seguida, Gomes e Zavam (2019) noticiaram que em 2018, dois dossiês temáticos sobre os estudos na perspectiva das Tradições Discursivas foram publicados pela Revista LaborHistórico⁸, organizados por Cleber Ataíde e Valéria Severina Gomes. Com o objetivo de contribuir de forma teórica e metodológica com as pesquisas realizadas no âmbito dos estudos filológicos e sócio-histórico-diacrônicos, ao relacionar a historicidade do texto e da língua. Os artigos publicados nas duas edições da revista evidenciaram como o conceito de Tradição Discursiva tem sido ampliado em pesquisas desenvolvidas em diferentes campos dos estudos linguísticos no Brasil.

Segundo Gomes e Zavam (2019), as tendências na investigação linguística sobre a História do Português Brasileiro levaram as equipes do PHPB, sob a editoração geral de Ataliba T. de Castilho, a organizar uma coletânea de estudos definidos de acordo com os grupos temáticos que compõem o projeto. O volume 7 da série, lançado em 2018, sob o título *Tradições Discursivas do Português Brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos* e coordenado por Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade (USP) e Valéria Severina Gomes (UFRPE). A obra reúne 10 capítulos que focalizam a historicidade dos textos e da língua ao analisarem fontes jornalísticas, publicitárias, administrativas, pessoais e de cunho religioso.

Embora se verifique a existência de artigos e livros que abordam a temática das Tradições Discursivas, Gomes e Zavam (2019) elucidaram que somente as dissertações e teses refletiam um quantitativo preciso (no total 19 dissertações e 17 teses) dos trabalhos desenvolvidos nesse campo de investigação. As autoras também chamaram a atenção para as pesquisas que estavam em curso, e ressaltaram, ainda, que as ideias difundidas com o aporte nesses parâmetros de investigação são relativamente novas no Brasil.

Ressaltamos que, em muitas pesquisas de cunho filológico e sócio-histórico-diacrônico, o parâmetro de investigação das Tradições Discursivas tem sido abordado por um viés textual e pragmático, dentre as quais destacamos as pesquisas de Fonseca (2003), Gomes (2007), Simões (2007), Nicolau (2008), Zavam (2009), Silva (2012), Bicalho (2013), Irineu (2014), Laurindo (2015), Bastos (2016), Ramalho (2016) e Rebouças (2017). O apanhado desses

⁸ O dossiê completo pode ser consultado em: <https://doi.org/10.24206/lh.v4i1.17493> e <https://doi.org/10.24206/lh.v4i2>.

estudos contemplará apenas o recorte que for necessário para dar sustentação à argumentação que empreendemos em nossa análise.

Seguindo a ordem cronológica, iniciamos com a pesquisa de Fonseca (2003), desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco, intitulada *Caracterização linguística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. A discussão teve como objetivo estudar 203 cartas oficiais, através da edição diplomática, enviadas a diferentes autoridades da administração pública paraibana, no período entre 1774 e 1874, preservadas no Arquivo Histórico da Paraíba.

As fontes foram analisadas por meio de um diálogo interdisciplinar, utilizando os preceitos da História Social da Linguagem, da Linguística Histórica, da Linguística de Texto e da Paleografia. A discussão teórica foi orientada fundamentalmente pela hipótese de que as condições sócio-históricas vão se refletir em marcas textuais próprias, ou seja, a organização interna — fenômenos textuais e linguísticos — dos textos produzidos por autores de pouca escolaridade que se distingue da organização de textos de autores com domínio das técnicas da escrita.

A organização interna das cartas, os fenômenos textuais e linguísticos foram explicados por meio da perspectiva histórico-textual, apresentada por Oesterreicher (1994; 1996), apoiada nas ideias de Coseriu (1979; 1980, 1982, 1995). A análise da documentação escrita verificou que os textos que circulavam no Brasil Colonial seguiam os modelos produzidos em Portugal e os redatores seguiam as tradições discursivas do gênero, preservando uma certa regularidade no que se refere às convenções e à composição. A autora concluiu que a grande diversidade em relação ao nível da escrita demonstrou a variação na habilidade na redação de textos burocráticos, enfatizando que o corpus encaixa na classificação de Oesterreicher (1994) da competência escrita de cunho oral.

Em 2007, a tese de Gomes, intitulada *Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*, apresentou um corpus de 100 editoriais, sendo 80 do século XIX, 10 do século XX e 10 do século XXI, analisado de forma descritiva e interpretativa, englobando as dimensões estrutural e linguístico-discursiva do texto. Os resultados da pesquisa, a partir da recolha dos dados nos editoriais pesquisados, buscaram corroborar a hipótese de que um texto que tenha a sua gênese em uma raiz plural mantém uma existência plural, portanto são dinâmicos e maleáveis, ao passo que os textos que partem de uma gênese de base singular apresentam mais traços de permanência e de uniformidade no seu curso, são, portanto, formulaicos.

O esforço de integrar áreas afins do conhecimento, permitiu a autora reunir e sistematizar os seguintes propósitos em sua pesquisa: (i) retratar as configurações históricas, sociais e culturais da imprensa, do seu início à atualidade; (ii) acompanhar as práticas, tendências e estratégias da comunicação impressa; (iii) reconstituir a constelação de textos na qual o editorial está inserido e (iv) descrever os traços de mudança e de permanência em termos linguísticos e extralinguísticos na composição do editorial, estabelecendo, assim, a relação entre a historicidade da língua e do texto.

Para dar conta dos propósitos levantados, a autora levou em conta o referencial teórico da Teoria da Comunicação, da Teoria dos Gêneros, com ênfase na Nova Retórica; e na Filologia Pragmática alemã, que, integrada à sócio-história do português brasileiro, associa a história da língua à história das tradições discursivas e à história da sociedade. Os desdobramentos do marco teórico da pesquisa forneceram os conceitos teóricos e analíticos necessários para que fossem revelados o contínuo entre as abordagens de gênero na antiguidade e as abordagens atuais, identificando as partes constitutivas e a organização argumentativa do editorial.

Ao desvendar as modificações e recorrências do gênero editorial em diferentes séculos, a autora revelou as marcas linguísticas através dos traços de mudança e de permanência da tradição editorialística, trazendo as reflexões da recontextualização (Oesterreicher, 2002). Os resultados obtidos por Gomes (2007) em sua pesquisa revelaram que na fase inicial da imprensa, os editoriais circulavam plenamente nos panfletos e jornais da época e preservaram a identidade até chegar nos periódicos contemporâneos. Outro ponto relevante aos resultados da pesquisa foi a verificação de que, na historicidade da língua e do editorial, há itens, nas duas dimensões analisadas, que apresentam maior tendência para a mudança e outros para a permanência, revelando os traços essenciais para a identificação do gênero, tais como: o cerne argumentativo, o ponto de vista discursivo e a finalidade comunicativa.

Na Universidade de São Paulo, Simões (2007), em sua tese intitulada *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*, reuniu um conjunto de textos dos séculos XVIII, XIX e XX, filologicamente transcritos com o propósito de demonstrar os estágios de mudança das orações de gerúndio em tipologias diversas, fazendo uso da abordagem qualitativa e quantitativa, sob o viés das Tradições Discursivas e do modelo sociocognitivista de Análise Multissistêmica da Língua.

O estudo centrou-se nos processos de sintaticização, discursivização e semanticização do gerúndio no português brasileiro, com base na hipótese da intuição de que ao longo da história do português brasileiro houve um decréscimo na utilização de construções adverbiais gerundiais em função da opção dos falantes da língua por outros recursos de junção de

enunciados. O autor concluiu que, ao constituir um corpus de análise segundo as propriedades discursivas específicas de cada gênero, atentando tanto para a forma quanto para o conteúdo, prova que o parâmetro de investigação das Tradições Discursivas é bastante viável para a análise do processo de mudança linguística.

Em 2008, na Universidade Federal da Paraíba, a tese de Nicolau (2008), intitulada *Forma e sentido: a arquitetônica dos anúncios na imprensa paraibana dos séculos XIX e XX*, investigou a materialidade linguístico-discursiva, sob a perspectiva bakhtiniana e enunciativa, identificando as mudanças e permanências ocorridas nos anúncios dos séculos XIX e XX. A autora partiu da hipótese de que, apesar das modificações linguísticas no gênero anúncio no recorte temporal da pesquisa, muito se manteve, caracterizando o gênero como uma tradição discursiva.

Os objetivos traçados para a investigação buscaram (i) estudar os registros do português escrito do século XIX e XX; (ii) descrever e analisar o corpus do ponto de vista estrutural, linguístico-discursivo, a partir dos parâmetros da Teoria da Enunciação e das Tradições Discursivas; (iii) verificar as mudanças e permanências das formas composicionais e estilo dos anúncios e (iv) analisar o contexto sócio-histórico de produção e o reflexo dos sentidos enunciativo-discursivos nos textos.

A problemática da pesquisa prendeu-se não apenas nas questões estritamente linguístico-enunciativas, mas também com as do contexto sócio-histórico em que foram escritos os primeiros anúncios em jornais paraibanos. O objeto de investigação foi o conjunto de enunciados ditos em situações concretas de produção, sendo utilizados como unidade de análise, os seguintes conceitos: ato, processo, dialogismo, plurilinguismo, exotopia, cronotopo e gêneros, assim como, as categorias linguístico-enunciativas: o uso do nome próprio (assinatura), dos verbos, dos advérbios, adjetivos, de formas fixas e entonação valorativa.

A autora procedeu a análise a partir da perspectiva histórico-linguístico-discursiva, levando em consideração o tempo e espaço determinados pela tríade: conteúdo temático, formas composicionais e estilo. Assim, a pesquisadora concluiu que o gênero passou por mudanças constantes durante o período estudado, revelando um processo de adaptação de acordo com os contextos sócio-históricos, permanecendo com os traços básicos ao ponto de ser reconhecido no contínuo de sua história, sobretudo no que se refere a sua finalidade discursiva de divulgação das diversas necessidades sociais.

Em 2009, o editorial de jornal volta a ser destaque entre as investigações dos vestígios de mudança e traços de permanência nos gêneros, como se poder ver nos esforços empreendidos por Zavam (2009), autora da tese intitulada *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do*

discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal, que se propôs a analisar um gênero da esfera jornalística, delineando uma metodologia que considera o contínuo processo de transformações pelos quais um gênero passa em sua trajetória evolucionária.

O estudo foi norteado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Filologia Românica Alemã para análise das dimensões do contexto e do texto de editoriais de jornais cearenses do século XIX aos dias atuais. A dimensão do contexto contemplou aspectos que nortearam sua materialidade, como a ambiência (o tempo e o espaço), os interlocutores (lugar e papel social dos participantes) e a finalidade (propósito comunicativo), enquanto que, a dimensão do texto englobou aspectos linguístico-discursivos e de edição: conteúdo (tópico central), norma (no caso do editorial, autoria) e forma (configuração grafoespacial).

A análise diacrônica dos dados envolveu duas categorias teóricas: contexto e texto. Os resultados não deixaram dúvida de que, o editorial é uma tradição discursiva que apesar de sua reconhecida rigidez, se mostra aberta à incorporação de elementos constitutivos de outros gêneros, com notícia e entrevista.

Em 2012, a tese intitulada *Carta-crônica: uma tradição discursiva no jornalismo potiguar*, empreendida por Silva (2012), teve como objetivo descrever e caracterizar 75 cartas-crônica, coletadas de jornais do Rio Grande do Norte (1914-2010), como um gênero discursivo, numa perspectiva sincrônica, e como uma tradição discursiva (TD). Tal estudo pautado no aparato teórico-metodológico da teoria enunciativa de Bakhtin, da teoria dos gêneros e dos parâmetros de investigação das tradições discursivas, recorreu ao modelo metodológico proposto por Zavam (2009) para a análise em perspectiva diacrônica de gêneros.

Nos dados analisados pela autora, em torno dos três recortes temporais, as lembranças foram materializadas de forma distinta e refletiram o momento histórico da escrituração. Outro dado relevante foi a norma, entendida como uma repetição de modelos regulares que estão associados à tradição e à cultura de fala ou de escrita, verificando-se que os exemplares do corpus atenderam aos traços mais produtivos da carta-crônica. Em relação à forma, os achados revelaram que algumas mudanças foram significativas, embora o gênero se caracteriza pela evocação do passado, portanto, os traços de evocação e inovação é o traço definidor dessa tradição discursiva.

Em 2013, na tese intitulada *Eu Escrevi: análise das partículas discursivas jurídicas de um processo criminal do século XIX, à luz da linguística textual de base coseriana*, Bicalho (2013), faz uma abordagem interdisciplinar, envolvendo a Linguística Textual de base coseriana, a Teoria das Tradições Discursivas, a História Social da Linguagem e História dos

Textos, notadamente na área do direito ao analisar as características textuais de um processo penal do século XIX, composto por diversos subgêneros textuais, denominados peças jurídicas, preservado na Comarca de Pombal do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Após a transcrição do corpus, a autora realizou o mapeamento das ocorrências das partículas discursivas, dividindo-as em três categorias: partículas jurídicas de iniciação (certifico que; E logo; Disse nada disse), partículas jurídicas de passagem (Declarou e suas variações; Perguntado... Respondeu; Ahi presentes; Ser entregue; Faço juntada; Dada a palavra (...) a requerer... para contestar) e partículas jurídicas de finalização (E para constar fiz; E para constar; Escrivão escrevi; E dou fé; O que cumpra; Do que fiz este termo; Nada mais saber).

A sistematização dos resultados, de natureza qualiquantitativa, revelou uma linguagem técnica marcante do processo criminal, com expressões que repetem ao longo dos textos do mesmo gênero e que determinadas expressões se repetiam e direcionam o leitor a introduzir um assunto, mudar o direcionamento da oitiva e o fechamento da peça/ gênero jurídico. Os resultados obtidos revelaram que a investigação de textos de séculos passados enriquece não só os aspectos sócio-históricos, mas também demonstra a riqueza da língua em uso na referida época de produção dos documentos, e através dos estudos da Tradição Discursiva foi possível estabelecer uma comparação com a linguagem contemporânea e verificar o que foi incorporado, o que se transformou com tempo ou ainda o que deixou de ser utilizado.

Para concluir o percurso trilhado, a pesquisadora elucidou que as partículas discursivas jurídicas são utilizadas pelo escrivão para direcionar a leitura e apresentar a sua fé pública, ou seja, a veracidade do que, por ele, foi escrito ou retextualizado dentro da tradição discursiva jurídica.

Outro destaque será dado à tese de Irineu (2014), denominada *Latinidade e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI: vestígios de mudança e traços de permanência*, em que o objetivo do autor foi reconstruir a trajetória histórica do *ethos* que os enunciadores projetam no discurso jornalístico, em um corpus constituído por 50 exemplares de editoriais publicados no Brasil e na Argentina no período de 1945 a 2014. A pergunta que norteou a análise da pesquisa foi: a partir de que categorias teórico-analíticas é possível traçar o percurso histórico de fenômenos discursivos, tais como as imagens de si projetadas pelos enunciadores no discurso jornalístico, ao longo dos séculos XX e XXI, em editoriais de meios de comunicação latino-americanos ao se reportarem a temas da latinidade da América Latina?

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso francesa e da Filologia Românica alemã, priorizando sempre o diálogo com os Estudos Culturais

antropológicos, o autor aventou a hipótese de que o conceito de tradições discursivas pode lançar luz à investigação diacrônica do *ethos* discursivo, pela descrição de seus vestígios de mudança e de seus traços de permanência, na história. A análise recaiu sobre uma investigação linguístico-discursiva em três cenas: (i) cena teórico-conceitual; (ii) cena metodológica (interpretação e descrição) e (iii) cena analítica (cena enunciativa e tradições discursivas).

A interface teórica trilhada pelo pesquisador mostrou que a partir da descrição dos vestígios de mudança e dos traços de permanência é possível analisar o *ethos* discursivo em perspectiva diacrônica, no que se refere aos *ethé*, às cenas de fala (cenografias) e aos elementos linguístico-discursivos (dêiticos e lexicais). Dos resultados da análise de Irineu (2014), as maiores evidências revelaram que as imagens de si dos enunciadores mudam de um tempo a outro e de uma cultura a outra, em função das cenografias e dos índices linguístico-discursivos mobilizados, evidenciando que, de fato, o discurso é um espaço de regularidades enunciativas observáveis em termos de sua expressão no plano diacrônico.

Em 2015, a tese *O percurso histórico-discursivo do gênero anúncio publicitário em jornais de Fortaleza dos séculos XIX e XX: entre recorrências, variações e transgressões*, desenvolvida por Laurindo (2015), seguindo o percurso do gênero anúncio publicitário, identificou os aspectos de mudança/variação e recorrência a partir das configurações do contrato de comunicação e das estratégias discursivas em cada época. O corpus da pesquisa foi constituído por noventa exemplares de anúncios que circularam em jornais fortalezenses, distribuídos, metodologicamente, conforme o modelo utilizado por Zavam (2009).

Dentro do recorte feito por Laurindo (2015), foi conduzido a seguinte problematização: considerando as diferentes épocas de circulação dos jornais fortalezenses, o que caracteriza o gênero anúncio publicitário, tomado sob a influência das distintas restrições situacionais e instruções discursivas de seu(s) contrato(s) comunicativo(s) ao longo dos séculos? A hipótese inicial da pesquisa é de que o anúncio se revelaria um gênero amplo, determinado por uma dupla coerção contratual, o que iria repercutir de forma heterogênea em sua natureza comunicacional e discursiva.

Para dar conta dos aspectos levantados, o referencial teórico-metodológico recorreu a Semiologia do Discurso e sua interface com a Linguística de Texto e os pressupostos das Tradições Discursivas, a fim de contemplar a interrelação dos aspectos situacionais e enunciativos que envolvem historicamente a caracterização do gênero. Sob o viés semiológico diacrônico, o estudo vislumbrou novos percursos na busca por compreender os gêneros publicitários, especialmente o anúncio impresso em jornal, que equilibra a tradição e inovação na publicação de anúncios.

Em 2016, o gênero anúncio é novamente objeto de análise. A tese de Bastos (2016), intitulada *Anúncios de escravos: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais do Recife*, centrou na investigação de anúncios publicados nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Diário Novo* do século XIX. A pesquisa teve como objetivo analisar as tradições discursivas dos anúncios de fuga de escravos e compará-las com as dos anúncios de procurados da atualidade, identificando os elementos constitutivos de ambos os gêneros, a fim de estabelecer um elo entre inovação e conservação entre os textos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora apoiou-se no arcabouço teórico das tradições discursivas e da teoria dos gêneros textuais. Por meio de uma análise quanti-qualitativa, a metodologia consistiu na análise estrutural, descritiva, interpretativa dos dados, na pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados mostraram que os anúncios do século XIX estão muito próximos da imediatez comunicativa, apresentando sintaxe truncada, ausência de pontuação ou pontuação inadequada e ausência de elementos sintáticos que contribuem com a ruptura no tópico discursivo, entre outros aspectos.

Em relação aos anúncios da atualidade, analisou-se a composicionalidade linguístico-discursiva e as características universais e históricas, que revelaram que sua característica principal é a publicização das informações em busca da captura e prisão dos criminosos apresentados. Assim, a autora concluiu que a repetição, evocação, atualização e tradição são afetadas pelo contexto sócio-histórico e há elementos tradicionais que se tornam imutáveis, enquanto outros, estão mais sujeitos a mudança, favorecendo a mudança linguística.

Ainda em 2016, Ramalho (2016) tendo como corpus textos representativos de notícia e de romance em português brasileiro e espanhol mexicano dos séculos XIX, XX e XXI, empreendeu um estudo com o objetivo de observar as mudanças ocorridas nos usos dos demonstrativos de forma diacrônica, para a realização de um panorama histórico e comparativo do desenvolvimento das mudanças linguísticas nos sistemas de demonstrativos dessas línguas ao longo dos tempos.

A tese intitulada *Sistema de demonstrativos no português brasileiro e no espanhol mexicano sob a perspectiva das tradições discursivas: gênero notícia e romance*, sob uma base teórica funcionalista (Givón, 2001) e dos pressupostos das tradições discursivas (Kabatek, 2006), desenvolveu uma proposta metodológica utilizando a compilação dos textos e a sistematização dos dados com o auxílio da ferramenta eletrônica *AntConc*. As unidades analisáveis do corpus foram descritas de acordo com os parâmetros morfológicos (gênero e número), sintáticos (uso de preposições e posição no sintagma nominal) e semânticos (valores referenciais) no português brasileiro e no espanhol mexicano.

Com base nos resultados encontrados, Ramalho (2016) demonstrou que as mudanças nos gêneros textuais estão historicamente ligadas às transformações das sociedades em que estão inseridas. Tais mudanças estão ligadas às alterações sofridas pelas tradições de composição nos gêneros notícia e romance e ao passar do tempo acarretaram em usos diferentes do sistema de demonstrativos em cada um dos gêneros.

E por fim, em 2017, o objeto de pesquisa editorial é novamente revisitado em um estudo realizado na Universidade Federal de Pernambuco por Rebouças (2017), na tese *Tradições discursivas do editorial no jornal O Mossoroense*. A pesquisa foi constituída por um corpus de 71 textos dos séculos XIX, XX e XXI e estabeleceu um diálogo com os achados de Gomes (2007) e Zavam (2009) que exploraram editoriais publicados em Pernambuco e Ceará, respectivamente.

O estudo teve por objetivo descrever as tradições discursivas do gênero e como as características se associam aos elementos extralinguísticos e quais são as mudanças que ocorreram no modelo textual escolhido, passando a propor a hipótese de que os editoriais sofreram mudanças consideráveis nas três dimensões: a pragmática, a linguístico-discursiva e a estrutural. Para dar conta do estudo proposto, a pesquisa foi embasada nos preceitos teórico-metodológicos das tradições discursivas e dos estudos de gêneros.

Após a análise comparativa dos editoriais na dimensão estrutural, diagramação, temática, organização retórica do texto, propósito comunicativo e função social, Rebouças (2017) revelou que há muitas mudanças quanto ao estilo do texto, à extensão, ao conteúdo proposicional e às estratégias argumentativas, no entanto, as características prototípicas relativas à temática dos editoriais, à abertura e fechamento dos textos, à função e ao propósito comunicativo, continuam sendo mantidas.

Todos esses estudos mapeados selecionaram os elementos que foram mudando ou permanecendo ao longo do tempo em determinado gênero, considerando, conforme Andrade e Gomes (2018, p. 24), “as conexões culturais, sociais e históricas que contextualizam os modos de dizer na constituição dos textos”. Além do mais, tais estudos, em linhas gerais, promoveram uma discussão linguístico-textual-discursiva de corpora diacrônicos no âmbito das tradições discursivas estabelecendo um estreito diálogo com outras abordagens teóricas.

Dos estudos elencados nessa subseção, procuramos nos filiar àqueles que apresentam contribuições importantes para a comparação entre os dados de nosso estudo com o cotejo de resultados assemelhados. Isso posto, apresentaremos, na próxima seção, os procedimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento deste estudo e as principais características do corpus da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nessa seção, abordamos os aspectos pertinentes aos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Histórica e de outras disciplinas que abarcam uma rede complexa de saberes que nos auxiliaram neste estudo para colher dados em fontes seriais, como os assentos de casamentos, no intuito de identificar padrões, repetições ou variações nessas séries documentais a luz de Barros (2019).

Estruturamos essa seção em três subseções. Na subseção 3.1, discorremos sobre os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Histórica (Romaine, 1982; Conde Silvestre, 2007), destacando também a importância do labor filológico na realização de estudos linguísticos de documentos históricos. Na subseção 3.2, discutimos os métodos da edição de textos, mais especificamente sobre as edições fac-similar e diplomática, a partir da abordagem filológica (Spina, 1977; Cambraia, 2005). A última subseção, 3.3, apresentamos a ferramenta computacional *AntConc* (2023), utilizada para a delimitação e extração dos dados para a análise proposta.

3.1 Sociolinguística Histórica

Os fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística Histórica têm como objetivo a reconstrução dos fatores linguísticos e extralinguísticos nos diferentes períodos da história das línguas, colocando em primeiro plano a importância das dinâmicas sócio-históricas nos processos de mudança linguística. A concepção dos estudos sociolinguísticos históricos foi apresentada pela primeira vez na obra *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin I. Herzog (1968), que propuseram que a linguística histórica tradicional deveria ser repensada por um viés sociolinguístico e apresentaram a necessidade de envolver os fatores externos em uma teoria da mudança da língua em uma abordagem histórica e social. Nessa perspectiva, os autores compreendem que “uma mudança não envolve apenas motivações estruturais, [...] mas igualmente motivações sociais, ou seja, uma mudança é mudança no comportamento social” (Labov; Herzog, 2006 [1968], p. 144). De acordo com essa observação, percebemos que, para a Sociolinguística, os fatores extralinguísticos têm um papel fundamental na motivação das mudanças linguísticas.

Conde Silvestre (2007) atribuiu aos fundamentos empíricos propostos por Uriel Weinreich, William Labov e Marvin I. Herzog (1968) a base para os princípios da Sociolinguística Histórica. O autor argumenta que os princípios e as metodologias da

Sociolinguística aplicados aos textos históricos, de modo que a investigação do presente se aplica à elucidação do passado, têm o objetivo da reconstrução histórica da língua em seu contexto social.

Entre os pesquisadores da área, é consensual que Suzanne Romaine tenha sido a pioneira nos estudos teórico-metodológicos da Sociolinguística Histórica (ou Linguística Sócio-histórica). Romaine (2009 [1982]), ao desenvolver seu estudo sobre os marcadores relativos no Escocês Médio (*The relative markers in the Middle Scots*), utilizou diferentes tipos de textos históricos do século XVI, escritos durante o reinado de James V, baseada no pressuposto de que a variação na língua escrita, assim como na língua oral, ocorre de maneira padronizada e não aleatória. A linguista, no prefácio de sua obra *Socio-Historical Linguistics - its status and methodology*, apresenta o propósito da Linguística Sócio-histórica:

O objetivo principal da disciplina seria investigar e fornecer uma explicação das formas / usos em que a variação pode manifestar-se em uma determinada comunidade ao longo do tempo, e de como funções, usos e tipos específicos de variação se desenvolvem em determinadas línguas, comunidades, grupos sociais e indivíduos (2009 [1982], p. x, tradução nossa)⁹.

Romaine (2009 [1982]) considera que uma língua tenha variado no passado do mesmo modo do que no presente e argumenta que um dado histórico só pode ser considerado ruim quando comparado a um dado real de fala; a autora diz, ainda, que os documentos históricos escritos deveriam ser considerados válidos por si só. A seleção de um corpus para um estudo de natureza sociolinguística histórica, dessa forma, deve permitir a explicação sobre os contextos social e linguístico que favorecem a compreensão das mudanças e permanências em um determinado gênero textual analisado.

Por sua vez, Hernández-Campoy e Conde Silvestre (2012) apresentaram novas metodologias que se desenvolveram na pesquisa da história das línguas. Segundo eles, a Linguística Sócio-histórica se expandiu para além dos estudos de variação e mudança e, assim, movimentou-se rumo à reconstrução da história de uma dada língua em seu contexto sociocultural, através de outras facetas linguísticas, como multilinguismo, contato, atitudes e padronização com a língua. Os autores destacam, ainda, que a evolução dos sistemas linguísticos ocorre em conexão sistemática à situação sócio-histórica de seus falantes e que a

⁹ The main goal of such a discipline would be to investigate and provide an account of the form/uses in which variation may manifest itself in a given community over time, and of how particular functions, uses and kinds of variation develop within particular languages, speech communities, social groups, networks and individuals (Romaine, 2009 [1982]).

sócio-história tem contribuído para enriquecer o diálogo entre o presente e o passado na pesquisa linguística.

De acordo com Labov (2008, p. 172), “os mesmos mecanismos que operaram para produzir as mudanças em larga escala do passado podem ser observados em ação nas mudanças que presentemente ocorrem à nossa volta”, revelando a atuação do Princípio do Uniformitarismo. Acerca da consolidação desse princípio, Bergs (2012, p. 106) afirma que as mudanças linguísticas que ocorrem hoje, deve ter ocorrido no passado e tudo o que é impossível hoje deve ter sido impossível no passado.

Tendo em vista as mudanças observadas no estado da língua em tempos pretéritos, Mattos e Silva (2019 [2006], p. 16) considera que “os dados empíricos de períodos passados fornecem elementos para a explicitação de fenômenos em uso no presente”. Desta forma, o diálogo interdisciplinar entre o passado e o presente possa nos ajudar a compreender os fenômenos históricos que ocorreram na língua.

Ao abordar os princípios da mudança linguística, Labov (1994, p. 21) reitera que os obstáculos encontrados nas pesquisas com dados históricos deparam-se com contradições e paradoxos. Entre os problemas advindos da pesquisa diacrônica, o linguista descreve o paradoxo histórico, que seria o desafio do pesquisador em explicar as diferenças entre o passado e o presente, diante de fontes históricas incompletas, configurando o que o próprio Labov (1994, p. 11) diz “fazer o melhor uso de dados ruins”. Devemos considerar que os dados ruins dos documentos históricos seriam no sentido de ser fragmentados ou incompletos porque sobreviveram por acaso e a seleção que se pode obter de uma série documental é fruto de acidentes históricos.

É o caso, por exemplo, do que aconteceu com os registros paroquiais que estão alocados no arquivo da Diocese de Bom Jesus da Lapa-Ba. Embora, houve uma preservação substancial dos registros de batismo, casamento e óbitos, não foram encontrados documentos importantes para os cruzamentos dos dados, como os livros de tombo, documentos relativos às irmandades, processos eclesiásticos, proclamas de casamentos, registros do sacramento da crisma, rol dos confessados ou rol da desobriga, livros de ordenação e votos, entre outros.

Embora os arquivos paroquiais pertencem a uma instituição privada como a igreja, no nosso caso, não houve grandes problemas para o acesso aos registros paroquiais manuscritos. No entanto, para desenvolver a investigação empreendida nessa tese, foi essencial utilizar as reproduções fac-similares dos livros selecionados por conta da pesquisa requerer muitas horas de trabalho na fase da leitura, transcrição e coleta de informações primárias.

Barros (2019, p. 28), em sua obra *Fontes Históricas – introdução aos seus usos historiográficos*, ao considerar uma variedade distinta de fontes históricas, promove a reflexão sobre alguns aspectos: (i) refletir sobre a posição – a distância ou a proximidade – que as fontes históricas ocupam em relação ao problema histórico examinado; (ii) classificar as fontes de acordo com o tipo de material e linguagem que foram produzidas; (iii) avaliar se foram produzidas voluntariamente ou involuntariamente; (iv) verificar o tratamento metodológico a partir da análise isolada da fonte documental ou a análise de determinado tipo de fontes no interior de uma série constituída por outras fontes do mesmo tipo.

Diante das considerações do aludido autor, optamos por constituir o corpus deste estudo mediante uma fonte serial, do mesmo tipo e que se apresente como uma continuidade (Barros, 2019, p. 57), e também identificar os tipos de variáveis extralinguísticas (sexo, idade, escolaridade, profissão, proveniência geográfica, etc.). O estudo diacrônico dos textos leva o pesquisador a observar condições importantes para a viabilidade na pesquisa histórica, a exemplo do suporte material em que está preservado o texto, a representatividade dos fenômenos linguísticos e o grau de intervenção editorial aplicada ao texto através da edição selecionada “[...] com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos [...]” (Mattos e Silva, 2008, p. 15).

Na pesquisa da história da língua e dos textos, nem sempre é possível obter as informações para cada época de produção, por isso

ao fazer a história das línguas, como ao fazer qualquer história, estamos abordando processos aos quais já não temos acesso direto. Essa impossibilidade dos métodos de “observação imediata” deixa duas alternativas principais aos estudos históricos: o recurso à documentação, e o recurso à reconstrução (Paixão de Sousa, 2006, p.13).

Na análise da dimensão sócio-histórica da produção discursiva dos arquivos paroquiais, cujo tipo documental apresenta uma composição rígida, estruturas fixas, expressões recorrentes, características herdadas da tradição diplomática, encontramos nas linhas e entrelinhas do texto, informações valiosas para o processo de reconstrução sócio-histórica e o estudo das mudanças e permanências da tradição discursiva do gênero. Numa proposta de interpretação das diferentes tradicionalidades em um texto, Kabatek (2018, p. 156) pontua que o único caminho é a análise filológica, identificando possíveis alusões históricas de cada palavra, a intertextualidade e a reconstrução histórica através do contexto e do próprio ato de produção, do repertório linguístico e das informações tradicionais disponíveis.

Barros (2019, p. 36) fortalece esse argumento, afirmando que não é raro uma fonte histórica apresentar em suas margens, ou em seu material narrativo, elementos que possibilitam traçar um retrato da vida cotidiana de uma sociedade. Da mesma forma, para Mattos e Silva (2008, p. 51): “a reconstrução do passado de qualquer língua, se faz necessária a utilização de *corpora* representativos, que documentem o passado em todas as sincronias possíveis”. Mesmo não sendo objetivo de quem escreveu o texto, os aspectos da cultura de um povo e das circunstâncias políticas e sociais são revelados através dos registros históricos que viabilizam o estado da língua em determinado recorte temporal.

De fundamental importância para os estudos sociolinguísticos históricos, a interface multidisciplinar facilita o acesso às informações específicas de determinado recorte temporal por meio das circunstâncias sócio-históricas que motivaram a variação e mudança linguística no passado. A Sociolinguística Histórica, ressalta Bergs (2005), evidencia outras áreas do conhecimento que estão sobrepostas a ela, refletindo a natureza integrativa das abordagens dessas ciências, como a História Social, Filologia, Paleografia, Linguística de Corpus, entre outras.

Por meio dos registros paroquiais do sertão do São Francisco, tivemos a garantia da “recuperação do patrimônio cultural escrito” (Cambraia, 2005, p. 19), sendo-nos permitida a possibilidade de análise da escrita em uso nos séculos XVIII e XIX, no referido cenário, com amostras representativas de um processo histórico da língua portuguesa. O estudo dos assentos de casamentos nos permitiu dois tipos de abordagens, uma de ordem qualitativa e outra, quantitativa. Barros (2019, p. 77) esclarece que alguns tipos de fontes, quando tratadas como peças autônomas de um discurso, podem ser analisadas a partir de uma abordagem qualitativa. No entanto, no caso das fontes seriais, os textos se prestam a essas duas ordens de abordagens.

Conforme a definição de Minayo (2009, p. 21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21).

Segundo esta definição, é possível imaginar os elementos que poderão ser filtrados no estudo dos assentos de casamentos, como as marcas gráficas deixadas pela pena do *scriptor*, os testemunhos que caracterizam o contexto sócio-histórico, os valores jurídico-religiosos do

gênero, história de famílias, o contexto da escravidão, entre outros aspectos percebidos nas linhas e entrelinhas do texto.

Considerando a natureza quantitativa dos dados de análise linguística, este tipo de abordagem apresenta uma visualização gráfica de determinados fenômenos que podem passar por um tratamento quantitativo. Minayo (2009, p. 22) ressalta que, os cientistas sociais trabalham com estatística visando criar modelos abstratos ou descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, que são recorrentes e exteriores aos sujeitos. É interessante destacar que os diferentes focos de análise linguística nos arquivos paroquiais podem ser observados a partir dos aspectos sintáticos, semânticos, morfológicos, léxicos e discursivos.

É possível, por exemplo, identificar um determinado padrão que se repete, que deixou de se repetir ou identificar a frequência com variações. Ao compilar o corpus, foi levado em consideração o princípio proposto por Oesterreicher (2004), quando aponta que, a história da língua deve valorizar todos os materiais linguísticos que os estudos tradicionais, voltados para a linguagem literária, tradicionalmente deixaram à margem.

Kabatek (2018, p. 140) explica que, tradições diferenciadas têm se mostrado identificáveis através de uma análise filológica e exaustiva, mas que também a análise quantitativo-qualitativa de certos elementos permite, portanto, pelo menos até certo ponto, determinar as reflexões que um texto apresenta de algumas tradições textuais. Para isso, recorreremos ao programa computacional *AntConc*¹⁰ (2023), o qual extrai palavras e expressões, gera lista, frequência e gráfico de palavras.

A análise quantitativa busca identificar qual dos aspectos das tradições discursivas são quantificáveis ou não. Para este estudo, as categorias voltadas para o diálogo intertextual do gênero, como os testemunhos diretos às *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1543-1565) e às *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) e ao *Rituale Romanum* (1614), nos permitiram coletar e quantificar os dados de forma mais precisa. Além disso, os contextos de ocorrência dos fenômenos voltados para a tradicionalidade linguístico-discursiva, como as construções absolutas com particípio, construções absolutas com gerúndio, construções recíprocas com o clítico “se” e os verbos constativos e performativos, passarão pela abordagem quantitativa.

Os dados quantitativos nunca serão substitutos para a análise filológica detalhada, conforme assinala Kabatek (2018, p. 183), mas é uma base para o método de procedimento comparativo, fundamento de qualquer estudo de evolução histórica. Os assentos de casamentos

¹⁰ Disponível em: <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/index.html>. Acesso em: 30 mar 2023.

foram analisados, pelo viés filológico-paleográfico, levando em consideração, conforme esclarece Cambraia (2005, p. 14), que “[...] o estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão para estabelecer, interpretar e editar esses textos [...]” com intuito de não perder informações valiosas para a análise sócio-histórica e linguística.

Por isso, nesta tese, que aqui se apresenta, para a obtenção dos dados, de cunho documental, foram utilizadas fontes primárias que apresentam uma escrita formal, exarada por *scriptores* (párocos) que seguiam tradições e convenções prescritas pelas *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563), pelo *Rituale Romanum* (1614) e pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707).

Em função disso, o estudo filológico detalhado dos textos é de suma importância para a análise de corpora, não só para a Linguística Histórica, mas também para estudos paleográficos, codicológicos, sócio-históricos e culturais, além da historicidade da língua e dos textos, perspectiva das Tradições Discursivas, base teórica principal da pesquisa empreendida por nós.

Segundo Auerbach (1970, p. 11),

A filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. Como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas. Uma de suas formas mais antigas, a forma por assim dizer clássica e até hoje considerada por numerosos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica, é a edição crítica de textos (Auerbach, 1970, p. 11).

A Filologia, portanto, abrange um campo de conhecimento amplo na análise da materialidade do texto escrito e “não tem sido fácil determinar com precisão o âmbito da Filologia, cujos objetivos têm variado conforme as épocas em que se praticou a atividade filológica” (Spina, 1977, p. 75). E estudar a língua em uso nos séculos anteriores leva o pesquisador a recorrer às ciências auxiliares, imprescindíveis para a análise de manuscritos e edição de textos. É evidente que o labor filológico resgata a importância dos textos, tradições, autenticidade e contribui para a reconstituição da história de uma língua e da memória da humanidade.

Assim, poderemos comparar os assentos de casamentos do sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX, verificando os estágios antigos da língua, incidindo no conservadorismo e possíveis mudanças que possam ter ocorrido ao longo do tempo.

3.2 Da edição fac-similar à edição diplomática

A Filologia permite a constituição e transmissão de um texto por meio de edições que podem ser classificadas, de acordo com Cambraia (2005, p. 91), em tradição textual monotestemunhal (testemunho de um texto) e politestemunhal (confronto de dois testemunhos de um mesmo texto). Os livros de registros paroquiais utilizados para esta investigação são textos monotestemunhais e nosso ponto de partida foi a edição fac-similar, disponibilizada pelo Projeto de Pesquisa Educação Patrimonial: mapeando acervos históricos e culturais de Bom Jesus da Lapa, ligado ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, *Campus XVII*, Bom Jesus da Lapa, liderado pela Prof.^a M.^a Ádma Bernardino Magalhães.

Conforme assinala Spina (1977, p. 77-78), “a fotografia do texto é o fac-símile, que reproduz com muita fidelidade as características do original: o formato, o papel, as ilustrações, as margens, e até a cor e o tamanho”. A edição fac-similar corresponde à reprodução do manuscrito original por meio de imagens capturadas por equipamentos fotográficos, marcada por interferências mínimas, como por exemplo: interferência no texto fotografado, na câmara fotográfica, interferência da luz ambiente e no plano de foco.

A partir das reproduções fac-similares, traçamos um plano de trabalho para a leitura e posteriormente a transcrição dos dois livros selecionados para o presente estudo. As cópias fac-similares proporcionaram o acesso irrestrito aos documentos, propiciando um cenário favorável e cômodo para a pesquisa. Como o ideal para um estudo filológico seja a observação direta dos testemunhos, no início da pesquisa, tivemos o acesso concedido aos livros manuscritos originais (**Figura 7**), para estudo, análise e levantamento da materialidade e das características extrínsecas aos textos.

Figura 7 – Pesquisa de campo



Foto: Arquivo pessoal (2021).

Assim, transcrevemos os dois livros que compõem o corpus deste trabalho, considerando as normas de transcrição de documentos manuscritos para a edição diplomática. A respeito da edição diplomática, Cambraia (2005, p. 93) a define como

[...] a primeira forma de mediação efetivamente feita pelo crítico textual, sendo esta, porém, bastante limitada: trata-se, portanto, de um grau baixo de mediação. Neste tipo de edição, faz-se uma transcrição rigorosamente conservadora, tais como sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, translineação, separação vocabular, etc. (Cambraia, 2005, p. 93).

A edição diplomática baseia-se em um grau baixo de mediação, implicando em uma transcrição conservadora, a fim de preservar as características do texto original. De acordo com Cambraia (2005, p. 93), a vantagem desse tipo de edição é a facilitação da leitura, a consulta ao texto original é desnecessária e para o público que não é especializado na leitura de documentos manuscritos, esse tipo de edição oferece facilidades de interpretação.

Tendo em vista a análise linguística proposta para o corpus, optamos em editá-lo diplomaticamente, com base nas orientações de Cambraia (2005, p. 128-129). Sendo elas:

a) Caracteres alfabéticos: transcrever como caracteres romanos redondos, reproduzindo-se as diferenças de módulo e dos alógrafos contextuais como no modelo. Quando houver mais de um tipo de caractere no modelo (como, p. ex., capitulares), diferenciá-los na transcrição.

b) Sinais abreviativos: transcrever fielmente.

c) Diacríticos: transcrever fielmente.

d) Sinais de pontuação: transcrever fielmente.

e) Caracteres de leitura duvidosa: transcrever entre parênteses redondo simples ().

f) Caracteres de leitura impossível: transcrever como pontos dentro de colchetes precedido pela cruz † (o número de pontos é do de caracteres não legíveis).

g) Caracteres riscados: transcrever com tachado.

h) Caracteres apagados, modificados, nas entrelinhas ou nas margens: informar em nota.

i) Separação vocabular (intra- e interlinear): reproduzir fielmente.

j) Paragrafação: reproduzir fielmente.

l) Inserções conjecturais: não realizar nenhuma.

m) Supressões conjecturais: não realizar nenhuma.

n) Mudança de fôlio, face e coluna: informar na margem de cabeça, em itálico e entre colchetes simples: [].

- o) Mudanças de punho: informar em nota.
- p) Mudanças de tinta: informar em nota.
- q) Qualquer outra particularidade: informar em nota.
- r) Numeração de linha: inserir na margem externa, contando de 5 em 5, de forma contínua em todo o texto.

A edição dos manuscritos foi o trabalho básico e essencial para empreender a análise do objeto de estudo e perceber as várias possibilidades de pesquisas linguísticas que podem ser realizadas a partir da transcrição baseada nas orientações da edição diplomática. O trabalho de transcrição/edição contribuiu para preservar a forma genuína do texto e forneceu subsídios para a leitura, como declara Spina (1977, p. 78): “perfeita cópia do mesmo, na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas”.

A seguir, reproduzimos o fac-símile e a edição diplomática do fólio 79 v. do livro do século XVIII:

Edição diplomática:

[f. 79 v.]

Vitorianno Com M. ^a Roiz'	5	Aos dezasete dias do mes de Outubro demil eSete centos eSincoenta e hum annos demanhã nes ta Matriz deSanto Antonio do Urubû do Rio de baixo, enella feitas as denunciaçoens donde
	10	os contraentes Sam naturais e moradores Sem Se descubrir empedimento algum em prezença de Mim o Padre Joachim Marques de Olivey- ra Vigario nomeado eencomendado desta fre- guesia sendo presentes por testemunhas Anto- nio Quiterio e Domingos daCosta Ferreyra pes- soas bem Conhecidas SeCazaram em face de Igreja Solemnemente por palavras de pre- zente Vitorianno crioulo escravo do Sar- gento Mayor Manoel Dias daCosta Com
	15	Maria Rodrigues Crioula forra natural emoradora nesta freguezia, elogo lhe dey as benções Conforme os Ritos eCerimonias da Santa Madre Igreja de Roma de que fis este aCento que por verdade aSig
	20	ney. O Vigr. ^o Joachim Marques de Olivr. ^a
	25	Ant. ^o Quiterio de Souza D. ^{os} da Costa Ferr. ^a

Quando começamos a transcrição dos textos, a partir das reproduções fac-similares, levamos em consideração a edição diplomática por preservar as características gráficas de forma a possibilitar a pesquisa linguística. Entre vários fenômenos linguísticos identificados, entramos em contato com um acervo de diferentes tradicionalidades representadas nos assentos de casamentos. Tradicionalidades estas que precisavam ser organizadas e descritas em uma análise filológica, visão reforçada por Kabatek (2018) e Oesterreicher (2001).

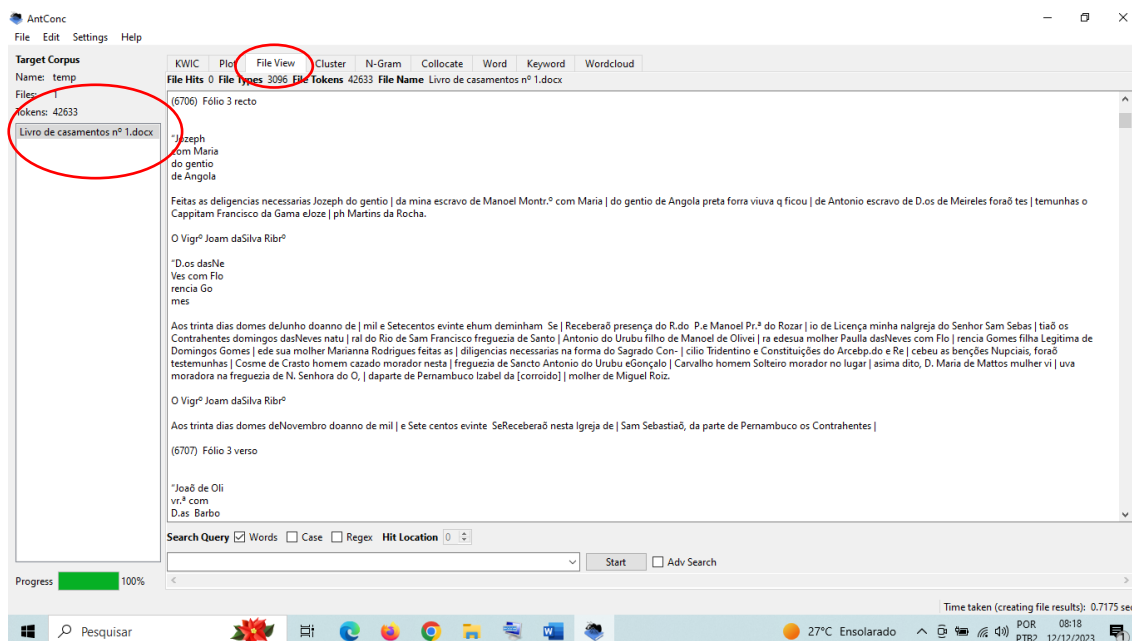
Conforme postulam os autores, a recontextualização dos textos da história de uma língua inclui a reconstrução dos ambientes dos textos, de suas condições de produção, do ato de produção, do repertório linguístico, das informações tradicionais disponíveis no momento da produção do texto, amplo repertório de textos normatizadores até alcançar um resultado textual.

3.3 O Programa ANTCONC

A ferramenta computacional *AntConc version 4.2.4*¹¹ (2023), criada em 2002 por Laurence Anthony na *Waseda University* – Japão, fornece uma análise linguística de texto, através de suas ferramentas como *Word List* (lista de palavras), *Concordance* (listas de concordâncias) e *Keyword List* (listas de palavras-chave), oferecendo um conjunto de frequência e combinações de palavras ou unidades fraseológicas contidas em um determinado corpus. Dessa forma, é possível chegar a uma compreensão global dos resultados sobre as combinações possíveis das palavras com o texto, além de permitir reflexões sobre o contexto sócio-histórico do corpus.

Para utilizar a ferramenta computacional, primeiramente os livros manuscritos dos séculos XVIII e XIX foram transcritos, seguindo os critérios da edição diplomática (Cambraia, 2005) em formato de texto simples (*Word*). Assim que o arquivo foi carregado pelo programa *AntConc*, a interface inicial apresentou o nome do arquivo ao lado esquerdo e a visualização completa na parte central, como ilustra a **Figura 9**:

Figura 9 - Interface inicial do AntConc 4.2.4 (2023)

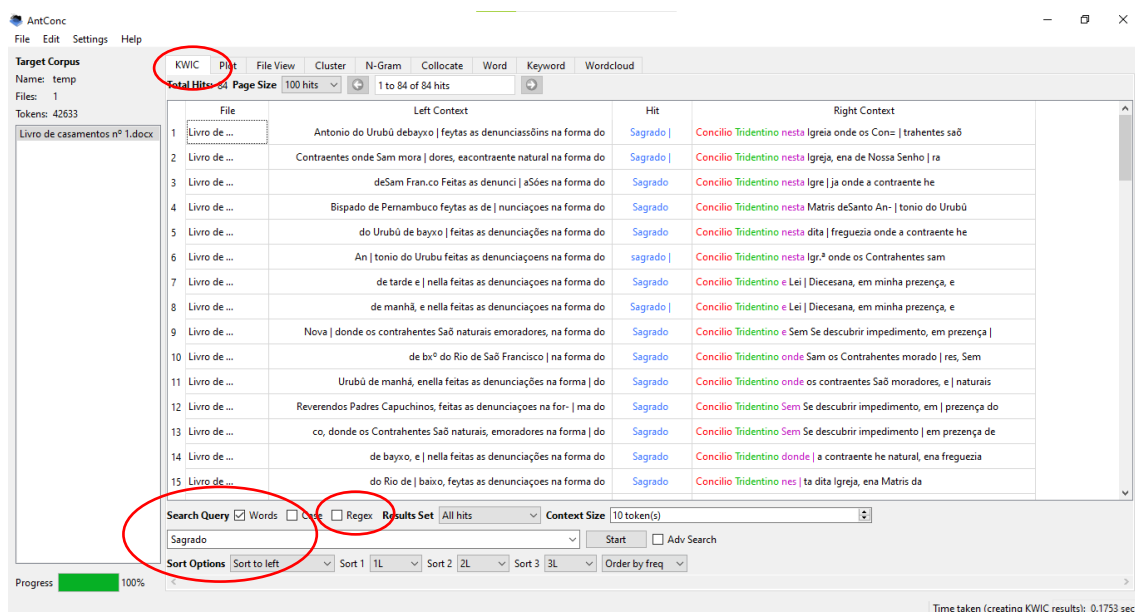


Fonte: Elaboração própria.

¹¹ Download disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>

Para o desenvolvimento da etapa seguinte, utilizamos a ferramenta denominada de KWIC (*Key Word In Context*). Neste processo, o programa visualiza os resultados de uma palavra ou unidade fraseológica presente no corpus, de acordo com a pesquisa inserida em *Search Query* (*Consulta de pesquisa*), disponível no canto inferior esquerdo da interface do programa. A título de ilustração, a **Figura 10** mostra o resultado da pesquisa para a palavra ‘sagrado’ no corpus do século XVIII.

Figura 10 – Resultado de busca na ferramenta KWIC

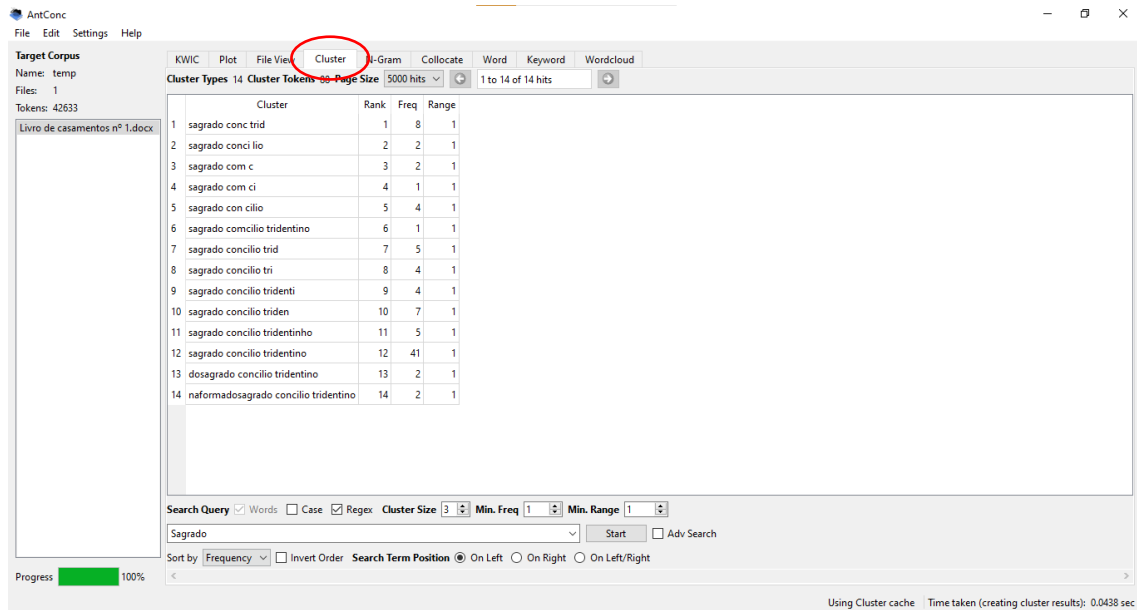


Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa identificou 84 ocorrências da palavra ‘Sagrado’ de acordo com a forma em que está transcrita. No entanto, há outras possibilidades de pesquisa, a exemplo da função *regex*, que inclui expressões regulares, para buscar a palavra-chave em casos de hipossegmentação de palavras (ex.: naformadoSagrado), fenômeno recorrente no corpus pesquisado. Os resultados são mostrados em três colunas, o que permite analisar o contexto do lado esquerdo (*Left Context*) e do lado direito (*Righ Context*) a partir da palavra pesquisada (*Hit*). O número de palavras do contexto pode ser selecionado na função *Context Size*.

Com o resultado da lista de palavras concluído, podemos utilizar outra ferramenta que pode ser escolhida conforme o objetivo do pesquisador. Em seguida, optamos pela seleção da ferramenta *Cluster* que também identifica os resultados da pesquisa com palavras próximas à esquerda ou à direita, listadas de acordo com a ordem escolhida, que pode ser alfabética, frequência, probabilidade e terminações. A **Figura 11** ilustra a pesquisa realizada:

Figura 11 – Resultado de busca na ferramenta Cluster



Fonte: Elaboração própria.

Resultado semelhante pode ser obtido com a ferramenta *N-Gram* que foi separada da função *Cluster* nas últimas versões do programa para definir intervalos de valores para serem exibidos. A escolha da ferramenta *Cluster/N-Gram* justifica-se, primordialmente pela geração de unidades lexicais centradas em uma determinada palavra pesquisada, acrescidas das informações de frequência e intervalo, um quesito relevante para a análise da representatividade dos dados na fonte documental.

Outra ferramenta disponível é o *Collocate*. Esta função gera uma lista de colocações que aparecem próximas à palavra ou expressão pesquisada, como se observa na **Figura 12**.

Figura 12 - Resultado de busca na ferramenta *Collocate*

AntConc

File Edit Settings Help

Target Corpus

Name: temp

Files: 1

Tokens: 91966

Collocate

Collocate Types 73 Collocate Tokens 2086 Page Size 100 hits 1 to 73 of 73 hits

	Collocate	Rank	FreqLR	FreqL	FreqR	Range	Likelihood	Effect
1	bençãos	1	21	21	0	1	89.568	4.379
2	bensoins	2	7	7	0	1	27.969	4.186
3	saber	3	13	0	13	1	51.712	4.173
4	asistiraõ	4	4	4	0	1	15.272	4.057
5	fo	4	4	3	1	1	15.272	4.057
6	prezencia	6	7	7	0	1	26.344	4.016
7	bençãos	7	17	17	0	1	63.796	4.007
8	foram	8	6	6	0	1	22.153	3.964
9	duas	9	26	26	0	1	95.615	3.950
10	assistencia	10	8	8	0	1	29.061	3.920
11	prezensa	11	5	5	0	1	17.985	3.894
12	edas	12	35	35	0	1	123.393	3.836
13	presentes	13	36	27	9	1	126.210	3.821
14	prezenssa	14	16	16	0	1	55.454	3.794
15	prezenca	14	10	10	0	1	34.647	3.794
16	ocap	14	8	0	8	1	27.714	3.794
17	foraó	17	34	34	0	1	115.446	3.739
18	oresen	18	5	5	0	1	16.699	3.701

Search Query Words Case Regex Window Span From 5L To 5R Min. Freq 3 Min. Range 1

testemunhas Start Adv Search

Sort by Effect Invert Order

Progress 100%

Time taken (creating collocate results): 1.0296

Fonte: Elaboração própria.

Assim, como nas demais ferramentas, a função *Collocates* pode ser ordenada por frequência, intervalo ou medida estatística, podendo ter os valores invertidos na exibição dos dados. Ao clicar em uma das palavras da primeira coluna *Collocate*, o programa direcionará para a função KWIC apresentando o contexto do termo selecionado.

O programa computacional *AntCon* 4.2.4¹² (2023) oferece diversas possibilidades de pesquisa dentro de um determinado corpus, além dessas listadas. A exploração da ferramenta digital pelo(a) pesquisador(a) poderá resultar em buscas mais refinadas para os dados da pesquisa.

O intuito, nessa seção, foi apresentar nossa proposta metodológica, na qual discutimos a respeito da Sociolinguística Histórica que se ocupa dos fundamentos gerais e históricos dos processos de mudança a partir da relação entre os fatores linguísticos e sociais. Em seguida, mostramos o caminho trilhado para a edição da fonte documental e por último, oferecemos maiores informações sobre o uso da ferramenta computacional *AntConc* (2023) para a coleta dos dados e constituição das amostras.

Na próxima seção, apresentaremos o acervo, as fontes, os *scriptores* e as freguesias.

¹² Sobre informações mais amplas acerca do *AntConc* desenvolvidas em pesquisa lexicográfica, consultar Barreiros (2017).

4 O PESQUISADOR E SUAS FONTES

Quando um pesquisador considera a investigação de um acontecimento histórico, isso pode ocorrer de várias maneiras, e uma delas, é seguir as informações que as fontes proporcionam, tornando-se oportuno lembrar “que os historiadores, incluindo-se os historiadores de línguas, trabalham com fontes; no entanto, as fontes históricas enquanto documentos não falam por si mesmas, já que precisam ser interpretadas à luz das teorias” (Silva, 2011, p. 260). Tal realidade reflete no trabalho do pesquisador e de suas fontes, as quais podem inferir diversas informações, inclusive de sociedades que já desapareceram ou transmutaram, ou fenômenos linguísticos que estão em desuso ou se transformaram ao longo do tempo.

Nesta seção, apresentamos, os aspectos referentes às fontes históricas primárias que foram utilizadas para a realização desta análise linguística e sócio-histórica, contribuindo, assim, para a reconstituição da história da língua, dos textos e do sertão do São Francisco. A seção se divide em sete subseções, que serão elencadas a seguir.

Em **4.1**, apresentamos o acervo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa a partir dos documentos que compõem este lugar de memória cultural. A partir da **subseção 4.2**, buscamos refletir a respeito da relação entre as fontes paroquiais e a investigação desenvolvida pela Linguística Histórica numa perspectiva sócio-histórica. Em seguida, na **subseção 4.3**, apresentamos o gênero assento de casamento nas perspectivas que possam atender aos interesses da nossa pesquisa. Na **subseção 4.4**, exploramos a materialidade e historicidade dos dois livros de registros de casamentos selecionados para o estudo, além das **subseções 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3** que descrevem alguns aspectos gráficos e o uso dos reclames¹³, o sistema de abreviaturas e o emprego das consoantes sibilantes. Nas **subseções 4.5 e 4.6** caracterizamos os *scriptores* das duas freguesias a partir do perfil social, delimitando o recorte temporal e espacial para a análise da prática de escrita de cada um deles. Na última **subseção 4.7**, dividida em duas partes, apresentamos cada freguesia do sertão do São Francisco, caracterizando sócio-historicamente o contexto de produção da escrita dos registros paroquiais.

¹³ Bluteau (1728, p. 296, v. II) descreve reclames (reclamo ou chamada) como “a palavra que se escreve no fim da página, e he a primeira da página seguinte”.

4.1 O Acervo

Por acervo, compreende-se o “conjunto de bens que integram um patrimônio” (Lose; Silva; Mazzoni, 2013, p. 143) e “significa grande quantidade de algo amontoadado, monte, pilha” (Mazzoni, 2020, p. 130). Também nesse sentido, parece pertinente a relação estabelecida por Lose (2020, p. 11) entre acervo e arquivo, que considera o acervo como um conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma instituição, de uma nação, sendo o conteúdo de uma coleção privada ou pública, enquanto o arquivo pode ser definido como um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantêm ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades.

O acervo de registros paroquiais, que estão sob a guarda da Cúria¹⁴ Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA, é formado por livros manuscritos de assentos de batizados, casamentos e óbitos de freguesias do sertão do Rio São Francisco, datados dos séculos XVIII ao XXI. É evidente a riqueza documental do acervo, cujas informações contam a história social do sertão do Rio São Francisco, capaz de reconstruir o comportamento de comunidades históricas e entender o contexto sócio-histórico em que os manuscritos foram produzidos.

O arquivo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa reúne, acondiciona, preserva e organiza os documentos gerados pela instituição, e tem por foco, assim, como descreve Schellenberg (2006, p. 45), “preservar os expedientes da organização a que serve”. A principal característica do arquivo/acervo é ser funcional, ou seja, os documentos são classificados, ordenados, conservados e inventariados de modo que facilite a busca de informações, lembrando que o acesso ao público é restrito.

Os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, em especial da Igreja Católica, geralmente reunidos nas cúrias diocesanas. Nessa referida documentação, encontra-se uma variedade de textos, em especial registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, processos diversos, livros-tombo das paróquias e correspondências (Bacellar, 2005).

Ao abordar o uso e o mal uso dos arquivos, Bacellar (2005) ressalta que as informações importantes dos períodos colonial e imperial, preservados nos arquivos paroquiais, deveriam

¹⁴ “A expressão vem do Império Romano. Subdivisão da tribo entre os romanos. Lugar onde se reunia o senado romano. Senado dos municípios romanos. Tribunal eclesiástico das dioceses. Cúria romana, a corte pontifícia” (Nunes, 2008, p. 44).

ser de livre acesso ao público, já que a Igreja, por intermédio do Padroado Régio¹⁵, atuava como um autêntico serviço público.

A gestão do arquivo/acervo é feita pelo chanceler e vice-chanceler da Cúria com o intuito de salvaguardar as coleções e os documentos e promover a segurança e o cuidado com o bem-estar físico e do conteúdo dos registros. Segundo Schellenberg (2006), os documentos escritos, classificados como manuscritos históricos criados em consequência de uma atividade organizada, como por exemplo os de uma Igreja, poderão ser considerados arquivos religiosos.

Em se tratando especificamente sobre as dificuldades encontradas ao longo de pesquisas em arquivos de instituições religiosas, Lose (2017, p. 73) comenta que nesses lugares, na maioria dos casos, não tem uma organização formal como inventários ou catálogos, nem pessoal especializado para o atendimento ao público interessado na documentação. É importante salientar que, em nossa pesquisa realizada no arquivo diocesano de Bom Jesus da Lapa não encontramos dificuldades em relação ao acesso às fontes e ao atendimento. O acervo da Cúria é organizado e inventariado, o que facilitou a pesquisa. Por outro lado, inicialmente, as dificuldades encontradas partiram do próprio pesquisador no seu exercício de busca de informação para entender melhor o volume documental muito grande do acervo, e a partir daí, constituir a seleção da amostra.

Há elementos diversos que estão presentes nas linhas e entrelinhas das fontes. Por exemplo, a historicidade da língua e do texto, que pode deixar o pesquisador frente a muitos fenômenos linguísticos deixados pela pena dos *scriptores* ao produzirem o documento. O acervo documental histórico é muito importante para a pesquisa histórica e linguística porque os manuscritos são fontes primárias e as informações contidas neles são de interesse público porque contam a história de um povo e de uma época.

Como se nota, por exemplo, no fólio 54 v. do segundo livro de assentos de batizados da Freguesia de São José da Carinhonha, em um visto de visita datado de 12 de dezembro de 1824, no qual o reverendo visitador cita em um trecho que os registros paroquiais são de interesse público. Vejamos, na **Figura 13**:

¹⁵ “O Padroado régio foi uma aliança política efetivada entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica cujos desdobramentos possibilitaram o surgimento, no Brasil-colônia, de arcebispados, bispados, prelazias, paróquias, ermidas e missões religiosas, dimensões eclesiásticas, geográficas e materiais que traduzem a dilatação da cristandade em territórios regidos pela monarquia portuguesa” (Arraes, 2017, p. 187-188).

Figura 13 – Visto de visita



Fonte: Segundo livro de assentos de batizados da Freguesia de São José da Carinhonha (data-limite: 1818-1833, f. 54 v.). Trecho editado.

Transcrição:

[...] Os R.^{dos} Parocos de |
 vem lembrar-se bem, que são homens publi- |
 cos, que este seo Livro he demais publico [†] |
 dito, edamais frequente nescessidade; e que |
 por isso he a mais inescuzavel qual quer |
 falta de exacção no Lançamento dos termos |
 e sua devida declaração, doque depende |
 a cada pessoa afortuna emesmo a existencia |
 civil dos cidadão's. Vejaõ portanto os danos |
 que podem cauzar, e responsabilidades com |
 que ficaõ pela sua õmissã. [...]

A importância dos arquivos paroquiais é demonstrada nos estudos que se valem desses documentos como fontes relevantes por “constitui[r] um testemunho” (Cabraia, 2005, p. 63) das práticas sócio-históricas e culturais de um povo em um determinado tempo e lugar. Logo, é imprescindível garantir o acesso aos pesquisadores a esse patrimônio histórico documental. Ideia que vemos reforçada por Lose (2020):

Um acervo é um organismo vivo que fica em estado de inércia até que alguém vá até ele e se aproprie (no melhor dos sentidos) das informações que lá estão contidas, estejam elas explícitas ou implícitas. O acervo, portanto, volta à vida, saindo do seu estado de latência no momento em que é observado, analisado, pesquisado. Essa pesquisa pode percorrer os mais variados caminhos, a depender dos objetivos do pesquisador (*sensu lato*), podendo ainda mudar de rumos a depender do que seja desvelado primeiro, a depender da forma como

o acervo decidir se mostrar. E é este jogo de mostra-esconde dos acervos que fascina e instiga o pesquisador, que sofrendo do “mal d’archive”, é incitado a ir cada vez mais fundo em sua pesquisa (Lose, 2020, p. 14).

O comentário de Lose (2020) tornou evidente o fascínio que o uso do acervo exerce sobre o(a) pesquisador(a), levando-o(a) a uma valoração que vai além do suporte material e do conteúdo informacional. Assim, partindo-se dos documentos históricos do acervo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA, boa parte dos manuscritos foram trabalhados em pesquisas que se debruçaram sobre os métodos da História Social e da Linguística Histórica, cujos resultados têm sido divulgados através de produções acadêmicas, como teses, dissertações, livros, capítulos de livros e artigos, conforme demonstra o **Quadro 5**.

Quadro 5 – Pesquisas com arquivos paroquiais do Sertão do São Francisco

Autor(es)	Gênero	Título	Marco diatópico	Marco temporal
Souza e Cerqueira (1986)	Livro	Presença negra no Médio São Francisco	Médio Sertão do São Francisco	Século XX
Souza (1988)	Livro	Carinhanha: no médio São Francisco (rumo ao velho oeste)	Município de Carinhanha	Século XX
Souza (s/d)	Livro	Do rio Carinhanha à Serra do Ramalho (raízes e histórias de Feira da Mata)	Município de Feira da Mata e sertão da Carinhanha	Século XX
Souza (s/d)	Livro	O sertão de Cocos na Bahia – uma miragem no Oeste	Município de Cocos e sertão da Carinhanha	Século XX
Souza (1989)	Livro	Raízes e histórias – a saga de viver I	Médio Sertão do São Francisco	1872 a 1909
Souza (1991)	Livro	Do São Francisco à Serra do Ramalho: a nova Canabrava	Médio Sertão do São Francisco	Século XX
Souza e Almeida (1994)	Livro	Comunidade rurais negras Rio das Rãs – Bahia	Quilombo Rio das Rãs – município de Bom Jesus da Lapa-BA	Século XX
Souza e Almeida (1994)	Livro	O mocambo do Rio das Rãs: um modelo de resistência negra	Quilombo Rio das Rãs – município de Bom Jesus da Lapa-BA	Século XX
Souza (2007)	Livro	Coronéis no médio São Francisco: fatos e histórias	Médio Sertão do São Francisco	Século XX
Nogueira (2011)	Dissertação	“Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do Sam Francisco” (1730-1790).	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima - Capitania da Bahia	Século XVIII
Santana (2012)	Dissertação	Família e Microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu - BA, 1840-1880).	Freguesia de Santo Antônio do Urubu	Século XIX

			de Cima- Capitania da Bahia	
Lima (2017)	Dissertação	“O ardente desejo de ser livre”: escravidão e liberdade no sertão do São Francisco (Carinhanha, 1800-1871).	Freguesia de São José da Carinhanha - Capitania de Pernambuco	Século XIX
Santana (2022)	Tese	Raízes negras em terras dos sertões da Bahia: famílias e comunidades de africanos a quilombolas (Urubu-BA, 1870-1930).	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima – Capitania da Bahia	Séculos XIX e XX
Assis, Silva e Pacheco (2021)	Artigo	“Honde he o contrahente natural emorador”: emprego do h em assentos de casamentos do século XVIII	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo – Capitania de Sergipe d’El Rey	Século XVIII
Assis e Silva (2021)	Artigo	Assentos de casamentos do sertão do São Francisco (1719-1753): considerações sobre os diacríticos agudo, circunflexo e til	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo - Capitania de Sergipe d’El Rey	Século XVIII
Assis, Silva e Pacheco (2021)	Artigo	Uso de abreviaturas em um livro de assentos de casamentos do século XVIII do sertão de baixo do Rio São Francisco	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo - Capitania de Sergipe d’El Rey	Século XVIII
Assis, Braga, Pacheco e Silva (2021)	Artigo	Variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco do século XVIII	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo – Capitania de Sergipe d’El Rey	Século XVIII
Assis, Silva e Pacheco (2022)	Artigo	“Onde são naturaes emoradores”: tradições discursivas em assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX em diferentes idiomas	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo e de São José da Carinhanha.	Séculos XVIII e XIX
Assis, Silva e Pacheco (2023)	Artigo	Tradições discursivas e os assentos de casamentos do sertão do São Francisco dos setecentos e oitocentos	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo e de São José da Carinhanha.	Séculos XVIII e XIX
Assis, Silva e Pacheco (2023)	Capítulo de livro	Assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII: análise da habilidade dos <i>scriptores</i>	Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo - Capitania de Sergipe d’El Rey	Século XVIII

Fonte: Elaboração própria a partir dos estudos realizados com o acervo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

Apesar de sua notável importância para a história e memória do sertão do Rio São Francisco, não se tem notícia de outros estudos a respeito desse acervo anteriores às investigações históricas realizadas pelo Padre José Evangelista de Souza, na década de 1990.

As obras¹⁶ escritas pelo autor percorreram a vida das comunidades do sertão do São Francisco, comprovando as sociabilidades e linhagens historiográficas com base nos arquivos paroquiais da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa, permitindo-nos compreender um pouco melhor a formação, as lutas e labutas dos povos tradicionais do que hoje chamamos de Território de Identidade Velho Chico¹⁷.

Os arquivos paroquiais alocados na Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa não são desconhecidos pelos pesquisadores que adentraram nos estudos da História Social e da Historiografia da ocupação e exploração do vale do Rio São Francisco, como podemos verificar na quantidade dos estudos no campo das ciências humanas. Diante disso, surgiu o interesse em estudar os arquivos paroquiais do ponto de vista filológico-linguístico, desencadeando as seguintes reflexões: se os arquivos paroquiais foram objeto de estudo em diferentes disciplinas das ciências humanas, porque não deveriam ser também estudados pelas ciências linguísticas? O gênero poderia descrever o estado da língua no recorte temporal em que foi escrito? Seria possível detectar traços de inovação e conservadorismo explícitas ou implícitas nos textos?

É mister ressaltar também que o acervo particularmente significativo em suas amostras representativas em diferentes perspectivas, histórica, social, política, cultural e linguística, traria aportes para a ampliação da compreensão do estado da língua portuguesa a partir de fenômenos linguísticos que a fonte documental poderia revelar, como as ocorrências ortográficas, os aspectos sintáticos, semânticos, morfológicos e discursivos.

4.2 O testemunho das fontes

Nesta subseção, apresentamos algumas reflexões a respeito da relação do nosso estudo com as fontes históricas, especialmente com o aparato metodológico da Linguística Histórica numa perspectiva sócio-histórica.

¹⁶ Obras em que há inúmeras citações de informações contidas nos registros paroquiais da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

¹⁷ O Território de Identidade dialoga de forma muito particular com a visão multidimensional do desenvolvimento, na medida em que as identidades são estabelecidas por um conjunto de elementos diversos: ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos. A realidade se impõe na caracterização do território de identidade e aponta para a necessidade de ser considerada na sua totalidade, na construção de soluções para o desenvolvimento territorial, valorizando a pluralidade dos atores e a multisetorialidade das políticas públicas (Perafán; Oliveira, 2013, p.13). O território baiano está dividido em 27 Territórios de Identidade, dentre eles, o Território de Identidade Velho Chico, formado por 16 municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serrado Ramalho e Sítio do Mato.

Os estudos do estado da língua portuguesa em documentos dos séculos XVIII e XIX, sobretudo no que se refere ao sertão do Rio São Francisco, apoiam-se necessariamente em fontes históricas, pouco estudadas, no que se diz respeito aos estudos dos fenômenos da História Linguística do Português Brasileiro (PB).

As fontes históricas, em nosso caso, os registros paroquiais de assentos de casamentos de duas freguesias do sertão do São Francisco, revelam a sócio-história de um período pretérito, testemunhando as características, o funcionamento e as particularidades do PB, cujos indícios foram deixados por diferentes *scriptores* nestes documentos históricos.

O historiador francês Charles Seignobos na obra *Introduction aux études historiques* (2003[1898]) ressaltou a importância dos documentos como vestígios da história deixados tanto pelos atos das pessoas quanto pelo pensamento. Seignobos (2003[1898]), p.68) declarou que “Sem documentação, imensos períodos do passado da humanidade serão sempre desconhecidos. Não se pode substituir os documentos: sem documentos, sem história”. O mesmo autor reconhece que o pesquisador não observa os fatos diretamente, eles são conhecidos indiretamente pelos vestígios representados nas mais diversas fontes históricas.

Dentre os historiadores que realizam estudos sobre as fontes históricas, recorremos a Barros (2019) que nos traz a seguinte definição:

Fonte histórica é tudo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história (Barros, 2019, p.15).

O contato com as fontes históricas enriquece o enfoque e os recursos metodológicos da pesquisa, delineando novas rotas e nuances aos estudos dos fenômenos linguísticos, através dos eventos do passado. As fontes manuscritas, por exemplo, podem rastrear diversos campos de estudos em determinada escala do tempo. Ao observar a escrita dos períodos setecentista e oitocentista, avistamos a possibilidade de enriquecimento do conhecimento da historicidade da língua e dos textos, apoiando nas contribuições que as fontes históricas podem proporcionar.

De acordo com o Dicionário de Conceitos Históricos (Silva; Silva, 2009):

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é documento (Silva; Silva, 2009, p.158).

A observação e análise do conceito apresentado por Silva e Silva (2009) permitem constatar que fonte histórica, documento, registro e vestígio são englobados para interpretar ou reconstruir uma série de eventos históricos, enquanto que, na visão de Barros (2019), a maneira adequada de se referir ao conjunto de documentos e vestígios que revelam a passagem da vida humana pelo espaço-tempo e para compreender os processos históricos é a palavra “Fonte!”.

Para Barros (2019), a palavra fonte remete ao “fluir”, como “as fontes dos rios”, e a ideia de princípio como “fonte de vida”, “fonte de energia” ou “fonte de informação”. Sem dúvida, as fontes proporcionarão “fluidez” na reconstrução, mesmo que parcial, das particularidades linguísticas atreladas aos fatores extralinguísticos, como as transformações na estrutura social, exploração econômica e dominação política dos períodos colonial e imperial, temporalidade que se refere ao nosso estudo.

De acordo com a classificação de Barros (2019), as fontes manuscritas são consideradas documentos textuais e assim como qualquer outra fonte histórica fornece um testemunho proveniente do passado humano e da realidade que um dia foi vivida.

Os registros paroquiais são definidos por Bellotto (2002, p. 84-85) como “documento diplomático testemunhal de assentamento”, são fontes escritas à mão com tipos de letras diversificadas, seguindo um padrão da época, além das particularidades que cada *scriptor* deixou lavrado nos assentos. Como ressalta Bacellar (2008, p.55), “o pesquisador precisa se ‘moldar’ a uma ortografia e a uma gramática diferenciadas, [...] para o documento manuscrito é preciso, antes de tudo, acostumar-se com a caligrafia”.

Tendo em vista que o elemento básico das fontes textuais é a palavra escrita, Barros (2019) ressalta que isso traz em si implicações imediatas a serem observadas com cautela pelo pesquisador, como por exemplo o vocabulário e suas variações. Nesta mesma direção, Bençal (2018), em sua pesquisa sobre os registros escritos paranaenses dos séculos XVIII e XIX, observa:

além dos aspectos ortográficos, é importante tecer considerações sobre aqueles que seguram ‘a pena’, uma vez que variações na grafia podem manifestar tanto características acerca da formação do escriba quanto deixar transparecer, de diferentes modos e graus, a linguagem falada da época (Bençal, 2018, p. 60).

Nas fontes manuscritas, arroladas para este estudo, foi possível perceber as particularidades do “corpo e da alma” (Berwanger; Leal, 2008) de cada registro, da evolução das letras de cada *scriptor*, e, especialmente, da história da escrita, da historicidade da língua e

do texto que nos ajudam a compreender a história do PB, partindo de um dado momento no passado, variam no decurso do tempo e adaptam-se a novos usos no presente.

Assim, no que segue, analisamos as fontes de acordo com a sua estrutura e finalidade, consideradas como documentos públicos, produzidos oficialmente pela Igreja Católica, estabelecidos pelas *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563) e regulamentados pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* em 1707, com a finalidade específica de identificar e manter o controle sobre os membros da Igreja de forma individualizada (Silva, 2013).

Nesta investigação, utilizaremos especificamente 231 assentos de casamentos do primeiro livro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII, pertencente à Capitania de Sergipe d'El Rey e 688 assentos, também do primeiro livro da Freguesia de São José da Carinhonha do século XIX, Capitania de Pernambuco.

Na próxima subseção, **4.3**, apresentaremos com mais detalhes o gênero documental assentos de casamentos.

4.3 Gênero Assento de Casamento

Os registros paroquiais foram estabelecidos e padronizados a partir do Concílio Tridentino (1545-1563) com o objetivo de promover modificações nas normas e conservação da unidade eclesiástica. Uma informação que merece destaque é que a prática de registrar os sacramentos de batismo e casamento já existia antes do século XVI em algumas dioceses europeias e o registro de óbitos tornou-se obrigatório, posteriormente, através do *Rituale Romanum* (1614) (Bassanessi, 2009, p. 148).

Em 1707, em Sínodo Diocesano, na Bahia, o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide (1643 – 1722) promulgou as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, baseada na doutrina instituída pelas *Ordenações, Disposições do Concílio de Trento*¹⁸ (1545-1563) para

¹⁸ Assembleia de prelados católicos convocada pelo Papa Paulo III e realizada na cidade italiana de Trento, entre os anos de 1545 e 1563, com o objetivo de restabelecer a unidade e a disciplina na Igreja Católica. O Concílio de Trento foi uma resposta às críticas feitas pela Reforma Protestante – movimento reformista cristão do século XVI e de crítica a Igreja Católica que rompeu com a unidade do cristianismo na Europa. Suas principais medidas foram: a condenação da doutrina protestante e da venda de indulgências; a proibição da intervenção dos príncipes nos assuntos da Igreja; a confirmação da ideia de salvação, dos sacramentos, do culto aos santos e das relíquias, das indulgências e do celibato clerical; a criação dos seminários (espaços destinados à formação dos sacerdotes); o reconhecimento da supremacia papal; a instituição do *Index Librorum Prohibitorum* (listagem de livros proibidos para os católicos, que vigorou até 1965); a reorganização da Inquisição. Esse concílio, também conhecido como

acompanhar a mudança dos tempos, usos e costumes, como é mencionado no Prólogo da obra “[...] os Srs. Bispos do Brasil adoptarão estas Constituições com as modificações competentes, e analogas aos usos, e costumes de suas Dioceses” (*Constituições...*, 1719, p. V).

Os assentos de casamentos são registros que constituem “resíduos de ação”, uma ação realizada por um casal que se uniu em matrimônio (Barros, 2019, p. 41). A cerimônia de casamento é um ritual recorrente que torna necessário modelos textuais. Esse próprio ritual é um gênero discursivo que tem função declarativa e o padre utiliza meios linguísticos para tornar válida uma nova realidade (Simões; Costa, 2009, p. 38).

Os atos em que intervêm os *scriptores* constituem um exemplo de ritos sociais pela sua caracterização linguística, uma vez que respondem a uma tradição jurídico-religiosa (Simões; Costa, 2009). Segundo Bassanezi (2009), no decorrer do tempo, a legislação eclesiástica foi aperfeiçoando os registros com a inclusão de novas informações e a padronização das fórmulas da escrita. As normas impostas visavam assegurar a autenticidade, integridade, controle e conservação dos registros paroquiais.

A Diplomática fornece uma base científica para a elaboração de uma tipologia textual, dado que as fórmulas linguísticas e a distância comunicativa dos assentos de casamentos, correspondem fielmente aos elementos constitutivos da espécie documental dos arquivos paroquiais. É importante ressaltar que Bellotto (1999, p. 275) apresenta o conceito de espécie documental como a “configuração que assume o documento de acordo com o objetivo, a disposição e a natureza das informações nele contidas”. A configuração do documento nos leva a compreender “como se estruturavam internamente, sobretudo porque apresentavam constantes formais tanto em termos estruturais quanto linguísticos” (Cabraia, 2005, p. 25).

Entendendo a Diplomática como a ciência encarregada do estudo dos documentos, Bellotto (2002) descreve a espécie documental “assento” da seguinte forma:

Documento diplomático testemunhal de assentamento ou comprobatório. Registro de um compromisso passado em livro próprio (códice). Se feito a partir de uma declaração, é de assentamento; se feito a partir de uma cópia certificada de um ato, é comprobatório. Foi usado, na prática jurídica colonial, no sentido de termo, de contrato. Protocolo inicial: nome e qualificação do compromissado. Texto: a obrigação a que se submete, condições etc. Protocolo final: datas tópicas e cronológica. Assinaturas, registros, certidões e precação (Bellotto, 2002, p. 48).

Concílio da Contrarreforma, foi o mais longo da história, durou 18 anos. Cf. Glossário de História Luso-brasileira.

Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/14-verbetes-iniciados-em-c/734-concilio-de-trento-1545-1563> . Acesso em: 05 abril de 2023.

A estrutura formal dos documentos se apresenta desde o protocolo inicial, o texto e o protocolo final, seguindo uma sequência lógica, integrando a estrutura e substância dos textos, caracterizado por fórmulas e elementos recorrentes. Os assentos de casamentos são repletos de repetições e expressões formulaicas, em função da estrutura predeterminada pelos preceitos das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719). Esse gênero documental é importante para a história do PB devido a sua ampla informação sócio-histórica e linguística de diferentes culturas ao longo do tempo.

A contribuição dos estudos diplomático-paleográficos neste trabalho nos levou a entender como se constituíram sociohistoricamente as práticas de escrita, os elementos intrínsecos e extrínsecos e a variedade de temas encontrados nas linhas e entrelinhas dos assentos de casamentos. De acordo com Berwanger e Leal (2008, p. 16): “[...], a Paleografia abrange a história escrita, a evolução das letras bem como os instrumentos para escrever. Pode ser considerada arte ou ciência”.

Os párocos responsáveis pela escrita dos assentos de casamentos deveriam indicar dados, como, por exemplo, a data e local da realização do casamento, o nome dos contraentes (ou nubentes), filiação, naturalidade e local de residência, o estado civil, normalmente solteiros ou viúvos(as), no caso de viúvos(as), era indicado o nome do cônjuge falecido, e às vezes, o local do sepultamento, a condição social e étnica (escravo¹⁹, forro, preto, mestiço, mulato, cabra²⁰, branco²¹) e a identificação das testemunhas. Além das informações a respeito das denúncias (também denominadas de proclamas ou banhos) e as dispensas dos impedimentos, quando era o caso. E por último, as bênçãos ou a indicação da ausência destas, pelo tempo proibido²² ou segundas núpcias²³.

No processo de leitura e transcrição dos manuscritos, percebemos que alguns registros foram bem mais elaborados do que outros, observamos que alguns *scriptores* eram mais

¹⁹ Termo utilizado na documentação da época. Atualmente usa-se o termo escravizado.

²⁰ “O filho, ou filha de pai mulato, e mãe preta, ou às avessas” (Bluteau, 1728, v. 1, p. 207).

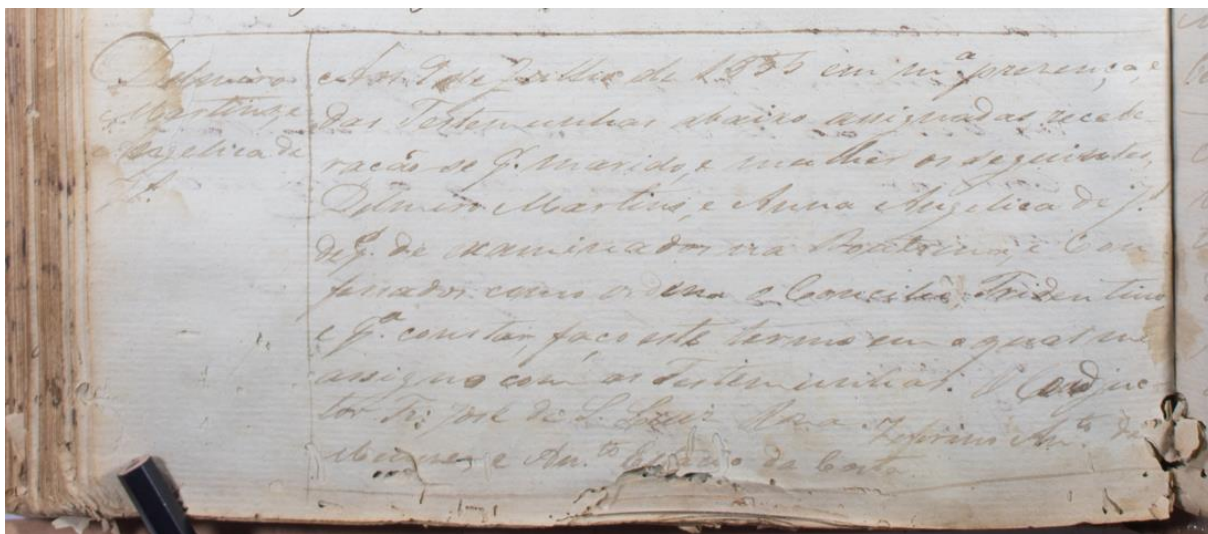
²¹ Os *scriptores* do manuscrito do século XVIII não identificaram explicitamente os brancos. Os *scriptores* do século XIX, em sua maioria, também não fizeram esta identificação, no entanto, dois párocos: José de Souza Lima e Pedro Machado da Crús Bezerra fizeram algumas referências a “homens brancos” ou “homem branco” para declarar as testemunhas em oito assentos. Em relação aos contraentes, apenas em dez registros consta a identificação “branco/ branca”. E, em sete registros, apenas o contraente foi identificado como “branco”, sem identificação para a contraente. Também foi encontrada a identificação “semi=branca” para a contraente, em dois registros.

²² O Sagrado Concílio Tridentino restringiu este tempo do primeiro Domingo do Advento até o dia da Epiphania, inclusivamente, e de Quarta-feira de Cinzas até a *Dominica in Albis* (último dia da oitava de Páscoa), inclusivamente (*Constituições ...*, 1719, p. 121).

²³ “As bençãos se podem, e devem dar a todos os noivos; salvo sendo ambos viúvos, ou a mulher somente viúva; porque então se lhes não devem dar as bençãos, se ambos, ou a mulher as recebeo já, quando outra vez casou” (*Constituições ...*, 1719, p. 121).

cuidadosos, exaravam os assentos com mais zelo e organização. Para ilustrar esse aspecto de elaboração, a **Figura 14**, mostrar um assento menos elaborado, em que o *scriptor* não apresentou informações importantes que constituem o documento, a exemplo do local, horário, filiação, naturalidade, nome das testemunhas no corpo do documento, diligências, resultado das diligências e as bênçãos.

Figura 14 – Assento de casamento menos elaborado



Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha (data-limite: 1804-1857, f. 142 v.). Trecho editado.

Transcrição:

Delmiro | Martins, e | Angelica de | Js

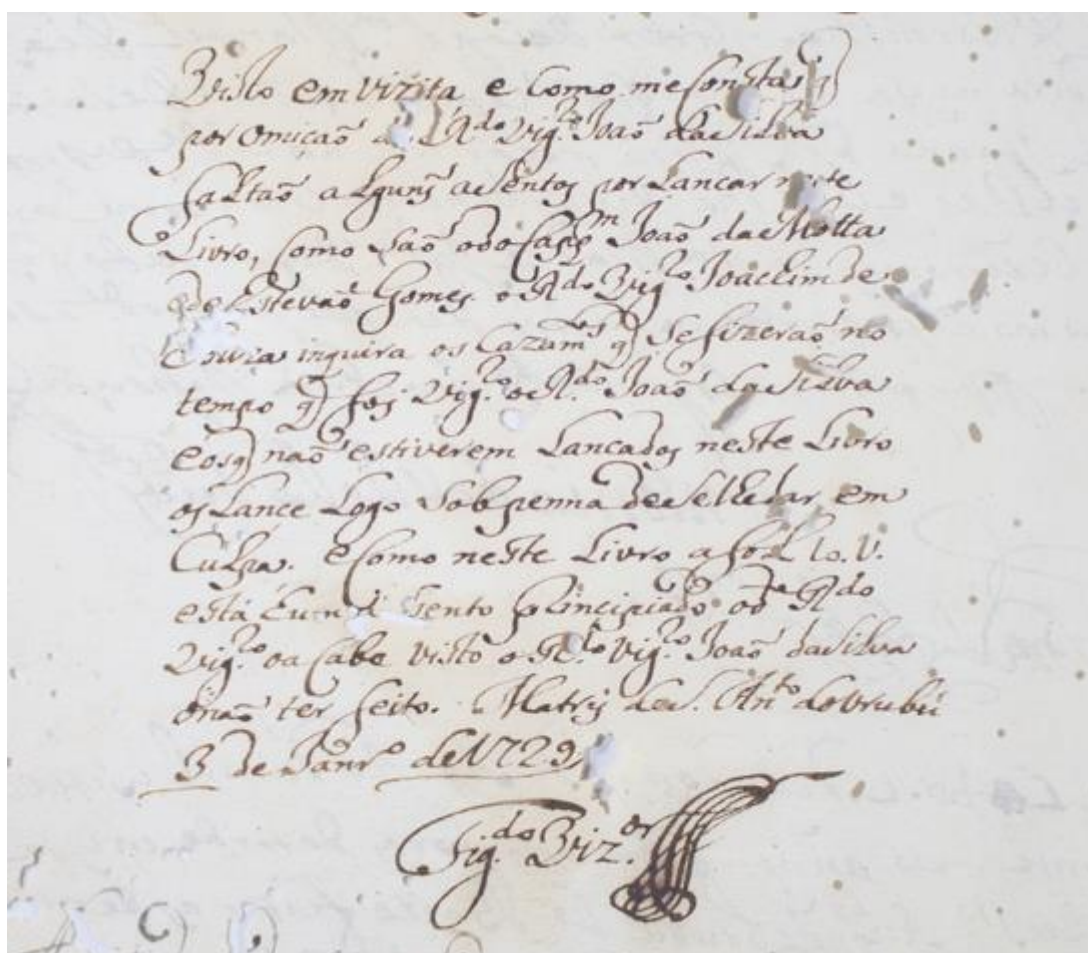
Aos 9 de Julho de 1855 em m.^a presença, e |
das Testemunhas abaixo assignadas recebe- |
ração se p.^r marido, e mulher os seguintes, |
Delmiro Martins, e Anna Angelica de J. |
de p. de examinados na Doutrina, e Con |
fessados como ordena o Concilio Tridentino |
e p.^a constar, faço este termo em o qual me |
assigno com as Testemunhas. O Coadju |
tor Fr. José de S. Luis Rosa. Zeferino Ant.^o de |
Menezes. Ant.^o Estacio da Costa

Conforme foi verificado no processo de leitura e transcrição, diversos assentos eram desprovidos de informações, e não se descarta, entretanto, a hipótese de que os dados fornecidos pelos fregueses poderiam ser insuficientes, como é o caso de assentos de casamentos da população cativa. Bassanezi (2009, p. 149) ressalta que, no Brasil, os registros para as pessoas

livres e de elevada posição social eram mais cuidados, completos e precisos que os relativos aos cativos ou pessoas livres pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade.

Quando um assento se referia ao enlace matrimonial de membros de famílias que tinham uma elevada posição naquele microcosmo social, as informações eram mais detalhadas e a escrita era realizada com maior zelo, pelo menos na maioria deles. Mesmo nestas condições, foram encontrados registros incompletos ou sem lançar por conta da “dependência do zelo do vigário ao anotar, ampliar ou suprimir dados” (Bassanezi, 2009, p. 149), fatos que eram apontados pelo vigário visitador do Arcebispado, nos vistos de visitas deixados nos livros paroquiais. A **Figura 15** exemplifica situação semelhante.

Figura 15 – Visto em visita (Século XVIII)



Fonte: Livro de assentos de casamentos e óbitos (1719-1757). Trecho editado.

Transcrição:

Visto em Vizita e Como me Consta q |
 por omição do R.º Vig.º João da Silva |
 faltaõ alguns aSentos por lançar neste |
 Livro, como são odo Capp.ºm João da Motta |
 e de Estevão Gomes o R.º Vig.º Joachim de |

Souza inquiria os Cazam.^{tos} q Se fizeraõ no |
tempo q foi Vig.^{rio} o R.^{do} João da Silva |
eos q naõ estiverem Lançados neste Livro |
os lance Logo sobpenna deSelhedar em |
Culpa eComo neste Livro afol 10.V. |
está hum assento Principiado ao R.^{do} |
Vig.^{rio} oaCabe visto o R.^{do} Vig.^{rio} João da Silva |
onaõ ter feito. Matris deS. An^{to} doUrubú |
3 de Janr^o de 1729

Vig.^{do} Viz.^{or} (assinatura)

A partir das orientações deixadas pelos vigários visitantes nos livros de registros paroquiais, os párocos eram motivados a fazer um registro que seguisse as tradições jurídico-religiosas da constituição do documento diplomático. Como não havia separação entre Estado e Igreja, desde o início da colonização portuguesa até a Proclamação da República, o registro paroquial possuía caráter religioso com força de um ato civil (Bassanezi, 2009, p.145).

O *scriptor* deveria ser rigoroso no trabalho que lhe era confiado, pois poderia ser punido por omissão ou irresponsabilidade se descumprisse o seu dever. De acordo com Duranti (2005), as partes ou seções dos documentos “devem ser vistas como caixas, quando não apresentam os elementos, é porque está vazia”. Da mesma forma, os párocos deveriam obedecer às fórmulas linguístico-discursivas preestabelecidas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719), caracterizando os assentos de casamentos como documento diplomático, que, na definição de Bellotto (2004, p. 46), é o “testemunho escrito e redigido segundo uma forma determinada, variável em relação ao lugar, à época e ao tema, sobre um fato de natureza jurídica”.

Como foi possível verificar na maioria dos assentos de casamentos do corpus, o rigor e homogeneidade a esse gênero constituído de evocações e repetições aparecem completamente ordenados e com caráter conservador. Como observa Duranti (2005), cada profissão tem suas expressões padronizadas, cuja redação obedece a fórmulas específicas.

Apesar da concepção de ser um gênero “de uma linguagem mais elaborada, de um léxico mais especializado, de fórmulas preestabelecidas, as quais permitem pouca ou nenhuma variação” (Simões; Costa, 2009, p. 46), a abordagem dos assentos de casamentos possibilita a sistematização das informações e permite ao pesquisador a identificação de padrões recorrentes ou variações ao longo de uma série.

Barros (2019, p. 57-58) define fontes seriais como fontes homogêneas, ou seja, do mesmo tipo e que a série apresente uma continuidade, e não com lacunas de tempo. Ainda segundo o autor, o objetivo de uma serialização de fontes é identificar padrões, repetições ou

recorrências, além de variações que indicam uma tendência em um determinado ciclo. Na análise serial, é possível perceber as permanências ou inovações de um determinado gênero documental.

Como apontado por Barros (2019, p.35), certos acontecimentos ou processos permitem introduzir uma nova postura historiográfica, que é a de tratar a fonte autoral não apenas como testemunho ou fonte de informações, mas como discurso a ser analisado pelos historiadores. Muito frutífero é o estudo de Simões e Costa (2009) sobre as atas paroquiais dos setecentos e oitocentos como gêneros discursivos, em que os autores argumentam não ser possível analisar um determinado gênero discursivo de um ponto de vista histórico sem se levar em consideração as necessidades comunicativas e os aspectos culturais da sociedade em que o texto é produzido, repetido e evocado no tempo e no espaço.

Bassanezi (2009, p. 149) aborda que, no decorrer do tempo, a legislação eclesiástica foi aperfeiçoando os registros com a inclusão de novas informações e a padronização das fórmulas da escrita. A autora acrescenta, ainda, que normas eram impostas para assegurar o controle, integridade, autenticidade e a conservação dos registros paroquiais.

Devido aos interesses da Metrópole, as informações prestadas nos arquivos paroquiais eram utilizadas para o mapeamento das povoações da Colônia, como as determinações de Diplomas Régios expedidos em 1773, 1776 e 1797, pelo governo português para os governadores da América portuguesa e das demais colônias (Matos; Sousa, 2015), cujos documentos solicitavam informações qualitativas da população, com o objetivo de traçar mapas estatísticos e controlar o contingente populacional do território ultramarino e, para tanto, eram utilizados os registros da Igreja Católica, como os assentos de batismo, casamento e óbitos, além dos documentos militares, fiscais e alfandegários.

De acordo com Matos e Sousa (2015), as operações estatísticas da América portuguesa seguiam os modelos de análise vigente na época e o processo de recolhimentos dessas informações dependiam das relações primárias formuladas pelos párocos das freguesias através dos registros de batizados, casamentos e óbitos, configurando uma rede territorial, que proporcionava o cumprimento das ordens régias e das instruções do governo português, que visava, através dessas informações, mapear as estruturas demográficas e socioeconômicas dos seus territórios.

Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719), no Título LXXXIII, do Livro Primeiro, no tocante aos assentos de casamentos, a normatização indicava que em todas as igrejas paroquiais, deveria haver um livro para o assento dos casados, devendo ser lavrado o assento no mesmo dia da celebração, para assinarem logo as testemunhas (*Constituições...*,

1719, p. 131), embora, na maioria das vezes, os registros apresentaram apenas a assinatura do vigário.

A composição apresentada pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719) indicava que deveriam ser assentados os nomes dos nubentes, e de seus pais, das testemunhas, dia, lugar e Igreja e que tudo deveria ser escrito “por letra ao comprido, e não por algarismo, ou abreviatura pela maneira seguinte, por se evitarem os enganos, que do contrario podem, e costumão suceder” (*Constituições...*, 1719, p.131). Apesar de que o uso de formas abreviadas fosse contrário às normas estabelecidas, os *scriptores* recorriam às abreviaturas, seguindo a tendência sócio-histórica da época, além de refletir o princípio da economia na prática da escrita (Assis; Silva; Pacheco, 2021).

Quanto às características textuais, os assentos de casamentos são frutos da convergência de duas tradições culturais: o texto jurídico e o texto religioso (Simões; Costa, 2009, p. 40), que obedecem a um conjunto de regras em sua macroestrutura e conteúdo, o que “nos permite adotar uma posição que tem como objetivo a busca detalhada e a reconstrução de referências e alusões a tradições no texto” (Kabatek, 2018, p. 212). A análise dos assentos de casamentos possibilita a investigação das mudanças ocorridas na organização textual ao longo do tempo, estabelecendo a relação das estruturas oracionais de acordo com o modelo determinado e as características que dialogam com o gênero estudado.

Simões e Costa (2009, p. 37), nesse contexto, consideram que a produção de um texto ou gênero significa a realização de uma ação típica e recorrente e que se faz necessário o uso de modelos textuais para facilitar a produção do texto. Os assentos de casamentos apresentam estruturas oracionais cristalizadas historicamente pela recorrência do uso ao longo dos séculos e revelam a sócio-história de um período pretérito, testemunhando as características, o funcionamento e as particularidades do gênero “assento”, cujos indícios foram deixados por diferentes *scriptores*, cuja “autoridade era constituída duplamente [...], pelo Estado e pela Igreja”, conforme assinalam Simões e Costa (2009, p. 37).

Os componentes fixos encontrados nos assentos são expressões contidas no modelo orientado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719, p. 130):

Aos tantos de tal mez, de tal anno pela manhã, ou de tarde em tal Igreja de tal Cidade, Villa, Lugar, ou Freguezia, feitas as denunciações na fôrma do Sagrado Concilio Tridentino nesta Igreja, onde os contraentes são naturaes, e moradores, ou nesta, e tal, e taes Igrejas, onde N. contrahente é natural, ou foi, ou é assistente, ou morador, sem se descobrir impedimento, ou tendo sentença de dispensação no impedimento, que lhe sahio, como consta da certidão, ou certidões de banhos, que ficão em meu poder, e sentença que me apresentarão,

ou sendo dispensados nas denúncias, ou diferidas para depois do Matrimônio por licença do Senhor Arcebispo, em presença de mim N. Vigário, Capellão, ou Coadjutor da dita Igreja, ou em presença de N. de licença minha, ou do Senhor Arcebispo, ou Provisor N., e sendo presentes por testemunhas N. e N., pessoas conhecidas, (nomeando duas, ou três das que se acharão presentes) se casarão em face da Igreja solemnemente por palavras N. filho de N., e de N., natural, e morador de tal parte, e freguez de tal Igreja, com N. filha de N., ou viúva que ficou de N. natural, e morador de tal parte, e Freguezia desta, ou de tal Paróquia: (e se logo lhe der as benções acrescentará) e logo lhe dei as benções conforme os ritos, e ceremonias da Santa Madre Igreja, do que tudo fiz este assento no mesmo dia, que por verdade assignei. (*Constituições...*, 1719, p. 130)

Os assentos de casamentos das Freguesias do Sertão do Rio São Francisco seguem as estruturas de acordo com essas orientações, como tem defendido Kabatek (2006, p. 5), “o traço definidor das TDs é, então, a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior: uma relação temporal com repetição de algo”. As informações sofrem uma variação na produção de cada assento, de acordo com o estilo de cada *scriptor*, o que configura alguns registros mais elaborados do que outros, por tanto, cada assento de casamento possui características particulares, escritos a partir de uma tradição que perdura por séculos.

Os registros iniciam sempre com a data e o local da realização da celebração, ou seja, a igreja, capela ou oratório particular da freguesia, e também o nome do celebrante, pároco ou outro sacerdote com a prévia autorização para realizar o ato, sendo utilizada a expressão “de licença minha” ou “com a licença do Reverendo ...”, Para serem batizados, se casar ou ser sepultado em outra igreja ou freguesia, era necessária a autorização do pároco para que os fregueses²⁴ tivessem o conforto dos sacramentos.

De acordo com informações evidenciadas nas fontes, os livros de registros paroquiais não podiam ser retirados da igreja matriz e, quando a celebração era realizada em atos de desobriga²⁵ ou nas capelas filiais por outros padres, ou até em outras freguesias, era utilizado algum tipo de anotação para os futuros lançamentos, realizada pelo vigário ou coadjutor da paróquia.

Face ao exposto, salientamos que os assentos de casamentos foram produzidos em um contexto jurídico-religioso, com uma estrutura bem estabelecida que requer o uso de uma macroestrutura determinada e fórmulas fixas que, teoricamente, permite poucas variações para o labor do *scriptor*. Apesar disso, os registros apresentam certas particularidades influenciadas pelo contexto sócio-histórico de produção, pelo estilo do *scriptor* e, às vezes, pelas próprias

²⁴ Do latim *filiu ecclesiae* ‘filho da igreja, paroquiano, aqueles que pertenciam à mesma paróquia’ (Cunha, 2012, p. 301).

²⁵ Quando o vigário percorria a freguesia para ministrar os sacramentos.

informações (in)disponíveis, como é possível notar, na elaboração dos registros. Corroborando com Simões e Costa (2009, p. 37), cabe-nos lembrar que os registros paroquiais revelam sobre a sociedade de uma dada época histórica, pois foram escritos por indivíduos que partilham de determinados conhecimentos culturais de uma sociedade.

Por isso, é imprescindível analisar e pontuar os aspectos paleográficos presentes na fonte documental, “ter conhecimento do vocabulário, grafia, abreviaturas e terminologia da época do documento” (Berwanger; Leal, 2008, p. 90), para desenvolver um trabalho confiável e que pode ser replicado em pesquisas linguísticas e históricas posteriores.

4.4 Papel, pena e tinta

Para realizarmos o estudo com fontes históricas são necessários conhecimentos das ciências auxiliares, dentre elas, a Codicologia. De acordo com o *Glossário de Crítica Textual* da Universidade Nova de Lisboa²⁶, a Codicologia estuda o códice nas perspectivas materiais (suporte, tinta, letra, cadernos, encadernação), histórica e cultural.

Para Spina (1977, p. 22), a “Codicologia é atinente exclusivamente ao conhecimento do material empregado na produção do manuscrito e das condições materiais em que esse trabalho se verificou”. O autor reforça que a comunicação através da escrita conhece duas tradições: a tradição manuscrita, representada pelo Volume²⁷ e pelo Códice e a tradição impressa, representada pelo livro. A palavra códice deriva do latim *codex, cis* (ou *caudex, cis*), tronco de árvore e são “livros grandes, *in-folio*, isto é, em folhas, no tamanho da folha” (Spina, 1977, p. 30).

Os livros eram feitos de madeira e as tabuinhas eram cobertas de cera para receber a escrita, amarradas pelas margens, assemelhando aos livros atuais, formando os códices, cuja denominação *codex* permaneceu, apesar dos livros passarem a ser feitos de papel ou pergaminho.

Cambraia (2005, p. 26) sinaliza que a Codicologia “consiste basicamente no estudo da técnica do livro manuscrito (códice)”. Segundo o autor, a descrição codicológica permite compreender de forma mais profunda o processo de transmissão dos textos e a descrição pragmática dos códices preservados nos manuscritos. Os conhecimentos da ciência

²⁶ <http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>. Acesso em 09 set. 2022.

²⁷ *Volumen*: forma primitiva do livro, apresentando-se como um rolo de papiro ou pergaminho (Glossário de Crítica Textual). Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>. Acessado em: 09 set. 2022.

codicológica, assim como de outras disciplinas, auxiliam no entendimento das técnicas usadas sobre os códices, o estado de preservação e o processo de transmissão dos textos.

Vale salientar que o corpus deste trabalho constitui códices manuscritos, redigidos nas freguesias do sertão do Rio São Francisco entre os séculos XVIII e XIX, exarados pelos diferentes párocos que foram responsáveis pelas freguesias ao longo do recorte temporal evidenciado nos livros analisados. Nessa perspectiva, a seguir será apresentado o estudo dos componentes materiais e conservação dos dois livros de registros paroquiais utilizados para o presente estudo.

A justificativa para a escolha do primeiro livro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco é o fato de um documento do século XVIII representar um campo muito produtivo para revelar os aspectos linguísticos e sócio-históricos do Sertão do Rio São Francisco, sendo uma fonte permanente de informação.

O primeiro livro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco foi escrito entre os anos de 1719 a 1757, contendo assentos de casamentos e óbitos. Os assentos de casamentos são registrados até 1753, por sete diferentes *scriptores*. Os assentos de óbitos são datados até 1757, totalizando oito diferentes punhos ao longo do tempo. Os referidos períodos estão de acordo com a anotação na lombada da encadernação do manuscrito, e também verificada durante a leitura e transcrição do documento.

Em relação à encadernação, a capa do livro é em papel cartão, com detalhes em marrom e azul, como mostra a **Figura 16**. A lombada mede 28mm de largura, e a parte superior, apresenta-se com maiores sinais de deterioração, como mostra a **Figura 17**.

Figura 16 – Capa do livro

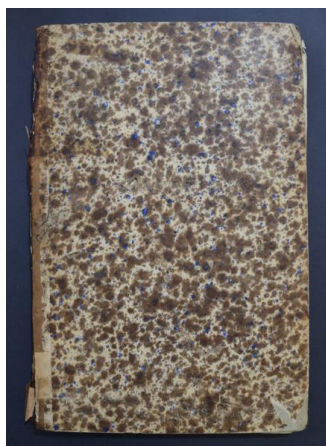


Foto: Acervo pessoal (2021)

Figura 17 – Lombada do livro

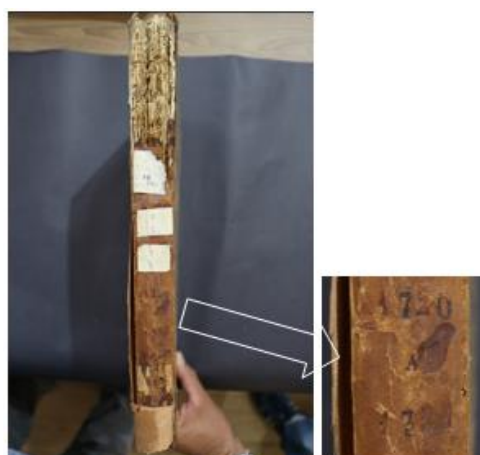


Foto: Acervo pessoal (2021).

Em relação aos fólhos, o códice consta de 138 fólhos, com folhas de papel de boa qualidade, suave ao tato e de cor branca, que com o passar do tempo foi ficando amarelado. Os fólhos medem aproximadamente 205 x 300mm., cuja dimensão da mancha é de 170 x 270mm. Não há fólhos rasgados ou ausentes. Os cantos superiores direitos dos fólhos apresentam levemente danificados, provavelmente pelo uso do manuscrito ao passar as páginas, ao longo do tempo. O texto é escrito em uma única coluna, com média de 30 a 40 linhas, escritos em frente e verso, a foliação é feita com numeração arábica no canto superior da margem direita do *recto*, correspondendo, obviamente, aos números ímpares, e rubricada com a assinatura “Pontes”, autoridade eclesiástica que escreveu o termo de abertura e encerramento do manuscrito, como mostram as **Figuras 18 e 19**, e respectivas transcrições:

Figura 18 – Termo de abertura (século XVIII)



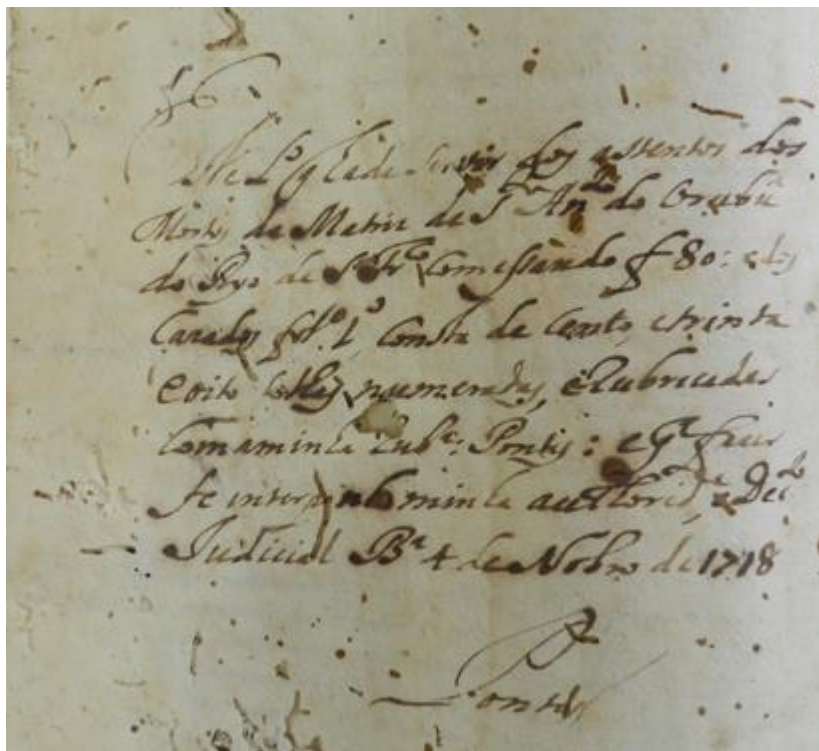
Fonte: Livro de assentos de casamentos e óbitos (1719-1757). Trecho editado.

Transcrição:

Lº dos assentos dos cazados da Matriz |
de S^{to} An^{to} do Orubu do Ryo de S. Fr^{co} |
q começaõ fl 1: e dosmortos, q prin- |
cipiao f 80: Consta de 138 folhas con- |
forme do termo de encerram.^{to} na mesma |
folha 138 vrº

Pontes

Figura 19 – Termo de encerramento (século XVIII)



Fonte: Livro de assentos de casamentos e óbitos (1719-1757, f.138 v.). Trecho editado.

Transcrição:

Este L^o q hade Servir aos assentos dos |
Mortos da Matriz de S An^{to} do Orubû |
do Ryo de S Fr^{co} comessando f 80 = e dos |
cazados fol^o 1^o Consta de cento e trinta |
eoito folhas numeradas, e rubricadas |
Com a minha rub^a: Pontes e p fazer |
fe interponho minha authorid^e, eDecr^{to} |
Judicial B^a 4 deNobr^o de 1718.

Pontes

O papel encontra-se fragilizado pelo tempo e não há marca d'água, uso de selos ou carimbos. Na descrição do mesmo códice realizada por Assis, Silva e Pacheco (2021, p. 234) temos algumas informações adicionais:

O livro é escrito com tinta ferrogálica, de coloração amarronzada, com variações mais escuras ou mais claras ao longo do documento e em alguns casos, a coloração aproxima-se do preto. Em alguns fólhos, há manchas e corrosão deixadas pela tinta, onde a concentração foi maior, além da migração que transferiu as imagens para o verso e para outros fólhos do documento. Outros sinais de deterioração foram deixados por papirófagos, especialmente na parte superior, além de manchas de umidade percebidas desde o fólho 1 ao 17, além de uma mancha mais escura na parte inferior do livro, à

direita no *recto* e à esquerda no verso que inicia no fôlio 1 e vai diminuindo até desaparecer no fôlio 9 (Assis; Silva; Pacheco, 2021, p. 234).

Em relação à matéria instrumental, o objeto usado pelos escribas para registrar os assentos era a pena de ave. Conforme Cambraia (2005, p. 69), “só a partir do século XIX é que se difundem novos instrumentos como a pena de aço, a caneta-tinteiro, a caneta esferográfica, o lápis, dentre outros”. A esse respeito, Spina (1977) relata que

o instrumento da escrita variou de acordo com a matéria empregada: para as tabuinhas enceradas os romanos se utilizavam do *stylus* ou *graphium*, de metal ou de osso; para o papiro e o pergaminho, utilizavam o *calamus*, pena feita de caniço, e seu uso começou a escassear por volta do século VII, suplantado pela pena de ave, especialmente a do pato. Eram instrumentos auxiliares as sovelas, a régua, a esponja e o raspador; com as sovelas se fixavam as extremidades da folha sobre a mesa para se traçarem as pautas com a régua; o raspador destinava-se às rasuras, e com a esponja molhada se apagavam as linhas escritas (Spina, 1977, p. 30).

Os critérios apresentados por Spina (1977) foram sendo aprimorados com o passar do tempo e de acordo com as peculiaridades de cada lugar. Quanto aos *scriptores* do sertão do São Francisco, percebemos características semelhantes ao uso dos suportes e instrumentos para a realização dos registros paroquiais.

O documento se encontra em um bom estado de conservação, embora alguns fôlios estão danificados pelo sinal de umidade, ação de papirógrafos e corrosão ou desbotamento da tinta que prejudicam o texto ou dificultam a leitura em alguns trechos, como ilustram as **Figuras 20 e 21**.

Figura 20 – Fôlio danificado

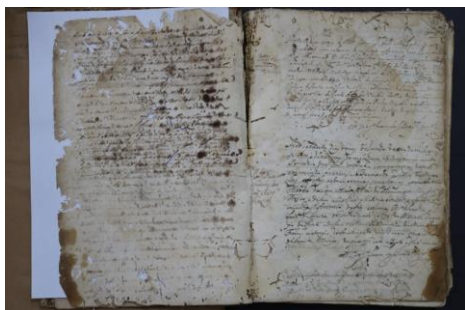


Foto: Acervo pessoal (2021).

Figura 21 – Mancha de umidade



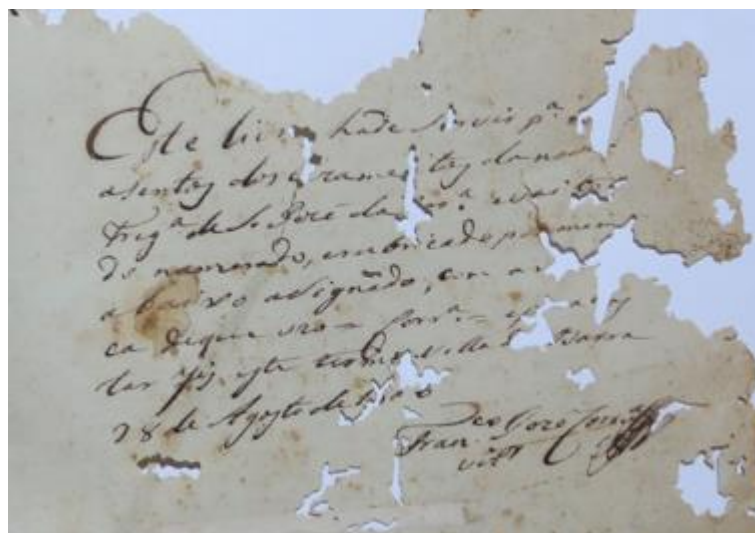
Foto: Acervo pessoal (2021).

Com a descrição desse livro manuscrito, damos o primeiro passo em nosso estudo para o recorte temporal do século XVIII. A seguir, apresentaremos a descrição do livro referente ao século XIX.

O primeiro livro da Freguesia de São José da Carinhanha contém 688 assentos de casamentos, exarados por 20 diferentes *scriptores* em seus 152 fólhos que compreendem o período de 1804 a 1857. Felizmente, o conteúdo do manuscrito foi preservado praticamente em sua totalidade, propiciando uma inestimável fonte de informação sobre o sertão do São Francisco.

O primeiro fólho é dedicado ao termo de abertura e o último, ao termo de encerramento, indicando a data, local de procedência e o nome da autoridade eclesiástica competente que exarou os termos, como mostram as **Figuras 22 e 23**:

Figura 22 – Termo de abertura (século XIX)

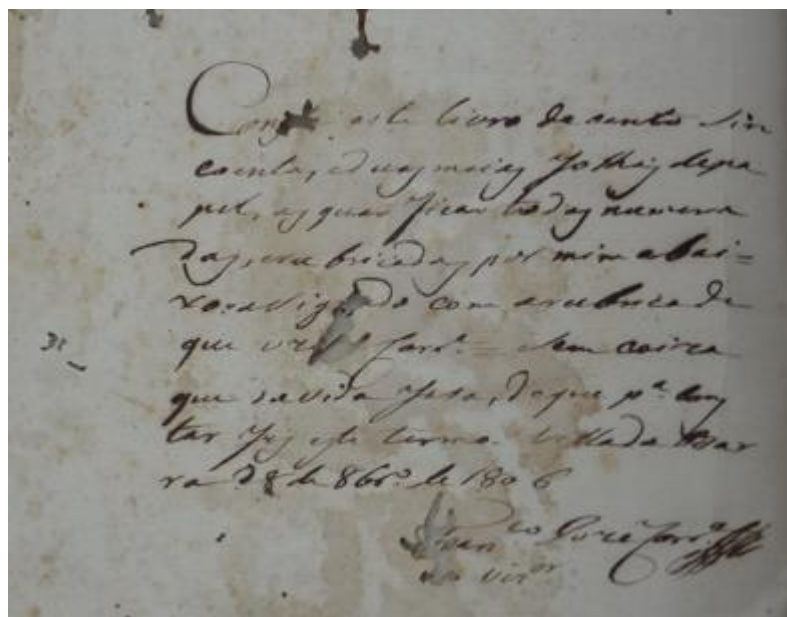


Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhanha (data-limite: 1804-1857, f. 1 r.). Trecho editado.

Transcrição:

Este livro hade servir p^a [os] |
 assentos dos cazamentos desta |
 Freg.^a deS. Jozé da Car.^a e vai to |
 do numerado e rubricado por mim |
 abaixo assignado; com arubri |
 ca deque uzo = Corr.^a = e para cons |
 tar fiz este termo. Villa da Barra
 28 de Agosto de 180[6]
 Fran.^{co} Jozê Correa
 Viz.^{or}

Figura 23 – Termo de encerramento (século XIX)



Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha (data-limite: 1804-1857, f. 152 r.). Trecho editado.

Transcrição:

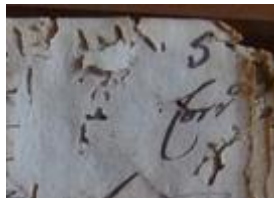
Consta este livro de cento sin |
coenta, e duas meias folhas depa |
pel, as quais ficam todas numera |
das, e rubricadas por mim abai= |
xo assignado com a rubrica de |
que uzo Corr.^a = sem [†] |
que devida [†], de que p.^a cons |
tar fiz este termo. Villa da Bar |
ra 28 de 8br.^o de 1806
Fran.^{co} Joze Correa
Viz.^{or}

O aspecto externo do códice é simples, encadernado com um tipo de papel cartão, cuja lombada mede 20mm com formato retangular. De acordo com Ruiz García (2002, p. 305), a encadernação é o ato de juntar, unir ou costurar vários fólhos e colocar capas sobre eles para formar um exemplar.

O livro é envolvido com um papel pardo, colocado como forma de identificação e proteção. O manuscrito é composto por 152 fólhos, medindo 210x300 mm., com numeração arábica e rubrica na parte superior do canto direito do *recto* de cada fólho, da autoridade

eclesiástica competente, o Reverendíssimo Visitador²⁸ da Repartição da Manga²⁹, o Padre Francisco José Correa, como é possível observar nas **Figuras 24 e 25**:

Figura 24 – Numeração arábica (f. 5 r.)



Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha (data-limite: 1804-1857, f. 5r.). Trecho editado.

Figura 25 – Numeração arábica (f. 22 r.)



Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha (data-limite: 1804-1857, f. 22 r.). Trecho editado.

De acordo com Ruiz Garcia (2002, p. 168), na maioria dos casos, o fólio era numerado no *recto*, embora existiam casos mais antigos em que o número aparece no verso. O mesmo tipo de papel é usado em todo o códice e está amarelado devido à ação do tempo. Percebemos um traçado feito a lápis, uniforme em todo o manuscrito, para delimitar a superfície a ser escrita, em ambas as margens dos pontusais (linhas verticais) da justificação. Não há traçado de vergaturas (linhas na posição horizontal).

A escrita é feita no *recto* e verso. A caligrafia cursiva humanística apresenta-se com um ângulo de inclinação levemente para a direita. A tinta, de tonalidade amarronzada, deixou vestígios de corrosão em alguns fólios onde a concentração foi maior e também manchou algumas partes do livro, passando de um fólio a outro. Não contém marca d'água ou selos.

²⁸ Sacerdote a quem os prelados incumbem a visitação da diocese para conhecer as necessidades dela e ver o modo como é feito o serviço divino e como procedem os párocos (Nunes, 2008, p. 155).

²⁹ Na segunda década do século XVIII, o Estado português confirmou a colação da Igreja de Santo Antônio da Manga (1721), subordinada na esfera política à Capitania de Minas Gerais, porém no eclesiástico ao bispado de Pernambuco. A Comarca da Manga abrangia as Freguesias da Barra de São Francisco das Chagas do Rio Grande (a qual pertencia o Arraial de São José da Carinhonha), Pilão Arcado e Campo Largo (Arraes, 2017, p. 231; 237).

Apesar da ação do tempo, da umidade e da ação dos papirógrafos, o estado de conservação, em geral, é bom. O livro é perfeitamente legível e analisável.

Apenas alguns pontos se encontram em mal estado de conservação, como a parte superior dos primeiros fólios e a parte interna da encadernação, onde podemos observar que os fólios foram costurados para formar o códice por meio de 4 nervuras, como mostra a **Figura 26**.

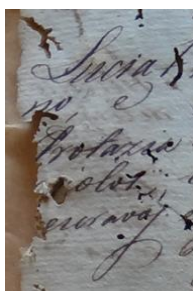
Figura 26 – Encadernação interna



Foto: Acervo pessoal (2021).

O manuscrito se conserva íntegro, não houve o extravio de fólios, observação que pode ser feita pela foliação e termos de abertura e encerramento. De acordo com Cambraia (2005, p. 70), “as folhas eram dobradas ao meio, formando um bifólio, e colocadas umas dentro das outras, [...] costurados pelo vinco da dobra, unindo-se uns aos outros e também a uma capa constituída de um material mais firme”. O referido livro, assim como os demais do acervo, não passou por nenhuma restauração, embora alguns exemplares estejam necessitando de restauro.

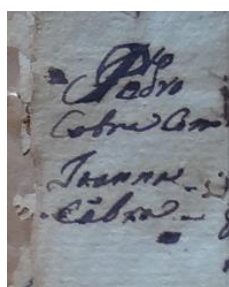
Durante a leitura do documento, observamos inserções fora da mancha gráfica dos fólios, redigidas pelos próprios *scriptores*, com informações sobre o nome dos nubentes e no caso da população cativa e mestiça, havia o acréscimo da condição social ou étnica, por exemplo: cabra, mestiço, preto forro, escravo, etc. No caso da população branca, muito raramente era mencionada tal condição. Seguem, nas **Figuras de 27 a 29**, a título de ilustração, algumas dessas inserções, chamadas de notas marginais:

Figura 27 – Fragmento (f. 5 v.)

Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha (data-limite: 1804-1857, f. 5v.). Trecho editado.

Transcrição:

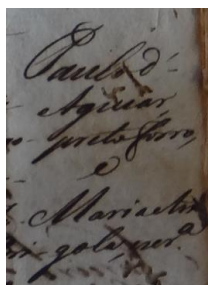
Lucia | no, e | Protazia | Criolos | escravos

Figura 28 – Fragmento (f. 6 v.)

Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha (data-limite: 1804-1857, f. 16 v.). Trecho editado.

Transcrição

Pedro | Cabra com | Joanna | Cabra

Figura 29 – Fragmento (f. 6 r.)

Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha (data-limite: 1804-1857, f. 6 r.). Trecho editado.

Transcrição

Paulo d'- | Aguiar | preto forro, | e | Maria An | gola, escr.^a

Esses elementos paratextuais presentes nos livros de registros paroquiais constituem uma fonte para estudos filológicos e do léxico, como os antropônimos, condição social, jurídica e étnica de toda uma população em um determinado recorte temporal e diatópico. As notas marginais são fontes privilegiadas que dão acesso a numerosas informações que podem ser exploradas pelo pesquisador histórico.

Nas próximas subseções, exploramos alguns aspectos extrínsecos aos textos, o sistema de abreviaturas e um estudo sobre as consoantes sibilantes.

4.4.1 Aspectos gráficos e reclames

Agora que explicamos sobre alguns aspectos codicológicos dos livros de assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX, vamos descrever algumas características paleográficas dos livros manuscritos analisados, o que nos permitirá, de acordo com Acioli (1994, p. 6), interpretar as formas gráficas antigas em que o manuscrito foi redigido.

Ao longo da **Subseção 4.4**, “Papel, Pena e Tinta”, descrevemos aspectos filológicos-paleográficos a respeito dos manuscritos, assim, nesta subseção, focaremos nos aspectos extrínsecos aos textos no que se refere ao tipo de escrita, aos aspectos gráficos e aos reclames.

Os livros de assentos de casamentos do sertão do São Francisco estão registrados em letra humanística, utilizada na documentação brasileira desde o século XVI. Segundo Berwanger e Leal (2008, p. 67)

A escrita humanística foi uma reação dos intelectuais e artistas do Humanismo (séculos XV-XVI) à escrita gótica, então em uso, por esta representar a cultura medieval que tanto combatiam. Gerada com base em outra escrita, que pensavam ser de origem clássica romana, sabe-se hoje que esta escrita original não era clássica romana, mas a pura escrita carolina ou carolínea, a mais típica da Idade Média (Berwanger e Leal, 2008, p. 67).

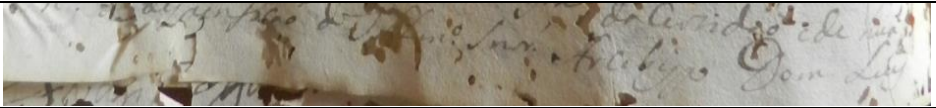
Cabe ressaltar que, durante a leitura e a realização da edição dos manuscritos, observamos características comuns entre a prática de escrita de todos os *scriptores* identificados. A escrita cursiva humanística proporciona uma forma de escrita mais rápida, sem perder a clareza e a legibilidade. No livro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (século XVIII) foram identificados sete *scriptores*, que de forma geral, apresentaram uma escrita que respeitava às margens dos fólhos, cujas letras cursivas apresentavam regularidade e homogeneidade, arredondadas, módulos pequenos, levemente inclinadas para a direita e com traçados firmes.

No que se refere ao livro da Freguesia de São José da Carinhanha (século XIX), o papel e a tinta estão em boas condições, o que não representa maiores dificuldades para a leitura do documento, embora há a deterioração lógica de um documento de mais de dois séculos. A escrita dos vinte *scriptores* identificados mostra regularidades em todo o documento, apresentando homogeneidade no traçado da letra cursiva humanística, as letras que possuem hastes estão dentro da dimensão que corresponde às pautas dos fólios, são arredondadas, de módulo pequeno, levemente inclinada para a direita. Quanto ao ângulo do traçado são perpendiculares aos traços verticais e à horizontalidade da pauta. Os traçados são firmes e o peso é fino e claro. Não há a ocorrência de rasuras ou borrões.

Outro artifício paleográfico identificado durante a leitura e edição do documento foi o uso frequente de reclames, ou reclusos, escrito com a mesma tinta e pelo mesmo punho, repetindo a última palavra do final de um fólio no início do fólio seguinte. De acordo com Ruiz Garcia (2002, p. 166), o reclame é uma forma documentada de expressar a ordem progressiva dos fólios que compõem o corpo do manuscrito.

A seguir, o **Quadro 6**, a título de ilustração, ressalta alguns exemplos retirados do referido livro.

Quadro 6 – Reclames (século XVIII)

Fólio 12 v (Final do documento)	
Transcrição:	Sr. ^a dedespensaço do [†] Ilm. ^o Snr Arcebispo Dom Luis
Fólio 13 r (Início do documento)	
Transcrição:	Luis Alz' de figueyredo que me apresentação em pre-
Fólio 65 v (Final do documento)	
Transcrição:	do Espirito Santo Com Dona Jozepha de Vasconcellos
Fólio 66 r (Início do documento)	
Transcrição:	Vasconcellos natural desta freguezia do Urubû filha Legitima de

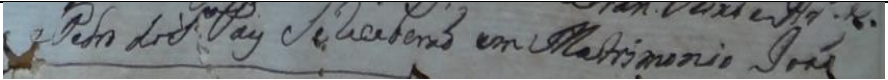
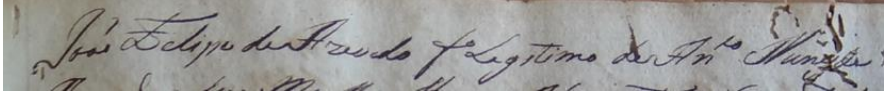
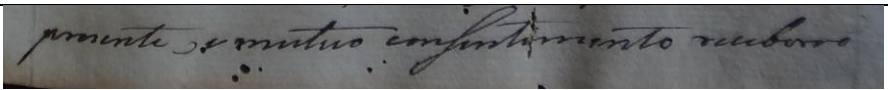
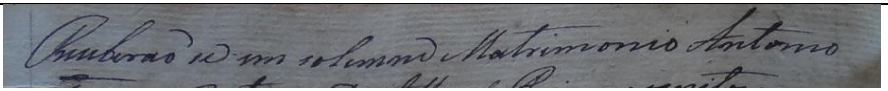
Fonte: Elaboração própria.

Destacamos a transcrição dos reclames do **Quadro 6** para notarmos a palavra disposta na forma horizontal no final dos fólios e sua duplicação no início do texto da página seguinte, indicando a sequência e adiantando a leitura sem causar interrupção.

Assim como encontramos o uso dos reclames (ou reclusões) no livro do século XVIII, os *scriptores* do manuscrito do século XIX também aplicaram esse artifício paleográfico, “repetindo o que deveria estar no início da coluna, página ou caderno que se seguiria” (Cambráia, 2005, p. 73).

No **Quadro 7**, apresentamos exemplos retirado do corpus:

Quadro 7 – Reclames (século XIX)

Fólio 15 v (Final do documento)	
Transcrição:	Pedro dos S. ^{os} Pais Se Receberão em matrimônio João
Fólio 16 r (Início do documento)	
Transcrição:	João Felipe de Azevedo fº Legítimo de An. ^{to} Nunes de
Fólio 33 r (Final do documento)	
Transcrição:	presente, e mutuo consentimento receberão
Fólio 34 v (Início do documento)	
Transcrição:	Receberão se em solemne Matrimônio Antonio

Fonte: Elaboração própria.

Tal recurso foi menos recorrente no livro de assentos de casamentos do século XIX, entendemos que a pouca utilização dos reclames está relacionada à estrutura dos assentos que, na maioria, eram finalizados dentro da mancha do mesmo fólio.

4.4.2 Sistema de abreviaturas

Além dos diversos aspectos materiais existentes, o manuscrito possui elevado número de abreviaturas, cujo uso é recorrente, com base no levantamento empreendido por Assis, Silva e Pacheco (2021)

As frequências listadas que mais ocorreram na fonte foram as abreviaturas com letras sobscritas, uma vez que algumas formas são mais recorrentes pelo fato de que quanto maior a frequência de uma determinada palavra, maior a possibilidade de abreviatura. Os demais tipos de abreviaturas também tiveram presença marcante no manuscrito, apresentando desde as formas mais simplificadas como as siglas, representadas por uma única letra ou pelas

palavras inacabadas da suspensão ou apócope e também pelo processo de abreviar as primeiras e últimas letras, do sistema de contração ou síncope (Assis; Silva; Pacheco, 2021, p. 242).

De acordo com os autores, o uso de abreviaturas nos assentos de casamentos do primeiro livro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco reflete o princípio da economia, embora o uso de formas abreviadas fosse contrário às normas das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719), que exigia que os assentos fossem exarados com clareza, por extenso, sem algarismos e inteligíveis.

O estudo das abreviaturas para a presente tese foi norteado pelas orientações de Acioli (1994), Berwanger e Leal (2008) e Flexor (2008), recorrendo também à abordagem sistemática do programa *AntConc* 4.2.4 (2023) para a localização das unidades lexicais específicas. Quanto à classificação das abreviaturas por siglas, suspensão ou apócope, contração ou síncope e letras sobrescritas, não há dúvida de que o interesse em descrever os seus usos no sertão do São Francisco no século XVIII é motivado pelas fontes seriais que oferecem dados suficientes para realizar a referida descrição.

O **Quadro 8** a seguir, expõe uma pequena amostra de abreviaturas identificadas por siglas.

Quadro 8 – Abreviaturas por siglas

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	S.	<i>Santo</i>
	D	<i>Dom</i>
	q	<i>que</i>
	p	<i>por</i>
	N	<i>Nossa</i>

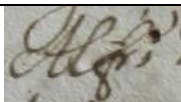
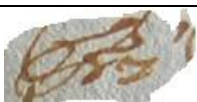
Fonte: Elaboração própria.

Segundo Flexor (2008, p. 13), “a palavra Sigla provém de *singula*, adjetivo que acompanhava o substantivo *lettera*: *lettera singula*, *letterae singulae*”. As siglas são formadas por letras maiúsculas do alfabeto que representam palavras completas. No corpus do século XVIII, encontramos as siglas simples, como mostra o **Quadro 7**, e dois casos de siglas reduplicadas, localizadas no fôlio 10 v. (na Igreja de Sam Pedro damissam dos R.R. P.^{es}

Capuxinhos) e no fólho 11 r. (Como Consta das Certidoes dos R.R. Parochos que tenho em meu poder), o uso de duas iniciais maiúsculas, conforme Acioli (1994), representa vocábulos que estão no plural (R.R. = Reverendos).

O **Quadro 9**, a seguir, apresenta os resultados encontrados referente às abreviaturas por contração ou síncope.

Quadro 9 – Abreviaturas por contração ou síncope

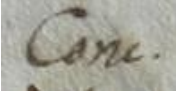
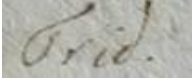
Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	Glz'	Gonçalves
	Roiz'	Rodrigues
	Alfrz'	Alferes
	Frz'	Fernandes

Fonte: Elaboração própria.

Podemos constatar que a amostragem representada no **Quadro 9** identifica que o uso de abreviaturas por contração ou síncope é utilizado em sua maioria em patronímicos. Com efeito, à luz dos dados do corpus é possível sustentar que, o uso recorrente de determinados patronímicos nos registros paroquiais motivava os *scriptores* a recorrer a supressão de letras intermediárias de uma palavra, conservando a sua terminação.

A seguir, têm-se uma amostra de abreviaturas por suspensão ou apócope representadas no **Quadro 10**:

Quadro 10 – Abreviaturas por suspensão ou apócope

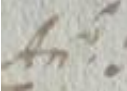
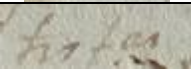
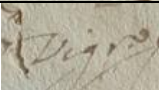
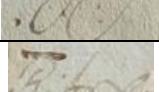
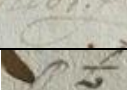
Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	Conc.	Concilio
	Trid.	Tridentino
	Sagr.	Sagrado

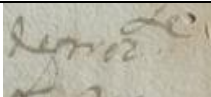
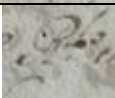
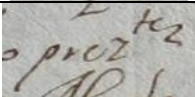
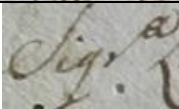
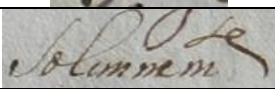
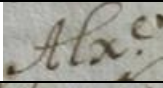
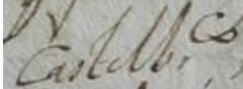
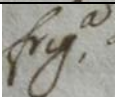
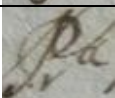
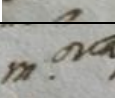
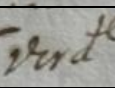
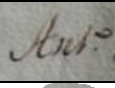
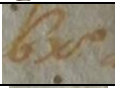
Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Acioli (2008, p. 46), “nas abreviaturas por suspensão ou apócope desaparece quase toda a palavra permanecendo somente a letra inicial, ou a sílaba inicial. Este sistema deriva-se das siglas; as abreviaturas não tem terminação”. Tendo em conta, portanto, os dados que são apresentados no **Quadro 10**, é possível concluir que as abreviaturas por suspensão ou apócope utilizadas pelos *scriptores* coincidem com os vocábulos extensos e de uso recorrente para referenciar os textos reguladores, portanto, podemos inferir que a preferência pelo uso deste tipo de abreviatura estava ligada ao princípio da economia.

A seguir, o **Quadro 11** representa mais uma amostra do uso de abreviaturas, desta vez por letras sobrescritas.

Quadro 11 – Abreviaturas por letras sobrescritas

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	P. ^e	Padre
	Fran. ^{co}	Francisco
	D. ^{os}	Domingos
	Olivr. ^a	Oliveira
	f. ^o	filho
	L. ^o	Legítimo
	An. ^{to}	Antonio
	M. ^a	Maria
	Arcebis. ^{do}	Arcebisado
	Capp. ^m	Cappittam
	test. ^{as}	testemunhas
	Vigr. ^o	Vigario
	Ribr. ^o	Ribeiro
	An. ^{to}	Antonio

	prez. ^{te}	prezente
	R. ^{do}	Reverendo
	Fr. ^{co}	Francisco
	prez. ^{tes}	prezentes
	Sigr. ^a	Siqueira
	Solemnem ^{te}	Solemnemente
	Alx. ^e	Alexandre
	Castlbr. ^o	Castelobranco
	freg. ^a	freguezia
	Pr. ^a	Pereira
	m. ^{ora}	moradora
	Verd.e	verdade
	Ant. ^o	Antonio
	Ag. ^{to}	Agosto
	bx. ^o	baixo
	L. ^{do}	Licenciado
	S. ^{to}	Santo
	Ant. ^o	Antonio
	Snr. ^a	Senhora
	Fran. ^o	Francisco

	S. ^a	Silva
	Olivr. ^a	Oliveira

Fonte: Elaboração própria.

Em geral, a letra inicial ou prefixo da palavra era escrita e, em suspensão colocava-se as últimas letras da palavra (Flexor, 2008, p. 14). Como pode ser observado, o uso de abreviaturas por letras sobscritas é mais recorrente do que as demais categorias. Parece possível concluir, que, os *scriptores* recorriam a esta forma de abreviar para a execução de vocábulos mais frequentes no processo de escrita.

Partindo da ideia de que os *scriptores* seguiam as tendências da época em que o documento foi escrito, os resultados da análise demonstram que a liberdade de abreviar, motivada pela ausência de normatização, levava à hesitação gráfica no momento da escrita. A análise paleográfica utilizada neste estudo proporcionou uma compreensão dos processos diacrônicos que determinaram o uso das abreviaturas e a situação que existe até os dias atuais.

O uso de abreviaturas foi utilizado com menor frequência no livro do século XIX do que o registrado no manuscrito do século XVIII. Levando em consideração as categorias encontradas no corpus do século XIX, temos: abreviaturas por siglas, suspensão ou apócope, contração ou síncope, letras sobscritas e abreviação alfanumérica. Os resultados são assemelhados com os achados do livro do século XVIII, permitindo-nos inferir que essa tendência poderia ter sido transmitida pela tradição documental e o uso de abreviaturas era utilizado, em grande medida, conforme o estilo do *scriptor*. Acioli (2008, p. 62) corrobora que raros são os textos escritos no Brasil Colônia que submetidos a um exame mais cuidadoso, não revelam uma forma especial de cada escrivão traçar letras, sílabas ou palavras.

O **Quadro 12** apresenta amostras de abreviaturas por siglas.

Quadro 12 – Abreviaturas por siglas

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	D.	Dia
	D.	Dona
	d'	de
	E.	Era
	P	para

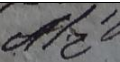
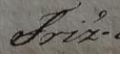
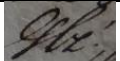
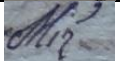
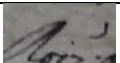
	q'	que
	R.	Reverendo
	S.	São
	S	São
	S	Santa

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Berwanger e Leal (2008, p.92), as abreviaturas por sigla são representadas pela letra inicial e às vezes, aparecem com sinais. O **Quadro 12** revela alguns desses sinais utilizados pelos *scriptores*: o ponto (.) que quase sempre acompanha as siglas e o apóstrofo (') indicado para a supressão de letras.

A seguir, podemos verificar no **Quadro 13** uma amostra do emprego das abreviaturas por contração ou síncope.

Quadro 13 – Abreviaturas por contração ou síncope

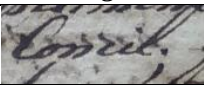
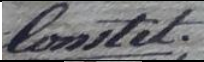
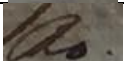
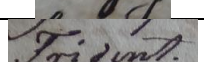
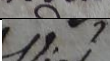
Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	Alz'	Alvares
	Frrz'	Ferreira
	Frz'	Fernandes
	Glz'	Gonçalves
	Miz'	Martins
	Roiz'	Rodrigues

Fonte: Elaboração própria.

As abreviaturas por contração ou síncope, assim como no corpus do século XVIII, foram utilizadas para os patronímicos. Ao cargo do *scriptor* estavam as formalidades legais que os registros paroquiais exigiam, entre elas, evitar o uso de formas abreviadas. No entanto, mesmo em menor escala, os *scriptores* recorreram à economia gráfica na composição dos assentos de casamentos.

A seguir, o **Quadro 14** apresenta as abreviaturas por suspensão ou apócope.

Quadro 14 – Abreviaturas por suspensão ou apócope

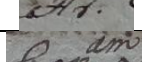
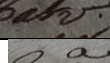
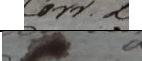
Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	Concil;	Concílio
	Constit.	Constituições
	EsL.	estilo
	Ri.	Ritual
	Ro.	Romano
	Rom.	Romano
	Sagr.	Sagrado
	Trident.	Tridentino
	Vigr'	vigário

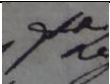
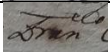
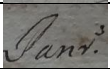
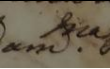
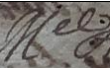
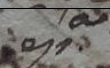
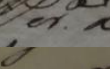
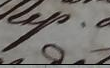
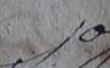
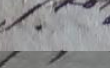
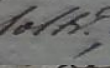
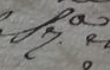
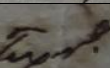
Fonte: Elaboração própria.

Como podemos observar, em todos os casos da amostra do **Quadro 14**, as palavras estão inacabadas, característica de uma abreviatura por suspensão ou apócope. Resultado semelhante encontrado no corpus do século XVIII, inclusive abarcando os mesmos vocábulos.

No que diz respeito ao uso de abreviaturas por letras sobrescritas, esta categoria teve também o uso mais frequente pelos *scriptores* do século XIX. Vejamos, algumas amostras, no quadro exposto, a seguir:

Quadro 15 – Abreviaturas por letras sobrescritas

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	alfr. ^{es}	alferes
	Ant. ^o	Antônio
	Ar. ^o	Araújo
	Cap. ^{am}	Capitam
	Carv. ^o	Carvalho
	Corr. ^a	Correia
	escr. ^a	escrava
	f. ^a	filha

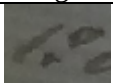
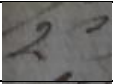
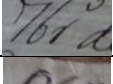
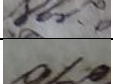
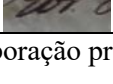
	f. ^o	filho
	Fran ^{co}	Francisco
	Janr. ^o	janeiro
	m. ^{ma}	Mesma
	M ^{el}	Manuel
	p. ^a	para
	Per. ^a	Pereira
	prest. ^e	presente
	R. ^{mo}	
	Rep. ^{am}	Repartição
	Ribr. ^o	Ribeiro
	S. ^a	Silva
	S. ⁿ	Senhor
	S. ^{ta}	Santa
	S. ^{tos}	Santos
	soltr. ^o	solteiro
	Sz. ^a	Souza
	Teixr. ^a	Teixeira
	tes. ^{tas}	Testemunhas
	Viz. ^{or}	Vizitador

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos procedimentos de abreviatura apresentada no **Quadro 15**, percebemos que esta categoria foi utilizada para as palavras com maior recorrência nos registros, o que provavelmente foi naturalmente incorporando a prática de escrita.

Por último, as abreviaturas alfanuméricas, formadas pela combinação de números e letras, são expostas no quadro a seguir:

Quadro 16 – Abreviaturas alfanuméricas

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida
	1º	primeiro
	2º	segundo
	3º	terceiro
	7br.º	setembro
	8br.º	outubro
	9br.º	novembro

Fonte: Elaboração própria.

O cotejamento entre os manuscritos do século XVIII e XIX oferece resultados distintos para as abreviaturas alfanuméricas. Apenas uma ocorrência no livro do sertão de baixo de abreviatura alfanumérica foi exarada por um vigário visitador, enquanto que alguns *scriptores* do sertão da Carinhonha adotaram e fizeram uso mais expressivo desta forma de abreviatura.

Um argumento tradicional a favor do uso de abreviaturas é o princípio da economia, no entanto, durante o processo de leitura e transcrição dos corpora, este argumento não parece desempenhar um papel proeminente no uso de abreviaturas, por motivo que os *scriptores* seguiam as tendências de escrita da época, inclusive a liberdade de abreviar, motivada pela ausência de normatização.

Na próxima **Subseção 4.4.3**, apresentamos o contexto de uso das consoantes sibilantes e a variação gráfica encontrada nos documentos.

4.4.3 Sobre as consoantes sibilantes

A Linguística Histórica é uma área que investiga a mudança que a língua sofreu ao longo do tempo e a sua atual face “recorre ao entorno social para em conjunto com os fatos estruturais explicar os aspectos em curso em dado estado de língua” (Silva, 2011, p. 259). Os assentos de casamentos oferecem um estudo produtivo dos traços do nível gráfico-fonético devido a vários aspectos do contexto de produção. De acordo com Faraco (2005), “[...] cada estado da língua,

definível no presente ou em qualquer ponto do passado, é sempre o resultado de um longo e contínuo processo histórico” (Faraco, 2005, p. 45).

Apresentamos os traços da oralidade no texto escrito com o intuito de oferecer informações sobre o estado da língua de épocas pretéritas, como atestam Koch e Oesterreicher (2007 [1985]) sobre a oposição entre o que se fala e o que se escreve, ou seja, tem sido tradicionalmente entendido como dois tipos de canais através dos quais a comunicação se realiza: o fônico e o gráfico. Para Oesterreicher (1996), o fônico e o gráfico constituem uma dicotomia, uma declaração é fonética ou gráfica, enquanto que a concepção do texto é uma graduação entre dois extremos, imediatez ou distância comunicativa.

Oesterreicher (1996) provoca um questionamento sobre o motivo de surgimento das formas linguísticas da imediatez comunicativa (texto oral) em textos escritos (distância comunicativa), embora encontramos a imediatez na escrita e a distância na oralidade, de acordo com o gênero estudado e os traços pragmáticos vigentes no ato comunicativo. Tal reflexão permitiria especificar a relevância e determinar o *status* dos fenômenos indispensáveis para a linguística variacional diacrônica. Através da análise das variações das sibilantes na fonte documental, foi possível construir a hipótese de que os *scriptores* seguiam as tendências de escrita da época, de acordo com a tradição diplomática, embora, possivelmente, eram influenciados pela oralidade, optando pelo uso da representação gráfica das consoantes sibilantes que não provocasse dúvidas na pronúncia.

Partindo de diálogos e colaborações possíveis entre fronteiras disciplinares, analisamos o emprego das variações gráficas da sibilante surda <s> que aparece grafada como <s>, <ss>, <sc>, <sç>, <c>, <ç>, <x> e <z> (em posição final) e a sibilante sonora <z>, que aparece de duas formas: <s> e <z> (em posição final e intervocálica). Após a seleção da amostra, utilizando a ferramenta computacional *AntConc* (2023), para a sistematização e quantificação dos dados, consultamos o dicionário histórico de Moraes e Silva (1890[1789]) e o dicionário etimológico de Guérios (1979), além de recorrer aos manuais ortográficos históricos com o intuito de compreender os valores que norteiam o pensamento da sociedade nos referidos períodos em que as obras foram escritas.

Nos períodos históricos da ortografia da língua portuguesa, há três subdivisões registradas na obra *Do latim ao português*, de Edwin B. Williams (1973), a saber: período fonético, período etimológico (ou pseudoetimológico) e o período reformado. Alguns autores, como Coutinho (1976), consideram o período reformado como período simplificado.

O período fonético, que coincide com o período do português arcaico, atingia a representação fonética dos sons das palavras na língua escrita e para os sons que não existiam

em latim, representações gráficas foram adaptadas ou criadas (Williams, 1973, p. 33), ocasionando inconsistências na grafia devido à representação do mesmo som de diferentes formas ou diferentes formas para o mesmo som. Ainda sobre o período fonético, Coutinho (1976, p.71) assinala que “a língua era escrita para o ouvido”, caracterizando a escrita do modo em que as palavras eram pronunciadas. Nunes (1945) chama a atenção para a simplicidade ortográfica observada principalmente nos documentos mais antigos, o que não tardou em ser alterada pela influência do latim, sendo redobrada com a admiração pelo Renascimento.

No período etimológico (ou pseudoetimológico), que se estendeu desde o século XVI até o século XX, a escrita interessava-se pela origem das palavras e conservava as grafias latinas e gregas por influência do Renascimento, período em que havia a predominância da grafia etimológica. Segundo Nunes (1945, p. 194), a obsessão pelo latim resultou em empregar caracteres que não correspondiam a nenhum som da fala e ao mesmo tempo, houve o desaparecimento da distinção entre <s>, <c> e <s>, <z>, resultando em confusão no modo de escrever os nomes em que tais sons existiam. De acordo com Williams (1973, p. 41), o século XVIII foi o período das maiores polêmicas ortográficas e do predomínio da grafia etimológica, influenciada, sobretudo, pela obra de Feijó (1734), mesmo depois de mais de um século e meio, obra que insistia no uso da grafia latina de palavras recém introduzidas, além da pronúncia na conformidade com a grafia.

O terceiro período, chamado de reformado por Williams (1973), representa o retorno da grafia fonética, uniformizada por convenção em 1911 e adotada em Portugal em 1916. Conforme assinala Nunes (1945), por meio de uma Comissão, foi apresentado um conjunto de regras de ortografar, reavivando a antiga grafia, genuinamente portuguesa, retirando o uso arbitrário da influência do latim e do grego. Coutinho (1976) caracteriza este período como simplificado e considera o seu marco com a publicação da obra *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana em 1904.

Com a finalidade de analisar a variação gráfica das consoantes sibilantes em assentos de casamentos, documento histórico de relevância sócio-histórica e linguística, situamos o recorte temporal deste estudo, dentro do período histórico da ortografia portuguesa para depreender a diversificação ortográfica encontrada na fonte documental estudada e em seguida, recorreremos às gramáticas históricas de diferentes séculos, com intuito de estabelecer uma comparação entre as estruturas que se aproximam ou se distanciam dos padrões gráficos utilizados pelos *scriptores* do corpus analisado.

No século XVI, Fernão de Oliveira (1536), em sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, com o objetivo de apresentar a ortografia portuguesa, no capítulo XIII descreve o

<s> de acordo com Quintiliano, informando que o <s> singelo é letra mimosa e, para pronunciá-la, levantamos a ponta da língua para o céu da boca e o espírito assovia pelas ilhargas da língua, assim como o <ss> dobrado, mas pregando mais a língua no céu da boca. Continuando com sua descrição, em relação ao <x>, Fernão de Oliveira comenta que a letra é chamada de “cis”, mas deveria ser chamada de “xi” porque “pronuncia-se com as queixadas apertadas no meio da boca, os dentes juntos, a lingua ancha dentro na boca e o espirito ferve na humidade da língua” (Oliveira, 1536, p. 9 v.).

No que se refere à letra <z>, o autor expõe que a pronunciação se dá “antr’os dentes cerrados, com a lingua chegada a elles e os beiços apartados hum do outro; e é nossa propria esta letra” (Oliveira, 1536, p. 9 v.). Em relação a letra <c>, o autor diz que a “letra c com outro c debaixo de si virado para trás, nesta forma ç, tem a mesma pronunciação que z, senão que aperta mais a lingua nos dentes” (Oliveira, 1536, p. 9 v.).

Kemmler (2001, p. 162-163), em um estudo sobre a história da ortografia portuguesa, esclarece que a obra de Fernão de Oliveira (1536) não apresenta muitas informações ortográficas sobre as consoantes e que o sistema das quatro sibilantes <ss> = [s], <s> = [z], <ç> = [ts] → [s], <z> = [dz] → [s], só iria se simplificar na segunda metade do século XVI. Fernão de Oliveira delineia seu trabalho dentro da corrente de uma ortografia baseada em gramáticas latinas, levando em consideração a ordem fonética, propondo novos grafemas para sons que não existiam no latim, a exemplo de digno, benigno, maligno que eram grafadas dino, benino, malino.

Said Ali (1964) aponta em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (p. 49-50), que havia dois fonemas parecidos, não idênticos, representados por <s> ou <ss>, e o outro por <ç> ou <c>. O autor acrescenta que os vocábulos de origem latina coincidem com o uso de <s> e <o> de <ç> ou <c>, mas nem por isso a diversidade da escrita deve ser atribuída à etimologia porque nem sempre é fácil de apurar.

No século XVII, Álvaro Ferreira de Vera (2009[1631], p. 41) na *Orthographia ov modo para escrever certo na língua portuguesa*, obra que segue a tendência etimológica, a respeito da explicação das letras do alfabeto, afirma, ao descrever a letra <ç>, no capítulo V, que essa letra é muito diferente do <c>, tanto no nome como na figura, e também na pronúncia, porque com uma se diz “caca” e com a outra “caça”, assim como, “barca” e “barça”, “acude” e “açude”, “moca” e “moça”.

Seguindo adiante, no capítulo XX, Vera (2009 [1631], p. 63) descreve e explica o uso da letra <s>, informando que o <s> é uma só letra e não duas e que o uso de dois <s> não faz diferença na pronúncia, quer seja o <s> comprido ou o <s> curto, nem menos um <s> singelo

ou dobrado. Todas as dições que começam com <s> seguido de vogal, naturalmente se pronuncia como <s> dobrado e somente dobra entre vogais, pronunciando como se fosse <ç>. O autor também adverte que da mesma maneira se pronuncia como <s> dobrado quando vem depois de consoante. Assim que esta letra <s>, comprido ou curto, é uma só letra e mais assobio que letra porque imita o som de um silvo de uma cobra e também seu formato torcido e enforcado.

A respeito da letra <z>, Vera (2009 [1631], p. 75) menciona que o <z> se pronuncia com a ponta da língua, com mais força que o <s> e menos que o <ç>, como razão e aprazível. Para indicar o uso correto do <z>, o autor apresenta muitas palavras, seguindo algumas regras, entre elas: os nomes patronímicos portugueses, a exemplo de Fernando, Fernadez, Sancho, Sanchez; os nomes femininos derivados, como avareza e nobreza; os que têm acento no <i>, como juiz e os nomes dos numerais, como dez, onze.

No século XVIII, João de Moraes Madureira Feijó, em sua obra *Ortographia ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, a respeito das consoantes sibilantes, escreveu na seção *Com que letras consoantes se haõ de escrever as palavras – uso de cada huma com a sua pronunciação* que a letra <c>, algumas vezes, soa na pronúncia com <c>, como: <ce>, <ci> e outras vezes como <q>, como em <ca>, <co>. Quando soa como <c>, pronuncia-se com a extremidade anterior da língua tocando nos dentes quase fechados, enquanto sai seu som brando e suave como nas palavras cear, cinco, cinza. O <c> quando escrito com uma plica por baixo, saindo da extremidade inferior do <c> como uma vírgula, sempre soa como <c> antes de <a>, <o> e <u>, como em açúcar. E antes das vogais <e> e <i> não necessita de plica porque deve soar com <c>, como em cem, cento e cinco.

Feijó (1734) atribui sons diversos aos grafemas <c>, <ç> e <s> e propõe a distinção pela pronúncia utilizando os critérios da etimologia e analogia e fornece uma ampla lista de palavras para exemplificar o uso de cada grafema (Kemmler, 2001, p. 210) e alerta aos que não sabem diversificar o <c> do <s> pela pronúnciação, que devem observar as palavras latinas e escrever por imitação, a exemplo de cidade, cidadão que escreve com <c> porque aos latinos escrevem *civitas*, *civis*.

A respeito da letra <s>, Feijó (1734, p. 95) indica que a maior dúvida quanto ao uso do <s> é se há de ser escrito simples ou dobrado porque escrevendo com o <s> simples pode soar como <s> ou como <z> e para escrever com o <s> dobrado, Feijó (1734) apresenta duas regras: a primeira o <s> no princípio das palavras nunca se dobra e sempre soa como <s>, ferindo as vogais com um certo sibilo e a na segunda regra, o <s> depois de consoantes também não se dobra e fere a vogal seguinte com <s>.

Em relação às palavras que se escreve com <s> e se pronuncia com <z>, Feijó (1734) explica que os latinos pronunciam o <s> como <z> nas palavras que escrevem o <s> entre duas vogais e que os portugueses do mesmo modo imitam a escrita e a pronúncia.

No tocante às palavras que se escrevem com dois <ss>, Feijó (1734, p. 95) informa que há uma regra geral para todos os superlativos que no latim terminam em *simus*, e no português *simo*, como *excelentíssimo*, se escrevem com dois <ss> e a regra mais certa para todas as palavras em que o <s> entre duas vogais ferir a vogal seguinte com o som de <s>, assim se escreverá com o <s> dobrado, como em assar, assanhar, assegurar.

Ao tratar da letra <z>, Feijó (1734, p. 108) descreve que se pronuncia esta letra com a parte anterior da língua menos junta aos dentes, dando um espaço para sair o som com mais força com um certo zunido, como em zelo, zunir. Feijó (1734, p.108) indica que esta letra é de origem grega e antigamente era pronunciada como /sd/, mas tanto no latim como no português sua pronúncia é /z/. O autor informa que, em latim, só encontramos palavras escritas com <z> de origem ou derivadas do grego e no início de palavras não tem como se equivocar porque não há nenhuma outra forma de pronúncia e só o <s> intervocálico que se pronuncia como /z/. Feijó chama a atenção para as palavras que entre duas vogais se escrevem com <z>, como os verbos fazer, dizer, trazer e o plural de todos os nomes que no singular terminam com <z>, como cruz, cruces, luz, luzes e os nomes apelativos femininos de semelhante terminação, assim, como no singular como no plural avareza, beleza, dureza, esperteza, fraqueza e grandeza.

Ainda na primeira metade do século XVIII, Luiz Antonio Verney (1746), em sua obra *O Verdadeiro Método de Estudar*, apresenta na Carta I do primeiro tomo, a necessidade de uma gramática portuguesa e expõe suas ideias ortográficas voltadas para a tendência fonética, apontando para uma ortografia simplificada.

Em relação às consoantes sibilantes, Verney (1746) aponta que o <s> da língua portuguesa, quando não está em posição final, é um verdadeiro sibilo ou letra sibilante que faz ouvir a vogal antecedente, ou conseqüente, e condena o uso do <s> sem a presença da vogal, seguindo a derivação da palavra.

Quanto ao uso do <x> em final de palavras, Verney (1734) retoma as ideias de Álvaro Ferreira Vera (1631), que diz que nenhuma palavra portuguesa deve terminar com x, embora existam algumas, a exemplo de *Felix*, *simplex*, etc. Verney (1734) registra que as palavras portuguesas com o <s> final são pronunciadas como se fosse <x> e convida o leitor a observar a diferença da pronúncia do <s> no meio e no final da palavra.

Verney (1734), ainda, sugere que seria mais útil escrever com <x> o que se pronuncia como /x/, ou pronunciar diferentemente do /s/ final. O gramático, ainda acrescenta que não é só

o <s> final que se pronuncia como /x/, mas também o <z> final, como em Luiz, fiz, etc. e completa que há uma facilidade em por o <z> em lugar de <s> final, especialmente nas formas plurais dos verbos, como diz, dizes, faz, fazes. Dando prosseguimento com a descrição da letra <z>, Verney (1734, p. 31) denomina de “letra desgraçada” que teve a infelicidade de desagradar a maior parte dos escritores portugueses do século XVIII, que não só a desprezaram como introduziram em seu lugar a letra <s>, inclusive no meio das palavras.

Chegando ao século XIX, Jerónimo Barbosa (1822), em sua *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, propõe o uso da ortografia etimológica e da fonética, sendo a primeira reservada à corte, por considerar as normas cultas como fator de prestígio, e a segunda, reservada ao povo. Quanto às consoantes, o autor explica que é onde surgem mais trocas e, em relação ao uso das sibilantes, descreve que essas letras fazem uma espécie de assobio e por isso são chamadas de sibilantes.

Umas fazem uma especie de *assobio*, chamadas por isso sibillantes, o qual assobio é produzido na fisga dos dentes pela ponta da lingua, que com elles quasi cerrados já faz menos esforço para interceptar a voz, e assim produz a palatal sibilante branda s (quando tem vogal diante), como em sêllo; já faz mais esforço, e produz a palatal sibilante forte z, como em zêlo (Barbosa, 1822, p. 7).

Ao tratar das sibilantes e dos seus sons, Barbosa (1882, p. 8) lembra que a existência do som entre o /s/ sibilante e o /s/ chiante, quando não tem vogal diante, apresentando os exemplos *sciencia* e *nascer*, onde o <ci>, <ce> vale-se na mesma pronúncia do /si/, e encontrará um som diferente se as mesmas palavras forem pronunciadas e escritas sem o <s>: ciência e nacer.

Também no século XIX, Antonio da Costa Duarte (1829, p.10) em sua obra *Compendio da Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, no capítulo 1 que trata da *Orthoepia*, discorre sobre a boa pronúncia e leitura da língua, relacionando os três elementos distintos do conhecimento: (i) dos sons elementares que fazem parte da composição dos vocábulos (vogais e consoantes); (ii) das letras que representam os sons articulados e (iii) o conhecimento da quantidade, do acento da voz na pronúnciação.

Ao descrever as vogais e consoantes, Duarte (1829, p. 12-13) informa que o <s> quando está antes de consoante soa como se fosse a representação de apenas um <s>, como em estudo, estudo. Quando a posição do <s> for intervocálica, terá o som de /z/, como: rosa e vaso, mas em palavras compostas tem o som de /ç/, como “resentir e verosimil”. No tocante ao <x>, a letra também tem o som de /ç/, como em próximo e máximo e acrescenta que, no final de palavras da língua portuguesa, o <x> e o <z> tem som de /s/, como: index e cruz.

Said Ali (1964) faz referência a primitiva distinção entre as letras <s> ou <ss> (entre vogais), <ç> ou <c> (antes de e ou i) que representam um só fonema da sibilante surda no português moderno e apresenta alguns exemplos utilizados em séculos anteriores, como os valores de <s> e <z> entre vogais e no fim de palavras em que a escrita distinguia o que o ouvido não percebia.

Bassetto (2016), na obra *Elementos de Filologia Românica*, vol. II (2016, p. 69), refere-se à sibilante dental surda <s> latina como herança do indo-europeu, considerada pelos gramáticos latinos, quanto à pronúncia, mais como um *sibulus* do que de uma consoante. O autor acrescenta que a sonorização do <s> na posição intervocálica ocorreu por volta do século IV a.C. e que o <z> não fazia parte do alfabeto latino no período clássico, sendo empregado somente na transcrição de palavras gregas.

Kemmler (2001, p. 251) aponta para a situação das obras produzidas no século XIX que se inclinam tanto para a ortografia etimolizante, como para as ortografias usual e fonética. O autor acrescenta que não seria possível estabelecer qual tendência prevalece sobre a outra, indicando que seriam os textos não metaortográficos que direcionariam para a ortografia predominante na época.

Por meio da análise da representação gráfica das sibilantes, pretendemos verificar se há uma ocorrência maior da influência da oralidade ou do princípio etimológico, adotada pelos *scriptores* na escolha da representação gráfica das sibilantes no corpus em questão. O estudo realizado enfatizou as ocorrências onde houve a variação de escolha do grafema, como veremos a seguir.

A letra <s> aparece no corpus em todas as posições nas palavras: em posição inicial absoluta, intervocálica e no final de palavras. Em início de palavras, encontramos a variação entre o par cinco/sinco, sitio/ citio (lat. *situs*) Cerqueira/ Serqueira, o que indica que os *scriptores* levaram em consideração o som e não seguiram a escrita etimológica, em algumas ocorrências.

Na posição final, encontramos o par Felis/Felix, ilustrado pelos contextos retirados do documento:

(1) “e seo irmão **Felix** d’Aguiar, cazado, | taobem aqui moradores, [...]” (1804, f. 2 r.).

(2) “em Matrimonio **Felis** Roiz’ de Sz.^a | viuvo por falecim.^{to} de sua Mulher [...]” (1809, f. 17 v.).

Guérios (1979, p. 119) registra Félix como forma erudita portuguesa do latim Felix: “feliz”. De acordo com Duarte (1829), no final de palavras da língua portuguesa, o <x> e o <z> tem som de /s/, o que explica a tendência da troca do grafema.

A maioria dos casos encontrados apontou as variações na posição medial para representar o fonema surdo /c/, /ç/, /s/, /ss/, /sc/, /sç/, /c/, /ç/ e /x/ e do fonema sonoro representado por /s/ e /z/. Vejamos alguns casos:

O nome próprio Úrsula, derivado do latim *Ursus* ou do germânico *Ursel*, foi encontrado no corpus em diferentes grafias, Urçola, Urçula e Urssola. Feijó (1734) alerta aos que não sabem diversificar a diferença entre o /c/ e /s/ pela pronúncia, dever utilizar os critérios da etimologia, porém Said Ali (1964) informa que o uso do <s>, <c> e <ç> nos vocábulos de origem latinas se coincidem e a escrita baseada na etimologia nem sempre é possível averiguar.

Para o sobrenome português Lisboa, encontramos ocorrências com o uso da sibilante surda /s/ e duas ocorrências com /x/, além das formas abreviadas Lixb.^a e Lx.^a que apareceram duas vezes cada uma, como demonstram os contextos a seguir dispostos em (3) a (5):

(3) “sendo | presentes por testemunhas Lucas da Silva Ferrei- | ra **Lixboa**, [...]” (1819, f. 25 r.).

(4) “p’ palavras de presente Fran cisco | de Aguiar **Lixb.**^a f.º Legitimo de Francisco | de Aguiar **Lixb.**^a, [...]” (1821, f.31 v.).

(5) “Com asistencia de duas testemunhas Lucas Frr.^a da S.^a **Lx.**^a e Joze Texr.^a | deAr.^o [...]” (1809, f.17 v.).

Guérios (1979) apresenta a forma pré-romana de Lisboa: Olissippona e suas formas intermediárias: Lisbona > Lisbõa, Lixbõa.

Na tentativa de apresentarmos a variação gráfica das consoantes sibilantes, preparamos as **Tabelas 1, 2 e 3**, apresentando a palavra grafada como consta no documento, o número de ocorrências e a forma grafada no *Diccionario da Língua Portuguesa* de Moraes e Silva (1890[1789]) ou no *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes* de Guérios (1979).

A partir da **Tabela 1**, observamos que houve algumas mudanças nas grafias dos vocábulos, onde se esperava o uso do <ss>, como podem ser verificadas a seguir.

Tabela 1 – <c>, <ç> e <s> em lugar de <ss>

Vocábulo	Século XVIII	Século XIX	Morais Silva (1789)
	<c> em lugar de <ss>		
acento	01	09	assento
	<ç> em lugar de <ss>		
peçoa	-	01	pessoa
	<s> em lugar de <ss>		
asento	73	19	assento
assento	128	36	assento
asignei	34	53	Assignár ou assinár
assistencia	-	11	assistência
asisti	02	03	assistir
asistiraõ	-	05	assistir
nosa	01	01	Nossa (lat. <i>noster, ra, um</i>)

Fonte: Elaboração própria.

Verificamos que a palavra “assento” possui variações gráficas para representar a sibilante surda /s/, ora sendo grafada com <s> singelo, mesmo na posição intervocálica e ora com <c>, como ilustram os exemplos de (6) a (8):

(6) “deque tudo fiz este **assento** no mesmo dia que por verdade | assiney” (1727, f. 11 r.).

(7) “do q tudo fis este **aSento** no mesmo dia, q por verda | meaSignei” (1739, f. 46 r.).

(8) “de que | fis este **aCento** que por verdade aSig | ney” (1751, f. 79 v.).

A representação gráfica de <ss> aparece em posição intervocálica, como em assento e depois de consoante, como em “prezenssa”. Registramos que, em nosso corpus, não foi encontrado o uso do <ss> em posição inicial ou final de palavras. A maior parte da variação ocorreu do <s> em lugar de <ss>, em posição intervocálica, como em “assignei”. Esta “confusão” gráfica sugere, por parte do *scriptor*, que a ideia de sonoridade do /s/ intervocálico havia se neutralizado. Outros exemplos, ilustrados na **Tabela 1**, mostram a troca do <ss> por outro grafema pelos *scriptores*, como em “peçoa”, “Leça” e “neceçarias”.

Depois de observar as trocas de grafia em lugar do <ss>, a **Tabela 2** mostra as ocorrências com as trocas realizadas em lugar c e ç.

Tabela 2 – <s> e <ss> em lugar de <c> e <ç>

Vocábulo	Século XVIII	Século XIX	Morais Silva (1789)
<s> em lugar de <c>			
sinco	58	12	Cinco (lat. quinque)
<ss> em lugar de <c>			
assima	01	01	acima
<s> em lugar de <ç>			
bensaos	-	06	Benção (lat. Benefictio)
bensoens	02	12	
lansar	-	01	lançar
<ss> em lugar de <ç>			
denunciassoins	-	01	denunciação
prezenssa	24	07	presença
mestissa	-	01	Mestiço ou mistiço
<ç> em lugar de <c>			
Conçilho	-	01	Concílio (lat. concilium)
reçebeo	-	02	Receber (lat. recipere)
lançei	-	01	lançar
<sç/sc> em lugar de <c>			
Nasção	-	01	nação
Falescido	-	01	fallecido

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos dados expostos na **Tabela 2**, podemos visualizar a descrição utilizada por Verney (1746, p. 17) a respeito do <ç>, em que o seu uso é uma diversidade até mesmo entre os portugueses, que, normalmente, o escrevem em terminação em -ão e que não há regra mais do que o uso, onde se encontram escrito com <s>, desterram o <ç> e também em seu lugar escrevem o <ss>, como nos exemplos retirados do corpus, conforme as sequências de (9) a (14):

(9) “da freguezia **asSima** declarada” (1733, f. 30 v.).

(10) “todos **assima** Paroquiaños moradores [...]” (1814, f. 25 r.).

(11) “eLogo lhes dei as **benSoens**, [...]” (1741, f. 48 r.).

(12) “lhes dei as **bensoens** nupciais [...]” (f. 28. V.).

(13) “**Conçilho** Tri - | dentino foraõ tes.^{tas}” (1820, f. 20 r.).

(14) “Agostinho, **nasção** mi- | na;” (1806, f. 6 r.).

A letra <ç> aparece empregada antes de <e> e <i>, em “conçilio”, “recebeu” e “lancei” e de acordo com a advertência de Vera (1631, p. 43), não há necessidade do uso de <ç> antes das letras <e> e <i> porque junto delas não tem outro som, que não seja o representado pela sibilante surda /s/.

Nas ocorrências encontradas para <sc> e <sç>, Williams (1973, p. 109) explica que o som /s/ em português moderno provém do latim /sc/ precedido de vogal e seguido de <e> ou <i>. O emprego de <sç> em “nasção”, por exemplo, costuma ocorrer em conjugação de alguns verbos, no entanto, no exemplo aparece em um substantivo, provavelmente, pela prática do uso do <sc> para representar a sibilante surda /s/.

A **Tabela 3** mostra a troca do <s> por <z>, em alguns vocábulos encontrados no corpus.

Tabela 3 – <s> em lugar de <z> e <z> em lugar de <s>

Vocábulo	Século XVIII	Século XIX	Morais Silva (1789)
<s> em lugar de <z>			
Crus	19	05	Cruz (Sobrenome Português)
matris	201	16	Matriz (lat. matrix)
fis	108	66	Fazer (lat. facere)
des	06	06	déz
<z> em lugar de <s>			
cazados	06	19	casados
cazamentos	02	01	casamento
espozos	21	01	esposo (lat. sponsus)
freguezia	293	130	freguezia
prezente	239	107	presente (lat. praesens, entis)
rezidio	-	01	residir
prezidio	-	01	presidir
dezobriga	-	10	desobriga
vizitador	29	27	visitador
<z> em lugar de <s>			
Cardozo	52	15	Guérios (1979) Cardoso (sobr. Port.)
Pedrozo	-	04	Pedroso (sobr. Port.)
Joze	108	148	José (lat. Josephus)
Jezus	19	21	Jesus (lat. Iesus)

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à grafia <z>, ao realizar um levantamento no corpus, verificamos que a posição intervocálica é a mais frequente, como nos exemplos: casamento, cazado(s), cazada, dezobriga, cafuza, prezença, occazião, rezultar, freguezia, espozos, além dos numerais e diversos antropônimos. A grafia <z> é documentada apenas uma vez na posição inicial, no antropônimo Zeferina, de origem grega *Zephyrinos*: propício, favorável (Guérios, 1979, p. 258).

Na posição interior em contato com outra consoante, encontramos a ocorrência em “várzea” e nos numerais “onze”, “honze”, “quinze” e “quatorze”. A grafia <z>, em posição final, aparece nos nomes próprios, como “Fernandez”, “Gonçalves”, “Jesuz”; nos numerais, “dez” e “trez” e em “fiz”, “mez”, “matriz” e “cruz”.

Percebemos que a maioria das palavras apresenta uma troca do uso da sibilante /s/ por /z/, embora haja variações da escrita, ora com <s> ora com <z>, como ocorreu nos casos de cruz, matriz, fazer, dez. Verney (1746) informa que há uma facilidade em trocar o <z> em lugar de <s> final, o que pode ser interpretado como uma escolha de acordo como as palavras soavam ao ouvido.

Na representação gráfica das consoantes sibilantes nos assentos de casamentos do sertão do São Francisco, ficou evidenciada a troca frequente dos grafemas que representam as sibilantes surdas e sonoras, o que bem poderia ser entendido como um indício da influência do período fonético da ortografia portuguesa, em que se busca escrever de forma como se fala, sobre o período etimológico. Oesterreicher (1996) considera que os fenômenos orais representados no texto escrito também ocorrem na escrita de pessoas cultas, devido à espontaneidade, ao *lapsus calami*, intimidade e familiaridade com a situação comunicativa, facilitando o uso de construções ou de elementos distantes do ideal de escrita.

As informações colhidas quanto às variações na representação gráfica das sibilantes, identificadas pela escrita dos *scriptores*, são fontes diretas de conhecimento, tendo em vista que as obras consultadas apresentam o sistema ortográfico da época e reflete o contexto sócio-histórico e cultural, testemunhado pela fonte documental produzida no sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX.

Apresentamos nesta **Subseção 4.4** que se encerra, a caracterização dos dois livros de assentos de casamentos por meio dos critérios codicológicos e nas **subseções 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3**, a descrição de alguns aspectos extrínsecos aos textos, o sistema de abreviaturas e a variação gráfica das consoantes sibilantes. A nossa próxima empreitada é apresentar, na **Subseção 4.5**, os *scriptores* do sertão do São Francisco.

4.5 Os *scriptores* do Sertão de Baixo

Nesta subseção, apresentamos os *scriptores* responsáveis pelos registros paroquiais setecentistas da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio de São Francisco, pertencente à Capitania de Sergipe d'El Rey, no recorte temporal de 1719-1753. Os registros paroquiais eram lavrados pelo vigário da paróquia ou, com a sua autorização, pelo padre coadjutor que assumia as vezes do vigário na ausência deste. De acordo com informações encontradas nas fontes, o vigário era auxiliado por diversos sacerdotes na extensa freguesia, pertencentes às diversas missões religiosas instaladas ao longo do São Francisco, como a Missão Jesuítica, Missão Capuchinha, Missão Carmelita e a Missão Franciscana.

Os manuscritos paroquiais são instrumentos importantes para a investigação sócio-histórica da Língua Portuguesa e em especial o Português Brasileiro (PB). A investigação sobre o perfil social dos *scriptores* permitiu-nos determinar aspectos sociolinguísticos históricos para o estudo e interpretação da fonte documental. Os registros paroquiais, assim como argumentaram Simões e Costa (2009), revelam a sociedade de uma dada época histórica, escritos por indivíduos cuja autoridade era instituída pelo Estado e pela Igreja. A análise sócio-histórica e linguística será o reflexo do contexto de produção, o que permite realizar estudos da historicidade da língua e dos textos, que são repetidos e evocados no tempo e no espaço.

O livro paroquial estudado foi escrito pelos párocos que atuaram na freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (1719-1753), delineando, assim, a história social e desvelando um cenário linguístico da referida época. Conforme enfatizado por Fragoso (2014), os assentos paroquiais são fontes primárias importantes para a reconstrução do passado de uma sociedade:

as paróquias, e curatos possuíam um conjunto de assentos que tratavam da vida dos seus paroquianos de maneira individualizada. Em outras palavras, os moradores das sociedades católicas, por um motivo ou outro, relatavam os momentos decisivos de suas vidas ao padre local. Essas crônicas transformavam-se em assentos paroquiais, leia-se, em livros de batismos, em habilitações de casamentos, em livros de óbitos (que não raro incluem testamentos) e em várias outras coleções (Fragoso, 2014, p. 23).

Por meio da escrita desses assentos, houve a garantia dos registros da história e da cultura da sociedade e, felizmente, algumas fontes escritas, datadas do século XVIII, foram preservadas, permitindo a possibilidade de análise da escrita em uso, em uma determinada

temporalidade, compreendendo a história do PB usado no sertão do Rio São Francisco, a partir da análise de manuscritos paroquiais.

Os documentos manuscritos referentes à Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (1719-1802), foram lavrados por diferentes mãos, desde a fundação da freguesia em 1718 até a sua elevação para vila em 1802, conforme o **Quadro 17** a seguir:

Quadro 17 – Párocos da Freguesia de Santo Antonio do Urubu de baixo

Nome do pároco	Cargo/função	Período de atuação
Joam da Silva Ribeiro	Vigário Colado	1719-1728
Joachim de Souza	Vigário Encomendado	1728-1729
Gonçallo Vellozo de Souza	Coadjutor	1729-1735
João Gomes de Souza	Vigário Colado	1729-1746
José da Silva Gomes	Vigário Encomendado	1746-1751
Manoel de Oliveira Cabo	Coadjutor	1749-1757
Joachim Marques de Oliveira	Vigário Encomendado	1751-1753
Jacinto Ferreira de Araújo	Vigário Colado	1753 -1782
Alexandre Morato de Albuquerque	Vigário Encomendado / Colado	1783-1802

Fonte: Dados extraídos dos registros paroquiais (1719-1802).

Cabe salientar que, a extensa Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, era assistida por diversos padres, freis e missionários, distribuídos pela igreja matriz, capela filial, missões religiosas e capelas das fazendas. No entanto, os registros paroquiais eram de responsabilidade do vigário da matriz ou do padre coadjutor³⁰, conforme determinava as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719).

Além da história social, os manuscritos apresentam amostras representativas de um processo histórico da língua portuguesa, e levando isto em consideração, a análise dos documentos, contempla, os pressupostos da Linguística Histórica, em uma perspectiva sócio-histórica, o que Romaine (2009 [1982]) chama de reconstrução da linguagem em seu contexto social, alertando para a análise, além dos fatores linguísticos, dos fatores extralinguísticos.

Desse modo, reforçando a ideia de Romaine (2009 [1982]), seguiremos as orientações fornecidas pelo Professor de Paleografia Armando Petrucci (2002), apresentadas no prefácio do seu livro *Prima lezione di paleografia*, direcionando questionamentos ligados aos fatores extralinguísticos, que em nosso caso, são primordiais no estudo do PB.

³⁰ Padre auxiliar ou substituto (Houaiss, 2011, p. 201). Diz-se daquele que coadjuva. Indivíduo nomeado para coadjuvar um pároco ou um prelado, ou do bispo em suas funções (Nunes, 2008, p. 39).

Petrucci (2002, p. VI-VII) apresenta uma estrutura teórica baseada nas seguintes reflexões: no que consiste o texto escrito? quando foi escrito? onde ocorreu? quais técnicas, ferramentas, materiais ou com quais modelos o texto foi escrito? por que o texto foi escrito? quem o escreveu? a qual ambiente sociocultural o *scriptor* pertencia e qual a difusão social da escrita em seu tempo e ambiente? Qual era o objetivo específico ou qual o objetivo ideológico e social da escrita no referido tempo e local de produção?

A investigação proposta por Petrucci (2002) sugere pontos possíveis para explicar o contexto sócio-histórico, fornecendo uma descrição mais ampla do objeto de investigação. No que tange a nossa pesquisa, buscaremos responder essas e outras questões ao longo do desenvolvimento do estudo.

Vimos que os registros paroquiais eram escritos “na forma do Sagrado Concílio Tridentino” (1545-1563), como consta nos documentos analisados e regulamentados pelas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,³¹” promulgadas em 1707 e impressas em 1719. Durante o período colonial estes registros contemplavam toda a população, inclusive a escrava, traçando um panorama da sociedade da época (Silva, 2013).

Os primeiros registros encontrados são assinados pelo Vigário Colado³² Joam da Silva Ribeiro, sacerdote do hábito de São Pedro³³, que faleceu aos seis dias do mês de abril de 1728, com 50 anos de idade, pouco mais ou menos, como consta no seu assento de óbito³⁴. O primeiro registro de casamento feito pelo vigário data de treze de abril de mil setecentos e dezenove e o último em dezessete de março de mil e setecentos e vinte e sete, totalizando 36 assentos, enquanto que os assentos de óbitos totalizaram 23 registros, sendo o primeiro realizado em vinte de abril de mil setecentos e dezenove e o último em dezenove de abril de mil setecentos e vinte e sete, indicando que o seu tempo de convívio nesta freguesia foi de aproximadamente oito anos. O livro de assentos de batizados que corresponderia a esta temporalidade, não foi encontrado entre os documentos que compõem a coleção da referida freguesia.

O cargo do Reverendo Padre Joam da Silva Ribeiro, como Vigário Colado da Matriz de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, era, segundo a definição dada por

³¹ Em 1707, reuniu-se em Salvador, Bahia, um sínodo com o objetivo de confirmar e adequar os preceitos do Concílio Tridentino às terras brasileiras. Deste Conclave surgiu as “*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*” (Lott, 2005, p.1).

³² A paróquia colada também se caracterizava pela presença fixa ou perpétua do vigário beneficiado por concurso e confirmado em carta régia. Ele se tornava “filho da folha Eclesiástica” da Fazenda Real recebendo a cônica, uma remuneração anual proveniente das rendas dos dízimos da Ordem de Cristo (Arraes, 2017, p. 229).

³³ Refere-se ao clero secular ou diocesano que não pertence a uma determinada ordem religiosa.

³⁴ Livro de assento de casamentos e óbitos nº 1, fólio 86 verso, data limite 1719-1753. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

Arraes (2017), em sua pesquisa sobre paisagens e urbanizações nos sertões do norte (1666-1820), caracterizado pela presença fixa ou perpétua, beneficiado por concurso e confirmado em carta régia. O vigário colado recebia a paróquia por colação e era efetivo, e recebia remuneração diretamente do poder civil que, por sua vez, recolhia o dízimo dos fiéis e por isso tinha a obrigação de sustentar o culto e seus ministros.

Após o falecimento do Vigário Joam da Silva Ribeiro, foi designado para a freguesia, o Vigário encomendado Joaquim de Souza. Notamos que, a partir de 06 de maio de 1728, encontramos assentos assinados por este padre, que permaneceu por pouco tempo, até 1729, à frente dos assuntos religiosos da paróquia, o que era de se esperar, porque, segundo a provisão episcopal, o padre encomendado administrava a paróquia por um período de um ano, podendo ser prorrogado, até a chegada de novo vigário (Arraes, 2017). Os assentos redigidos pelo Vigário Joam da Silva Ribeiro somam 05 registros de casamentos e 05 de óbitos.

Durante o período regido pelo Vigário encomendado Joaquim de Souza, surgiram assentos escritos pelo Padre Gonçallo Vellozo de Souza, que ora se autodenominava de vice vigário, ora de coadjutor da matriz. O primeiro registro assinado pelo referido coadjutor foi em catorze de novembro de mil setecentos e vinte e nove com a realização do casamento de Joseph Alves de Oliveira com Francisca de Sousa, com a licença do Reverendo Vigário encomendado Joaquim de Sousa.

Gonçallo Vellozo de Souza, padre coadjutor e licenciado³⁵, filho do Capitão Manoel Gomes de Souza e de Catarina Veloza, natural de Pernambuco, da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo, como consta no seu assento de óbito³⁶. Seu pai era natural da Freguesia de São Pedro de Rates, Arcebispado de Braga, Portugal. Pelo lado paterno era neto de Francisco Gomes e Domingas Gonçalves. Faleceu aos vinte e nove de dezembro de mil e setecentos e trinta e sete, com cinquenta anos de idade, pouco mais ou menos. Foram localizados nas fontes os irmãos: Antônio Gomes de Sousa, Manoel Gomes Ferreira, Beatriz Veloza, Maria Gomes da Natividade, Estevão Gomes de Souza, Izabel Ferreira de Souza e Joana de Souza.

De acordo com a documentação pesquisada, o Coadjutor Gonçallo Vellozo de Souza, participou do processo de escrita do primeiro livro de assentos de casamentos e óbitos, entre os anos de 1729-1735, totalizando 43 registros de casamentos e 42 de óbitos redigidos pelo seu punho. Os registros de batizados da referida época não foram localizados.

³⁵ Era comum nesta época a formação de padres em Direito Canônico (Canonistas) ou pessoas chegarem ao momento da ordenação sacerdotal ostentando o título de licenciado (advogado) mesmo sem ter cursado Teologia.

³⁶ Livro de assento de óbitos nº1, fólio 99 *recto*, data limite 1719-1753. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

O próximo *scriptor* é o Padre João Gomes de Souza. No ano de 1729, a Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco recebe um novo administrador, natural da mesma freguesia, por conta do cargo que vagou pelo falecimento do Vigário Colado Joam da Silva Ribeiro. No livro paroquial estudado, encontramos assentos lavrados pelo dito vigário somente a partir de 1733, embora tenha assumido a paróquia em 1729, como consta o requerimento³⁷ ao Rei D. João V, solicitando provisão de mantimentos do qual foi provido na Igreja Matriz de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco.

João Gomes de Souza, vigário colado e licenciado, filho legítimo do Capitão Mor Dom Pedro de Souza, natural da Freguesia de Santo Antônio do Cabo, Capitania de Pernambuco e de Dona Bernarda Maria da Silva. Pela parte paterna o vigário João Gomes de Souza era neto de Dom Pedro de Sousa e Petronília da Costa. Foram identificados nas fontes, os irmãos: o Sargento Mor Dom José de Souza e D. Catherina de Sene. O vigário faleceu em 20 de março de 1751 com idade de 63 anos, pouco mais ou menos, conforme seu assento de óbito³⁸.

Ao conferir as fontes manuscritas, referente ao período de 1733 a 1746, encontramos 52 registros de casamentos e 61 assentos de óbitos redigidos pelo Vigário João Gomes de Souza, além de ser citado como testamenteiro³⁹ em 05 registro de óbitos. Pelo que foi constatado, ele desempenhou seus trabalhos pastorais pelo período de 1729-1746.

Ao acompanharmos a trajetória dos *scriptores*, percebemos que nem sempre quem realizava a celebração era a mesma pessoa que redigia o livro. A expressão “o Reverendo Padre [Fulano de tal], de licença minha”, era muito comum, especialmente em celebrações realizadas em outra localidade diferente da igreja matriz. Os dados eram, provavelmente, anotados por outros padres presentes em outras partes da freguesia, como em capelas ou missões religiosas e repassadas ao vigário, e este, quando estava em ato de desobriga, visitando as comunidades, também realizava celebrações fora da matriz, e posteriormente lançava as informações no livro que permanecia na igreja principal.

Por esta razão, encontramos assentos redigidos com dias ou meses e até anos, fora da ordem cronológica, por terem sido acrescentados posteriormente. Às vezes, estes assentos, apresentavam lacunas referentes às informações e mesmo com espaço em branco, por conta de anotações descuidadas. Ao longo dos fólios dos livros paroquiais, encontramos vistos de visitas

³⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_005, Cx.33 D.3000). Disponível em <http://resgate.bn.br>. Acesso: 03 out 2022.

³⁸ Livro de assento de casamentos e óbitos nº1, fólio 118 verso, data limite 1719-1757. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

³⁹ Quem cumpre ou faz cumprir as determinações de um testamento (Houaiss, 2011, p. 907). Na documentação pesquisada encontramos muitos exemplos de padres com a função de testamenteiros.

do vigário visitador, informando instruções para fazer os assentos e até mesmo advertências para as falhas encontradas, como assentos sem lançar ou incompletos.

O próximo *scriptor*, o Padre José da Silva Gomes, presbítero do hábito de São Pedro, permanece na freguesia pelo período de 1746-1751, até ser transferido para a Freguesia de Santo Antônio do Pambú⁴⁰, Capitania e Arcebispado da Bahia, em substituição ao Padre Teotônio dos Santos Xavier.

Observamos que, durante a função paroquial do Vigário José da Silva Gomes, dos 52 assentos de casamentos lançados no livro paroquial, deste total, foram celebrados 39 na Matriz de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, sendo 34 pelo próprio vigário, 02 pelo Coadjutor Manoel de Oliveira Cabo, 01 pelo Padre Frei Venâncio, Missionário Capuchinho, 01 pelo Padre Manoel de Souza da Companhia de Jesus e 01 pelo Padre João Antunes da mesma Companhia. Como dissemos anteriormente, estes assentos foram redigidos pelas mãos do vigário e, quando na ausência deste, pelo padre coadjutor. Ao que tudo indica, o padre coadjutor, manuseava o livro paroquial apenas quando este estava “por ficar com as vezes do vigário”, expressão encontrada em alguns assentos, logo abaixo da assinatura do coadjutor, provavelmente quando o vigário saía em atos de desobriga⁴¹ pela freguesia.

Foi possível investigar, através dos livros paroquiais, o roteiro dos atos de desobriga realizado pelo Vigário João da Silva Gomes. De acordo com os estudos dos Padres José Evangelista de Souza e João Carlos Deschamps de Almeida (1994), utilizando os registros paroquiais da Freguesia de São José de Carinhanha⁴² (1804-1909), “os vigários pousavam para as desobrigas, nas fazendas dos senhores dos currais de gado ou dos senhores de engenho, ou nos povoados, onde já existiam alguma capela”. Com base na documentação estudada, verificamos essa movimentação por parte dos vigários da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, durante o período que cada um deles estivera à frente dos trabalhos pastorais.

Nas visitas pastorais do Vigário João da Silva Gomes, foram realizadas celebrações de casamentos na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, filial da Matriz de Nossa Senhora do Ó

⁴⁰ Informação evidenciada no Requerimento do Padre José da Silva Gomes ao rei D. José a pedir alvará de mantimentos do qual foi servido na Igreja de Santo Antônio do Pambú (atual município baiano de Curaçá), Arcebispado da Bahia. Disponível em: <http://resgate.bn.br>. Acesso: 03 out 2022.

⁴¹ Realizava-se a desobriga de tempos em tempos, quando o vigário da freguesia comparecia e ministrava os sacramentos, confessando, dando a comunhão, batizando, casando, pondo, em suma, as pessoas em dia com os sacramentos, fazendo-as principalmente cumprir o preceito pascal (Santos Filho, 1956, p. 187).

⁴² Atual município de Carinhanha-BA, o território pertenceu à Capitania de Pernambuco, posteriormente foi anexada a Minas Gerais e por fim à Bahia, como parte integrante do município de Barra, do qual foi desmembrado.

do Porto da Folha, do Bispado de Pernambuco; na Capela de Nossa Senhora do Amparo, filial da Matriz da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco; e em casas de morada⁴³ no lugar chamado Catinga, também na mesma freguesia. Durante este período, foram registrados 05 casamentos realizados na Missão de São Pedro do Porto da Folha pelo Padre Frei Timóteo e 01 casamento na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Urubu Mirim pelo Padre João Antunes da Companhia de Jesus, todos com licença do Reverendo Vigário João da Silva Gomes.

No tocante aos assentos de óbito, foram 64 registros encontrados. A maior parte dos sepultamentos foram realizados na Igreja Matriz, enquanto que os demais foram realizados em outros locais, como a Capela de Nossa Senhora do Amparo, filial da mesma freguesia, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Padres da Companhia de Jesus do Urubu Mirim; na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e na Igreja da Missão de São Pedro, ambas no Porto da Folha; Na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó e em sua filial, na Capela de São Braz, do Bispado de Pernambuco; na Igreja da Missão de São Sebastião e na Igreja de Nossa Senhora do Desterro dos Padres da Companhia de Jesus na Fazenda Jaboatão.

Seguindo em frente, outro *scriptor* encontrado nos documentos foi Manoel de Oliveira Cabo, padre coadjutor e licenciado. O primeiro registro redigido por ele foi datado do ano de 1749 e o último em 1773. Encontramos no livro nº 1, apenas 01 assento de casamento escrito por ele, embora o padre coadjutor tenha realizado diversas celebrações com a licença do vigário, como era de costume. No mesmo livro, encontramos 19 assentos de óbitos e no livro de batizados (data-limite:1753-1773) encontramos 5 registros de sua autoria. O Padre Manoel de Oliveira Cabo atuou como coadjutor durante o período dos vigários José Gomes da Silva e Joachim Marques de Oliveira e no início dos trabalhos do Vigário Jacinto Ferreira de Araújo.

O Reverendo Doutor Joachim Marques de Oliveira, natural da Vila do Penedo, Capitania de Pernambuco, presbítero do hábito de São Pedro, atuou como vigário nomeado e encomendado para a Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, com o marco temporal de permanência na dita freguesia entre os anos de 1751 a 1753, até ser transferido para a Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio da Vila Nova d'El Rei no Rio de São Francisco.

O Vigário Joaquim Marques de Oliveira redigiu 02 assentos de casamentos e 22 assentos de óbito encontrados no livro nº 1 (1719-1757). No livro de assentos de batismos (data-

⁴³ Era um conjunto de habitações composto por casa de morar do proprietário, casa dos agregados, casa de farinha, capela, engenho (moenda, caldeira, purgador), alambique, tenda de ferreiro, variando esta composição conforme as posses do dono (Silva, 2013, p. 108).

limite:1753-1773), o vigário exarou 20 assentos, o último com a data de primeiro de maio de mil setecentos e cinquenta e três. O primeiro livro de assentos de batizados e o segundo livro de assentos de casamentos da coleção dos livros paroquiais da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco não foram encontrados. Pelo recorte temporal que representam os referidos livros, por conjectura, podemos afirmar que o Vigário Joaquim Marques de Oliveira teria feito uso desses livros, por abarcar o tempo em que ele permaneceu à frente dos trabalhos pastorais da freguesia.

Os *scriptores* que aparecem nas fontes eram, sem dúvida, homens que pertenciam a uma elite instruída na região do baixo São Francisco no período colonial. Como constata Santos (2013), em sua pesquisa sobre as características das ordenações de padres em Pernambuco na segunda metade do século XVIII:

O primeiro grau das ordens sacras era a de subdiácono e, aqueles que almejassem esse estado seriam “examinado [s] dos mistérios de nossa Fé, Latim, Moral, Reza e Canto, e além de haver de ter primeira tonsura, e os quatro graus de Menores”. Além disso, fazia-se necessário passar pelos processos de inquirição de *genere* e *moribus*. O segundo grau das ordens sacras era a de diácono, que deveria ser examinado no latim, casos de consciência, reza, canto, e ter exercido por um ano a ordem de subdiácono além da sentença de *genere*. A maior de todas as ordens era a de presbítero, que deveria ser examinado com mais rigor no latim, moral, reza, canto e depois de ter exercido por um ano a função de diácono (Santos, 2013, p. 8).

Assim, nesse contexto, percebemos que os religiosos faziam parte do grupo de uma elite com maior nível de instrução, uma vez que as habilidades para ler e escrever seriam fundamentais para desempenhar os trabalhos exigidos em sua paróquia de atuação.

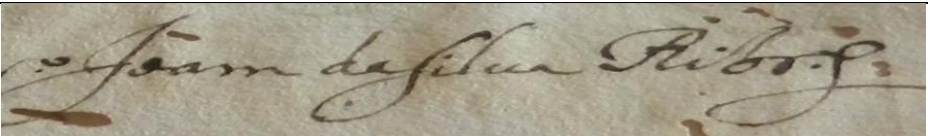
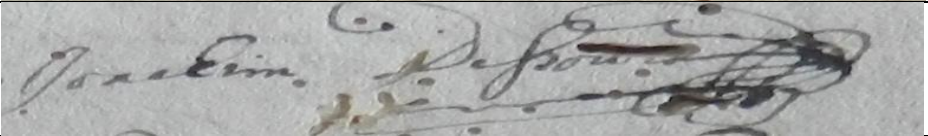
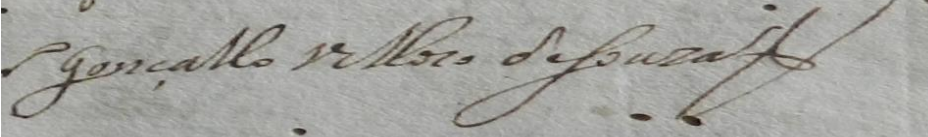
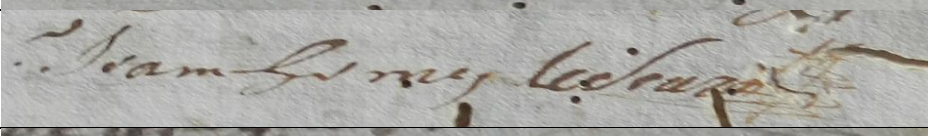
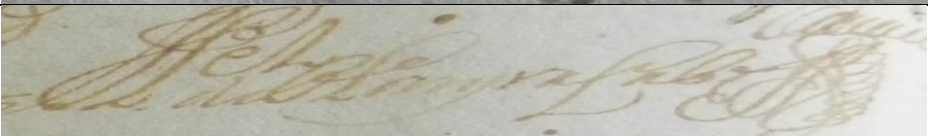
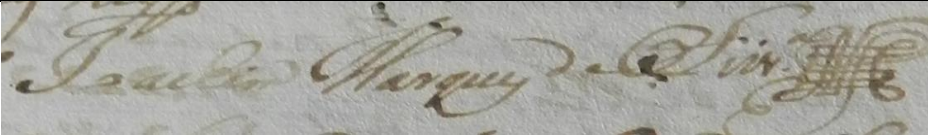
A movimentação das pessoas pela freguesia, sobretudo, voltando-se para as atividades religiosas, transformava a Igreja Matriz em “espaço de sociabilidades entre os moradores da Freguesia e também de pessoas vindas de toda a região para participarem de batizados, casamentos e demais ocasiões celebrativas” (Nogueira, 2011, p. 51). Os registros paroquiais mostram que essas movimentações eram bastantes corriqueiras, promovendo o dinamismo da freguesia, como consta nas certidões de banhos dos enlaces matrimoniais, nas celebrações de batizados que indicavam origens diversas dos padrinhos e madrinhas e dos sepultamentos que atendiam o desejo do “defunto” em relação ao local de “enterramento”.

Percebemos que cada *scriptor* utilizava a normatização da redação dos assentos dos batismos, casamentos e óbitos, conforme as orientações do “Sagrado Concílio Tridentino e Constituições”, como eles próprios escreviam nos registros, e também, claro, cada um deles

deixou registrados em cada livro específico, sua particularidade de escrita, de acordo com o contexto sócio-histórico de cada indivíduo e da sociedade da época colonial.

Diante desta questão e tendo como base a pesquisa de Silva (2013) sobre a elite instruída setecentista de Sergipe del Rey, cujo trabalho utilizou as assinaturas presentes nos testamentos para avaliar as habilidades do domínio da escrita, recorreremos a esse expediente para observar as características da escrita a partir das assinaturas de cada um dos *scriptores*:

Quadro 18 – *Scriptores* e respectivas assinaturas

Scriptor	Assinatura
1.Joam da Silva Ribeiro	
2.Joachim de Souza	
3. Gonçallo Vellozo de Souza	
4.João Gomes de Souza	
5.José da Silva Gomes	
6.Manoel de Oliveira Cabo	
7.Joachim Marques de Oliveira	

Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antonio do Urubu de baixo (1719-1753).

Silva (2013), com base na escala de assinatura, formulada por Justino Magalhães, propõe em seu estudo os seguintes níveis:

- Nível 1: assinatura sinal (cruz);
- Nível 2: assinatura incompleta, imperfeita, rudimentar, tosca;
- Nível 3: assinatura normatizada, completa (podendo ser abreviada);
- Nível 4: assinatura caligráfica, todas as letras corretamente desenhadas e ligadas;

Nível 5: assinatura personalizada, com perfeição e marcas pessoais (Silva, 2013, p.175).

Com relação aos possíveis níveis de assinaturas encontrados entre os *scriptores* em nosso material de análise, podemos classificar as assinaturas entre os níveis 4 e 5. Nos exemplos de assinaturas 1 e 3 do **Quadro 18**, as assinaturas aproximam-se do nível 4, apresentando “todas as letras grafadas de forma correta e ligadas, tendo ritmo e cadência, com inclinação e sinais de marcas pessoais, parecida com a caligrafia escolar” (Silva, 2013, p.177). A descrição feita por Silva (2013) nos remete às características para as ordenações de padres apresentadas anteriormente por Santos (2013), quanto às exigências para a formação e preparação para assumir a função sacerdotal, indicando que o tempo de escolarização padronizava e aperfeiçoava a grafia, devido à prática de seu uso.

Nas demais assinaturas do **Quadro 18**, podemos afirmar que pertencem ao nível 5, assinaturas personalizadas. Neste nível, de acordo com Silva (2013, p.178) a assinatura “é feita com perfeição e marcas pessoais (arabescos), com estilo. Algumas de tão rebuscadas parecem uma obra de arte caligráfica” (Silva, 2013, p.178). Ao observarmos, as assinaturas do nível descrito, podemos corroborar que a formação dos *scriptores* desenvolveu as habilidades do domínio da escrita de acordo com o padrão da época, inserindo estes homens em uma elite instruída da sociedade, formadas pelos religiosos, militares, agentes judiciários, entre outros.

O término deste levantamento, mesmo com lacunas, permite identificar que os *scriptores* da freguesia se tratavam de indivíduos que dominavam a cultura escrita e estavam inseridos em um contexto de prestígio, pouco comum para a maior parte da população, que poderia proporcionar grande influência moral e também ascensão social.

4.6 Os *scriptores* do Sertão da Carinhanha

Nesta subseção, buscamos elaborar o perfil social dos *scriptores* de acordo com o contexto sócio-histórico de produção que compreende o período em que o primeiro livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhanha foi escrito (1804-1857). Por um lado, no viés filológico, Petrucci (2002) informa que, qualquer texto, independentemente de sua natureza ou extensão, é escrito por duas razões intimamente relacionadas. São elas: assegurar a sua conservação para o presente e para o futuro ou que possa ser lido e relido tanto por quem o escreveu como seus contemporâneos e/ou para uma geração futura. Por outro lado, pelo viés da Sociolinguística Histórica, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) já tinha dito

que o estudo com fragmentos de documentação escrita, que conseguiram resistir ao tempo e conservar dados específicos de uma época é uma condição de acidente históricos que estão fora do controle do pesquisador, e este deve fazer o bom uso dos maus dados, como mencionamos anteriormente, ou seja, utilizar ao máximo as informações que os documentos possam oferecer.

No caso da investigação social dos *scriptores* do sertão da Carinhonha oitocentista, além dos registros paroquiais da freguesia e de documentações fragmentárias do passado, buscamos levantar o máximo de informações sobre esses homens que devido ao valor simbólico do cargo que exerciam, alcançavam prestígio religioso e social, e às vezes, de autoridade na comunidade em que atuavam.

Em primeiro lugar, vamos visualizar, por meio do **Quadro 19**, os *scriptores* responsáveis pelo fazimento do livro manuscrito pesquisado.

Quadro 19 – Párocos da Freguesia de São José de Carinhonha (1804-1857)

Pároco	Cargo/função	Período de atuação	N.º de assentos
Pedro Machado da Cruz Bezerra	Cura	1804-1806	37
Miguel da Silva Galvão	Vigário / cura	1807-1810	40
Miguel de Melo Chaves	cura	1810	06
Manoel Lopes Machado	Cura	1812 - 1817	-
Conrado Grugel de Cerqueira Pinto	Vigário Geral Forâneo e Pároco	1817-1819	26
João Rodrigues Covas	Padre	1819-1820	13
Joaquim José do Carmo	Vigário interino	1820	02
Gonsalo Bezerra de Brito	Vigário	1820-1821	14
Ambrozio Machado Mendonça	Vigário	1821-1824	23
Joaquim José do Carmo	Vigário interino	1824	10
Gabriel José da Costa	Pró-Pároco	1825	07
Pedro Machado da Cruz Bezerra	Vigário	1826-1830	118
José de Sousa Lima	-	1831-1834	54
Delfino Machado de Faria	-	1835-1836	25
Cyriaco Antonio de Araújo	Vigário interino	1836	02
José de Sousa Lima	Reverendo Provisor	1837-1838	14
Melchiades Pereira Santos	Coadjutor	1838	05
Cyriaco Antônio de Araújo	Vigário Paroquial	1840-1841	26
Baldoino José da Silva	Vigário	1842	24
Antônio Muniz Ferreira	Vigário	1844-1848	109
José Modesto Pereira de Brito	Vigário	1848-1849	20
José Muniz do Rego	Vigário	1849-1850	37
Antônio Muniz Ferreira	Delegado do Provisor	1850	03
João Joaquim de Sousa Pondé	Vigário	1851-1854	37
Frei José de S. Luís Roza	Coadjutor	1855-1857	29
José Victorino Cesar	Coadjutor encarregado	1857	14
		Total	688

Fonte: Elaboração própria.

É certo que algumas lacunas sobre o perfil social do grupo listado no **Quadro 19** não serão preenchidas, porém isso não comprometerá a reconstituição do entorno de produção dos textos e seus respectivos vestígios do passado da língua. Felizmente, os livros paroquiais mais antigos da Freguesia de São José da Carinhonha foram preservados, manuscritos valiosos para o estudo sócio-histórico do sertão do São Francisco e dos variados fenômenos linguísticos identificados, a exemplo da historicidade da língua, das variações gráficas e do acervo lexical, entre outros.

Petrucci (2002) afirma que os textos podem se perder por causas materiais diretas, ou seja, destruição física causada por guerra ou eventos naturais, e por causas indiretas, ou seja, efeitos colaterais, como mudanças ocorridas nos processos materiais e gráficos da transmissão do texto, como também a substituição de um tipo de escrita por outro ou, até mesmo, a substituição de um suporte material.

Ao ler os assentos de casamentos nos deparamos com a referência do sacerdote responsável pela celebração do enlace matrimonial e a assinatura no final do documento, dando fé pública ao ato. Graças a isso, pudemos nos aproximar de parte de sua vital experiência desenvolvida à frente da freguesia. Além disso, outros dados foram relevantes para estabelecer a distribuição temporal e espacial, vantagem encontrada na pesquisa com documentos históricos.

Para investigar sobre os *scriptores* do sertão da Carinhonha oitocentista, partimos da própria documentação paroquial. Com isso, procuramos completar, com a maior precisão possível, a tabela cronológica da sucessão dos *scriptores* que estiveram à frente dos trabalhos pastorais na referida freguesia. Identificar o punho de quem escreveu o assento paroquial é fundamental para caracterizar o discurso da comunidade de prática⁴⁴ a que pertence. Sabemos que o grupo de *scriptores* do sertão da Carinhonha oitocentista era formado por homens de faixa etária adulta, pertencentes ao mesmo grupo social e nível cultural aproximado, fato evidenciado na identificação da função de cada *scriptor*, na aproximação da padronização dos registros, nas peculiaridades específicas de cada punho, no que se refere, por exemplo, ao estilo próprio de cada *scriptor* e as variações nas grafias, reflexos dos conflitos dos períodos históricos da ortografia da língua portuguesa no período em que o documento foi produzido.

Quanto à formação intelectual dos *scriptores* do Sertão da Carinhonha, localizamos, por

⁴⁴ Comunidade de prática é “um conjunto de pessoas agregadas em razão do engajamento mútuo em um empreendimento comum. Modos de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores, relações de poder – em resumo, práticas – emergem durante sua atividade conjunta em torno do empreendimento (Eckert; McConnellinnet, 2010, p. 102).

exemplo, a informação dos requisitos necessários para assumir o cargo de vigário colado das igrejas vacantes do Bispado de Pernambuco no século XIX, noticiada em um periódico da época. No Diário de Pernambuco⁴⁵, na edição de 484, de 12 de setembro de 1834, o Bispado de Pernambuco publica um edital de concurso para ocupar as igrejas vagas no bispado, entre elas a Matriz da Freguesia de São José da Carinhanha, por especial mandado de Sua Majestade o Imperador, comunicado pelo Imperial Aviso de 14 de maio de 1829, expedido pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Justiça. A notícia informava que o sacerdote que quisesse participar do concurso deveria entregar a documentação na forma do estilo e que responderia a nove casos de Moral e Consciência e faria uma exposição ou homilia ao Evangelho. Aqueles que fossem julgados mais dignos na forma dos Sagrados Canones e do Concílio Tridentino seriam aprovados.

A informação veiculada ao Diário de Pernambuco (1834) mostra-nos que os homens que ocupavam os cargos de vigários titulares das igrejas do bispado, entre elas, a Matriz de São José da Carinhanha, pertenciam a uma elite instruída naquele sertão, comprovada pelo seu *status* educacional e ocupacional. Ao reconstruir o passado, é necessário descrever realidades históricas recuperadas de um texto histórico do período estudado. As informações sócio-históricas incorporadas aos textos podem levar cada texto a se tornar único e seu *scriptor* um valioso objeto de interesse histórico.

O clero era um dos grupos sociais mais influentes no sertão, assim como os agentes militares e jurídicos que ofereciam serviços à freguesia, tendo em vista a variada e numerosa documentação necessária para o funcionamento das instituições religiosas, administrativas e jurídicas. Ao longo da leitura e transcrição do documento, estivemos perante vinte⁴⁶ *scriptores* que, tiveram uma formação intelectual e seguiam uma tradição que impunha um caráter conservador aos seus registros, intensificado, sobretudo, pelo uso de fórmulas fixas e estruturas recorrentes e características gráficas influenciadas pelo período histórico da ortografia da língua portuguesa.

45

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=Carinhanha&hf=memoria.bn.br&pagfis=7246. Acesso: 05 jan 2023.

⁴⁶ O **Quadro 18** apresenta o nome de 26 párocos que trabalharam na Matriz da Freguesia de São José da Carinhanha (1804-1857), sendo que, Manoel Lopes Machado não deixou registros no livro de assentos de casamentos e os seguintes párocos :Pedro Machado da Cruz Bezerra (1804-1806; 1826-1830), Joaquim José do Carmo (1820; 1824), José de Sousa Lima (1831-1834; 1837-1838), Cyriaco Antônio de Araújo (1836; 1840-1841) e Antônio Muniz Ferreira (1844-1848; 1850) aparecem em diferentes períodos nos registros paroquiais, perfazendo assim, vinte diferentes punhos identificados no primeiro livro de assentos de casamentos (1804-1857).

Pedro Machado da Cruz Bezerra, considerado o primeiro vigário da freguesia, embora abaixo da sua assinatura nos assentos, se autodenominava de “Cura”. De acordo com Nunes (2008, p. 44), cura é um “sacerdote que pastoreia um pequeno povo. Coadjuntos de pároco. Cura de almas – Sacerdote que tem o encargo de dirigir espiritualmente número de fiéis ou habitantes de um lugar”. A freguesia foi fundada em 1806, mesmo ano que consta dos termos de abertura e encerramento dos primeiros livros paroquiais (batismo, matrimônio e óbitos). Há, porém, alguns assentos iniciais datados dos anos de 1804 e 1805, situação comum nos três primeiros livros referidos acima.

A atuação do Padre Pedro Machado da Cruz Bezerra foi intensa nos atos de desobrigas, conforme indicava nos registros, as diversas localidades visitadas e, ainda, em seus escritos, se referia ao “Oratorio de Carinhanha, Freguesia de Salgado”, “neste Oratorio de S.ⁿ Caetano da Carinhanha Freguezia, ou Curato do Salgado, Bispado de Paranambuc⁴⁷”. O Cura também indicava sempre a licença do Reverendo Vigário Visitador da Repartição da Manga, o Padre Francisco José Correa, autoridade eclesiástica a qual estava subordinada à recém-criada freguesia. Com base nessas considerações, podemos inferir que os registros anteriores ao ano de 1806 foram anotações transcritas de atos realizados quando o curato pertencia à Freguesia do Salgado e não tinha o seu livro próprio.

Pedro Machado da Cruz Bezerra, no período entre 1804 e 1806 lavrou 37 assentos de casamentos. Reaparecendo vinte anos depois (1826-1830), com a denominação de vigário e durante essa nova etapa, registrou 118 assentos de casamentos.

O próximo *scriptor* foi Miguel da Silva Galvão, também com a denominação de cura, atuou na freguesia pelo período de 1807 a 1810, deixando exarados 40 assentos de casamentos. Seu sucessor, o Cura Miguel de Melo Chaves, permaneceu por pouco tempo, deixando apenas seis registros de assentos de casamentos datados do ano de 1810. Em seus 44 registros no livro

⁴⁷ Além dos registros paroquiais do sertão do São Francisco do século XIX, encontramos a denominação “Paranambuc” para Pernambuco na edição *fac-similar* da obra *Tractado da Terra do Brasil* de Pero de Magalhães Gandavo (1570?, f. 6 r.). O autor descreve o porto onde os navios entram na povoação de Olinda pela praia e por um rio pequeno: “a este porto se entra por um canal tam estreito, q̃ apenas cabe una náó por elle y sino entra cõ muyto tẽto, da en pedra viuia y perdesse ô qual acõtece muytas vezes aos exprimẽtados: por isso se chama Paranambuc. q̃ quer dix Mar furado”. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/P%C3%A1gina:Tractado_da_Terra_do_Brasil.pdf/11. Acesso: 17 fev 2023.

A edição crítica da obra foi lançada pela Editora do Senado Federal em 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188899/Tratado%20da%20terra%20do%20Brasil.pdf>. Acesso: 17 fev 2023.

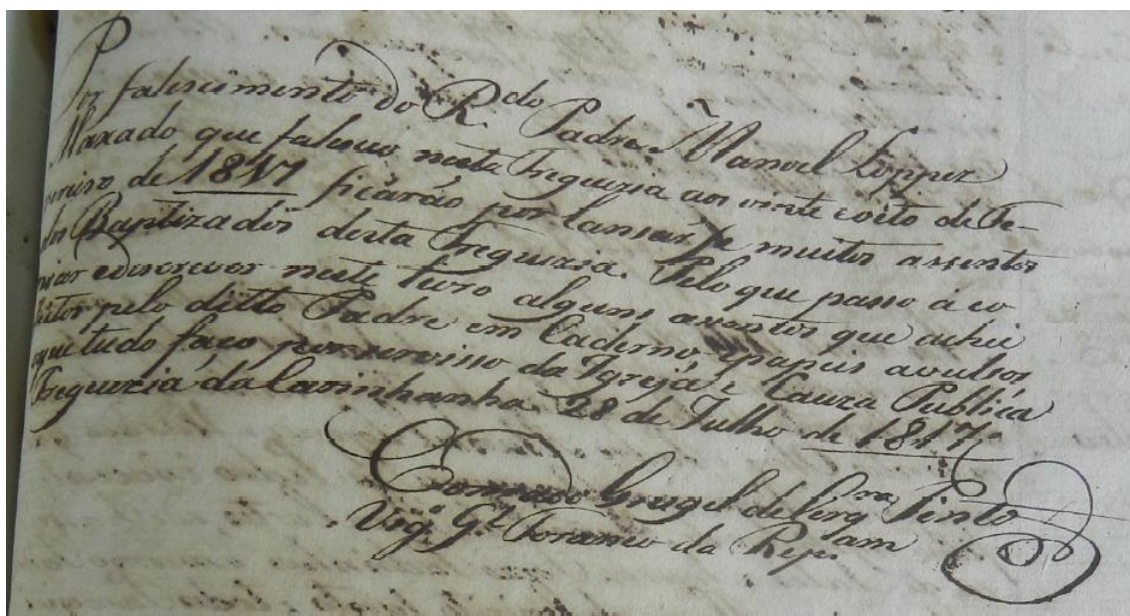
de batizados e 18 no livro de óbitos, encontramos a referência ao pertencimento da freguesia à Comarca Eclesiástica da Manga⁴⁸.

Santos (2020) nos informa que, segundo o cronista Domingos de Loreto Couto, em meados do século XVIII, o Bispado de Pernambuco era dividido em três comarcas eclesiásticas: Olinda, Manga e Ceará. O autor esclarece que, o juízo eclesiástico da Comarca da Manga e Minas do Paracatu, por ser afastado geograficamente da Sé de Olinda, era dotado de órgãos e ofícios jurídicos administrativos que outras comarcas não tinham, como, por exemplo, a presença de um vigário geral foraneo. O juiz responsável pelo auditório eclesiástico da Manga era o vigário geral foraneo, que tinha os mesmos poderes do vigário geral de Sergipe d'El Rei.

A partir de 1812, o pároco responsável pela freguesia foi o Cura Manoel Lopes Machado, entretanto, não existem registros de casamentos exarados pelo seu punho. Nos livros de batizados, encontramos 54 lançamentos e, no livro de óbitos, 16 assentos com a sua assinatura, além de 54 assentos sem assinar, sendo o último registro, datado de dois de junho de 1813. Os registros foram, posteriormente, assinados pelo Vigário Geral Foraneo Conrado Grugel de Cerqueira Pinto no lugar do falecido Vigário Manoel Lopes Machado.

No primeiro livro de assentos de batizados (1804-1817), fólio 45r., encontramos a seguinte informação, deixada pelo Vigário Geral Foraneo da Repartição da Manga Conrado Grugel de Cerqueira Pinto:

Figura 30 – Nota sobre o falecimento do Padre Manoel Lopes Machado



Po falecimento do R. Padre Manoel Lopes Machado que faleceu nesta freguesia em vinte e oito de Julho de 1817 ficando por lançar os muitos assentos e assentos desta freguesia. Pelo que passo a co-pletar pelo ditto Padre em Caderno e papiis avulsos que tudo faço por servio da Igreja e Causa Publica da freguesia da Lavrinha em 28 de Julho de 1817.
Conrado Grugel de Cerqueira Pinto
Vig. G. Foraneo da Rep.

Fonte: Primeiro livro de assentos de batizados (1804-1817, f. 45 r.).

⁴⁸ A comarca da Manga era uma jurisdição eclesiástica que pertencia à Diocese de Pernambuco durante o século XVIII e hoje é equivalente aos municípios de Manga e Paracatu (MG).

Transcrição:

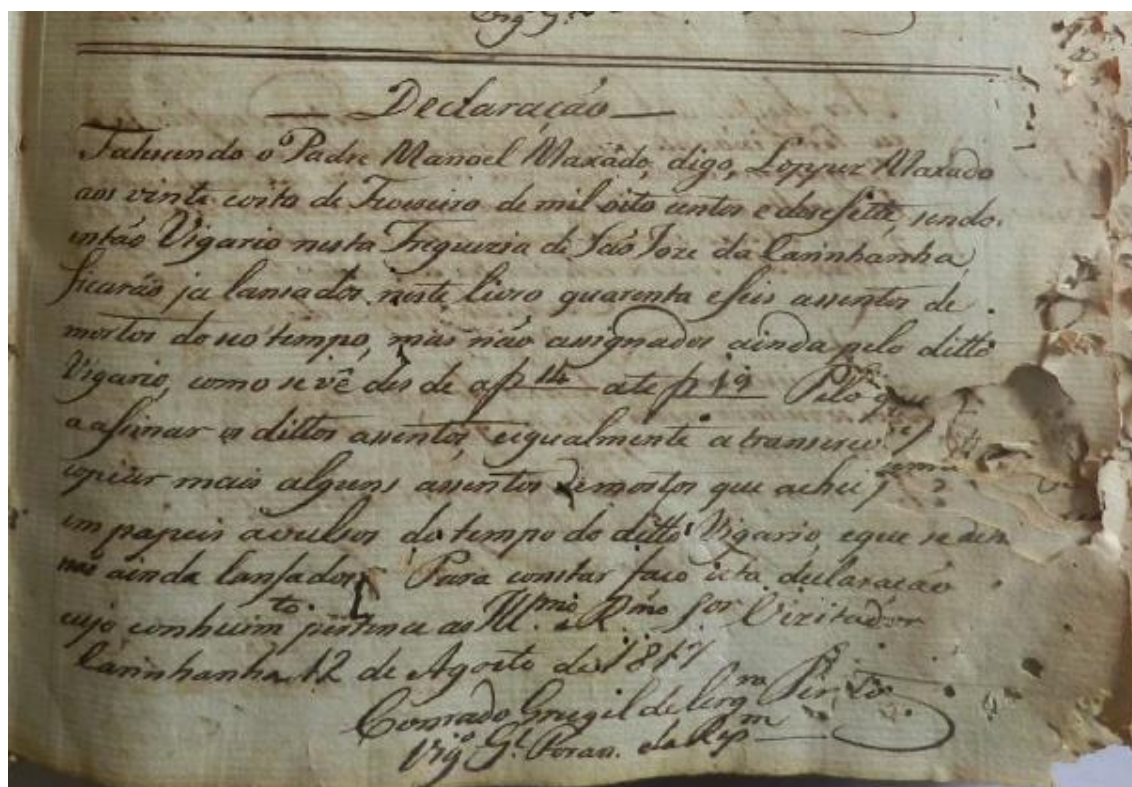
Por falecimento do R.^{do} Padre Manoel Lopez |
 Maxado, que faleceu nesta Freguezia aos vinte e oito de Fe- |
 vereiro de 1817 ficarão por lansar se muitos assentos |
 dos Baptizados desta Freguezia. Pelo que passo a co |
 piar edescrever neste livro alguns assentos que achei |
 feitos pelo dito Padre em Caderno, e papeis avulsos, |
 que tudo faço por servisso da Igreja e Cauza Publica |
 Freguezia da Carinhonha 28 de Julho de 1817

Conrado Grugel de Cerq^{ra} Pinto
 Vig.^o Geral Foraneo da Rep.^{sam}

Faz-se necessário informar que a escrituração dos livros paroquiais é um serviço de causa pública, como mencionado na declaração do Vigário Geral Foraneo da Repartição da Manga. O registro da vida das pessoas passava pelo domínio e controle da Igreja Católica, e esta fornecia registros, declarações e atestados para as diversas situações jurídica e religiosa da sociedade.

No livro de assentos de óbitos (1805-1854), no fólio 19 r., o Vigário Conrado Grugel de Cerqueira Pinto escreveu declaração semelhante ao registro encontrado no fólio 45 *recto* do livro de assentos de batizados (1804-1817).

Figura 31 – Declaração do Vigário Conrado Grugel de Cerqueira Pinto



Fonte: Primeiro livro de assentos de óbitos (1805-1854, f. 19 r.).

Transcrição:

Declaração

Falecendo o Padre Manoel Maxado, digo, Loppez Maxado |
 Aos vinte oito de Fevereiro de mil oito centos e desesette, sendo |
 Então Vigario nesta Freguesia de São Joze da Carinhanha, |
 Ficaraõ já lansados neste livro quarenta e seis assentos de |
 mortos do seu tempo, mas não assignados ainda pelo dito |
 Vigario, como se vê des de ap 14 ate p 19 Pelo que [roído] |
 a assinar os dittos assentos eigualmente a transcrevi [roído] |
 copiar mais alguns assentos de mortos que achei [roído] |
 em papeis avultos do tempo do ditto Vigario, e que se [] |
 não ainda lansados Para constar faço esta declaração |
 cujo conhecimento pertence ao Ill.mo R.mo S.or Vizitador |
 Carinhanha 12 de Agosto de 1817

Conrado Grugel de Cerq^{ra} Pinto
 Vig.^o Geral Foraneo da Rep.sm

No assento de óbito do Padre Manoel Lopes Machado (f. 21 r.), encontramos a informação de que era natural de Sabará, Capitania e Bispado de Minas Gerais e que faleceu com quarenta e tantos anos. Vale ressaltar também que encontramos, no primeiro livro de assentos de óbitos, a informação da naturalidade de outro *scriptor*, o Padre José de Sousa Lima (1770-1842), natural de Ouro Branco, Capitania de Minas Gerias. Outra informação importante, sobre o *scriptor* Cyriaco Antônio de Araújo, encontrada no fôlio 2 v. do livro dos assentos dos casados (1804-1857). Como vigário da Freguesia do Salgado (Minas Gerais), ele revalidou um casamento que tinha sido celebrado na Freguesia de São José da Carinhanha após as devidas dispensas. Em 1836, ele assumiu o posto de vigário interino e depois em 1846 a função de vigário paroquial em Carinhanha. Como a Freguesia de São José da Carinhanha estava subordinada a Comarca Eclesiástica da Manga, que pertencia ao Bispado de Pernambuco e subordinada politicamente à Capitania de Minas Gerais, aventamos que os párocos que exerceram suas funções na freguesia eram oriundos da Capitania de Minas Gerais.

Em 1817, com o falecimento do Padre Manoel Lopes Machado, o Vigário Geral Foraneo da Rapartição da Manga assumiu as atividades pastorais da freguesia até a nomeação de um novo vigário. O Padre Conrado Grugel de Cerqueira Pinto, deixou exarados 26 assentos de casamentos durante o período de 1817-1819.

Buscando aprofundar sobre o perfil social dos *scriptores*, encontramos informação sobre o Padre Conrado Grugel de Cerqueira Pinto, no periódico *Abelha do Itaculúmy*⁴⁹, edição 45, de 15 de abril de 1825, informando sobre um ofício da Câmara da Villa da Barra⁵⁰ de S. Francisco das Chagas do Rio Grande, sobre o provimento das Cadeiras de Gramática Latina, e de 1ª Letras, sendo contemplada para a primeira o Padre Conrado Grugel com 400\$000 réis anuais.

Vale destacar que o *Diário Fluminense*⁵¹, edição 07, do ano de 1826, na seção carta ao redator, noticia o acontecimento praticado na Villa da Barra, cabeça da Comarca do Rio de S. Francisco, por ocasião do feliz aniversário natalício do Augusto Imperador, em 19 de outubro de 1825, na igreja matriz da villa, com a presença das autoridades, “ali entoou hum solemnemente Deum em Acção de Graças, sendo o orador o Reverendo Provisor Conrado Grugel de Cerqueira Pinto, que preencheu os desejos de tão numeroso auditório, em hum discurso, em que a par das Maximas Evangelicas, se vião as graças da arte oratória”.

Como podemos verificar, o cargo exercido pelo vigário geral foraneo indicava sua elevada formação intelectual e prestígio social, como aponta Silva (2000, p.14) sobre esse grupo seletivo que cumulativamente lhes era atribuído de modo preferente e quase exclusivo, em funções curiais, na judicatura eclesiástica, em atividades docentes e diretivas na formação de futuros presbíteros. Ainda segundo Silva (2000), na Bahia oitocentista, o modo que se atingia a condição de presbítero ou padre originou-se a criação dos seminários, sendo primeiro os estudos eclesiásticos e depois os estudos preparatórios e secundários.

A partir da prática de escrita observada nos registros paroquiais, evidenciada pela tradicionalidade linguístico-discursiva, as fontes são provas de que os *scriptores* pertenciam a uma determinada comunidade histórica, assumindo uma tradição textual contida no acervo da memória cultural do sertão sanfranciscano, com suas maneiras tradicionais de dizer ou de escrever, revelando duas faces do nível histórico da linguagem: a historicidade da língua e a tradicionalidade dos textos (Koch, 1997; Kabatek, 2006; 2018).

Os textos do passado são meros restos de corpus textuais que sobreviveram ao acaso, de forma fragmentária (Labov, 1994; Conde-Silvestre, 2007) que afetam uma descrição mais apurada das variáveis do perfil social do grupo, no entanto, o contexto social, a estratificação

49

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=778931&pesq=%22Conrado%20Grugel%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=797>. Acesso: 30/12/2022.

⁵⁰ A Vila da Barra foi criada em 1753, antes Freguesia de São Francisco das Chagas do Rio Grande, foi sede da Comarca do Rio São Francisco, Capitania de Pernambuco.

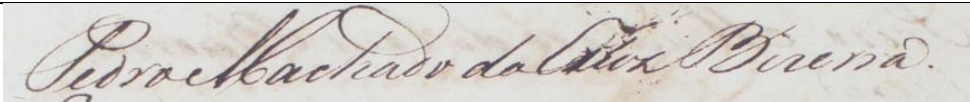
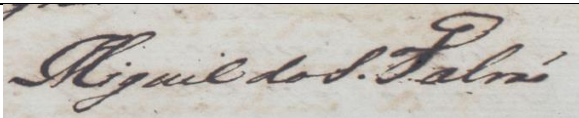
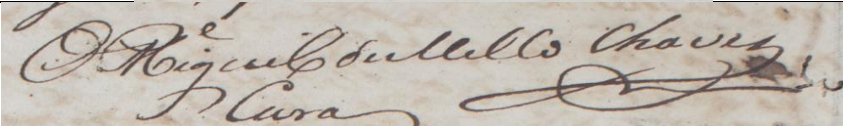
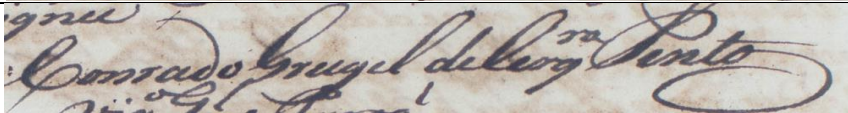
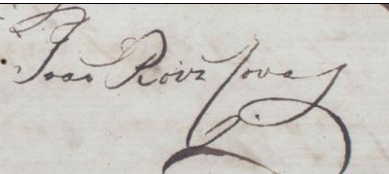
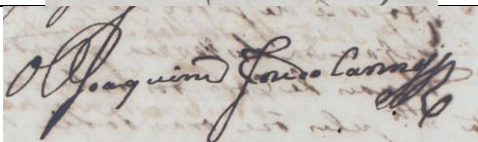
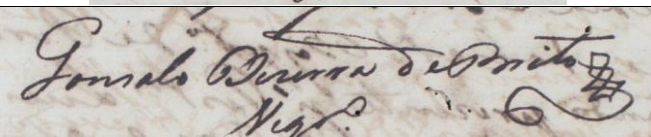
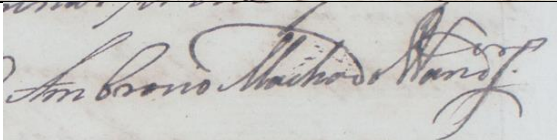
⁵¹

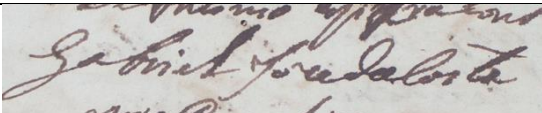
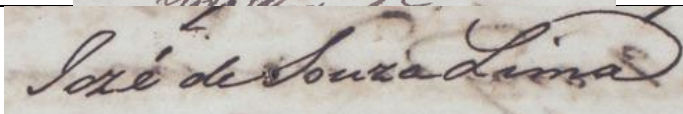
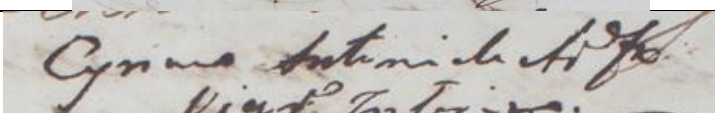
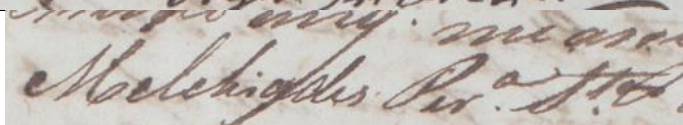
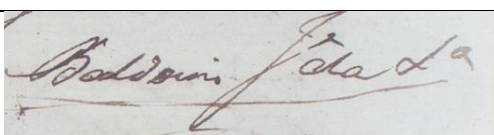
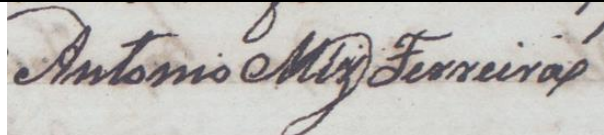
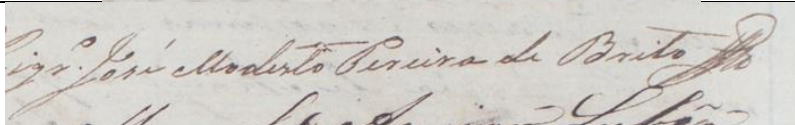
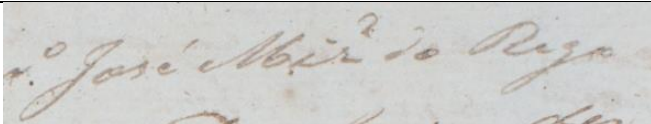
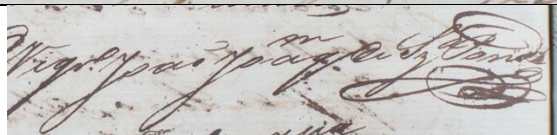
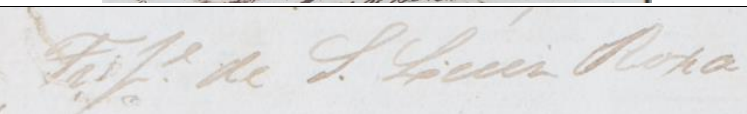
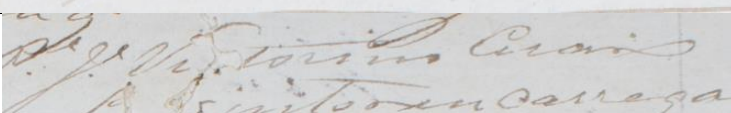
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&pesq=%22Conrado%20Grugel%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1583>. Acesso: 30/12/2022.

social da comunidade, a avaliação que nela se faz de certos comportamentos e atitudes, são características importantes para a configuração dessa comunidade de prática que atuou na Freguesia de São José da Carinhanha no século XIX.

Os vestígios da escrita deixados pela pena dos *scriptores* (párocos) e pelas suas assinaturas alargam o conhecimento não só do uso da língua portuguesa, no século XIX, mas também, do contexto sócio-histórico. Segundo Berwanger e Leal (2008, p. 89), “o estudioso da leitura paleográfica deve conhecer, antes de tudo, não só a língua em que o documento foi escrito como também na época da inscrição”. Isso quer dizer que a escrita deve ser considerada, no âmbito da sociedade que a produz, a partir das formas gráficas e do contexto sócio-histórico e cultural de cada época. No **Quadro 20**, apresentamos as assinaturas dos *scriptores* do sertão da Carinhanha do século XIX.

Quadro 20 – *Scriptores* e respectivas assinaturas

<i>Scriptor</i>	Assinatura
1. Pedro Machado da Cruz Bezerra	
2. Miguel da Silva Galvão	
3. Miguel de Melo Chaves	
4. Conrado Grugel de Cerqueira Pinto	
5. João Rodrigues Covas	
6. Joaquim José do Carmo	
7. Gonsalo Bezerra de Brito	
8. Ambrozio Machado Mendonça	

9. Gabriel José da Costa	
10. José de Sousa Lima	
11. Delfino Machado de Faria	
12. Cyriaco Antônio de Araújo	
13. Melchiades Pereira Santos	
14. Balduino José da Silva	
15. Antônio Muniz Ferreira	
16. José Modesto Pereira de Brito	
17. José Muniz do Rego	
18. João Joaquim de Sousa Pondé	
19. Frei José de S. Luís Roza	
20. José Victorino Cesar	

Fonte: Livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha (1806-1857).

Recorremos mais uma vez à escala de assinaturas elaborada por Magalhães (1996; 2000), utilizada por Silva (2013), apresentada no **Quadro 21**, com o intuito de averiguar a relação dos *scriptores* com a cultura escrita, por meio dos indicadores de letramento. Conforme Magalhães (1996, p. 443), a assinatura potencializa a fonte de informação em si própria, e como

um produto de aprendizagem, de uma realização contextualizada e focalizada num sujeito histórico.

Quadro 21 – Escala de assinaturas

Escala de assinaturas	Escalas de níveis de alfabetização (engloba a de leitura e de escrita)
5) assinatura pessoalizada; criativa	5) fala/discursa, lê e escreve bem, com propriedade e estilo; comunica com persuasão;
4) assinatura caligráfica; estilizada	4) fala/discursa, lê e escreve com correcção/mestria; comunica com fluência;
3) assinatura completa; normalizada	3) fala/ pratica e lê aceitavelmente; escreve com incorreções; comunica com propriedade e oportunidade;
2) assinatura incompleta; <mão guiada>	2) fala/ pratica e lê com incorreções; assina o nome de forma rudimentar; comunica com propriedade;
1) sinal - assinatura	1) fala/ pratica e comunica com aceitabilidade/reconhecimento

Fonte: Magalhães (1996, p. 443).

Numa proposta de interpretação da marca autográfica como base de inferência para o nível de alfabetismo, Magalhães (1996) apregoa que as fontes históricas apresentam a evolução de conjuntos abrangentes e sistemáticos de assinaturas a fim de constituir séries de dados. Nesta perspectiva, às fontes paroquiais satisfazem este requisito, porque são fontes seriais que apresentam padrões e repetições diacronicamente concebidas.

Seguindo o carácter hierárquico da escala de assinaturas de Magalhães (1996), classificamos as assinaturas dos *scriptores* do sertão da Carinhonha do século XIX entre os níveis 3, 4 e 5. Consideramos que as assinaturas (9), (13), (14) e (19) do **Quadro 21**, estão entre os níveis 3 e 4, por apresentarem uma assinatura normatizada, completa e abreviada, sendo possível que a prática de escritas desses indivíduos apresente alguns erros devido à grande ligação com a oralidade.

Magalhães (1996, p. 443) utiliza as seguintes dimensões para análise: a) destreza e segurança do traço; b) correção gramatical; c) traçado e ligação das letras e d) alinhamento e harmonia/ equilíbrio de conjunto. Exemplos destas dimensões são encontradas nas assinaturas (1), (2), (10), (15), (17) e (20), que se aproximam do nível 4, apresentando uma assinatura caligráfica, com todas as letras corretamente desenhadas e ligadas de forma harmoniosa, revelando prática de escrita.

No caso das assinaturas (3), (4), (5), (6), (7), (8), (11), (12), (16) e (18), aproximam-se do nível 5, apresentando uma assinatura personalizada, com perfeição e marcas pessoais. Nas mãos destes *scriptores* encontramos traços adicionais e automatismos, ou seja, sinais e traços de uso automático que identifiquem o autor (Berwanger; Leal, 2008, p. 107). Os usos gráficos

e diplomáticos revelam que os *scriptores* pertencem a um grupo social instruído e experiente no labor da escrita. Podemos avaliar, de modo geral, que os *scriptores* executavam o modelo gráfico de referência da época, apresentando uma gradação entre os níveis 3, 4 e 5 da escala de assinaturas de Magalhães (1996), permitindo executar a assinatura de forma clara e inteligível.

Como a escassez de testemunhos documentais não nos permite tirar conclusões definitivas sobre os todos os *scriptores*, recorreremos ao *uso scribendi* e o contexto sócio-histórico em que a fonte documental foi produzida, para verificar se a falta de uniformidade ortográfica da época e a influência da corrente Renascentista refletiram na escrita dos registros paroquiais.

É possível aventar que os *scriptores* seguiam as tendências de escrita da época, de acordo com a tradição documental, embora, possivelmente, fossem influenciados pela oralidade, optando pelo uso da representação gráfica que não provocasse dúvidas na pronúncia. Por meio da análise da representação gráfica, verificamos que houve uma tendência maior da influência da oralidade nos grafemas de referência vocálica e do princípio etimológico nos grafemas de uso consonantal.

Ao observar as ocorrências dos grafemas de referência vocálica, mesmo pertencendo a um grupo que dominava a escrita, os *scriptores* manifestaram em sua escrita a variação das vogais médias nas seguintes alterações: harmonia vocálica (mestiço – mistiço), alçamento sem motivação aparente (encomendado – incomendado) e abaixamento vocálico (impedimento – empedimento).

Quanto à referência consonantal, alguns exemplos encontrados foram o uso de consoantes geminadas (Concillio, Gonçallo. Estillo, illegitimo, occulto, afinidade, sette, Agregado), encontros consonantais impróprios (Ignacio, asigney, assignadas, Solemnemente, annos, Anna, Joanna, baptizada, acto, santo, acção), substituições consonantais (denunciaSsoens, misa, aCento, sinco, presença, citio, falescida, nasção, Nosa), variação no emprego do h (contrahentes, Filiphe, Mathias, Joachim, Arahujo, Thomé, hú, hum, Thomas, Phelipe, Archanjo) e y (Arrayal, Itatiaya, Meyo, Solteyro, Peyxotto, Reys,asiney, feytas, Correya, dey, solteyra, Pereyra, Veyga, Ferreyra, Ribeyro, Frey, nomeyar, Cypriano).

De um modo geral, os *scriptores* apresentam uma prática de escrita semelhante, condicionada pela estrutura diplomática, pelo uso de expressões formulaicas e evocação dos textos normatizadores. A escrita respeita às margens dos fólhos, as letras cursivas apresentam regularidade e homogeneidade, são arredondadas, módulo pequeno, levemente inclinada para a direita e com traçados firmes. Quanto ao ângulo do traçado, são perpendiculares aos traços verticais e à horizontalidade da pauta. Os traçados são firmes e o peso é fino e claro. Em alguns

punhos, as letras maiúsculas apresentam-se quase ornamentadas. Quanto ao uso de abreviaturas, os *scriptores* do século XIX recorreram em menor frequência a esse expediente do que o observado na documentação do século XVIII.

Ao tentar traçar um perfil social e analisar os usos gráficos dos *scriptores* da Freguesia de São José da Carinhanha do século XIX, podemos delinear que tinham habilidade na escrita, observados a partir do traço das letras e uso da tradição diplomática, embora características da oralidade se manifesta no texto escrito, revelando indícios do conflito entre os períodos ortográficos da língua portuguesa, gerando possível incerteza no uso desses grafemas.

4.7 As Freguesias

O vocábulo freguesia tem origem na expressão latina *filium ecclesiae*, filho da igreja e pode ser o mesmo que igreja paroquial ou paróquia (Nascentes, 1955, p. 226). Conforme definição do *Vocabulário português e latino* do Padre Raphel Bluteau (1712-1728), freguesia era a sede de uma paróquia da Igreja Católica, que também sediava a administração civil. A freguesia era a menor divisão político-administrativa ligada à estrutura eclesiástica, no Império do Brasil, semelhante ao antigo Império Português, relação explicada pelo regime do padroado régio que tornava a Igreja Católica no Brasil subordinada ao Estado (Mattoso, 1992, p. 297). Através de acordos de benefícios mútuos, Estado e Igreja se uniram na expansão dos domínios ultramarinos lusitanos e na disseminação da fé no Novo Mundo, dilatando os interesses temporais, muitas vezes, representados em terras e moedas, e para isso, a instituição de freguesias ou paróquias (coladas e/ou curadas) foi fundamental para o controle dos dotes materiais (Arraes, 2014, p. 112). Assim, a freguesia constituía uma parte do espaço institucional da diocese, de responsabilidade do pároco ou vigário, e era um local em que a relação entre o clero e fiéis seria exercida (Silva, 2000, p. 50-51).

Para o presente estudo, o recorte espacial está delimitado às Freguesias de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, Capitania de Sergipe d'El Rey (século XVIII) e São José da Carinhanha, Capitania de Pernambuco (século XIX).

A seguir faremos uma breve caracterização de cada uma delas.

4.7.1 Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco

A Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco foi criada em 18 de outubro de 1718, pelo Arcebispado da Bahia, na administração (1702-1722) de D.

Sebastião Monteiro da Vide (1643 - 1722) e contemporânea à escrita das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707). O Arcebispo obteve o Alvará de 11 de abril de 1718, pelo qual D. João V criou vinte paróquias, com o objetivo de contemplar as freguesias do reino com assistência do rebanho disperso pelo tão desmedido campo de atuação do arcebispado (Silva, 2000, p. 56).

O território da nova freguesia foi desmembrado da Freguesia⁵² de Santo Antônio da Vila Nova do Rio de São Francisco, situada à margem direita do Rio São Francisco, pertencente à Capitania de Sergipe d'El Rey. A área corresponde, atualmente, após diversas configurações políticas e geográficas, ao norte de Sergipe, mais precisamente à região onde se encontra o município de Propriá e adjacências.

A **Figura 32** apresenta a configuração do território brasileiro no período em que a freguesia foi fundada.

Figura 32 – Território brasileiro em 1718



Fonte: <https://www.spfcpedia.com.br/mapas/brasil/imagens/mapa-brasil-1718.png>.
Acesso: 29 set 2022.

⁵² “Em 1731, o Estado Português concedeu o título de Vila unida à Coroa, intitulada Vila Nova Real do Rio São Francisco, com uma jurisdição de 50 léguas para o sertão. Esse território incluía a Freguesia Santo Antônio da Vila Nova do Rio São Francisco, a Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, criada em 1718, povoação de Porto da Folha, Curralinho, Curral das Pedras, Ilha de Brejo Grande ou Paraúna, e as missões capuchinhas de São Pedro de Porto da Folha e a de São Félix. Assim toda a região margeada pelo São Francisco, incluindo o sertão, seria da jurisdição da Vila recém-criada” (Santos, 2014, p. 100).

A localização das freguesias (paróquias) era diversificada em termos geográficos, sociais e históricos, mas primordialmente a instalação às margens dos rios perenes, como o Rio São Francisco, e outras, em cursos fluviais temporários, garantia a vida social e econômica das povoações. As primeiras freguesias fundadas na Região Nordeste foram estabelecidas no litoral, com o intuito de proteger os domínios lusitanos e a facilidade de escoamento de mercadorias à Metrópole.

No final do século XVII, surgem as primeiras freguesias espalhadas pelo interior nordestino, todas implantadas nas proximidades de rios, a exemplo da zona do São Francisco: Nossa Senhora da Conceição do Cabrobó (1675), Santo Antônio da Jacobina Velha (1682), Nossa Senhora da Montanha de Ararobá (1692), Santo Antônio da Jacobina (1693), Nossa Senhora da Vitória (1697) e São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (1697) (Arraes, 2014, p. 113).

No primeiro quartel do século XVIII, o Arcebispado da Bahia e o Bispado de Pernambuco, através do padroado régio, fundaram quatro freguesias no vale do Rio São Francisco: Nossa Senhora do Ó do Porto da Folha (1714), Santo Antônio do Pambú (1714), Santo Antônio do Urubu de Cima (1718) e Santo Antônio do Urubu de Baixo (1718) (Arraes, 2013, p. 63).

No recorte do mapa do Brasil (**Figura 33**), publicado em 1832, por J. Arrowsmith⁵³, podemos observar a região correspondente à Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, localizada no norte da Capitania de Sergipe d'El Rei, na divisa da Capitania de Pernambuco pela fronteira natural do Rio São Francisco. No mapa, é possível identificar a região onde se formou a freguesia pela denominação de “Puripiha”, bem como o nome das povoações próximas que abrangiam o território do Urubu de baixo.

⁵³ <http://archivisionsubscription.lunaimaging.com/>. Acesso: 29 set 2022.

Figura 33 – Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco



Fonte: Brazil by J. Arrowsmith. London, pubd. Feby, 15, 1832. Trecho editado.

Site: <http://archivisionsubscription.lunaimaging.com/>. Acesso: 03 out 2022.

Na obra *Capítulos da História do Nordeste – fatos que a história oficial não conta ou conta pela metade*, de José Bezerra Lima Irmão (2020), o autor informa que

As terras doadas por Cristóvão de Barros aos amigos nos férteis vales dos rios Real, Piauí, Vaza-Barris, Poxim, Sergipe, Cotinguiba, Japarutuba e Jacarecica logo viraram canaviais e fazendas de gado. Cinquenta anos depois, Sergipe d'El-Rei tinha cerca de 400 currais de gado e 8 engenhos de açúcar. Os boiadeiros abriram um caminho que ligava Sergipe à Cidade da Bahia, a partir de Itabaiana, passando por Lagarto, Campos (Tobias Barreto), Itapicuru, Nova Olinda (atual Onlindina), Inhambupe, Alagoinhas, Pojuca, São João da Água Fria (Mata de São João) e Capuame (Dias d'Ávila), por onde tangiam as boiadas de gado para abate, que era conhecido como Caminho do Sertão do Meio. Outra “estrada” era o Rio São Francisco, que era chamado Rio dos Currais – “currais” é como eram designados os lugares onde se estabeleciam os vaqueiros dos potentados que foram agraciados com sesmarias ao longo do rio, sertão adentro. Os principais foram Urubu de baixo (Propriá), Curral de Pedras (Gararu), Curral do Buraco (Porto da Folha) e Currallinho (no atual município de Poço Redondo) (Lima Irmão, 2020, p. 88).

De acordo com Arraes (2013), a criação de gado, como especificidade econômica, contribuiu decisivamente às mudanças territoriais e urbanas nas margens e afluentes do Rio São Francisco, desde a Vila de Penedo (AL) até a divisa das capitanias de Pernambuco e Bahia com Minas Gerais. Na Capitania de Sergipe d'El Rey, Nunes (2006) informa que, na primeira metade do século XVIII, a pecuária continuou sendo o elemento mais importante na economia. A produção era enviada para a Bahia, como o boi em pé, couros secos, solas, muares e cavalos para a cavalaria e também o gado para o serviço do engenho, transporte e alimentação.

Arraes (2017), ao tratar da rede eclesiástica no sertão do norte, revela que na relação entre Estado e Igreja, há um serviço em favor da Coroa nos processos de delimitação e

conhecimentos das áreas indefinidas no sertão, através de acordos entre esses agentes de diferentes perfis sociais e políticos.

Entre o período de 1775 a 1777, os vigários das freguesias dos bispados do Maranhão e Pernambuco e do Arcebispado da Bahia, realizaram um levantamento de informações sobre suas paróquias, em cumprimento às ordens régias, expedidas pela Secretaria de Estado do Ultramar. A partir dessas informações, foram escritas as “Relações”, por oficiais régios, detalhando atributos quantitativo e qualitativo dos aspectos demográficos (número de almas de comunhão, clérigos, pecuniários, valor das cômruas dos vigários colados) e arquitetônicos (sede de paróquia, capelas e fogos) (Arraes, 2017, p. 203).

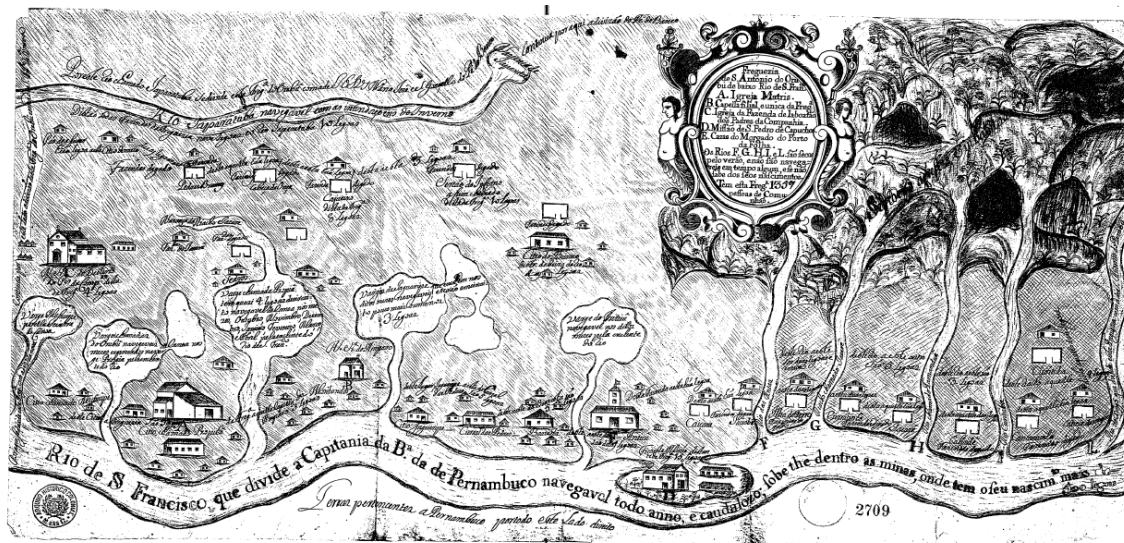
Com base nas descrições das “*Relações*”⁵⁴ da Freguesia de Jesus Maria José e S. Gonçalo do Pé do Banco e da Freguesia de Santo Antônio de Villa Nova Real do Rio de S. Francisco, apresentaremos a caracterização da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco e o mapa desenhado pelo seu vigário⁵⁵, que não deixou sua identificação na representação dos aspectos da paisagem daquele sertão.

A seguir apresentaremos o mapa da freguesia e sua descrição (**Figura 34**).

⁵⁴ A versão digital da documentação está alocada no site do Arquivo Histórico Ultramarino do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Site: <https://resgate.bn.br/>. Acesso: 03 out 2022.

⁵⁵ A documentação paroquial apresenta informações quanto à cronologia dos livros de batizados, casamentos e óbitos e por conjectura, podemos identificar o vigário que traçou “engenhosamente” o mapa da freguesia, baseando-se que as ordens régias foram expedidas entre 1775-1777, período em que já estava à frente dos trabalhos pastorais da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, o Reverendo Vigário Jacinto Ferreira de Araújo. O Reverendo Vigário Colado Jacinto Ferreira de Araújo, permaneceu na dita freguesia por mais tempo do que os seus antecessores, e pelo que consta, o seu primeiro assento data do ano de 1751 e o último de 1782, portanto, 31 anos de testemunho das redes sociais traçadas através dos enlaces matrimoniais, batizados, compadrios, celebrações fúnebres e últimos desejos dos fregueses expressos nos testamentos religiosos contidos nos assentos de óbitos.

Figura 34 – Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo (1757)



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino (2011).
Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1366355/drg1366355.pdf
Acesso: 03 out 2022.

Na Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino (2011, p. 162-163), encontramos a seguinte descrição codicológica do mapa:

Relevo e vegetação representados em forma pictórica. A nomenclatura foi escrita a tinta ferrogálica. Desenhado sobre 2 folhas coladas. Cartucho de título decorado em estilo barroco. Marca d'água: flor de lis, sustentando uma medalha e encimada por uma coroa. Outra marca d'água com a representação de um quadrúpede, tendo ao alto uma coroa (AHU_ACL_CU_005-01, D.2709).

O mapa da dita freguesia apresenta informações importantes na legenda elaborada pelo seu autor, conforme podemos observar no recorte do mapa, representado pela **Figura 35**:

Figura 35 – Fragmento do mapa da freguesia (século XVIII)



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino (2011). Trecho editado.

Transcrição:

Freguesia de S. Antonio do Orubu de baixo Rio de S. Fran.^{co}

A: Igreja Matris.

B. Capella filial, e unica da Freg.^a

C. Igreja da Fazenda de Iaboatão dos Padres da Companhia.

D. Missão de S. Pedro de Capuchos.

E. Cazas do Morgado do Porto da Folha.

Os Rios F. G. H. I. e L. são secos pelo verão, e não são navegáveis em tempo algum, e se não sabe dos seus nascimentos.

Tem esta Freg.^a 1357 pessoas de comunhão.

A Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco tem sua divisa com a Capitania de Pernambuco, pela parte do norte, o rio S. Francisco, que é caudaloso e navegável durante todo o ano. Pela parte sul, o Rio Japarutuba mirim representa uma fronteira natural com a Freguesia de Jesus Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco (atual município de Siriri). O rio Japarutuba nasce em um lugar chamado Catingas e corre para a parte do sul. Pelo poente, a divisão da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco limita-se com a Freguesia de Santo Antônio de Vila Nova do Rio São Francisco (atualmente, município de Neópolis-SE), que foi elevada à categoria de vila em 1733, com a denominação de Vila Nova d'El Rei. A divisa natural feita pelo rio Mussuípe acima até a lagoa da Contiguiba e pela estrada que passa pela Fazenda Jaboatão até a Fazenda Pão de Açúcar, onde se encontra com o rio Japarutuba mirim.

A Fazenda Jaboatão dos Padres da Companhia de Jesus com sua Igreja de Nossa Senhora do Desterro, bem exornada e aprazível, além do mesmo hospício e morada dos Religiosos, com

as casas de seus escravos, tem uma pequena ribeira de água, não navegável. Dessa povoação, aproximadamente há três léguas, há um curso d'água chamado de Poxim, que deságua no rio S. Francisco.

Pelo leste, o rio Xingó⁵⁶ divide esta freguesia com a de Santo Antônio do Pambú (atualmente município de Curaça-Ba), distrito da Capitania da Bahia⁵⁷, até chegar às primeiras fazendas do Porto da Folha do Coronel Alexandre Gomes Ferrão. Segundo o requerimento enviado ao rei D. João V pelo Padre João Gomes de Souza, Vigário Colado da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do rio São Francisco, a Matriz estava arruinada, o que o levou a solicitar em 12 de janeiro de 1743, a construção de uma igreja maior porque a que existia era pequena e de taipa. Em seu requerimento⁵⁸, o Padre João Gomes de Souza diz, nesse documento, que a freguesia é uma das vinte que foram erigidas pelo Arcebispado da Bahia no ano de 1718 e que, desde então, administram-se os sacramentos aos fregueses em uma igreja muito pequena, feita de taipa, que era de um homem particular e a deu voluntariamente. O vigário salienta que, já no dito ano de 1718, a igreja já tinha ruínas em algumas paredes e naquele momento estava completamente deteriorada, por serem as paredes de terra e o madeiramento estar passado de bicho. Não havendo outra igreja nos limites da freguesia, a não ser em mais de 20 léguas, em uma missão que administram os religiosos capuchinhos italianos, o pároco recorria à mercê do Rei D. João V em seu nome e de seus fregueses.

Em 4 de setembro de 1743, o Provedor-mor da Fazenda Real Luís Lopes Pegado Serpa emitiu ao rei D. João V, o parecer⁵⁹ sobre o requerimento do Vigário João Gomes de Souza, solicitando ordem para fazer a capela-mor, sacristia e casa de fábrica de sua igreja. Em 10 de março de 1744, o Provedor-mor recebeu a ordem para apontar os meios pelos quais se poderia

⁵⁶ [...] É provável que o termo seja procedente do dialeto *kipeá* ou do *dzubukuá*, línguas da família kiriri. Conforme o linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues, o *kipeá* foi falado por indígenas que habitavam o nordeste da Bahia e Sergipe; até o início do século 18 falou-se o *dzubukuá* nas ilhas do São Francisco, entre Bahia e Pernambuco (Alves; Freitas, 2001, p. 103).

⁵⁷ Estabelecida em 1534, teve como primeiro capitão donatário Francisco Pereira Coutinho, militar português pertencente à pequena nobreza que serviu nas possessões da Índia. Em 1548, fora revertida à Coroa e transformada em capitania real. Um ano mais tarde, com a fundação da cidade de Salvador, abrigou a primeira capital da colônia, posição que ocupou até 1763, quando a sede administrativa colonial foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, D. José I extinguiu as capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro e incorporou-as as suas áreas à Bahia. A ela também se subordinava, até 1820, a capitania de Sergipe d'El Rei. Cf. Glossário de História Luso-brasileira. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/9-verbetes-iniciados-em-b/160-bahia-capitania-da>. Acesso: 05 abril 2023.

⁵⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_005, Cx.77, D.6380). Disponível em: <http://resgate.bn.br>. Acesso: 03 out 2022.

⁵⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_005, Cx.77, D.6380). Disponível em: <http://resgate.bn.br>. Acesso: 03 out 2022.

fazer a despesa. A **Figura 36** representa a Igreja Matriz de Santo Antônio do Urubu de baixo do rio São Francisco no ano de 1757.

Figura 36 – Representação da Igreja Matriz (1757)



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino (2011). Trecho editado.

Nos sertões, a igreja matriz se destacava na paisagem rural, cujas povoações eram formadas por casas reunidas em volta da sede paroquial. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), em seu quarto livro, sob o título 17, encontramos uma ordem canônica que terá consecuições na paisagem destas povoações:

Conforme o direito Canônico, as igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e accommodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humanidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possão andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer as festas, e se edifique em lugar povoado, onde estiver o maior numero de freguezes. E quando se houver de fazer, será com licença nossa: e feita vestoria, iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mando, levantar Cruz no lugar, aonde houver de estar a Capella maior, e demarcará o âmbito da Igreja, e adro dela (*Constituições...*, 1719, p. 252).

Uma igreja visitada por um padre atrairia residentes de localidades e fazendas próximas para receberem o conforto dos sagrados sacramentos e, assim, os residentes adquiririam o *status* de fregueses. O pároco de uma matriz, dotado de prestígio religioso e social, era referência na jurisdição espiritual da freguesia e com o aumento da população, acarretaria a modificação do templo religioso, como a reforma, ampliação, especialmente quando tornar-se igreja matriz, sede de uma freguesia, e posteriormente sede de uma vila (Arraes, 2014, p. 10).

As freguesias (ou paróquias) foram edificadas e solidificadas durante o período de colonização, por influência política da classe dominante que desejava alcançar autoridade junto ao Estado português, e no caso, a criação das freguesias pelo sertão, representava uma instituição permanente, responsável pela administração jurídica-religiosa, pelos sacramentos e da escrituração de registros, como os assentos de batismos, casamentos e óbitos, certificados pela Coroa portuguesa (Silva, 2000).

De acordo com Arraes (2014, p. 122), as freguesias garantiam aos seus fregueses a possibilidade de acesso às formalidades civis com todas as implicações jurídicas e sociais da época. O próximo passo a ser dado seria a elevação da freguesia ao *status* de vila, onde gozaria de autonomia política e administrativa.

A Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco tornou-se vila em 7 de fevereiro de 1802. Em 1 de agosto de 1801, o Ouvidor Antônio Pereira de Magalhães de Paços, enviou uma carta⁶⁰ para o Governador da Bahia, sobre a criação da Vila de Propriá.

Em sua carta, o Ouvidor descreveu as características geográficas, econômicas e sociais do território abarcado pela freguesia, em especial a povoação chamada Propriá. Ele relata que a Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco estava localizada às margens do Rio São Francisco a quatorze léguas da foz, onde se encontrava uma pequena povoação denominada de “Propriha”, homônimo de um riacho contíguo que deságua no Rio São Francisco. O lugar descrito é indicado como o mais apto, entre todos da Capitania de Sergipe d’El Rey para o comércio, que gira do sertão, rio abaixo e entra pela barra e foz do mesmo rio. Há um excelente porto de embarque para transporte e escala para quem desça do grande sertão, além de boas estradas, sem inundações, muito cômodo para receber açúcar, couro, algodão e mais mercadorias. Nas adjacências, há uma lagoa de nome Propriha, abundante de peixes. No lado leste, há um morro de pedra de fazer cal e barro bom para fábrica de telha, tijolo e louça.

A descrição do território da freguesia pelo Ouvidor Antônio Pereira de Magalhães de Paços relatava os fatores condicionantes considerados pelas autoridades coloniais e pela Metrópole para elevar uma freguesia ao *status* de vila, como informa Arraes (2014, p. 122). O autor descreve um contexto necessário, estabelecido pelas instâncias do poder para a elevação de uma vila, como a posição na rede de relações formatada pelo gado, a localização estratégica do território, a composição da sociedade local e o exercício da justiça.

⁶⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_005, Cx. 140, Doc. 28091). Disponível em: <http://resgate.bn.br>. Acesso em 3 out 2022.

Seguindo com a descrição do Ouvidor, a freguesia estava localizada em um terreno plano, onde nunca sofreu inundações, mesmo nas maiores cheias do Rio São Francisco. Localidade apta para formar uma cidade, cujo porto de embarque é ideal para o transporte, escala e embarque para o comércio que gira em torno do sertão rio abaixo e entra pela barra e foz do Rio São Francisco.

Na época da elevação da vila, o vigário colado da então freguesia, era o Padre Alexandre Morato de Albuquerque, que certificou no ano de 1801, que na freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco havia 875 fogos⁶¹, nos quais habitavam 4.951 almas. Cabia aos párocos sistematizar róis, os batismos, os matrimônios e os óbitos, além de formalidades administrativas, como a anotação do número de almas de confissão e a quantidade de fogos da freguesia, realizada na Páscoa (Arraes, 2017, p. 192).

No ano seguinte, em 1802, o Capitão-mor João Machado de Novais informou, através de um mapa dos habitantes da Paróquia do Urubu de baixo e Termo⁶² da nova Villa Leal de Propriá, que havia 4.353 habitantes, entre os quais, 1.080 brancos; 1.334 pardos; 441 pretos; 386 pardos cativos e 1.112 pretos cativos.

4.7.2 Freguesia de São José da Carinhanha

O objetivo desta subseção é apresentar a configuração sócio-histórica da Freguesia de São José da Carinhanha, Capitania e Bispado de Pernambuco, na primeira metade do século XIX, recorte temporal que abarca os registros paroquiais selecionados para o presente estudo.

Inicialmente, faz-se necessário tomar conhecimento das variadas definições para o vocábulo “Carinhanha”, que, de acordo com o memorialista carinhanhense Honorato Ribeiro dos Santos (2006, p. 12), inicialmente a povoação teria sido chamada de Carunhenha e/ou Carunhanha que poderia significar “loca de sapo”, nome que foi dado, primeiramente ao rio, e depois a sua povoação. O autor acrescenta que muitas pessoas atribuíam o nome ao topônimo indígena pela grande quantidade de aves de nome carunhenha, raramente encontradas hoje, nas

⁶¹ Termo normalmente utilizado em registros censitários para designar a unidade domiciliar. No período colonial, os censos realizavam-se com base em listas nominativas feitas vila a vila. As listagens organizavam os “fogos”, isto é, os domicílios. Cada registro de fogo incluía todas as pessoas que habitavam aquele domicílio, começando pelo chefe de família e seu cônjuge, seguido dos filhos homens, das filhas, dos expostos e dos enjeitados (em alguns casos, sobrinhos e netos), agregados (pessoas livres, parentes ou não) e escravos, se houvesse. Cf. Glossário de história Luso-brasileira. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/42-verbetes-iniciados-em-f/1149-fogo> . Acesso em: 05 abril 2023.

⁶² Termo era com definia toda extensão territorial da vila, incluindo sua sede e adjacências.

margens das lagoas da região. Porém, o memorialista diz não ter encontrado nome de nenhuma ave, em suas pesquisas, com o nome de carunhenha, e que outra hipótese para a origem do nome “Carinhanha” vem de arinhanha, uma espécie de lontra que havia em abundância no rio Carinhanha.

Nos *Anais Pernambucanos* (1951, v.5, f. 296) de Francisco Augusto Pereira da Costa, temos a seguinte informação: “em 1786 erige-se mais um julgado, na florescente povoação da Carinhanha, que prende a sua origem a uma aldeia de índios Caiapós, que se estabeleceu em tempos remotos, sob o orago⁶³ de S. José”. Várias tribos indígenas habitaram as margens do Rio São Francisco e a respeito dos povos Caiapós, eles ocuparam uma grande faixa de terras da margem esquerda do Rio São Francisco, na bacia do Rio Carinhanha, área que corresponde atualmente à divisa dos estados de Minas Gerais e Bahia.

Segundo Souza e Cerqueira (1986), em seu trabalho intitulado *Presença negra no Médio São Francisco*, ao investigar sobre a importância dos negros na formação do vale do São Francisco, mais especificamente no município de Carinhanha, recorreram aos dados dos livros de registros de batizados, casamentos e óbitos do período de 1872 a 1909 e de Registros da Câmara de Vereadores da Vila de São José da Carinhanha, de 1841 a 1874 e confrontaram as informações com documentos e bibliografia sobre a referida região em busca de construir um panorama sócio-histórico do Médio São Francisco.

Os autores partiram, inicialmente, para uma breve incursão sobre a ocupação do vale do São Francisco, através da exploração que a região teve no ouro, no aldeamento dos indígenas e, especialmente, na pecuária, as principais atividades econômicas, sendo a última, mais estável e sistemática. A produção de gado foi a forma de inserção do sertão do vale do São Francisco. O processo de ocupação começou ainda no século XVI, com base nas sesmarias concedidas aos grandes senhores de terra que utilizavam a mão-de-obra escravizada: população empobrecida, oriunda do cruzamento das raças e os negros escravizados. Na primeira metade do século XVIII, a extração do ouro, em Minas Gerais e Bahia, especificamente em Rio de Contas, teve influxo ponderável sobre o desenvolvimento da região do São Francisco, por constituir um mercado abastecedor daquelas regiões (Souza; Cerqueira, 1986).

De acordo com Souza (s/d), antes da chegada dos portugueses, o território da Sesmaria de São José da Carinhanha que se estendia desde o rio Carinhanha até o rio das Éguas (atualmente rio Corrente), já era habitado pelos índios caiapós, instalados nas margens do rio São Francisco, mas com a perseguição do bandeirante Manuel Nunes Viana e do sesmeiro

⁶³ O santo da invocação que dá o nome a um templo ou freguesia (Nunes, 2008, p. 108).

Athanásio de Siqueira Brandão, estes se refugiaram nas serras do Ramalho, do Parrela, da Capivara e da Suçuarana.

Segundo a história social, os índios caiapós viviam em aldeias localizadas no território que corresponde ao sertão da Carinhanha na margem esquerda do rio São Francisco. O bandeirante Manuel Nunes Viana ao penetrar na confluência do rio Carinhanha e da margem esquerda do rio São Francisco encontrou um aldeamento da população indígena caiapó, resultando em uma luta sangrenta e na derrota dos indígenas. Depois de vencida a resistência dos caiapós, Nunes Viana fixou definitivamente naquele território, que posteriormente veio a ser centro de intercâmbio entre a Bahia e Minas Gerais (Brasil, 1958, p. 142, v. XX).

A população indígena foi invisibilizada nas fontes paroquiais da Freguesia de São José da Carinhanha, sendo registrado apenas um assento de casamento localizado no fôlio 58 v., datado de dezenove de abril de mil oitocentos e trinta, entre Joaquim Pacheco, índio da missão de S. João da Freguesia do Salgado com Nazaria, crioula, escrava de João Cardoso da Silva, natural da Freguesia de São José da Carinhanha. Dessa forma, a população indígena passou por um apagamento, apesar de sua resistência para se manter em suas terras. Os exploradores lutaram contra os nativos até vencê-los, escraviza-los ou expulsá-los, apossando-se do território para a criação de gado e o garimpo. Por consequência, a população indígena tomou rumo diverso.

Quanto à presença negra no sertão da Carinhanha, Souza (s/d), em sua pesquisa nos livros paroquiais de batismo da freguesia, compreendendo o período de 1804 a 1909, revelou uma alta porcentagem de negros cativos, forros, crioulos, cabras e pardos livres, até quando cessa a identificação dos batizados pela cor.

Para entender o processo de ocupação da região de Carinhanha, é importante pensar na ocupação e exploração do vale do rio São Francisco e nos sujeitos que fizeram parte dessa empreitada. Souza e Cerqueira (1986, p. 31) destacaram, que no início do século XVIII, a ocupação de Carinhanha se deu por Manoel Nunes Viana, antigo foreiro dos Guedes de Brito, quem através do comércio com as minas de Ouro Preto, fez fortuna, chegando a liderar a Guerra dos Emboabas (1707-1709), que envolveu paulistas e estrangeiros pelo domínio da exploração da região das minas.

De acordo com a descrição de Francisco de Assis Carvalho Franco (1953, p. 427-431), na obra *Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII*, Manoel Nunes Viana, natural de Viana do Minho e filho de Antônio Nunes Viegas, apareceu no fim do século XVII, na cidade da Bahia e dali partiu com várias cartas de favor para o sertão, onde fez numerosas façanhas. Conseguiu uma procuração de D. Isabel Maria Guedes de Brito, viúva do

Capitão Antônio da Silva Pimentel e filha sucessora do mestre de campo Antônio Guedes de Brito, a fim de representá-la nos direitos que tinha ao vasto latifúndio doado a seu pai, ao qual abrangia cento e sessenta léguas de terras, indo do morro do Chapéu até às nascentes do rio das Velhas. Com esta procuração, inteligente e habilidoso, apresentou Nunes Viana ao governador-geral do Estado, conseguindo ser investido da mesma autoridade de regente e mestre de campo do rio de São Francisco de que gozava o dito Antônio Guedes de Brito.

Enquanto Manoel Nunes Viana executava sua missão que consistia na criação de gado *vacum* dentro dos limites daquele enorme território, no combate aos índios bravos que ali aparecessem, na extinção dos quilombos que se formassem e na punição dos aventureiros, foi aumentando sua fortuna e começou a fundar fazendas próprias para a criação de gado *vacum*, sendo entre as mais conhecidas, as de Pau a Pique e Palma, próximas à Vila de João Amaro, a do Escuro, uma légua acima da Vila de Carinhanha e a da Tábua ou Jequitaí, a dois dias de jornada da Barra do Rio das Velhas. Entre diversas outras tarefas e empreendimentos, Nunes Viana explorou o campo da mineração também em São Caetano do Japoré, e mantinha frequentes negócios com os grandes cabos sertanejos, a exemplo de Garcia de Ávila Pereira, Atanásio de Siqueira Brandão e outros, estendendo seu domínio sobre o sertão do rio de São Francisco, tanto sob o ponto de vista administrativo como judicial (Franco, 1953).

Lima (2017), em sua pesquisa intitulada *O ardente desejo de ser livre: escravidão e liberdade no sertão do São Francisco (Carinhanha, 1800-1871)*, constata que em 1707, entre as povoações de Manga e Japoré (correspondente atualmente ao município de Manga-MG), ocupadas pelo Capitão-Mor Atanásio Siqueira Brandão, foram se estendendo pelo curso do Rio São Francisco, pela margem esquerda do Rio Carinhanha até as fazendas da Barra da Carinhanha, onde se encontrava o oratório⁶⁴ de São Caetano.

De acordo com Franco (1953), o português Atanásio de Siqueira Brandão foi capitão-mor de Pitangui e se estabeleceu no sertão do rio de São Francisco, fundando uma fazenda que se denominou Barra da Carinhanha, tendo-se casado com Catarina de Siqueira de Mendonça, irmã do capitão-mor paulista Manoel Afonso Gaia. Siqueira Brandão colaborou com as investidas de ocupação e exploração da região do norte mineiro, abarcando a região fronteira entre as províncias da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, área onde a Freguesia de São José da Carinhanha estava inserida.

⁶⁴ “Onde não havia ermida, os moradores ‘fabricavam’ oratórios ou altares portáteis nas fazendas, *locus* da sacralidade doméstica. Ali, guardavam-se as imagens dos santos de devoção, rosários e outros objetos voltados à meditação individual ou em grupo. Defronte das imagens sacras, vizinhos da família e sacerdotes convidados rezavam novenas em dias santos entoando músicas litúrgicas” (Arraes, 2017, p. 195-196).

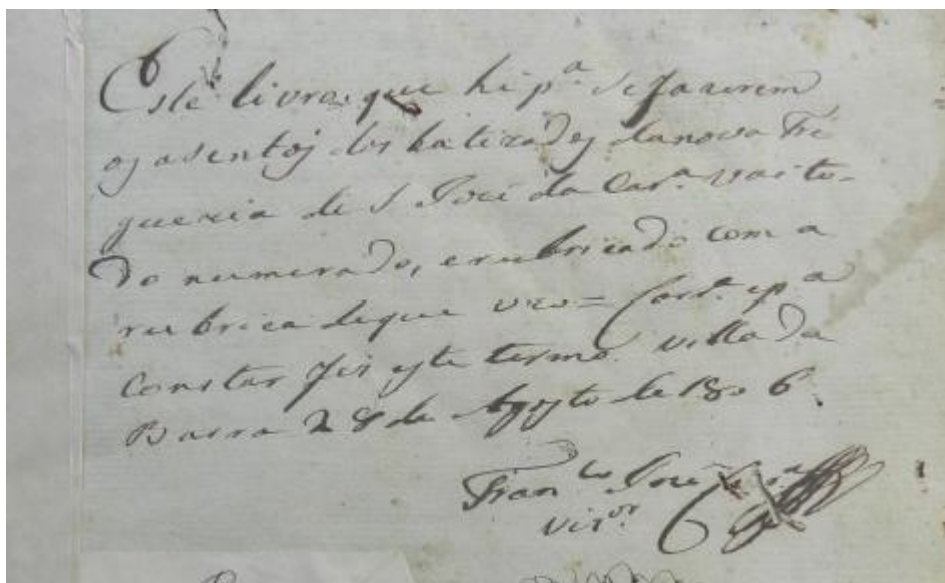
Lima (2017) revela que Atanásio de Siqueira Brandão, no ano de 1723, declarou possuir em suas terras o oratório de São Caetano, na ocasião em que explicava à Coroa sobre o uso do título de Mestre-de-campo Regente das Conquistas, intitulado pelo Padre Francisco dos Santos de Oliveira, ao visitar suas fazendas na Barra do Carinhanha. O Rio Carinhanha nasce na Serra São Domingos, no estado de Goiás e deságua no Rio São Francisco, no lugar onde forma a barra, da qual veio o nome de “Fazenda da Barra do Rio Carinhanha”.

Souza (2007, p. 30-31), em sua obra *Coronéis no médio São Francisco: fatos e histórias*, recorreu aos registros eclesiásticos em busca de informações da história social, descobrindo que Carinhanha começou como sesmaria, doada, em 1707, a Atanásio Siqueira Brandão, natural de Santa Marinha do Arcozelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Portugal, filho legítimo de Luís Siqueira de Araújo e de Maria Correia Pinto.

O latifúndio se estendia do Rio São Francisco até o Curral das Éguas, no extremo dos atuais municípios baianos de Santana e Serra Dourada e está localizado, de acordo com o registro do Livro de Provisões Reais, da seguinte forma: “A Sesmaria de São José de Carinhanha fica situada entre o Rio Carinhanha e o São Francisco (a sede) em direção ao Curral das Éguas, constante de uma légua em quadra, cujo sesmeiro é o senhor Atanásio de Siqueira Brandão”. A leitura atenta de Lima (2017) revela que a grande extensão territorial da fazenda da Barra deu lugar ao arraial da Carinhanha, situado próximo à foz do rio Carinhanha, e, ainda a outro núcleo de povoamento, que continuou sendo denominado de fazenda da Barra.

A data da criação da Freguesia de São José da Carinhanha é uma questão controvertida na historiografia da região. Souza (s/d) informa que no Livro de Tombo do Arcebispado de Pernambuco consta que a paróquia foi instalada por portaria em 6 de agosto de 1806, pelo Bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821). O surgimento de uma freguesia nos sertões representava territórios povoados e vinculados com diferentes áreas do território (Arraes, 2017, p.216). O termo de abertura do primeiro livro de batizados (1804-1817) traz a informação sobre a “nova” freguesia, como ilustra a **Figura 37**:

Figura 37 – Termo de abertura do primeiro livro de batizados



Fonte: Primeiro livro de batizados da Freguesia de São José da Carinhonha (1804-1817, f. 1 r.)

Transcrição: fólio 1r. (grifo nosso)

Este livro que he p.^a se fazerem |
os assentos dos batizados da **nova** Fre |
guesia de S José da Car.^a vai to- |
do numerado, erubricado com a |
rubrica de que uzo = Corr.^a e p.^a |
constar fiz este termo. Villa da |
Barra 28 de Agosto de 1806.
Fran.^{co} Jozé Corr.^a
Viz.^{or}

A data de abertura do primeiro livro de batizados, apesar de datar do ano de 1806, consta de quatro assentos datados do ano de 1804, indicando que a celebração do sacramento ocorreu no Oratório de São Caetano da Carinhonha, Curato do Salgado,⁶⁵ por ordem do Reverendíssimo Visitador Geral da Manga Francisco José Correia.

Souza (2007; s/d), sobre a história oficial da Freguesia de São José da Carinhonha, conta-nos que há divergência de datas da fundação da freguesia devido ao regime de padroado régio durante o Brasil colônia e imperial. O autor informa que, até 1854, a margem esquerda do Rio São Francisco, oeste da Bahia, integrava a Província de Pernambuco, razão pela qual são encontradas as primeiras informações sobre a freguesia de São José da Carinhonha, no livro de

⁶⁵ O Curato do Salgado se refere ao distrito do arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado (atual município de Januária – MG), antigo termo e Comarca da Villa do Paracatu do Príncipe (atual município de Paracatu – MG). Depois passou a ser julgado de São Romão, Comarca de Sabará.

tombo das freguesias do Arcebispado de Pernambuco alocado no Arquivo Público de Pernambuco, Recife.

Souza (2007) informa que, nas páginas 62 e 63 do referido livro, encontra-se a seguinte informação:

Freguesia de São José da Carinhanha. Instalada por Portaria de 6 de agosto de 1806, quando pertencia à Diocese de Pernambuco, pelo Bispo Azeredo Coutinho. Por Decreto da Sagrada Congregação Consistorial, de 25 de maio de 1854, mandado executar pelo Delegado Apostólico *Marinus Marini*, a 1º de maio de 1855, foi esta Freguesia desmembrada da Diocese de Pernambuco e incorporada à da Bahia (Souza, 2007, p. 62-3).

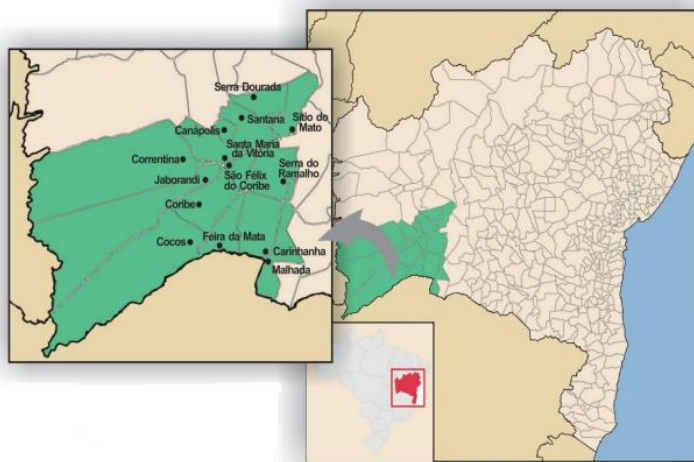
O referido autor, entretanto, acrescenta que no Catálogo Geral da Arquidiocese da Bahia, consta outra informação:

Freguesia de São José da Carinhanha. Criada por Carta Régia da Rainha Dona Maria I, de 29 de abril de 1779, e instalada paróquia pelo Visitador Francisco José Correia, por delegação do Bispo de Pernambuco, Dom Azeredo Coutinho. Foi desmembrada da Freguesia de Paracatu, Minas Gerais, juntamente com Salgado Ramões, a 6 de agosto de 1806, canonizada pelo Azeredo Coutinho, em 1804, sendo o primeiro Vigário, o Pe. Pedro Machado da Cruz Pereira. Seus Livros mais antigos são: Registro de batizados – 1804; Livro de Tombo – 1806. (Souza, 2007, p. 19)

Pensamos que tais informações nos permite compreender que a dupla existência de figuras jurídicas regia a organização das paróquias da Igreja Católica, enquanto vigorou o regime do padroado. Assim, pode ser que a divergência das datas se refere à paróquia criada pelo bispo, e também criada por carta Régia. De acordo com Arraes (2013, p. 63), houve uma redução do número de novas paróquias instituídas no sertão do São Francisco nos reinados de D. Maria I e D. João VI. Na Capitania de Pernambuco, entre 1777 e 1822, foi criada uma única sede paroquial: São José da Carinhanha. O autor supõe que essa redução está relacionada à queda econômica da pecuária sertaneja ocorrida no final do século XVIII e início do século XIX.

A Freguesia de São José de Carinhanha (atual município de Carinhanha-BA) abrangia, nos seus primórdios, área que corresponde atualmente aos municípios de Malhada, Feira da Mata, Cocos, Coribe, Jaborandi, São Félix do Coribe, Santa Maria da Vitória, Correntina, Santana dos Brejos, Serra Dourada e Canápolis, como ilustra a **Figura 38**.

Figura 38 – Área do oeste da Bahia que correspondia a Freguesia de São José da Carinhanha



Fonte: Lima (2017, p. 19).

Em 1832, foi o julgado⁶⁶ de São José de Carinhanha (termo da Vila da Barra), pertencente à Comarca do São Francisco, elevado à categoria de Vila, através do decreto de 20 de abril, daquele ano, somente inaugurada a 22 de maio de 1834 (Souza, 2007) e elevada à categoria de cidade em 17 de agosto de 1909, pela Lei Estadual n.º 762.

A discussão realizada nesta seção pautou-se na apresentação do processo de organização do acervo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa, e em seguida, no testemunho dos manuscritos, fonte inesgotável de conhecimento e informações sobre a história do sertão do São Francisco e da história e do uso da língua. Sobre o gênero assento de casamento, delineamos uma abordagem diplomático-paleográfica para melhor visualização da relação entre o uso da língua e o contexto extralinguístico em que ocorreu a produção dos textos. Embora seja difícil estabelecer com detalhes as informações sobre os *scriptores*, traçamos os caminhos da Sociolinguística Histórica em busca de construir o perfil social dos párocos, juntamente com a contextualização histórica das freguesias do sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX.

Compreender o percurso histórico dos assentos de casamentos, a partir da análise da tradicionalidade composicional (**Seção 5**), da tradicionalidade no diálogo intertextual (**Seção 6**)

⁶⁶ “Pouco estudados pela historiografia, os “julgados”, no momento de sua constituição, exigiam a nomeação de um “homem bom” da terra para ocupar o cargo de juiz ordinário (de vintena ou Hespadiano), junto de um escrivão e um tesoureiro. Detinham uma circunscrição territorial precisa, reunindo um determinado número de moradores. Nos casos inventariados até agora, essa área, em geral, coincidiu com o território da paróquia no qual foi implantado. Para Cláudia Damasceno Fonseca, o julgado era uma circunscrição com autonomia judiciária parcial, por isso, sem jurisdição completa e autonomia administrativa, o que tornava dependente de uma vila vizinha. Seria a principal resolução adotada pelas autoridades régias para instalar estruturas judiciárias onde não se desejava implantar uma vila” (Arraes, 2013, p. 67).

e da tradicionalidade linguístico-discursiva (**Seção 7**), será a nossa tarefa à qual nos dedicaremos nas próximas seções.

5 TRADICIONALIDADE COMPOSICIONAL

Nesta seção, a discussão realizada pautou-se nos aspectos relativos à tradicionalidade composicional e ao contexto de produção dos assentos de casamentos. A seção se divide em subseções (5.1 a 5.11) que contemplam cada parte da espécie documental, nos quais se inserem os primeiros livros da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (1719-1753) e da Freguesia de São José da Carinhonha (1804-1857), bem como, as necessidades comunicativas a que se prestam, a história do texto, repetida e evocada no tempo e no espaço.

O conceito de Tradições Discursivas reúne vários critérios que são fundamentais para a sua compreensão, entre eles, a composicionalidade tradicional que pode ser definida, nos termos de Kabatek (2018), por

Uma tradição discursiva (TD) pode ser formada a partir de qualquer elemento significativo, tanto formal quanto de conteúdo, cuja evocação estabeleça um vínculo de união entre atualização e tradição textual; qualquer relação que possa ser estabelecida semioticamente entre dois enunciados, seja em termos do próprio ato de enunciação, seja quanto aos elementos referenciais, a certas características da forma textual ou aos elementos linguísticos utilizados (Kabatek, 2018, p. 94, tradução nossa)⁶⁷.

O conceito de composicionalidade apontado por Kabatek (2018) refere-se às noções de repetição de determinados itens e construções com valor de signo, em uma relação de tradição e inovação que se estende por todo o texto, podendo abrigar uma constelação de Tradições Discursivas. Um texto do gênero jurídico-religioso, como os registros paroquiais, pode acolher uma rede de tradições constitutiva das Tradições Discursivas.

Os assentos de casamentos são estruturados de acordo com a tradição diplomática, caracterizados pelo uso de uma série de expressões formulaicas transmitidas sócio-historicamente pelos textos reguladores, como as *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563), do *Rituale Romanum* (1614) e das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719). A tradição diplomática se manifesta com variações de maior ou menor

⁶⁷ Una tradición discursiva (TD) se puede formar a base de cualquier elemento significable, tanto formal como de contenido, cuya reevocación establece un lazo de unión entre actualización y tradición textuales; cualquier relación que se pueda establecer semióticamente entre dos enunciados, sea en cuanto al acto de enunciación mismo, sea en cuanto a los elementos referenciales, a ciertas características de la forma textual o a los elementos lingüísticos empleados (Kabatek, 2018, p. 94).

conservadorismo dependendo do estilo de cada *scriptor*, refletidos na adaptação desses modelos textuais.

Uma revisão das contribuições da Sociolinguística Histórica é a reconstrução do contexto social através da análise do registro e do estilo com o auxílio da História Social. Como observado por Conde Silvestre (2007, p. 53), as relações de estilo com os fatores que afetam o ato de fala, especialmente com o contexto social, estabelecem uma relação de construção de certas variáveis independentes com situações linguísticas do passado, correlacionadas com variações ou alterações. Assim, a seleção do estilo do *scriptor* pressupõe que seus usos linguísticos se adaptam às possibilidades sociolinguísticas que ocorrem em sua comunidade de fala, afetando a frequência de certos traços no estilo individual e supraindividual que caracterizam uma determinada comunidade de prática.

Segundo Gallegos Shibya (2020, p. 576), o estilo supraindividual pré-estabelece certas diretrizes para o desempenho de determinados tipos de discurso, como o discurso científico, jornalístico, religioso, jurídico, como também, aos estilos barroco, romantismo, modernismo, representando tradições históricas da fala que regulam a produção e recepção da fala, ligados a determinados grupos a partir de uma multiplicidade de variáveis. A escolha de certos padrões de uso da linguagem associada a esses determinados campos sociais ou literários representa uma tradição discursiva.

O estilo dos *scriptores* do Sertão do São Francisco leva em consideração os aspectos formais e canônicos que foram instituídos a partir do Concílio de Trento (1545-1563), no período de mudanças e transformações no apogeu do Renascimento, coincidindo com a descoberta do Novo Mundo e sua adequação feita pelas *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia* (1707), uma vez que era necessário rever as leis e fazer as modificações conforme os usos e costumes da Colônia. As características textuais dos assentos de casamentos estabelecem uma maior relação de distanciamento comunicativo, linguagem mais elaborada, léxico especializado e formulas pré-estabelecidas (Simões; Costa, 2009, p. 46).

Os assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX apresentavam-se com estrutura descritivo-narrativa quanto aos seguintes dados: data (dia, mês e ano), horário do casamento (manhã ou tarde, raramente à noite), local (igreja, capela, oratório particular, casas de morada), lugar (freguesia, em fazendas, sítios, vila), a descrição das pessoas envolvidas no ato (contraentes, pais, testemunhas, cônjuge falecido, no caso dos(as) viúvos(as)), sacerdote assistente (pároco, vigário, coadjutor), a realização das denúncias ou as dispensas diversas, ato do casamento (Se receberam em matrimônio), as bênçãos (e logo lhes dei as bênçãos) e por fim, ato de registro e assinatura.

Como verificamos na maioria dos assentos de casamentos do corpus, a estrutura que compõem a tradição dos registros paroquiais permaneceu inalterável, mantendo a homogeneidade da série. Na elaboração dos assentos de casamentos do sertão do São Francisco, a macroestrutura foi marcada pela fronteira divisória entre os traços descritivo e narrativo, trazendo informações das “diligências necessárias” para a investigação da existência de algum impedimento canônico ou civil para a realização do casamento, por meio dos “banhos” ou “proclamas”, até a concretização do enlace matrimonial, finalizado com as bênçãos nupciais e o registro no livro paroquial (Assis; Silva; Pacheco, 2023, p. 69).

Louredas Lamas (2003, p. 62), em sua obra *Introducción a la tipología textual*, apresenta definições para os textos narrativos e descritivos, características observadas na estrutura que se repete ao longo do tempo, na tradição discursiva dos assentos de casamentos. O autor aborda que os textos narrativos são construídos com verbos que indicam ações e os tempos preferidos são o passado simples e o imperfeito. Também são frequentes os advérbios de lugar e tempo, para contextualizar a ação. Vejamos alguns exemplos retirados do corpus:

(15) “[...] na freguezia da Santa Sé pelo R.^{do} Cura Joaõ Borges de Barros, naqual Cid.^e **morou**, [...]” (1732, f. 23 v.).

(16) “[...] q’ o **matarão** de espingarda | enão foi Sepultado em Igreja, por cuja razão Senão achou o assento | em parte nenhúa, por [†] he certo Ser falecido por informação, que | [†] por pessoas christhans, ede Sua Consciencia, do q tudo fiz este a | smento no mesmo dia, que p verdade meaSigney” (1732, f. 23 v.).

(17) “[...] e**Sifizeraõ** as diligencias necessarias q manda nossas Constituições” (1722, f. 4 v.).

(18) “[...] edo Contrahente em S.^{to} Antonio de Villa Nova Real del Rey onde he morador, e **Lá** Se fizeraõ as denunciaçoins [...]” (1733, f. 29 r.).

(19) “[...] **elogo** lhes dey as bençoins, Conforme aos Ritos, e Cerimonias da Santa Madre Igreja, [...]” (1733, f. 29 v.).

(20) “[...] q’ a dita contraente nesta occaziaõ **occultou**, eao depois **manifestou** com juramento em juízo, [...]” (1805, f. 2 v.).

(21) “[...] cazados, estes moradores do dito Brejo, ou **adiante**, [...]” (1806, f. 9 r.).

(22) “[...] e **hoje** ambos moradores nesta Freguezia de S. Jozé da Carinhonha [...]” (1838, f. 80 v.).

Na definição dos textos descritivos, Louredas Lamas (2003, p. 62), por sua vez, nos diz que os textos descritivos usam formas sequenciais com o verbo e o tempo preferido é o presente, atemporal ou neutro e o imperfeito. O uso de advérbios de lugar é abundante e o foco do texto é a indicação de como algo ou alguém é. Vejamos alguns exemplos ilustrativos retirados do corpus:

(23) “[...] aContrahente **onde** he na | tural, emoradora, [...]” (1733, f. 29 v.).

(24) “[...] Sendo presentes por testemunhas Gonçallo Correa Paes e Jozê deSouza, homens cazados, e pessoas de mim conhecidas, emoradores **nesta mesma freguezia** do Urubu [...]” (1747, f. 64 v.).

(25) “Domingas Francisca do Rozario, cri- | ola forra, viúva de Francisco Jozé de Nazareth, moradora, | que foi das **Pedras dos Anjicos**, [...]” (1806, f. 8 v.).

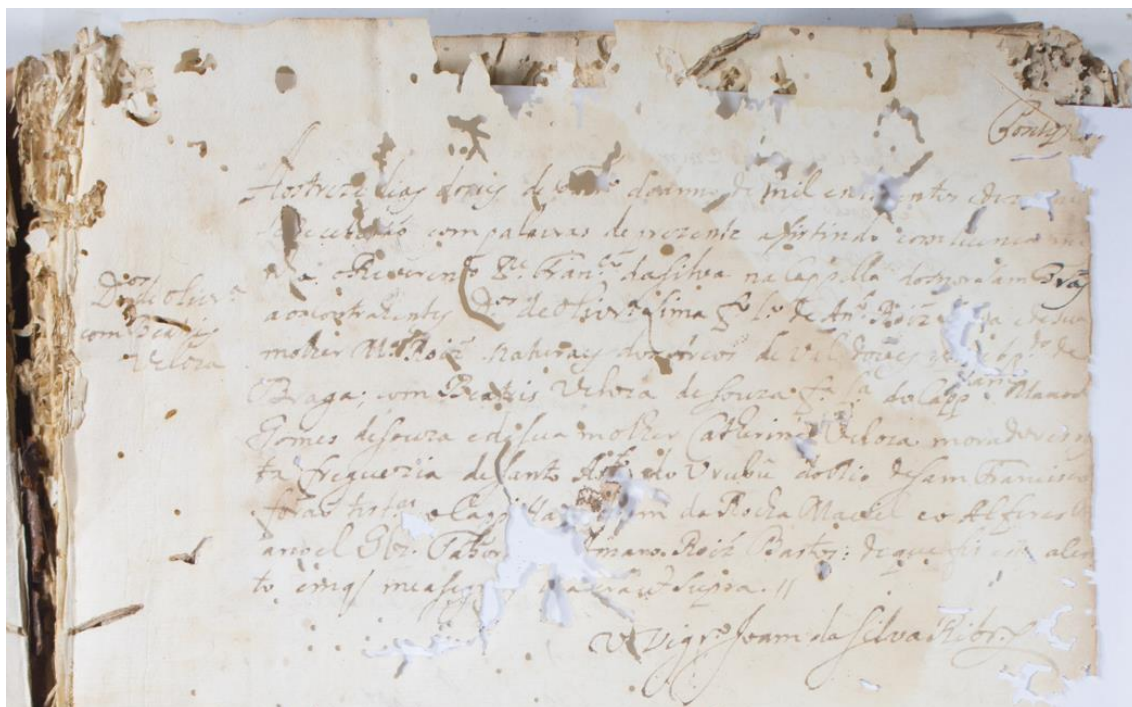
É pertinente notar que, na tipologia documental referente aos assentos de casamentos, embora não varie muito, podemos encontrar registros que trazem variações na ordem dos dados ou nos atos, além de revelar “alguns (se não todos) aspectos culturais, sociais e históricos, dando margem às inovações ou à manutenção de estruturas linguísticas” (Kewitz; Simões, 2019, p. 217). As características textuais dos assentos de casamentos apresentam uma organização rígida e “com o objetivo evangelizador de dilatar a fé entre os povos” (Simões; Costa, 2009, p. 41), além de ter sido um instrumento da Coroa portuguesa para expandir o recolhimento e produção de informações sobre a população.

O assento de casamento é uma espécie documental formal, planejado de acordo com os textos reguladores e reflete a distância comunicativa (Koch; Oesterreicher, 2007[1985]). O *continuum* da dimensão da imediatez e da distância comunicativa, conforme demonstrado no estudo de Koch e Oesterreicher (2007 [1985]) sobre as características da língua falada usando os exemplos do francês, do italiano e do espanhol, mostra que, a imediatez corresponde à oralidade, à realização fônica, enquanto que a distância comunicativa está relacionada à escrita,

ao gráfico. Os autores alertam, no entanto, que pode haver a combinação entre eles nos textos. A referida combinação de que trata Koch e Oesterreicher (2013), do oral no escrito, foi percebida nos assentos de casamentos, cujos fenômenos linguísticos serão tratados em momento oportuno.

É possível observar no primeiro registro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (**Figura 39**), a estrutura descritivo-narrativa e as expressões formulaicas recorrentes ao longo do texto.

Figura 39 – [fólio 2r.]



Fonte: Livro de assentos de casamentos e óbitos da Freguesia de S. Antônio do Urubu de baixo (1719-1757). Trecho editado.

Transcrição:

“D.^{os} de Olivr.^a | Com Beatriz | Veloza

Aos treze dias domes de [†] doanno de mil eSete Centos edezanove |
Se Receberão com palavras de presente asistindo com licença mi |
nha oReverendo P.^e Fran.^{co} daSilva na Capella do Senhor Sam Braz |
aos Contrahentes D.^{os} deOlivr.^a Lima f.^o L.^o de An^{to} Roiz [†] ede sua |
molher M.^a Roiz naturaes dos Arcos de Valdevez Arcebis.^{do} de |
Braga; com Beatriz Veloza de Souza filha do Capp.^m Manoel |
Gomes deSouza ede sua molher Catherina Veloza moradores nes |
ta freguezia de Santo Antonio do Urubû doRio deSam Francisco |
forão test.^{as} oCappittam Joam daRocha Maciel eo Alferes M |
anoel Gl^{es} Tabor[da] e Amaro Roiz Bastos; deque fiz este asen |
to emq meaigney dia *eraut Supra*.

O Vigr^o Joam daSilva Rib^o

Podemos ver retratado, no primeiro assento de casamento (século XVIII), que as expressões formulaicas geralmente são encontradas na mesma ordem e que há partes que parecem ser mais livres, embora sua composição também obedeça a certos critérios, enquanto outras são muito mais rigorosas. Olhando mais de perto a constituição dos assentos de casamentos, as estruturas textuais são semelhantes, o discurso é organizado com uma sucessão de fórmulas fixas, evocadas dos atos que devem ser seguidos pela tradição diplomática do documento. Observamos, ainda, que a macroestrutura é simples, incorporada com sequências da ordem narrativa dos acontecimentos precedentes à cerimônia até o ato do casamento.

Por meio do **Quadro 22**, organizado por Simões e Costa (2009, p. 46-47), ao analisarem atas de casamentos dos setecentos e oitocentos de Freguesias do Rio de Janeiro, percebemos que esse tipo de texto impõe certos elementos estruturais ou formais, “determinados por sua função comunicativa, a respectiva constelação ambiente, procedimentos textuais ou estratégias, sua estrutura coesa e coerência e certos esquemas prototípicos” (Kabatek, 2007, p. 337). Vejamos:

Quadro 22 – Fórmulas das atas de casamento dos setecentos e oitocentos

Partes do texto	Fórmulas
Data	- Aos vinte e dois dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e um anos
Diligências	- feitas as denúncias como manda o sagrado concilio tridentino e Constituição do Bispado (XVIII) - feitas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino (XVIII) - feitas as denunciaSoins na forma do Concílio tridentino (XVIII) - feitas as diligencias do estilo Com Provizão do Reverendo (XIX) - depois de feitas as denunciaSoins Canonicas (XVIII) - e feitas as diligencias do estilo (XIX) - e feitas as diligencias (XIX)
Resultado das diligências	- sem se descobrir impedimento algum e nem eu até o presente o saber como constou- me da licença que se me apresentou do Reverendo Vigário da Vara (XVIII) - sem se descobrir impedimento algum, como consta da provizam de Licença do M.to Rd.o vigario da vara, q' fica em meu poder (XVIII) - sem se desCobrir empedim.to algum o q.' tudo Consta da Sertidão dos Banhos (XVIII) - sem impedimento, precedendo LicenSa do ordinario e do Reverendo Paroco (XVIII) - Sem empedimento algum Com Provizão do Reverendo Vigario da vara (XIX) - sem se descobrir impedimto (XIX)
Testemunhas	- e Sendo tt.as as abaixo aSi.das peSosas Conhecidas (XVIII) - sendo presentes por testemunhas (XVIII) - em minha presença, e das Testemunhas abaxo aSignadas Com palavra de presente (XIX)
Ato do casamento	- Se cazarão em face da Igreja Com palavras de Presente (XVIII)

	- se casaram por palavras de presente ... (XVIII) - Se Cazarão, Com palavras de prezente (XVIII) - Ce Cazarão (XVIII) - Se Receberão por marido e mulher... (XIX) - Se Receberão por Marido e mulher (XIX)
Ato do registro e assinatura	- fis este assento q' na verdade asignei com as ditas testemunhas (XVIII) - e logo lhes dei as bencas, e p.a Constar fis este aSento (XVIII) - Logo receberão as benSas, do que para Constar faSo este aSento. (XVIII) - e llogo Receberão as Abensas conforme o Comcillio Tridentino e p.a Constar faço este aSento (XIX) - e logo lhe conferi as abensas na fr.a do Comcilio Tridentino e para Constar fis este aSento (XIX) - e logo ... Conforme o Rito da Santa Madre Igreja e p.a Constar fis este asento (XIX) - e para Constar fis este aSento (XIX)

Fonte: Simões e Costa (2009, p. 46-47).

Ao mesmo tempo em que os assentos de casamentos têm características do gênero jurídico-religioso, eles encerram uma dimensão tradicional que faz com que alguns textos se assemelhem a outros. E, finalmente, eles têm propriedades individuais, marcadas pelo contexto de produção, estilo do *scriptor* e pelas tradições culturais.

Os textos mais próximos do ideal do polo da distância comunicativa (Koch; Oesterreicher, 2007 [1985]) seguem os modelos das tradições textuais de seu tempo, “cujos *scriptores*, possivelmente, eram influenciados pelas fases de evolução da gramática da língua portuguesa, pelo contexto sócio-histórico e a realidade sociocultural da época” (Assis; Silva; Pacheco, 2021, p. 716). Em um estudo realizado por Silva (2011) sobre a descrição e análise do Livro das Monjas, com o objetivo de revelar o estado da língua portuguesa num documento do século XVIII, o autor nos diz que

Podemos ver no texto um retrato da língua escrita do século XVIII a fim de estabelecermos comparação e verificar em que sentido ele possui estruturas as quais se aproximam ou se distanciam dos textos de séculos anteriores e posteriores, pois cremos que a língua escrita também reflita conflitos entre inovação e conservação nos diversos níveis linguísticos analisáveis (Silva, 2011, p. 262-263).

No comentário de Silva (2011), podemos inferir que os *scriptores* percorrem em busca do ideal de perfeição da língua, adaptando-se, assim, às normas de estrutura, estilo e léxico apropriados ao gênero textual. Por se tratar de textos caracterizados pelo polo da distância comunicativa, ou seja, há uma intenção de apresentar um texto objetivo, sem marcas de afetividade e o mais próximo possível da norma de prestígio social e cultural de sua época.

A seguir, será abordada cada uma das partes do texto que compõem tradicionalmente os assentos de casamentos.

5.1 “Aos tanto de tal mez, de tal anno...”

Nos fólios dos livros paroquiais, os assentos são escritos em sequência, com um pequeno espaço entre eles. Em todos os registros, a redação é iniciada com “Aos tanto de tal mez, de tal anno (...)”, informação obrigatória conforme a orientação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719): “Tudo por letra ao comprido, e não por algarismo, ou abreviatura pela maneira seguinte, por se evitarem os enganos, que do contrario podem, e costumão suceder” (*Constituições...*, 1719, p. 130).

Notamos, portanto, que nos assentos de casamentos do livro do século XIX, os *scriptores* utilizaram algarismos e sinais abreviativos, contrários às orientações do texto normatizador; enquanto no livro do século XVIII, há um maior conservadorismo na forma de representar a data, como se observa no **Quadro 23**:

Quadro 23 – Fórmulas de datação encontradas nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	Aos vinte e dous domes de outubro do anno de Aos vinte dias domes de Novembro demil ecetecentos evinte e Coatro Aos des de Maio de mil sete centos evinte enove No primeiro dia domes de Junho demil ecete Centos [...]
Século XIX	Aos vinte e dois dias do mez de Oitubro demil Aos 18 de Agosto de 1849 em Desobriga desta Freguezia de Aos 1º de Maio de 1842 de p. de feitas as No primeiro dia do mes de Novembro demil oito centos Em o primeiro dia domez de Julho demil oito centos Em o 1º de 7br.º de 1855 precedidos todos os Em o m. ^{mo} dia, e Ora supra no m. ^{mo} No mesmo dia a cima observadas as m. ^{as} formalidades

Fonte: Elaboração própria.

Para a lavratura dos assentos de casamentos, os *scriptores* seguiam as orientações dos textos normatizadores, fazendo uso frequente de fórmulas fixas que se conservam ao longo do tempo, embora as mudanças, inspiradas na variação, são percebidas nos registros, consequência da construção e (re)construção da língua a partir do contexto social de produção, cujas “finalidades comunicativas e demais condições de produção, determinam o que dizer e como dizer, produzindo sentido” (Longhin, 2014, p. 19).

A prática de escrita observada denota que os *scriptores* não utilizavam apenas a repetição das fórmulas fixas da espécie documental que lidavam frequentemente, eles seguiam um modelo linguístico da historicidade e tradicionalidade dos textos, “produzidos em uma comunidade, ao acervo cultural, à memória textual ou discursiva” (Kabatek, 2009, p. 9). Os acontecimentos históricos são apresentados a partir de uma perspectiva de um grupo social de homens de idade adulta, pertencentes a uma elite instruída, encarregados de remeter um conteúdo jurídico-religioso aos registros paroquiais. Com isso, “a historicidade e a tradicionalidade dos textos, a repetição refere-se, portanto, à reiteração no tempo de um elemento de forma ou de conteúdo, guardado na memória” (Longhin, 2014, p. 21-22). É nesse sentido que a repetição e combinação de elementos linguísticos são chamados de composicionalidade das Tradições Discursivas que evocam usos tradicionais do dizer (Kabatek, 2005).

5.2 “No mesmo dia, e lugar com as mesmas formalidades de direito”

No início dos assentos de casamentos, após a datação, é fornecido o local e a freguesia ou povoação em que a celebração ocorreu. A menção do local onde foi realizada a cerimônia de casamento aparece de forma regular nos registros. Na maioria dos casos, o enlace matrimonial ocorreu na Igreja Matriz da freguesia, mas existem situações em que a celebração ocorreu em locais diferentes, a exemplo de capelas, oratório particular, casas de morada, igrejas de outras freguesias, etc., como é evidenciado no **Quadro 24**.

Quadro 24 – Fórmulas para os locais encontradas nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	Nesta igreja de Santo Antonio do Urubu Em a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres filial da Matris de [...] Na igreja de N. S. do Ó do Bispado de Pernambuco Na igreja de Sam Pedro da Missam dos R. M. P Na igreja de S. Braz do Bispado de Pernambuco em [...] Em a capella de Nossa Senhora da Conceição do Urubû Miyrim Na capella de Nossa Senhora do Anparo desta freguezia, no Lugar da Catinga desta freguezia em cazas de morada dos Pais da contrahente
Século XIX	Na Igreja Matriz desta Freguezia de Sam Jozé da Carinhonha Bispado de Nesta Matriz de Sam Joze da Carinhonha Bispado de Pernambuco Nesta Parochial Igreja São Jozé da Carinhonha, Bispado de Pernambuco Na capella de Nossa Senhora do Rozario do Ar raial de [...] Na capella da Parateca Freg.^a de S. Antonio do Urubú Em cazas de Claudiana dos S.^{tos} Fonseca pelas no ve horas na caza d’Oração em m.^a presença Sereceberaó em [...] e casa de Filippe Moreira dos St.^{os} perante mim, e [...]

	em acto de des obriga neste sitio do Pambú pellas onze [...] acto de dezobriga de p. de feitas as diligencias [...] No mesmo dia, e lugar com as mesmas formalidades de direito
--	---

Fonte: Elaboração própria.

Os registos textuais podem estar dispostos sob variadas formas, no entanto, formalmente e estruturalmente, os assentos são muito próximos tanto do século XVIII quanto aos do século XIX. Segundo Bellotto (1999, p. 276), um documento é uma união indissolúvel entre informação e suporte, veiculada numa espécie documental própria para sua natureza e a categoria do conteúdo que se quer transmitir. Os livros de registos paroquiais analisados foram escritos por diferentes *scriptores* e esperamos que a escrita não seja idêntica, tanto do ponto de vista da dimensão estrutural quanto da linguístico-discursiva. O conteúdo destas fórmulas difere de uma para outra de acordo com o contexto de produção e o estilo do *scriptor*, embora em toda estrutura introdutória do corpo textual prevaleça a informação esperada.

Com a informação do local da realização dos casamentos podemos mapear as freguesias de acordo com os atos de desobriga dos vigários. Muitos casamentos foram realizados em atos de desobriga, ou seja, nas visitas pastorais em que os vigários faziam ao percorrer o território da freguesia para a administração dos sacramentos, com determinada regularidade ao longo do ano.

Quanto às informações referentes aos atos de desobrigas na Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco, século XVIII, não consta nenhuma referência a esta prática. Encontramos a realização de alguns matrimônios que ocorreram fora da matriz, a exemplo da Capela filial de Nossa Senhora do Amparo e casamentos realizados em casa. O matrimônio deveria ser celebrado na igreja. Em caso contrário, deveria especificar a causa pela qual foi realizado em local diferente. Sendo uma causa provável, o motivo de doença de um dos contraentes, e, nesse caso, era necessária a aprovação da autoridade eclesiástica.

Seguem-se nos dados de (26) a (33), alguns exemplos:

(26) “Aos vinte eSeis dias do Mes de Novembro de MileSe | te Sentos equarenta etres annos nesta Igreja, digo dema | nham na **Igreja de Nossa Senhora doAmparo** filial des | ta Matris de Santo Antonio do Urubu [...]” (1743, f. 51 r.).

(27) “Aos vinte enove dias do mes de Julho de Mil eSete | Sentos equa | renta equatro annos de Manham na | Na **Igreja de Nossa Senhora doAmparo** filial desta fre | guezia de Santo Antonio do Urubu do Rio de bayxo de | Sam Fran.^{co} [...]” (1744, f. 53 r.).

(28) “Aos dezanove dias do mes de Mayo demil eSetecentos, equarenta e oito annos | em **aCapella de Nossa Senhora do Amparo** filial desta Matris deSanto Anto | nio do Urubû do Rio de bayxo de manhã, enella feitas as denunciações [...]” (1748, f. 69 v.).

(29) “Aos vinte dias do mes de Janeyro demil eSetecentos equarenta, e | nove annos de manhã em a **Capella de Nossa Senhora do Amparo** filial | desta Matris deSanto Antonio do Urubû [...]” (1749, f. 72 v.).

(30) “Aos vinte eoitto dias do mes de Setembro demil eSetecentos eSincoenta | annos em a **Capella de Nossa Senhora do Amparo** filial desta Matris do | Urubû demanhã, [...]” (1750, f. 75 v.).

(31) “Aos quinze dias do mes de Mayo de mil e SeteSen | tos equarenta eSinco annos pella manham em a **Igreja | de Nossa Sr.^a do Anparo** desta freguezia deSanto Ant.^o | do Urubu do Rio de bayxo deSam Fran.^{co} [...]” (1750, f. 58 r.).

(32) “Aos seis dias do mes de Março, digo aos vinte eoitto | dias do mes de Setembro de mil ecete centos evinte | eSinco **em caza** de Margarida [†] [†] | com Licença do R.^{do} P.^e o Vigr.^o g.^l de Sergipe dEl | Rey Antonio Rabello [...]” (1725, f. 8 r.).

(33) “Aos vinte etres dias do mes de Novembro demil eSetecentos eSin | coenta annos pela manhã no Lugar da Catinga desta freguezia em **cazas | de morada** dos Pais da contrahente, [...]” (1750, f. 76 r.).

Era bastante recorrente, no livro da Freguesia de São José da Carinhonha, os registros dos nomes dos lugares, sítios, fazendas, igrejas e capelas por onde passavam os padres durante os atos de desobriga. Para melhor ilustrar, trazemos alguns exemplos:

(34) “[...] **na fazenda** do Juazeiro deLazaro Jose dogiro do Corrente des |Freguezia deS. Jose da Carinhonha Bispado de Pernambuco | em acto de dozobriga [...]” (1823, f. 40 r.).

(35) “[...] em acto dedes obriga **noCitio** de Sam Joze | do giro do geraes desta Freguezia deS am Joze | da Carinhonha Bispado de Pernambuco [...]” (1823, f. 40 v.).

(36) “Aos vinte de Julho de mil oito centos, e cincoenta | e um n’este **lug.^r denominado – S Luzia** – em | giro de desobriga p.^{los} limites desta Freg.^a de | S Jozé da Carinhonha, [...]” (1851, f. 133 r.).

(37) “Aos 31 de Julho de 1857 o R.^{do} | Frei Jozé de S. Luis Roza en- | carregado da administração Pa | rochial desta Freg.^a na **Fazenda | denominada Cocos** á ella per- | tencente assistio em giro de | desobriga [...]” (1857, f. 147 v.).

(38) “[...] Sem | algum impedimento na **Caza d’Oração** em m.^a presença Serece- | beraó em Matrimonio com Comissão do R.^{mo} Vigario da | Freguezia do Orubú [...]” (1827, f. 50 r.).

(39) “[...] e foraõ test.^{as} deste Matrimonio | Domingos Antonio de Oliv.^a, em cuja **caza** foi cele- | Brado, [...]” (1841, f. 86 r.).

(40) “Aos vinte de Abril de mil oito centos equarenta e | ceis **na caza** de Donna Praxedes Rodrigues da Hora | pelas quatro horas da tarde depois de corridos os | banhos [...]” (1846, f. 106 v.).

(41) “[...] no **lug.^r deno- | minado – catingueira** – em casas da | Viuva Maria Theodora Ferreira, em | m.^a presença e das testemunhas [...]” (1852, f. 136 v.).

(42) “[...] em | desobriga p.^r Freguezia de Car.^a, na | Bua [†] **em casas** de Manuel Antonio | Teixeira, em m.^a presença e das testem.^{as} [...]” (1854, f. 140 r.).

(43) “[...] **nos geraes | e casas** de Manoel Gonsalves Pereira, em des- | o briga p.^r esta Freg.^a de Car.^a, [...]” (1854, f. 142 r.).

A partir do roteiro dos atos de desobriga observado na fonte documental, pode-se ter uma ideia da configuração do território da freguesia, marcada mediante as experiências dos sacerdotes ao percorrer as povoações que visitavam, demarcando a posse do território tanto da Igreja quanto do Estado. Além disso, os dados incluídos nos registros paroquiais, resultados dos atos de desobrigas, oferecem-nos informações valiosas para a análise onomástica e conhecimento das redes sociais, mobilidade social e compadrio praticado no sertão do São Francisco.

5.3 “Não se celebre antes de nascer o sol, nem depois delle posto”

Ao verificar os assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX, observamos a indicação recorrente do período do dia em que foi realizada a celebração. De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719), o matrimônio deveria ser realizado obrigatoriamente durante o dia, “como se há de celebrar o matrimonio, e que seja de dia, e na igreja parochial, e presente o próprio parcho” (*Constituições...*, 1719, p. 119).

De acordo com Schlieben-Lange (1993, p. 22), “há os textos rituais que devem ser repetidos literalmente”. A expressão utilizada para informar sobre o período do dia possui uma característica muito interessante. Ela estabelece uma relação com os costumes da época de ordem social e econômica, onde não havia energia elétrica, e segundo as orientações das *Constituições* (1707), o casamento deveria ser realizado a vista dos paroquianos, da forma mais transparente possível, para evitar enganos. Dessa forma, “existem TD fortemente fixadas, sobretudo em âmbitos religiosos ou rituais ou em instituições sociais de alto valor de conservação, lugares do arquivo da memória cultural” (Kabatek, 2006, p. 514). São justamente as peculiaridades do discurso jurídico-religioso que revelam os modos tradicionais de dizer ou escrever algo.

As expressões que correspondem ao período do dia para a realização da cerimônia são dispostas nos textos modeladores, fazendo parte do que seria o protocolo inicial do documento, como exemplifica o **Quadro 25**:

Quadro 25 – Fórmulas para os períodos do dia encontradas nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	De tarde e nella feitas as denunciações na forma do Sagrado em minha prezença Se Receberão por espozos devidamente feitas nesta Igreja Matris de Santo Antonio do Orubu do Riu pela manhã em a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres filial, de manhã
Século XIX	Pelas 5 horas da tarde , nesta Igreja Matriz de S. Jozé de Pelas 11 horas da manhã , uni em Matrimonio, e dei as Pelas sette horas da noite proclamados demore As onze oras do dia , em minha prezença e das testemunhas

Fonte: Elaboração própria.

É válido registrar que a semelhança em que esta informação é representada nos assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX confirma que os *scriptores* do sertão do São Francisco seguiam um modelo específico para a sua elaboração. Nesta parte inicial, as informações

indicam o tempo e o espaço em que ocorreu a cerimônia e o registro do período do dia foi de uso recorrente ao longo dos manuscritos.

Apenas em três registros da Freguesia de São José da Carinhanha do século XIX a cerimônia de casamento foi realizada no período da noite, como é evidenciado nos excertos de (44) a (46):

(44) “[...] pelas **sette ho - | da noite** minha prezença por palavras de | prezente emutuo consenso, [...]” (1818, f. 24 r.).

(45) “Aos vinte oito dias domez de Agosto demil oito centos, evinte nove | neste Arrayal em cazas de Claudiana dos S.^{tos} Fonseca pelas **no | ve horas danoite** comdispensa de banhos, edos impedimentos, q’ | laboravaõ emm.^a presença [...]” (1829, f. 58 v.).

(46) “Aos vinte nove dias domez de Junho demil oito centos, etrinta | nesta Freguezia de S.ⁿ J.^c da Carinhanha, Bispado de Paranam | buc pelas **sette horas da noite**, proclamados demore [...]” (1830, f. 59 v.).

No manuscrito do século XVIII não foi registrado nenhum matrimônio realizado no período da noite. A partir desta constatação, inferimos que os casamentos foram realizados no decorrer do dia para que as pessoas testemunhassem, e a celebração fosse o mais transparente possível, como orientavam as Constituições do Arcebispado.

5.4 “Naturaes emoradores nesta freguesia”

A naturalidade dos contraentes é um testemunho da relação entre a igreja e seus fiéis. As denúncias que antecederiam o casamento possibilitavam o levantamento de informações sobre os contraentes, como a naturalidade, filiação, local de residência atual e anteriores, estado civil, profissão ou ocupação. Nos assentos de casamentos, é apresentada a naturalidade dos contraentes, e se registra quando ambos são da mesma freguesia, ou quando são de freguesias diferentes. Na maioria dos matrimônios, quando os contraentes eram de lugares diferentes, preferencialmente, o casamento ocorria na freguesia da família da contraente.

É justamente em virtude dessa informação que os assentos de casamentos assumem um papel importante no estudo da mobilidade populacional da freguesia, em termos de saída e entrada de pessoas em um determinado recorte temporal. As freguesias estudadas não eram

isoladas, mas propícias às influências externas e ao fluxo migratório devido ao sistema de integração exercido pelo Rio São Francisco, vinculado às suas funções econômica, geográfica, militar, religiosa e sobretudo, de sobrevivência.

O **Quadro 26** apresenta alguns exemplos retirados do corpus que evidenciam formulações de naturalidade.

Quadro 26 – Fórmulas para a naturalidade encontradas nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	Donde he natural da Freguezia de Sam Goncalo da villa de S: Fran. Onde he natural, Natural da V. ^a do penedo Natural e moradora nesta freguezia
Século XIX	natural da Freguezia de Saõ Romaõ, efilho legitimo de Antonio natural da Freguezia de Santo Antonio do Vrubu, emorador nesta natural da Freguezia de Nossa Senhora da Glória do Corrente natural desta Freguezia, onde saó moradores: Receberaó asbençaós do ... natural desta Freguezia elogo lhe dei as bençaós numpciais do ... natural desta Freguezia elogo lhe dei as bençaós numpciais do ...

Fonte: Elaboração própria.

Conforme pode ser percebido no **Quadro 26**, a expressão sobre a naturalidade dos contraentes está vinculada ao processo de habilitação do casamento e também das denúncias pré-nupciais, cuja variabilidade da expressão quase não se percebe.

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719) se referiam aos indivíduos que desejassem casar-se fora de seus limites geográficos, fato que aparentemente era elevado na Colônia, devido às movimentações em busca de novas oportunidades em todo o território, seja na mineração, na exploração do gado, ou em diversas culturas ou comércio, como se verifica nas *Constituições* de 1719.

E sendo os que pretendem casar de diferentes Freguezias, ou naturaes de uma, e residentes em outra por espaço de mais de seis mezes, em todas se farão as denúncias, e trarão certidão delas na fôrma acima dita. E se os contraentes, ou algum deles tiver residido em outro lugar, posto que seja do nosso Arcebispado, por espaço de mais de seis mezes, os Parochos assim o declarem nas certidões, que passarem. E havendo no lugar d'onde os circunstantes forem naturaes, ou são, ou forão moradores, mais de uma Parochia, e Freguezia, em todas serão denunciados, [...] (*Constituições...*, 1719, p. 111-112).

A descrição dos aparatos mobilizados para a realização das denúncias evidencia a diversidade de contextos que podem ser encontrados em cada etapa que antecede a habilitação do matrimônio, entre elas, contraentes de diferentes freguesias. A naturalidade dos contraentes

possibilita estabelecer uma relação entre as origens geográficas e os fluxos migratórios no sertão do São Francisco. Durante os trâmites burocráticos das denúncias, o pároco seguia as orientações das *Constituições* (1719) para realizar a investigação e confirmar que não havia impedimentos para o matrimônio. Preferencialmente, o casamento era assistido pelo pároco da contraente porque os casamentos se realizavam com mais frequência na freguesia desta.

5.5 “Feitas as Diligencias necessarias e denunciações”

As diligências necessárias eram resultantes de práticas instituídas pelas *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563) e pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) que passou a doutrinar e normatizar o ritual litúrgico do casamento. No que diz respeito às denúncias, o objetivo era descobrir através de denúncia dos paroquianos se existia algum impedimento canônico para a realização do casamento. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719), no artigo 269, lemos:

Os que pretendem casar, o farão a saber a seu Parocho, antes de se celebrar o Matrimonio de presente, para **os denunciar**, o qual, antes que **faça as denunciações**, se informará se ha entre os contrahentes algum impedimento, e estando certo que o não ha, fará as denunciações em tres Domingos, ou dias Santos de guarda contínuos à estação da Missa do dia, as poderá fazer em todo o tempo do anno, ainda que seja Advento, ou Quaresma, em que são pohibidas as solemnidades do Matrimonio, [...] (*Constituições...*, 1719, p. 110, grifo nosso).

Vale ressaltar que os documentos apresentam algumas variações para se referir às denúncias, além do uso das denominações “banhos” ou “proclamas”. Os banhos, palavra de origem alemã *bann* que quer dizer publicação, são “pregões, ou denunciações na Igreja do casamento futuro entre os contratados para o contrahirem” (Bluteau, 1728, p. 164), ou seja, a proclamação feita pelo pároco informando que determinado casal pretende contrair matrimônio, feita por três vezes nas missas dos domingos ou dias santos (Concílio de Trento, 1545-1563, p. 231).

[...] manda, que daqui em diante, antes de se contrahir o Matrimonio, o próprio Paroco dos contrahentes três vezes, denuncie publicamente os que haõ de contrahir, em três dias festivos continuados, quando a Missa se celebrar: feitas estas denuncias, naõ se encontrando impedimento algum, se procederá a celebração do Matrimonio na face da Igreja [...] (*Concílio Tridentino*, sessão XXIV, p. 231, tomo II).

Os *scriptores* cumpriam regularmente, conforme previsto pela normatização do sacramento, o matrimônio. As denúncias ou proclamas forneciam informações aos demais paroquianos sobre o desejo de duas pessoas contraírem o matrimônio, ao passo que investigava a vida de cada um deles, a liberdade, a legitimidade da idade, a instrução na fé católica e o mútuo consentimento. Nas três missas conventuais, o pároco pronunciava o seguinte:

Quer casar N. filho de N., e de N. naturaes de tal terra, moradores de tal parte, Freguezia de N. com N. filha de N, e N. naturaes de tal terra, moradores em tal parte, Freguezia de N., se alguém souber que há algum impedimento, pelo qual não possa haver effeito o matrimonio, lhe mandamos em virtude de obediencia, e sob pena de excommunhão maior o diga, e descubra durante o tempo das denúncias, ou em quanto os contrahentes se não recebem; e sob a mesma pena não porão impedimento algum ao dito Matrimonio maliciosamente (*Constituições...*, 1719, p. 110-111).

Os proclamas eram lidos em alto e bom som para que todos pudessem entender. Tais práticas demonstram que, levando em consideração aspectos históricos e culturais, era pertinente cogitar que naquele microcosmo social era predominado por pessoas que não dominavam a leitura. Assim, as três denúncias eram proclamadas *in facie ecclesiae* para que tudo fosse realizado da forma mais transparente possível.

O **Quadro 27** apresenta algumas fórmulas utilizadas para as denúncias:

Quadro 27 – Fórmulas para as denúncias encontradas nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	Como consta dos banhos Secorreraõ banhos Banhos corridos feitas as Diligencias necessarias edenunciaço es na forma do Sag. Conc. Trid. feitas as diligencias necessarias na forma do Sagrado Con- cilio Tridentino feitas as deligencias nupciais e feitas as denúncias na forma do Sagrado Concilio Tridentino, e feitas as denúncias nesta dita Matris
Século XIX	Depois de corridos os banhos Depois de proclamados os banhos Tendo precedido banhos corridos Donde apresentou o nubente banhos corridos Feitas as diligencias marcadas pelo concilio tridentino Depois de feitas as diligencias canônicas Depois de feitas as denunciaçoens canônicas Feitas as denunciaçoens conforme a Constituição do Bispado Feitas as Denunciaçoens de more ⁶⁸ Pella publicação dos proclamas Apresentando os proclamas

⁶⁸ Expressão latina que quer dizer “de acordo com o costume”.

	Feitos os proclamas do Costume em três missas conventuais depois de corridos os proclamas do costume feito os proclamas em três missas conventuais das canônicas admoestacois q.' publiquei em ter dias festivos na missa comvintual
--	--

Fonte: Elaboração própria.

Diante das referências às denúncias (**Quadro 27**), observamos que a língua não é mais uma técnica livre e um sistema de signos assumidos, mas um signo repetido, portador de laços e âncoras que indicam passados específicos (Kabatek, 2018, p.138). O cumprimento das disposições do Concílio de Trento (1545-1565) em relação ao casamento e seu impacto na forma pela qual se diz algo, cristaliza-se em discursos e em gêneros discursivos transmitidos de geração em geração.

No livro de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (século XVIII), encontramos um assento de casamento que apresenta as informações das denúncias após “correr as sete freguesias”⁶⁹ por onde passou o contraente. O vice-vigário da freguesia que exarou o assento concentrou nas fórmulas do contexto jurídico-religioso para informar sobre as denúncias realizadas nas sete freguesias da Cidade da Bahia, as quais percorreu o contraente antes do matrimônio.

Vejamos, na **Figuras 40, 41 e 42**, a reprodução fac-similar e a transcrição do referido assento, que é o mais extenso do livro e ocupa mais de um fólio.

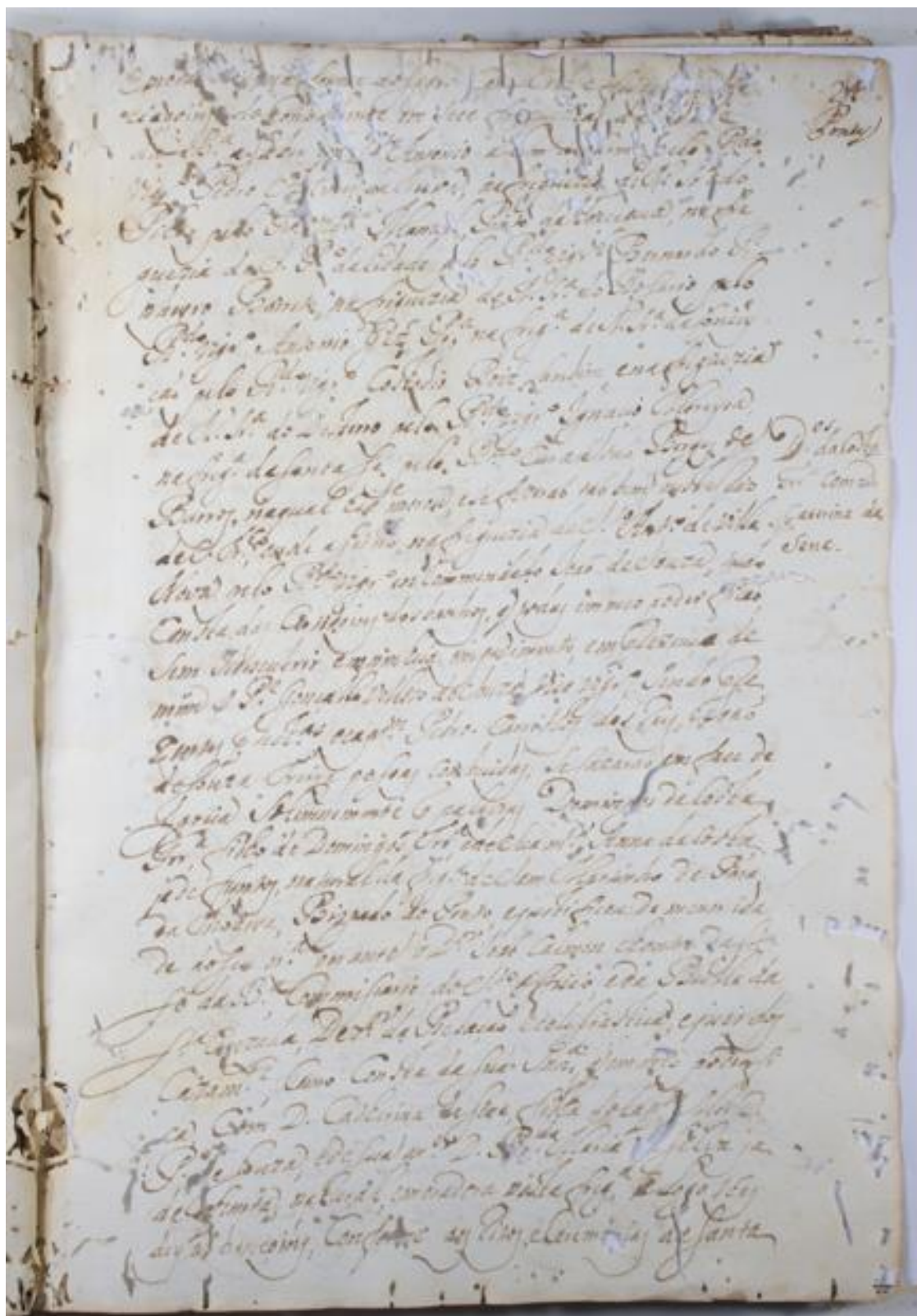
Figura 40 – Fólio 23 v.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1719-1753).

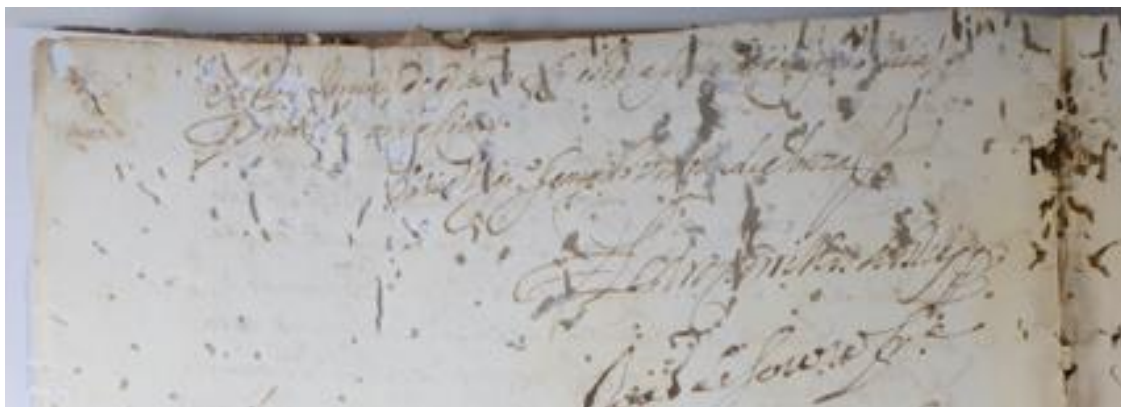
⁶⁹ Expressão arcaica da língua portuguesa usada em Portugal e Brasil.

Figura 41 – Fólio 24 r.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1719-1753).

Figura 42 – Fólio 24 v.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1719-1753).

Transcrição:

Aos desoito dias domes de Agosto do anno de mil Sete |
centos e trinta, edous de manhãá nesta Matris de S.^{to} |
Antonio do Urubû de bx^o do Rio de Sam Francisco, enella |
feytas as denunciaçoins | da Contrahente onde he natural, e
Emoradora na forma do Sagr. Conc. Trid. e feytas as denun |
ciaçoins do Contrahente em Sete freguezias da Cidade |
da B.^a a saber, em S.^{to} Antonio Alem do Carmo pelo R.^{do} |
Vigr.^o Pedro Alvres da Neiva, na Freguezia e N. Sr.^a do |
Pilar pelo R.^{do} Vigr.^o Manoel Pinto da Foncequa, na fre |
guezia de S. P.^o da Cidade pelo R.^{do} Vigr.^o Bernardo Pi |
nheyro Barreto, na freguezia de N. Sr.^a do Rozario pelo |
R.^{do} Vigr.^o Antonio Glz' Pr.^a, na freg.^a de N. Sr.^a da Concey |
ção pelo R.^{do} Vigr.^o Costodio Roiz Landim, ena freguezia |
de N. Sr.^a do Desterro pelo R.^{do} Vigr.^o Ignacio Moreyra, |
na freguezia da Santa Sé pelo R.^{do} Cura Joaõ Borges de |
Barros, naqual Cid.^e morou, esse fizeraõ taõ bem neste Rio |
deS. Fr.^{co}, onde asisto, na freguezia de S.^{to} Ant.^o de Villa |
Nova pelo R.^{do} Vigr.^o encomendado Joaõ de Souza, tudo |
Consta das Certidoinis dos banhos, q todas em meo poder ficaõ, |
Sem Sedescubrir em nenhúa impedimento, em prezença de |
mim o P.^e Gonçallo Vellozo de Souza Vice Vigr.^o Sendo pre |
zentes p test.^{as} o cap.^m Pedro Carrilho dos Reis, eJoaõ |
deSouza Freire pessoas conhecidas, Secazaraõ em face de |
Igreia Solemnemente p palavras Domingos daCosta |
Frr.^a filho de Domingos Frr.^a, ede Sua m.^{er}, Anna daCosta |
ja defuntos, natural da freg.^a de Sam Martinho de Para |
da de Todeya Bispado do Porto, e este ficou de menor ida |
de doseu n.^{al} perante o D.^{or} Joaõ Calmon chantre da S.^{ta} |
Sé da B.^a, Comissario do S.^{to} Officio, eda Bulla da |
S.^{ta} Cruzada, Dez.^{or} da Relação Ecclesiastica, e juiz dos |
Cazam.^{tos} Como Consta da Sua Sm.^a, q em meo poder fi |
ca Com D. Catherina deSene, filha do Cap.^m Mor D. |
P.^o deSouza, ede sua m.^{er} D. Br.^{da} Maria da Silva ja |
de funta, natural emoradora nesta freg.^a, eLogo lhes |
dey as bençoins, Conforme aos Ritos, e Cerimoniais da Santa |
Madre Igreja, do q tudo fiz este assento no mesmo dia, q |
p verdade meaSigney.

Ao longo da leitura e transcrição do livro manuscrito, observamos que, dependendo da posição social e econômica das famílias, os assentos de casamentos eram mais elaborados, com maiores riquezas de detalhes. As denúncias realizadas em cada freguesia continham a descrição e os detalhes da vida do contraente, certificadas na declaração de banhos que ficava em poder do pároco, emitida pelos demais párocos das diversas freguesias onde correram os banhos.

No assento de casamento de Domingos da Costa Ferreira e D. Catherina de Sene, a seção para a descrição das denúncias ficou extensa, devido às diversas paragens do contraente, antes do casamento. A expressão “e feytas as denunciaçoins do Contrahente” reflete uma recorrência presente nos assentos de casamentos, apesar de algumas variações percebidas na pena dos diferentes punhos. De acordo com Kabatek (2006), a repetição de uma forma textual que adquire um valor de signo próprio é uma característica de Tradição Discursiva.

Outra informação presente nos registros é a confirmação de que os contraentes foram examinados na Doutrina Cristã e preparados com os sacramentos. Vejamos alguns exemplos ilustrativos:

(47) “[...] depois das canonicas admoestacois q. | publiquei em tres dias festivos na missa com- | vintual, **estando ja unidos com os Sacram.^{to} da | Penitencia, e comuho**; [...]” (1835, f. 75 v.).

(48) “[...] depois das Canonicas admoestações q. | foão publicadas por tres dias acitacaõ da Missa, | **estando ja unidos com o Sacram.^{to} da Penitencia | e Comuho**, [...]” (1825, f. 76 r.).

(49) “[...] corridos os banhos, sem impedimentos, e pre | **parados com os Sacramentos da Penitencia e Eucharistia, e examinados | na Doutrina Christã**, [...]” (1844, f. 95 v.).

No livro de assentos da Freguesia de São José da Carinhonha (século XIX), era usual o *scriptor* declarar, após mencionar o resultado das denúncias, que os contraentes tinham sido instruídos na fé católica, “sendo preparados antes de tudo com os Sacramentos da Penitencia, e Comuho, e examinados na Doutrina” (f. 94 v. – século XIX).

No corpus do século XVIII, essas informações não estão detalhadas, apenas apresentavam a seguinte fórmula “depois de feitas as diligencias necessárias”. Podemos inferir que os *scriptores* seguiram os ritos e cerimônias, mas não detalharam a informação sobre a administração dos sacramentos da penitência e comunhão. As variações ocorridas na maneira de expor os dados sobre as denúncias mostram que, apesar da estrutura textual fixa e das fórmulas que se repetem, seguindo a normatização prevista, os *scriptores* deixaram marcas de seus estilos de escrita influenciados pelo contexto sócio-histórico e pela situação ou condição em que cada assento foi escrito. Assim, conforme apontado por Bellotto (1999, p. 275), não é possível dissociar a forma e a construção material do documento da sua gênese e do contexto de produção e aplicação.

5.6 “Sem Sedescubrir impedimento em parte nenhúa”

Depois de corridos os banhos, com a devida comprovação do batismo, da justificativa de solteiro ou das dispensas pela autoridade eclesiástica, os nubentes poderiam candidatar-se ao matrimônio. Após essa etapa de investigações, o pároco fazia as denúncias em três missas conventuais para confirmar a inexistência de “impedimento em parte nenhúa”. O uso da informação que não havia impedimento para o casamento era expressamente obrigatório para certificar que não existia nenhum dos “impedimentos dirimentes”, conforme as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719, p. 116-119). A forma de representar, no *corpus* da pesquisa, a ausência dos impedimentos são as seguintes:

Quadro 28 – Fórmulas para os impedimentos encontrados nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	Sem impedimento algú [...] Sem Se descobrir impedimento [...] Sem Se descobrir em ninhúa parte impedimento [...] Sem Se descobrir em parte nenhú impedimento [...]
Século XIX	Sem impedimento Sem algum impedimento enaõ rezultar em pedim ^{to} algum, sem q’ apparecesse impedimento algum “sem impedimento pella publicação dos proclamas [...]”

Fonte: Elaboração própria.

Os assentos de casamentos foram produzidos em um contexto jurídico-religioso, com uma estrutura bem estabelecida que requer o uso de uma macroestrutura determinada e fórmulas fixas, que, teoricamente, permitem poucas variações para o labor do *scriptor*. Apesar disso, os

registros apresentam certas particularidades influenciadas pelo contexto sócio-histórico de produção, pelo estilo do *scriptor* e, às vezes, pelas próprias informações (in)disponíveis, como é possível notar que alguns documentos são mais elaborados do que outros. Simões e Costa (2009, p. 37) lembram que os registros paroquiais revelam a história linguístico-social de uma dada época histórica, pois foram escritos por indivíduos que partilham de determinados conhecimentos culturais de uma sociedade.

Os impedimentos eram de dois tipos: os dirimentes e os impedientes. Os impedimentos dirimentes poderiam trazer uma nulidade relativa ao casamento, podendo ser convalidado no decurso do tempo. Os impedimentos impedientes (*Constituições...*, 1719, p. 119) são a proibição eclesiástica, que se proíbe que em certo tempo certas pessoas possam casar, e o impedimento do voto, quando algum dos contraentes fez voto simples de Religião, castidade ou prometeu ou jurou se casar com outra pessoa. Os impedimentos impedientes não causariam a anulação do casamento, caso já tenha ocorrido, mas trariam penalidades impostas aos infratores.

Conforme as *Constituições* (1719, p. 116-119), os impedimentos dirimentes são os seguintes:

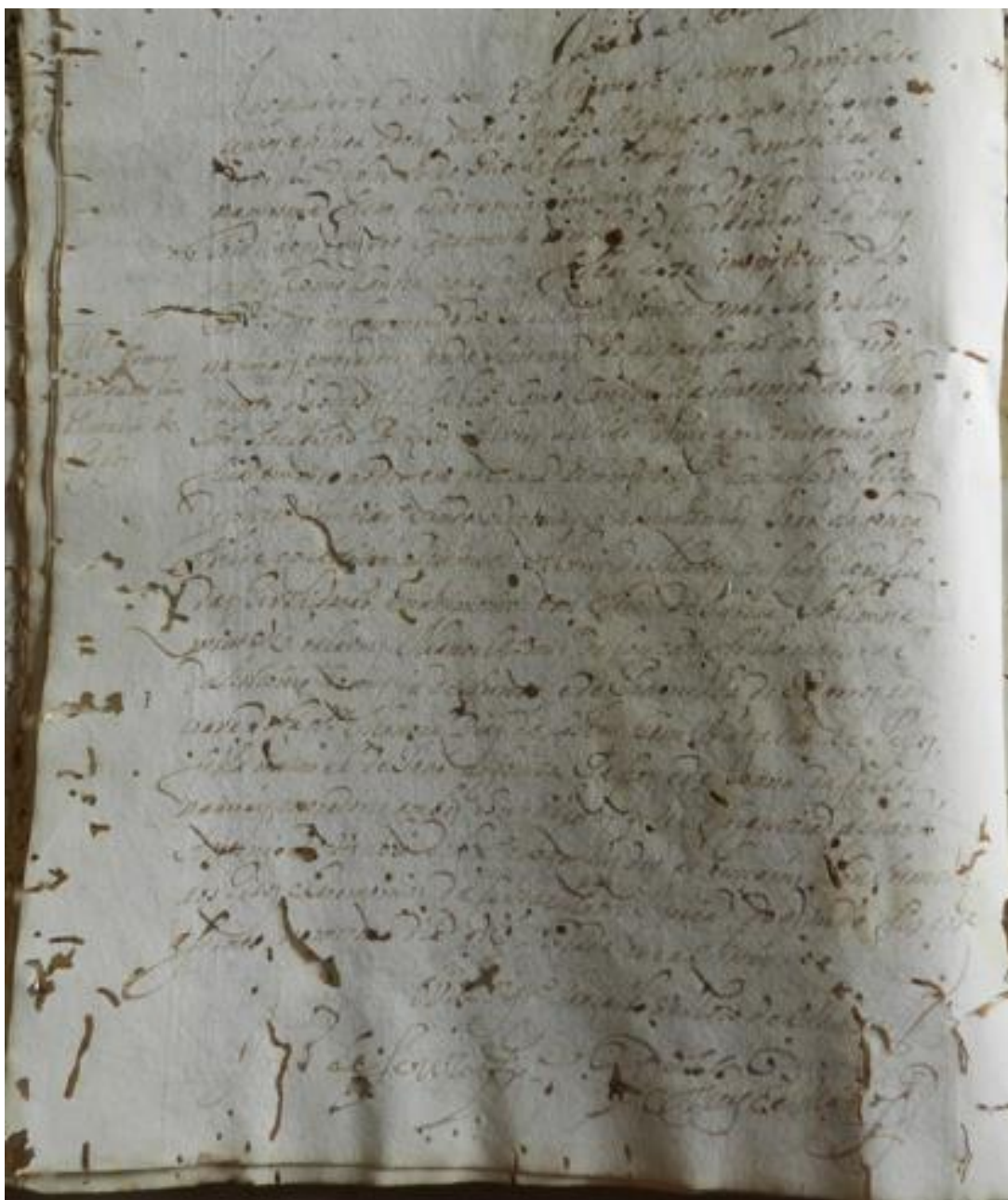
1. Erro da pessoa: como se algum dos contrahentes quer receber a outro, cuidando, que é a tal pessoa certa, e foi outra diferente.
2. Condição: convêm a saber, se algum dos contrahentes é captivo, e o outro o não sabe, antes trata de casar com elle, tendo para si, que é livre.
3. Voto: se for solemne feito na profissão, que se faz em Religião approvada, ou no recebimento das Ordens Sacras, porque estes somente são votos solemnes.
4. Cognação: é esta de três maneiras, natural, espiritual, e legal. Natural, se os contrahentes são parentes por consanguinidade dentro no quarto grão. Espiritual, que se contrahe nos Sacramentos do baptismo, e da Confirmação, entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai, e mãe; e entre os padrinhos, e o baptizado, e seu pai, e mãe; e da mesma maneira no Sacramento da Confirmação. Legal, que provêm da perfeita adopção, e se contrahe este parentesco entre o perfilhante, e o perfilhado, e os filhos do mesmo, que perfilha, em quanto estão debaixo do mesmo poder, ou dura a perfilhação. E bem assim entre a mulher do adoptado, e adoptante, e entre a mulher do adoptante, e adoptade.
5. Crime: convêm a saber, se um dos contrahentes maquinou com effeito a morte da mulher, ou marido com quem verdadeiramente era casado, ou a do outro complice com animo de contrahir Matrimonio com elle, tendo commettido adultério sabido, e conhecido por ambos; ou se ambos os contrahentes maquinarão a morte do defunto, ou defunta casada, para casarem ambos, ainda que não tivessem adulterado: ou quando os contrahentes sendo um delles casado, commettêrão adultério, e se fizeram externa promessa de casar, se a mulher, ou marido do contrahente morresse primeiro, ou se cairão de facto, sendo ella viva.
6. Disparate da Religião: porque nem-um infiel póde contrahir Matrimonio com pessoa fiel, e contrahindo-o é nullo, e de nem-um effeito.

7. Força, ou medo: quando os contrahentes, ou algum delles foi constringido a casar por medo, tal, que pudesse cahir em varão constante.
8. Ordem: entende-se Sagrada, ainda que seja somente de Subdiacono.
9. Ligame: quer dizer, que se algum dos contrahentes é casado por palavras de presente com outra mulher, ou marido, ainda que o Matrimonio seja somente rato, e não consummado, vivendo o tal marido, ou mulher, não pode contrahir matrimonio com outrem, e se de facto o contrahir é nullo.
10. Publica honestidade: nasce este impedimento dos desposorios de futuro validos, e não passa hoje, depois do Sagrado Concilio tridentino, do primeiro gráo. D'onde se algum dos contraentes tinha celebrado validos desposorios de futuro com o irmão, irmã, filho, ou filha daquela pessoa, com quem quer casar, ainda que sejam falecidos, ou lhe remittissem a obrigação, não podem casar com seu pai, ou mãe, irmão, ou irmã. Nasce também este impedimento do matrimonio rato não consummado, ainda que seja nullo, com tanto que não provenha a nullidade da falta do consentimento, e impede, e dirime o Matrimonio até o quarto gráo. Pelo que quando algum dos contrahentes foi casado por palavras de presente com parente do outro dentro do quarto gráo, posto que não chegassem a consumir o Matrimonio, há entre eles este impedimento dirimente de publica honestidade.
11. Affinidade: convêm a saber, que o marido pelo Matrimonio consumado contrahe affinidade com todos os consanguineos de sua mulher até o quarto gráo, e assim, morta ella, não póde contrahir matrimonio com alguma sua consanguinea dentro dos ditos grãos. E da mesma maneira a mulher contrahe affinidade com todos os consanguineos de seu marido até o quarto gráo. Também a contrahe aquelle que tiver copula illicita perfeita, e natural com alguma mulher, ou mulher com algum varão; e por esta causa não póde contrahir matrimonio com parente do outro por consanguinidade dentro do segundo gráo.
12. Impotencia: há este impedimento, quando algum dos contraentes, já antes de contrahir o Matrimonio, não era capaz de geração por falta, ou improporção dos instrumentos da copula, ou a falta provenha da natureza, arte, ou enfermidade, com tanto que seja perpetua.
13. Rapto: dá-se este impedimento, quando alguém furta alguma mulher contra sua vontade; ou, ainda que ella consinta, contradizendo-o os pais, ou pessoas que a tem em seu poder, com animo, e tenção de casar com ella; porque o tal roubador não póde casar com a mulher roubada, em quanto a tem em seu poder.
14. Ausencia do Parocho, e duas testemunhas; porque conforme o Sagrado Concilio Tridentino não é valido o Matrimonio, senão for contrahido em presença do próprio parocho, ou outro Sacerdote, dando-lhe o mesmo parocho licença para isso, ou tendo-a nossa, e de duas testemunhas ao menos (*Constituições...*, 1719, p. 116-119).

Os impedimentos dirimentes impostos pelo Concílio de Trento (1543-1565) e reafirmados pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) são formas de preservar a dignidade do Sacramento do Matrimônio, e com ele, o controle social e a formação das famílias na América portuguesa. A amplitude das denúncias pré-nupciais é ordenada de acordo com os impedimentos enumerados anteriormente e, em muitos casos, as questões são arrastadas por um longo período de tempo.

No livro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (século XVIII), encontramos dois registros, cujos casamentos foram anulados por conta de um impedimento dirimente, mas revalidados no decurso do tempo. São eles:

Figura 43 – Fólio 24 v.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1719-1753).

Transcrição (grifo nosso):

M.^{el} Gomes | deSouza com | Natalia de Passos

Aos quatorze dias domes de Setembro do anno de mil Sete |
centos e trinta, edous de manhãá nesta Igreja Matris de Santo Antonio |
do Urubû de bayxo do Rio de Sam Francisco de manhãá, e |

na mesma feytas as denunciaçoins na forma do Sagr. Conc. |
 Trid. **do primeyro cazamento nullo** q Celebraraõ há três |
 annos Como Consta do assento folhas doze emprezença do |
 R.^{do} Vigr.^o incomendado Joachim deSouza, onde são os ditos |
 naturais, emoradores tendo Sentença de diposição no impedi |
 mento q logo depois lhe sahio Como Consta da Sentença do Illm^o |
 Snr' Arcebispo D. Luis Alvres de Figr.^o, q me apresentaraõ, q |
 fica em meo poder, em prezença de mim o P.^e Gonçallo Vellozo |
 de Souza Vice Vigr.^o Sendo presentes p testemunhas João de Souza |
 Freire e o capitão Domingos Alvres de Matos, pessoas conhe |
 cidas, **Revalidaraõ o matrimonio** em face de Igreja Solemne |
 mente p palavras Manoel Gomes de Souza filho natural |
 deAntonio Gomes ja defunto ede Petronilha de Barros es |
 crava do Cap.^m Manoel Dias daCosta Com Natalia de Passos, |
 filha natural de João deSouza Passos, ede Joana da Silva, |
 naturais, emoradores ambos Contrahentes desta Freguezia de Santo |
 Antonio do Urubû de bx^o, eLogo lhes dey as bençoins, Conforme |
 aos Ritos, e Cerimoniais da Santa Madre Igreja, do q tudo fiz este |
 assento no mesmo dia, q p verdade meaSigney.

O ViceVigr.^o Gonçallo Vellozo deSouza

O primeiro casamento (f. 12 r.) foi realizado em vinte e cinco de agosto de 1728, na Igreja Matriz de Santo Antônio do Urubu de baixo do rio São Francisco, após as denúncias e não encontrado impedimento algum, sendo testemunhas presentes Antônio de Melo de Vasconcelos e João de Freitas. Como consta no assento do segundo casamento, logo após a realização do primeiro matrimônio, houve uma sentença de disposição no impedimento que não foi declarado no assento.

Em face da nulidade matrimonial, os contraentes buscaram a dispensação no impedimento para a revalidação do casamento, conseguindo três anos depois.

Vejamos o segundo caso:

Figura 45 – Fólio 59 r.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1719-1753). Trecho editado.

Transcrição (grifo nosso):

Joze de Barros | Com M^a | Mrrda da Rocha

Aos onze dias do mes de Julho de mil e SeteSentos |
 equarenta eSinco annos nesta Igreja Matris deSanto |
 Ant.^o do Urubu do Rio de bayxo deSam Francisco de manhãa |
 ena mesma feitas as denunciaSóes na forma do Sagr. Conc. |
 Trid: do **Primeiro cazamento nullo q Selebraram ha Sete** |
annos na Missão de Sam Felis p.^{lo} Reverendo Vigario |
 Joam de Souza Vigr.^o de S: Ant.^o de Villa Nova Sendo |
 os Contraentes naturais desta Freg.^a aSima declarada |
 e dispensados noSeg.^{do} grau deSanguinide p.^{lo} R.^{do} Mi |
 ssionario da d.^a MiSam por impedimento q ao despois lhe |
 Se ria vindo ja da Freg.^a de Santo de Villa Nova p.^a a |
 deSanto Antonio do Urubu perante o R.^{do} D.^{or} Viz.^{or} |
 Ant.^o da Costa Batista em acto de vizita lhe Sayram ao |
 empedimento no Seg.^{do} grau deSanguinidade per a |
 de q foy Sua Ex.^a Rm.^{do} D. q Sera mandar nova despen |
 ssa q em meo poder fica em prezenssa de mim |
 o Vigr.^o Joam Gomes deSouza Sendo prezen |
 tes p test.^{as} Joze Pr.^a eAnt.^o Filgueira Bezerra |
 pessoas Conhecidas **Revalidaram o matrimonio** em |
 face de Igreja Solenemt.^e p palavras Joze de |
 Barros filho de M.^{el} de Barros Roiz' edeSua mu |
 lher Petronilla Nunes da Rocha Com M.^a Mrr'da |

Costa filha de Joze Nnz' da Rocha edeSua mulher |
 Mariana da Costa ja defunta naturais e moradores |
 nesta Freg.^a ambos os contraentes elogo lhes dei as bensso |
 es Conforme aos Ritos, e cerimonia da Santa Madre |
 Igreja doq tudo fis este aSento no mesmo dia |
 q p verd.^e meaSigney.

O Vigr.^o Joam Gomes deSouza

No segundo caso, o casamento entre José de Barros e Maria Margarida da Rocha foi anulado pela sentença do impedimento no segundo grau de consanguinidade. Para revalidar o casamento, os contraentes recorreram à dispensa matrimonial. Para cada tipo de impedimento era necessário um pedido de licença e, para o casamento entre parentes, deveria ser muito bem detalhado o grau de parentesco entre os nubentes para à obtenção da dispensa.

Nos assentos de casamentos do século XVIII, na parte referente às denúncias e às dispensas, foram mencionadas nove dispensas de impedimentos dirimentes de consanguinidade, sendo três de segundo grau, quatro de terceiro grau, uma de quarto grau e uma que informa apenas ser impedimento dirimente de consanguinidade. No livro da Freguesia de São José da Carinhonha (século XIX), as dispensas dos impedimentos concentraram nos impedimentos de consanguinidade, sendo quatro sem identificar o grau, onze em segundo grau e quatro em terceiro grau. Para os impedimentos por afinidade, foram sete em primeiro grau, seis em segundo grau e um em terceiro grau.

Quando havia a dispensa de algum impedimento pela autoridade eclesiástica (as fontes estudadas se referiam ao Arcebispo, Vigário Geral ou Juiz de Casamentos), normalmente eram utilizadas as seguintes formas textuais e suas variações: “foram dispensados dos impedimentos”, “tiveram dispensa do referido ...”, sendo os impedimentos dispensados mais recorrentes, encontrados nas fontes da pesquisa, o grau de consanguinidade e o grau de afinidade.

E quando o Matrimonio **se fizer por dispensação se fará também menção da sentença della no assento**. E quando outro Sacerdote de licença do Parocho, ou nossa assistir ao Matrimonio, o Parocho fará o assento, e termo no livro, declarando nelle a licença, com que o tal Sacerdote assistio; e neste caso, além do Parocho, e testemunhas que assistirem, assignará também o Sacerdote que fez o recebimento. E na mão do Parocho ficarão as certidões, sentenças e despachos que houver (*Constituições...*, 1719, p. 131, grifo nosso).

As orientações das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719) são seguidas pelos *scriptores* ao escreverem os registros, como podemos observar em alguns exemplos retirados do manuscrito do século XVIII, apresentados nos dados de (50) a (70):

(50) “[...] sendo Sr.^a **dedespensação no impe | di m.^{to}** que lhe [†] Como Consta da Certidão ede huã | Sr.^a dedespensação do [†] Ilm.^o Snr Arcebispo Dom Luis | Luis Alz’ de figueyredo que me apresentação em pre- | zença de mim Joachim DeSouza Vigr.^o de S^{to}. An^{to} doUrubu [...]” (1729, f. 13 r.).

(51) “[...] **Sendo dispen | sados as denunciaçõins** pelo Ilm.^o Snr Arcebispo D. Luis | Alvres de Figr.^{do}, e feitas as [†] as denunciaçõins na forma | do Sagr. Conc. Trid. nesta Matris, [...]” (1731, f. 17 r.).

(52) “[...] nesta ficando de solteyro, digo de menor | idade pelo R.^{do} D.^{or} Vigr.^o geral de Sergipe de ElRey **Como Consta da | sentença q em meo poder fica**, [...]” (1732, f. 22 v.).

(53) “[...] onde são os ditos | naturais, emoradores **tendo Sentença de diposição no impedi | mento** q logo depois lhe sahio Como Consta da Sentença do Ilm^o | Snr’ Arcebispo D. Luis Alvres de Figr.^o, q me apresentaraõ, q | fica em meo poder, [...]” (1732, f. 24 v.).

(54) “[...] **Sendo dispensados no [†]** perante o R.^{do} | o R.^{do} D.^{or} Vigr. G.^l [†] de Sentença [†] [†] q fica em meo | poder em prezença de mim oVigr.^o Collado João Gomes de | Souza [...]” (1733, f. 30 v.).

(55) “[...] **tendo Sentença de menor idade** do Ju | iz dos cazamentos deste Arcebispado aqual Sentença | eCertidão debanhos ficaõ em meo poder, [...]” (1734, f. 31 v.).

(56) “[...] **Sendo dispensados no impedimento dirimente de | Consanguinidade** pello Ilm.^o e Rm.^o Snr Arcebis | po, Como Consta da Sentença de dispensa q fi | ca em meo poder, [...]” (1735, f. 39 r.).

(57) “[...] e **justificou de menor idade** perante o M. | R.^{do} D.^{or} vigr.^o g.^{al} deSergipe del Rey, Como Consta | daSentença q fica em meo poder, [...]” (1736, f. 41 v.).

(58) “[...] **sendo despensado | no impedimento dirimente de Sanguinidade** pello e | xm.^o Rer.^o Snr’ Arcebispo Como Consta da Snn.^{ca} que | em meo poder fica” (1744, f. 52 r.).

(59) “[...] **Sendo despensados no impedi | mento de Sanguinidade** por Sua Exm.^o Rm.^o que Deus | goarde Como Consta da Sentença de despensa que em | meo poder fica, [...]” (1744, f. 52 v.).

(60) “[...] **lhe Sayram ao | empedimento no Seg.^{do} grau deSanguinidade** per a | de q foy Sua Ex.^a Rm.^{do} D. q Sera mandar nova despen | ssa q em meo poder fica em prezenssa de mim | [...]” (1745, f. 58 v.).

(61) “[...] e **justificou Ser Solteiro** [†] e deu fiança ao banhos | cuja Sentença do M.^{to} R.^{do} D.^{or} Vigr.^o Geral de Sergipe dEl Rey fica | em emo poder, [...]” (1747, f. 65 v.).

(62) “[...] **eforaõ dispensados | no segundo grão deconsanguinidade** pelo Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r D. Jozê Botelho | de Matos Arcebispo Metropolitano da Bahya, Cua Sentença de dis | pença fica em meo puder, deque tudo fis este aSento emq meaSigney” (1747, f. 68 r.).

(63) “[...] e **foraõ dispensados no terceyro grão deconsanguinidade** pelo Ex.^{mo} | e R.^{mo} S.^r Dom Jozê Botelho de Matos, Arcebispo Metropolitano | da Bahya, deque tudo fis este aSento no mesmo dia, que por verdade | aSigney” (1748, f. 69 v.).

(64) “[...] e **foraõ dispensados no segundo grão de | consanguinidade** pelo Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r D. Jozê Botelho de Matos Arcebispo Me | tropolitano da Bahya, deque tudo fis este aSento que por verdade meaSigney” (1748, f. 70 r.).

(65) “[...] **tendo justificado o contraente Ser Solteyro**, edesempedido deseo natural | e dado fiança aos banhos Cuyo Mandado e Sentença fica em meo poder, [...]” (1748, f. 71 r.).

(66) “[...] **tendo sentença de dispensação no Segundo grão | de consanguinidade** pelo Ex.^{mo} R.^{mo} Senhor Arcebispo, Como Consta da Sen | tença que fica em meo poder, [...]” (1748, f. 71 r.).

(67) “[...] **e foraõ dispensados nos terceiros grãos de consanguinidade** pela | Sua Ex.^{ca} R.^{mo}, cuja Sentença de dispensação fica em meo poder, [...]” (1749, f. 72 r.).

(68) “[...] **eforaõ despensados no terceiro grao de consan | guinidade** por Sua Ex.^{ca} R.^{ma} e Logo lhe dey as benções” (1749, f. 74 r.).

(69) “[...] **eSendo dis | pensados no terceiro grão deconsanguinidade**, emq Seachaõ Ligados | pelo Ex.^{mo} eR.^{mo} S.^r Arcebispo, cuja sentença fica em meo poder, [...]” (1751, f. 78 r.).

(70) “[...] **eSendo dispensados** pelo Ex.^{mo} eR.^{mo} | S.^r Arcebispo **no quarto grão de Consanguinidade** emq Seachaõ | Ligados, cuja Sentença fica em meo poder, [...]” (1751, f. 78 r.).

Nos assentos são informados alguns fatos, como a dispensa de algum impedimento pela autoridade eclesiástica ou sobre a condição social dos contraentes, utilizando modelos discursivos disponíveis nas *Constituições* (1719), que, ao longo do tempo, foram transportadas, repetidas e também substituídas ou inovadas. Uma dessas fórmulas repetidas ao longo dos manuscritos é “cuja sentença fica em meo poder”. Durante o período em que correm os banhos para a realização do matrimônio, todos os documentos são anexados ao processo. Através da leitura dos assentos de casamentos, podemos identificar as dispensas pré-nupciais obtidas pelos contraentes. No primeiro livro da Freguesia de São José da Carinhonha (século XIX), constava a natureza das dispensas, como ilustram as amostras a seguir nos excertos de (71) a (97):

(71) “[...] Sendo dispensados os banhos, o tempo feriado, **eoimpedimen- |to occulto deaffinidade no primeiro grau** pello R.^{mo} Vizi- | tador da Repartição da Manga Francisco Jozé Correa por | mandado Seo” (1804, f. 2 r.).

(72) “[...] de | licença do R.^{mo} Vizitador da Repartição da Manga Fran | cisco Jozé Correa, por quem **foraõ dispensados dos impedi | mentos do segundo grau de afinidade** [†] [†]” (1804, f. 2 v.).

(73) “[...] sendo | primeiro por elle **dispensados do impedimento doprimero | grau de afinidade de linha transversal**, epor mim denuncia- | dos de more, [...]” (1806, f. 9 r.).

(74) “[...] corridos os banhos sem impedimento, e **precedendo a Dispen- | sa do unico do 2=º grau de afinidade** [†] | pelo Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Fr. An- | tonio de São Jozé Basto, Bispo Diocesano [...]” (1818, f. 24 r.).

(75) “[...] a depois de corridos os banhos | enaõ rezultar em ped im^{to} algum, **dispensados | nograõ de afinidade em que estão ligados** | pelo Jll.^{mo} S^{nr} Viz.^{or}” (1821, f. 31 v.).

(76) “[...] **tendo justificaã ser soltei | ro** perante o Reverendo Vigario Geral Foraneo desta | comarca [...]” (1822, f. 34 r.).

(77) “[...] proclamados de more, **edispensados | dos impedimentos q’ haviaó**, [...]” (1822, f. 48 v.).

(78) “[...] proclamados | demore Sem algum impedimento, **à excepção dos dispensados** | em minha presença” (1828, f. 55 v.).

(79) “[...] procla- | mados de More sem algum impedimento **à excepção dos dispensados** [...]” (1829, f. 58 r.).

(80) “[...] Sem algum impedimento | **à excepção do parentesco deconsanguinid.^e emq’** [†] , de | que foraó dispensados [...]” (1830, f. 60 v.).

(81) “[...] depois das canoni- | cas a d’ moesta çõis, sem rezulta de empedimen | to, **os que havia foraõ dispensados** pello [†] | Provizor desta comarca, [...]” (1834, f. 71 v.).

(82) “[...] dispensados pelo Reverendissimo Provizor | desta Comarca aos cinco de Abril do corrente anno do **impedimen | to de segundo gráo com attingencia ao primeiro de afinida illici | ta**, [...]” (1844, f. 95 r.).

(83) “Declaro a tempo, que estes nubentes foraó dispensados pelo R.^{mo} Pro | vizor desta Comarca aos cinco de Abril deste anno **do empedm.^{to} | de 1º gráo de afinidade illiceta transversal** Era ut Supra” (1844, f. 97 r.).

(84) “[...] **dispensados do terceiro graó de sanguinidade | em linha transversal** pelo Reverendo Vigário geral do Orador, Sabino Pereira | de Azevedo, [...]” (1844, f. 99 r.).

(85) “[...] corridos os banhos sem impedi- | mento a bem do **terceiro graó de Sanguinidade** dis | dispensados pelo Reverendo Visitador Manoel | Roberto Sobreira [...]” (1846, f. 108 r.).

(86) “Declaro a tempo | que estes Nubentes | foraó dispensados | pelo R.^{mo} [†] Vizi | tador do **2.º graó de | sanguinidade lat – edo | 2.º por afinid.º ilícita** | taõ bem lat. | Vig.º Ferreira” (1846, f. 108 r.).

(87) “[...] corridos osbanhos sem impedimento | alem do **segundo graó deafinidade com atingencia |ao primeiro** dispensados pelo Reveren dissimo Vizita | dor desta Comarca Manoel Roberto Sobreira, [...]” (1847, f. 113 v.).

(88) “[...] tendo |sidos primeiro dispensados, **do primeiro graó de a |finidade ilícita em linha lateral** que entre elles | havia, [...]” (1847, f. 116 v.).

(89) “[...] Corridos os banhos | sem impedimentos, alem do **segundo graó la | teral de afinidade ilícita** dispensados pelo Re | verendissimo Visitador desta Comarca Manoel | Roberto Sobreira, [...]” (1847, f. 116 v.).

(90) “[...] corridos os banhos sem | impedimento alem do **primeiro graó de afini- | dade, em linha lateral por copula ilícita, e do ter |ceiro, de consanguinidade** em que se achavaõ li- | gados dispensados, pelo Reverendissimo Visitador | desta Comarca, Manoel Roberto Sobreira, [...]” (1847, f. 118 r.).

(91) “[...] corridos osbanhos sem impedimen- | tos, alem **do segundo graó de consanguinida | de em linha lateral** em que se achavaõ liga | dos, dispensados pelo Reverendissimo Vizi | tador desta Comarca Manoel Roberto Sobre- | ra [...]” (1847, f. 119 r.).

(92) “[...] tendo precedido Dispensa do im- | pedim.^{to} **de seg.^{do} graó igual de consanguinidade,** | em q’. estavaõ ligados, [...]” (1848, f. 122 v.).

(93) “[...] tendo precedido Dispensa **d’ afinidade | ilícita em 1.º graó de linha lateral igual**, [...]” (1848, f. 122 v.).

(94) “[...] **sem q’ apparecesse impedi- | mento algum**, e dispensados p.^{lo} Rm.^o S.^r Vizitador | c’o q os obstavan, [...]” (1851, f. 134 v.).

(95) “[...] sendo elles dispensados aos banhos, certificado de | pois de [†] indagações **q’ entre elles não ex | iste, empedimento algum, nem civil, ou ca- | nonico** servatis servandis, [...]” (1805, f. 136 v.).

(96) “[...] dispensados **do im | pedimento q’os [†] | consevão [†]** em tal, [...]” (1854, f. 141 r.).

(97) “[...] orfã com a devi- | da licença do Juiz, e dispensados ao **im- | pedimento q’ existia**, [...]” (1854, f. 142 r.).

No contexto de produção do gênero assentos de casamentos, em que os *scriptores* (párocos) têm uma função jurídico-religioso, ao mesmo tempo em que seguem as normas da tradição diplomática, os textos também expressam tradições culturais. De acordo com Simões e Costa (2009, p. 38), produzir um texto significa realizar uma ação e determinadas ações são típicas e recorrentes a determinados modelos textuais para facilitar a produção textual. É nessa produção textual que estão representadas as tradições culturais de um povo, entre elas, as tradições discursivas (Koch, 1997).

Tal como acontece com os registros do século XVIII, as fórmulas variam dependendo do tipo de impedimento e da dispensa pela autoridade eclesiástica. Apesar do gênero documental ser fixo e rígido, “a historicidade se faz presente na forma de tradições discursivas historicamente transmitidas” (Schlieben-Lange, 1993, p. 19), que podem contribuir para o conhecimento da história da língua.

5.7 “Por palavras de presente e mutuo consentimento”

Os assentos de casamentos (séculos XVIII e XIX) traziam uma relação com o texto das *Constituições* (1719) por meio da repetição constante de expressões, como as fórmulas “por palavras de presente” e “mutuo consentimento”, que se refere ao momento em que os noivos se recebem por marido e mulher, como “no Ritual se ordena”:

A mulher

Eu N. recebo a vós N. por meu marido, como manda a Santa Madre Igreja de Roma.

O Homem

Eu N. recebo a vós N. por minha mulher, como manda a Santa Madre Igreja de Roma. (*Constituições...*, 1719, p. 120).

Segundo as *Constituições* (1719, p. 120), por estas palavras se exprime o “mutuo consentimento” e fica verdadeiramente estabelecido que o matrimônio era legítimo e verdadeiro. O consentimento mútuo é o ato da vontade pelo qual o homem e a mulher se aceitam (ou se recebem) em aliança para constituir canonicamente o casamento. A expressão “mutuo consentimento”, seria o que Kabatek (2006) esclarece sobre a evocação. Para o autor, a evocação transcende os limites discursivos, remetendo a uma situação concreta, a exemplo da cerimônia de casamento, em que a forma textual é remetida após a mesma sequência de “palavras de presente”.

Para demonstrar que os contraentes estavam presentes na igreja e que o juramento, segundo o “ritual se ordena”, aconteceu de fato, entre eles e diante das testemunhas, o *scriptor* utiliza a expressão “de presente”. Esta fórmula demonstra a veracidade do que foi escrito no termo e, em seguida, é informado o nome dos nubentes. Como ilustram alguns exemplos a seguir dispostos em (98) a (103):

(98) “[...] Se Receberão **por | palavras de presente** Jozê Fellis filho de Antonia preta forra | Com Thereza de Jezus viúva [...]” (1747, f. 64 v.).

(99) “[...] Se Cazaraõ em face de Igreja Solemne| mente **por palavras de presente** Joaõ Correa Paes filho Legitimo de | Andre Correa Paes, edeSua molher Barbara deOliveyra, Com Antonia | Maria forra filha de Damianna escrava de Antonio Pachecco, [...]” (1747, f. 67 v.).

(100) “[...] SeCazaraõ em face de Igreja Solemnemente **por palavras** | Florentino da Rocha, filho Legitimo de Maximiniano de Araujo, e | de sua molher, natural da Villa das Alagoas, Com Quiteria Luciana | forra filha de Germana escrava do Sargento Mor Manoel Dias da Cos | ta [...]” (1751, f. 76 v.).

(101) “[...] Sereceberão Solemnemente em matrimonio | **por palavras de presente** Januario Cardozo, viuvo, que | ficou de Albina Moreira, e Gertrudes Ferreira da - | Silva, viuva de Francisco d’Abreu;” (1805, f. 3 v.).

(102) “[...] **por palavras de presente** emutuo com- | sentimento, pelas dez horas do dia se recebeo em Ma- | trimonio Joaô Alvares Brandaô filho natural, e habili | tado do Capitaô Manoel Alvares Brandaô, e de Maria | Correa da Silva, ambos já falecidos, com Bonifacia Ma | ria do Sacramento filha legitima de Reinaldo Loppes | de Montalvaõ ede Anna Maria Gonçalves de Macedo | já falecida, [...]” (1817, f. 20 v.).

(103) “[...] depois | de corridos os banhos uni em matrimo | nio, segundo ordena o Ritual Romano, | a Lazaro Nunes Ferreira filho natural | de maria Nunes com Marcella de Souza | filha legitima de Vicencio Moreira, e sua | Mulher Quirina de Souza, [...]” (1850, f. 130 v.).

Nos recortes anteriores, a fórmula “por palavras de presente” aparece como uma forma do *scriptor* inserir os contraentes na cena do ato do casamento. Outro fator que merece destaque é que a fórmula sofre redução e até mesmo desaparece em determinados registros, como pode se observar em (100), em que apenas “por palavras” indica o momento do juramento e em (103) a expressão desaparece completamente. Ao longo dos manuscritos, foi observada a tendência de redução na extensão das fórmulas ou a omissão de algumas delas.

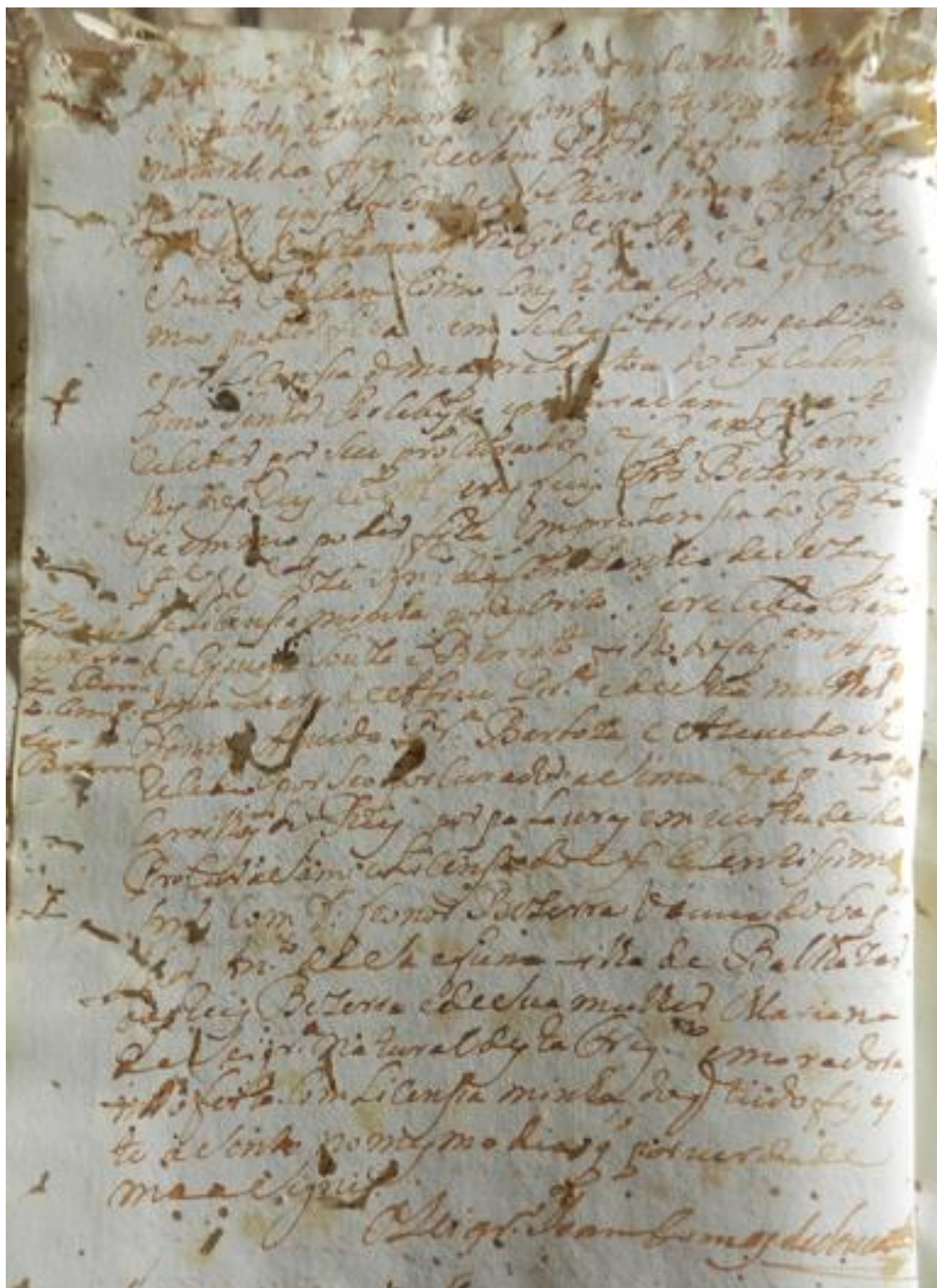
No livro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco (século XVIII), temos um exemplo em que o casamento ocorreu por procuração. Assim, o *scriptor* não utiliza a expressão “de presente”, pois o contraente não está na cena do ato do casamento. Vejamos, nas **Figuras 46 e 47**, o exemplo:

Figura 46 – Fólio 51 r.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1719-1753). Trecho editado.

Figura 47 – Fólio 51 v.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1719-1753). Trecho editado.

Transcrição (grifo nosso):

Aos vinte e hum dias do Mes de Agosto de |
Mil e Sete Sentos e quarenta e dois annos na Ig |
reja de Nossa Senhora da Conceição dos dos Pa |

dres da Companhia de Jezus bispado de pernam |
 buco ena Matris de Santo Antonio do Urubu |
 do Rio de bayxo feitas as denuncia Sois na |
 na forma do Sagr. Conc. Trid. onde he natural |
 emorador acontraente, eocontraente morador |
 natural da freg.^a deSam Pedro [†] [†] |
 [†] ejustificou de Solteiro perante o R.^{do} |
 D.^{or} Juis dos Cazamentos Na Cid.^e da B.^a o D.^{or} G.^{lo} de |
 Souza Falcam Como Consta da Snn^{ca} q em |
 meo poder fica, Sem Sedescobrir impedim.^{to} |
 epor Licenciassa q me apresentou do excelenti |
 simo senhor Arcebispo epor procurasam para Se |
 Celebra por Seo procurador oCap.^{am} P.^o Carri |
 lhos dos Reis, eo Alferes Luis Frz' Bezerra cu |
 ja em meo poder fica, emprezenssa do R.^{do} P.^e |
 M.^e Jozê Ign.^{co} daCompanhia de Jezus |
 ede Licenciassa minha por escrito Serecebeo Fran.^{co} |
 de Gouveya Souza e Barreto filho do Cap.^{am} Agos |
 tinha Soares deAbreu Pr.^a ede Sua mulher |
 Donna Agueda Pr.^a Barboza e Azevedo Se |
 Recebeo por Seo porcurador asima p Cap.^{am} Fr.^{co} |
 Carrilhos dos Reis **por palavras em virtude da** |
Procurasam eLicenciassa do excelentissimo |
 Snn.^o Com D. Leonor Bezerra viuva do Cap.^{am} |
 Mor An.^{to} deSâ eLuna filha de Balthazar |
 dos Reis Bezerra edeSua mulher Mariana |
 de Seigr.^a natural desta Freg.^a emoradora |
 [†] feito com Licença minha, do q tudo fis es |
 te aSento no mesmo dia, q por verdade meaSignei.

O Vigr.^o Joam Gomes deSouza

O exemplo visto anteriormente, indica que ambos os contraentes não estavam presentes fisicamente na igreja no momento do matrimônio, por isso, não poderia constar a fórmula “por palavras de presente”, já que, “quando falamos, nós o fazemos também segundo o *modus* de uma língua histórica [...] sempre com determinados objetivos” (Schlieben-Lange, 1993, p. 18). O assento escrito e assinado pelo sacerdote que celebrou a cerimônia, juntamente com as testemunhas, possui um caráter de verdade e, portanto, a fórmula utilizada deveria descrever o contexto real, como aconteceu.

No *corpus* em análise, encontramos a expressão “e mutuo consentimento” apenas no livro da Freguesia de São José da Carinhonha (século XIX).

[...] se procederá à celebração do Matrimonio, na face da Igreja: onde o Paroco perguntando a hum, e outro esposo, e percebendo o seu **mutuo consentimento**, ou diga: Eu vos junto em Matrimonio em nome do Padre, Filho, e Espirito Santo ou usará de outras palavras conforme o uso recebido em cada Provincia

(*Ordenações do Sagrado Concílio de Trento* (1545-1563), tomo II, sessão XXIV, p. 231-233, grifo nosso).

Nos assentos de casamentos do século XVIII, os *scriptores* omitiram a expressão “mutuo consentimento”, apresentando apenas a vontade dos contraentes pela expressão “por palavras de presente”. Apesar de ser um texto fixo e rígido, percebemos que uma certa liberdade criativa está presente nos textos, que, apesar de omitir certas características esperadas, não houve comprometimento na mensagem que deveria ser transmitida.

5.8 “Sereceberaó em Matrimonio”

É possível verificar nos assentos que a forma “se receberam” é um ato de fala marcado historicamente, sendo a referência mais importante do texto, porque esse enunciado representa a concretização do enlace matrimonial, como descreve o artigo 259 das *Constituições* (1719):

A matéria deste Sacramento é o domínio dos corpos, que mutuamente fazem os casados, quando se recebem, explicado por palavras, ou signaes, que declarem o consentimento mutuo, que de presente tem (*Constituições...*, 1719, p.107).

Kabatek (2004, p. 250), em seu artigo *Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística em la España medieval*, aponta a relação entre as tradições discursivas no campo dos textos jurídicos medievais, a exemplo dos atos de fala. Segundo o autor, as normas jurídicas são textos performativos através do qual o próprio ato de jurisdição é realizado. São textos feitos de um poder (uma pessoa, uma instituição) que tem o direito e a capacidade de praticar tais atos, e, ao mesmo tempo, são textos que contêm marcas performativas que relacionam poder com conteúdo normativo, marcas das quais resulta a obrigatoriedade do que se diz para a sociedade.

Relacionando aos assentos de casamento, a expressão “Sereceberaó em Matrimonio” remete às fórmulas do ato do casamento, presentes nos registros matrimoniais que determinam, dentro de um universo discursivo, um ato de fala representado pelos verbos performativos, correspondendo à execução de uma ação, ao fazer parte das estruturas internas (ato do casamento). Os verbos performativos apresentam, geralmente, as seguintes características: verbos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na voz ativa e representam a realização de uma ação. No contexto de uma cerimônia de casamento, por exemplo, ao proferir “aceito”, indica que os noivos estão casando e não relatando o casamento.

Para Kabatek (2022, p. 117), o universo do discurso é definido por suposições compartilhadas que tornam a comunicação possível. O autor recorre ao exemplo apontado por Urban (1939, p. 201) que exemplifica que o casamento é um sacramento que só faz sentido num universo de discurso onde os sacramentos são uma realidade, construído historicamente por uma cultura, cujo ato de fala é proferido por um padre ou juiz.

No ato do casamento, a repetição da fórmula “Se receberam” aparece na maioria dos registros. Os *scriptores* fazem uso dessa fórmula para elaborar o texto, preenchendo com as informações fornecidas pelo processo de habilitação do matrimônio. Esta característica é essencial para entender e interpretar o conteúdo dessa tipologia rígida e repetitiva. No entanto, este não é um impedimento para que as expressões formulaicas sejam alternadas, como podem ser observadas no **Quadro 29**:

Quadro 29 – Fórmulas para o ato do casamento encontrados nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	Se Cazaram em face de Igreja Solemnemente Se Receberão nesta Parochia de S. An.to dourubu Se Receberão em minha presença por espozos SeCazaraõ em face de Igreja Solemnemente acistio presente aos espozos Receberão por palavras deprezente Receberão por espozos acisti ao Matrimonio dos Contrahentes foi celebrado o matrimonio
Século XIX	Uni em matrimonio Assisti ao seu matrimonio Se recebeo em matrimonio Se Receberam em matrimonio Receberam se em matrimonio Sereceberaó Solemnem. ^{te} em matrimonio assistio ao recebimento em Matrimonio asistiraõ ao matrimonio celebraraõ em minha presença o sacram. ^{to} do matrimonio fui presente ao matrimonio acisti acelebração do seo matrimonio oqual matrimonio foi celebrado Asisti ao Matrimonio q’ solemnem. ^{te} celebraraõ Sereceberão por marido e mulher Receberão-se por marido e mulher “Sereceberaõ Solemnemente <i>in facie Ecclesiae</i> ...” “Se cazaraõ em face de Igreja Solemne mente por palavras...” se receberaõ p’ espozos “Se Receberaõ presentes as Testemunhas abaixo...”

Fonte: Elaboração própria.

A expressão “se receberam” se refere ao ato de fala, ocorrido em uma circunstância específica, durante o juramento feito na cerimônia do casamento, configurando uma TD, na medida em que, segundo Koch (1997), é transportada por grupos culturais em sentido mais amplo, privilegiando determinadas fórmulas linguísticas, que, por sua vez, podem influenciar as regras da língua. De acordo com Kabatek (2018, p. 207), as Tradições Discursivas que se caracterizam fundamentalmente pela repetição são encontradas no mundo jurídico-religioso, como as fórmulas de juramentos de casamento e batismos.

O ato de fala proferido pelos contraentes no ato do matrimônio era referenciado no texto escrito pelos párocos das freguesias. No *Pequeno Ritual Romano – Latino e Português* (1958), temos a instrução, prática comum no momento mais solene do enlace matrimonial, conforme o ritual:

Eu, N., vos **recebo**, N., por minha legítima esposa, pelo Sacramento do Matrimônio indissolúvel.
Eu, N., vos **recebo**, N., por meu legítimo esposo, pelo Sacramento do Matrimônio indissolúvel.
(*Pequeno Ritual Romano Latino e Português*, 1958, p. 142, grifo nosso).

Austin (1990, p. 64) chama a atenção para os obstáculos em relação ao uso do verbo performativo, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, por constituir um uso peculiar, de modo semelhante ao presente “histórico”, para descrever atos realizados em outro tempo e em outro lugar. Em “Eu, N., vos recebo, N”, o verbo performativo, ao ser proferido na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa, na circunstância apropriada, não descreve o ato, mas indica a realização propriamente dita da ação.

O ato do casamento terá veracidade quando proferido pelo celebrante que tenha a autoridade necessária, os contraentes atendam às exigências para o casamento e todo o procedimento é realizado de acordo com as convenções culturais, incluindo as fórmulas linguísticas utilizadas para o registro do ato. Assim, os assentos mostram que as fórmulas do contexto jurídico-religioso são utilizadas para dar validade ao registro paroquial, seguindo uma tradição diplomática e a tradição da espécie documental.

5.9 “E Logo lhes dey as bençoens com forme os Ritos e cerimoniais”

Quanto às benções nupciais, a fórmula apresentada pelas *Constituições* é a seguinte: “e logo lhe dei as benções conforme aos ritos, e ceremonias da Santa Madre Igreja” (1719, p. 130). A expressão é utilizada em primeira pessoa, no assento de casamento, quando a celebração era

realizada pelo próprio pároco que redigia o registro ou em terceira pessoa quando outro sacerdote, em outra igreja ou capela ou freguesia, administrava o sacramento. Conforme o costume, quando os contraentes casavam em outra freguesia, com a devida licença do seu pároco, o assento de casamento era registrado no livro paroquial da freguesia de origem.

As expressões utilizadas para referenciar as bênçãos estão resumidas no **Quadro 30**, a seguir:

Quadro 30 – Fórmulas para as bênçãos encontradas nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	e Recebeu as benções Nupciais, e logo lhe dey as benções enaõ lhes dey as benções pelas ter já recebido, eLogo lhes dei as benzóis conforme aos ritos eCerimonias da Santa Madre Igreja
Século XIX	(...), e logo lhes dei as benções do Ritual Romano (...), e logo deu-lhes as benções do Ritual romano (...), e receberão as benções do Ritual Romano. (...), e logo receberão as benções do costume. recebendo logo as benções do Ritual Romano. Deis as Benções Nupciais a os Nobentes (...), dei as Benções Nupciais aos meus Freguezes (...), elogo receberão benções Nuptiaaes, (...), elogo lhes dei as benções. Receberão as benções do Estilo

Fonte: Elaboração própria.

A repetição das fórmulas como “e logo receberão as bênçãos”, “e logo lhes dei as bençans”, “elogo lhe deo as bençoës”, demonstra uma estrutura cristalizada e previsível para se referir às bênçãos aos casados. O *scriptor* utiliza a expressão “e logo” para introduzir a passagem sobre as bênçãos nupciais, assumindo uma relação temporal e espacial dentro do ato do casamento.

Em contrapartida, alguns assentos não constavam a referência às bênçãos nupciais, o que leva a inferir que o casamento aconteceu no tempo proibido, quando os noivos podiam casar, mas não recebiam as bênçãos, e, também, quando se contraíam novas núpcias, por motivo de morte do cônjuge, não recebia as bênçãos por ter recebido no casamento anterior, ou em último caso, por descuido do *scriptor* que omitiu a informação no registro.

Em três assentos de casamentos do século XVIII, ficou explícito que os contraentes não receberam as bênçãos nupciais no ato do casamento pelo motivo de estar contraindo segundas núpcias. Veja-se conforme apresentado de (104) a (106):

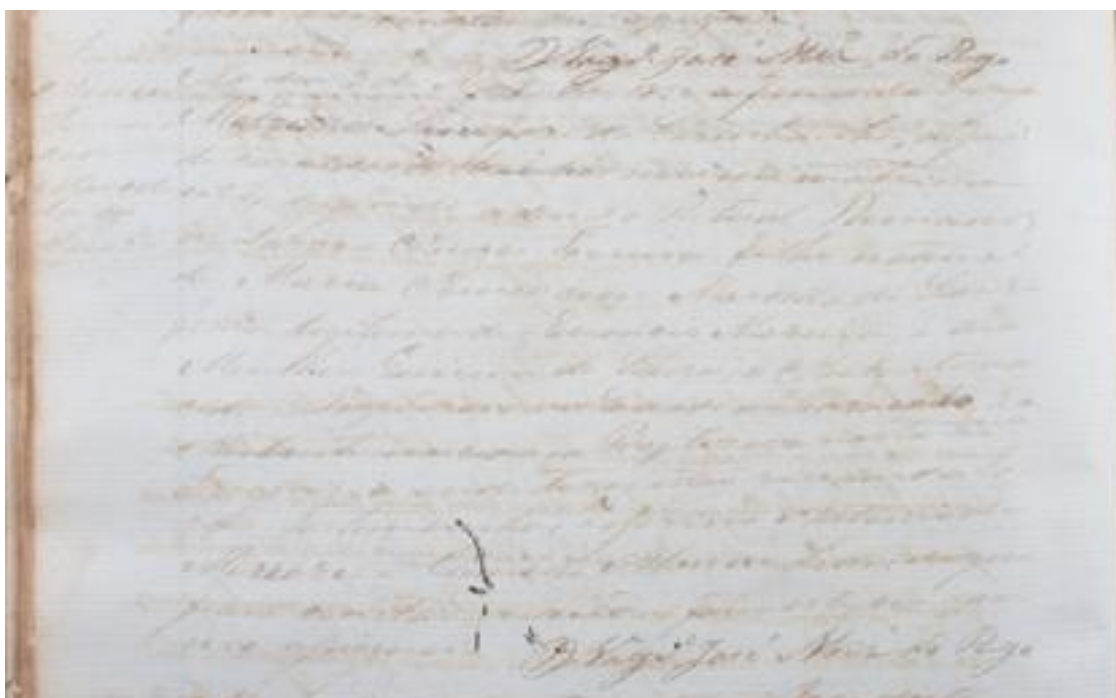
(104) “[...] enão lhes | dey as benções **pelas ter ja recebido**, deque fis este assento, emquepor verdade | meassigney, dia e *Eraut Supra*” (1747, f. 65 r.).

(105) “[...] enão lhe dei as benções **pelas ter ja recebido no primeyro | casamento**, de que tudo fis este assento no mesmo dia que por verdade assigney” (1747, f. 66 r.).

(106) “[...]e não | lhe dey as benções pelos contraentes as **ter ja tomado no primeiro matrimonio**, deque | fis este assento, q assigney” (1748, f. 71 r.).

Em relação aos registros do século XIX, não houve justificativa sobre os contraentes não terem recebido as benções nupciais. Por outro lado, foi comum encontrar registros que omitiram completamente a informação, como se observa no assento a seguir na **Figura 48**:

Figura 48 – Fólio 130 v. (século XIX)



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1804-1857). Trecho editado.

Transcrição:

Lazaro | Nunes | Ferreira | com | Marcel | la de | Souza

No dia 3 de Agosto de 1850 a face desta Igreja |
Matriz de Sam Joze da Carinhonha, depois |
de corridos os banhos uni em matrimo |
nio, segundo ordena o Ritual Romano, |
a Lazaro Nunes Ferreira filho natural |
de maria Nunes com Marcella de Souza |

filha legitima de Vicencio Moreira, e sua |
 Mulher Quirina de Souza, o Nubente nas |
 cido e Baptizado na Cidade de Paracatu, e a |
 Nubente nascida e Baptizada nesta m.^{ma} |
 Freguezia onde todos estão residindo. Fo |
 raõ Testemunhas Zeferino Antonio de |
 Menezes, e Camillo Alves de Lellis: de que |
 para constar mandei fazer este, em que |
 me assignei.
 O Vigr.º José Miz' do Rego

As fórmulas são repetidas nos assentos de casamentos e as encontramos geralmente na mesma ordem, mas podemos ver também que costumam ser omitidas. Em relação às bênçãos nupciais, os manuscritos das duas freguesias não são muito diferentes entre si. Isso se caracteriza pelo uso de expressões formulaicas decorrentes de uma tradição instituída desde as *Ordenações do Sagrado Concilio Tridentino* (1545-1563). Essa tradição documental se manifesta de acordo com “um formulário preestabelecido que raramente foge ao esquema convencionado” (Simões; Costa, 2009, p. 39).

No entanto, Simões e Costa (2009, p. 37) nos informam que esse gênero discursivo possui um caráter sócio-histórico por refletir aspectos da cultura de um povo e das circunstâncias políticas, ideológicas e econômicas de uma sociedade. Assim, os gêneros estão ligados às condições de sua produção e a tradição documental pode sofrer variações dependendo do “acervo de textos já ditos e já escritos, armazenados na memória da comunidade, na forma de modelos linguísticos tradicionais” (Longhin, 2014, p. 19).

5.10 “Precedidas as formalidades determinadas, a vista das testemunhas”

A presença das testemunhas é primordial para a realização do sacramento matrimonial, que, de acordo com “o Sagrado Concilio Tridentino não é valido o Matrimonio, senão for contrahido em presença do próprio parcho, ou outro Sacerdorte, dando-lhe o mesmo Parcho licença para isso, ou tendo-a nossa, e de duas testemunhas ao menos” (*Constituições...*, 1719, p.119). A presença das testemunhas atesta a veracidade e validade do ato do casamento.

A maioria dos assentos analisados apresentam duas testemunhas, e alguns poucos, três ou quatro. A presença das testemunhas femininas é rara no livro do século XVIII e no manuscrito do século XIX, elas são inexistentes. Os registros são finalizados com a assinatura do vigário que lavrou o assento, juntamente com as testemunhas, conforme a orientação, embora a maior parte dos assentos de casamentos das duas freguesias estudadas, consta apenas a assinatura do vigário, conforme orientação das *Constituições* (1719).

E assignará com as testemunhas nomeadas ao pé de cada termo o Parocho, ou Sacerdote que assistio ao Matrimonio, e os termos se farão no mesmo dia, em que os casamentos se celebrarem, e antes de sahir da Igreja em razão de assignarem logo as testemunhas, sob pena de duas patacas por cada termo que se não fizer (*Constituições...*, 1719, p. 131).

A ausência do recolhimento das assinaturas das testemunhas, em diversos registros, pode ter sido um ato descuidado do vigário, visto que algumas testemunhas assinam os assentos em registros posteriores ou também pelo fato do assento não ter sido lavrado no mesmo dia da celebração. Além disso, encontramos uma observação, no livro de assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo do Rio São Francisco, referente ao visto em visita (f. 12v.) em 3 de janeiro de 1729, do Comissário Visitador:

Visto em Vizita e Como me Consta q | Por omição do R.^{do} Vig.^{rio} João da Silva | Faltaõ alguns aSentos por lançar neste | Livro, como saõ odo Capp.^{am} João da Motta | e de Estevaõ Gomes o R.^{do} Vig.^{rio} Joachim de | Souza inquirã os Cazam.^{tos} q Se fizeraõ no | tempo q foi Vig.^{rio} o R.^{do} João da Silva | eos q naõ estiverem Lançados neste Livro | os lance Logo sobpenna deSelhedar em | Culpa eComo neste Livro afol 10.V. | está hum assento Principiado ao R.^{do} | Vig.^{rio} oaCabe visto o R.^{do} Vig.^{rio} João da Silva | onaõ ter feito. Matris deS. An^{to} doUrubú | 3 de Janr^o de 1729
Vig.^{do} Viz.^{or} (assinatura)

Diante disto, podemos inferir que os assentos lavrados posteriormente a data da realização do matrimônio poderiam dificultar o recolhimento das assinaturas das testemunhas. Entretanto, o caso dos registros lançados no mesmo dia e que não há assinatura nos leva a deduzir que as testemunhas presentes foram impedidas de assinar por algum motivo, entre eles, o de não saber o fazer.

As fórmulas utilizadas pelos *scriptores* para colocar as testemunhas na cena do enlace matrimonial foram as seguintes, conforme disposto no **Quadro 31**:

Quadro 31 – Fórmulas para as testemunhas encontradas nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	Sendo presentes por testemunhas Foram Testemunhas presentes presentes por testemunhas
Século XIX	Testemunhas presentes Foraõ testemunhas presentes sendo testemunhas presentes eco'migo presentes por testemunhas em minha prezença, edas testemunhas, perante as testemunhas (...), sendo a tudo presentes por testemunhas

	(...), sendo presentes por testemunhas (...), que assignei com as testemunhas Na presença das testemunhas e Com asistencia de mais duas testemunhas, a saber (...) (...), e das testemunhas a baixo nomeadas Com asistencia de duas testemunhas Testemunhas: tão bem assistirão duas testemunhas testemunhas abaixo mencionadas
--	---

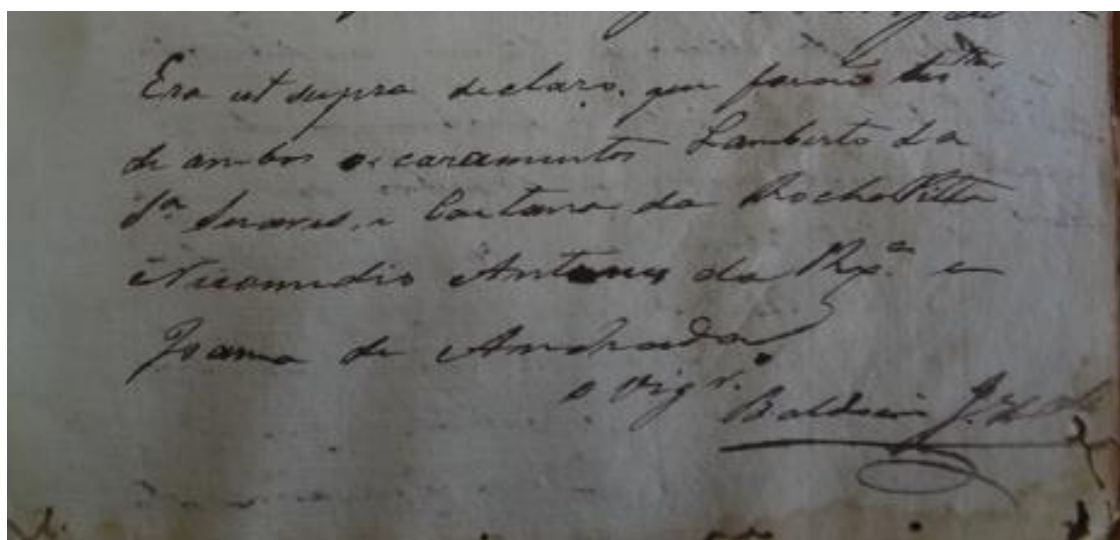
Fonte: Elaboração própria.

Para demonstrar que determinadas pessoas estavam presentes no ato do casamento, os *scriptores* utilizavam ou deveriam utilizar a expressão “testemunhas presentes”. A expressão demonstra que a presença das testemunhas é um fator importante para a validação do casamento e também do gênero jurídico-religioso. De acordo com Simões e Costa (2009, p. 45), os textos são constituídos de evocações e inovações, mas determinados gêneros são mais propensos à conservação do que à inovação. No caso particular dos textos jurídico-religiosos, o caráter conservador sempre será mais saliente.

As testemunhas não se tratam de qualquer pessoa que esteve presente ao ato do casamento, mas de alguém escolhido para atestar o ato. As fontes evidenciam que a maioria das testemunhas pertenciam a elite local, predominavam os homens brancos e que detinham as habilidades de ler e escrever.

Ao longo do manuscrito do século XIX, encontramos a omissão da referência às testemunhas em dois registros que, logo em seguida, o *scriptor* fez uma declaração incluindo-as, requisito necessário para a validação do documento. Vejamos, na **Figura 49**, os exemplos:

Figura 49 – Fólio 89 r.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1804-1857). Trecho editado.

Transcrição:

Era *ut supra* declaro que foraõ tes^{ttas} |
 de ambos os cazamentos Lamberto da |
 S.^a Suares, e Caetana da Rocha Pitta |
 e Nicomedes Antunes da Rx.^a e |
 Joanna de Andrada.
 O Vigr.^o Baldoino J.^c da S.^a

Uma parte fundamental do assento é indicar as testemunhas presentes no momento do ato do casamento. Dessa forma, a necessidade de dar fé ao documento, leva o *scriptor* a declarar o nome das testemunhas para dar veracidade a uma informação prestada. Nos dois assentos de casamentos que se referem à declaração do Vigário Baldoino José da Silva, não constam as assinaturas das testemunhas. De acordo com Bellotto (1999, p. 281), o testemunho escrito de um ato deve ser redigido em observância a fórmulas estabelecidas que se destinam a dar fé e força de prova ao documento.

O livro de casamentos nº 1 (1719-1753) da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco apresenta 233 registros de casamentos, dos quais 02 foram descartados pela impossibilidade de leitura. No que diz respeito às testemunhas, os assentos eram, em sua maioria, compostos por duas “pessoas conhecidas”. No entanto, especialmente os primeiros, eram compostos por quatro ou três testemunhas. Apenas um registro apresentou uma testemunha. As mulheres estiveram presentes como testemunhas em 19 assentos de casamentos, na maior parte ao lado do seu marido, e também figuraram presentes, em menor escala, escravos e forros. Os indígenas também apareceram nos documentos, embora, como testemunhas, não foram mencionados.

No livro de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha, século XIX, na maioria dos casamentos foram duas testemunhas declaradas e em poucos casos houve três testemunhas. Eram consideradas testemunhas dos casamentos, todas as pessoas que estivessem presentes, como é mencionado em alguns assentos, de acordo com dados apresentados em (107) e (108):

(107) “[...] presentes por tes te | munhas Guilherme Joze da Silva, e Damazo Pereira | Bezerra **etodos da Freguezia [...]**” (1818, f.24 r.).

(108) “[...] presentes por testemunhas Lou- | renço Correa Montálvão, e Jacob Moreira **etodos | Paroquiaños [...]**” (1818, f.24 v.).

Todos os presentes eram testemunhas, mas apenas duas pessoas assinavam o assento e tinham seus nomes declarados. Nos dois livros manuscritos analisados, alguns nomes apareceram repetidamente em registros variados e se destacaram das demais testemunhas pela informação da função ou profissão: alferes, capitão, doutor, tenente, tenente-coronel, juiz, sacristão e professor.

5.11 “E para Constar Lancei este assento em que me asiney”

No tocante ao encerramento dos assentos, os *scriptores* usavam uma referência para dar fé pública ao documento, cuja forma apresentada pelas *Constituições* é a seguinte: “do que tudo fiz este assento no mesmo dia, que por verdade assignei” (1719, p.130). O ato do registro e assinatura apresenta o ato de fala da autoridade eclesiástica que lavrou o termo, dando autenticidade ao documento e sua palavra tem força de verdade.

O corpus reúne as seguintes fórmulas, conforme apresentamos no **Quadro 32**:

Quadro 32 – Fórmulas para o ato do registro e assinatura encontrados nos séculos XVIII e XIX

Período	Fórmulas
Século XVIII	do q tudo fiz este termo em q meaSigney. doque tudo fiz este termo digo assento no mesmo dia que por ver.de Eq mandou fazer este termo que asignei em RS Francisco doq tudo fiz este assento que por verdade aSigney. de que fis este aCento que por verdade aSigney. do q tudo fis este aSento no mesmo dia, q por verdade meaSignei.
Século XIX	pelo que mandei fazer este assento que assigney Para constar fis este assento que assignei. Oq pr ^a constar exarci neste termo, que asinei. Deque para constar fis o termo q’ assigney Epara constar fasso este termo emq’ measigno Que co’ migo asignaraõ este termo dia, mez, eanno, ut supra’. De q’ p. ^a constar fiz este termo, = in fide Parochi = ao q. ^l assigno. de q’. para constar fiz este termo, q’ com as ditas test. ^{as} assigno. ep ^a Constar fis este acento q’ assignei com as testemunhas, era ut supra. e para constar lavrei este asento emq’ si assignará o R. ^{mo} Vigr. ^o ep. ^a constar Lancei este assento em que me asinei.

Fonte: Elaboração própria.

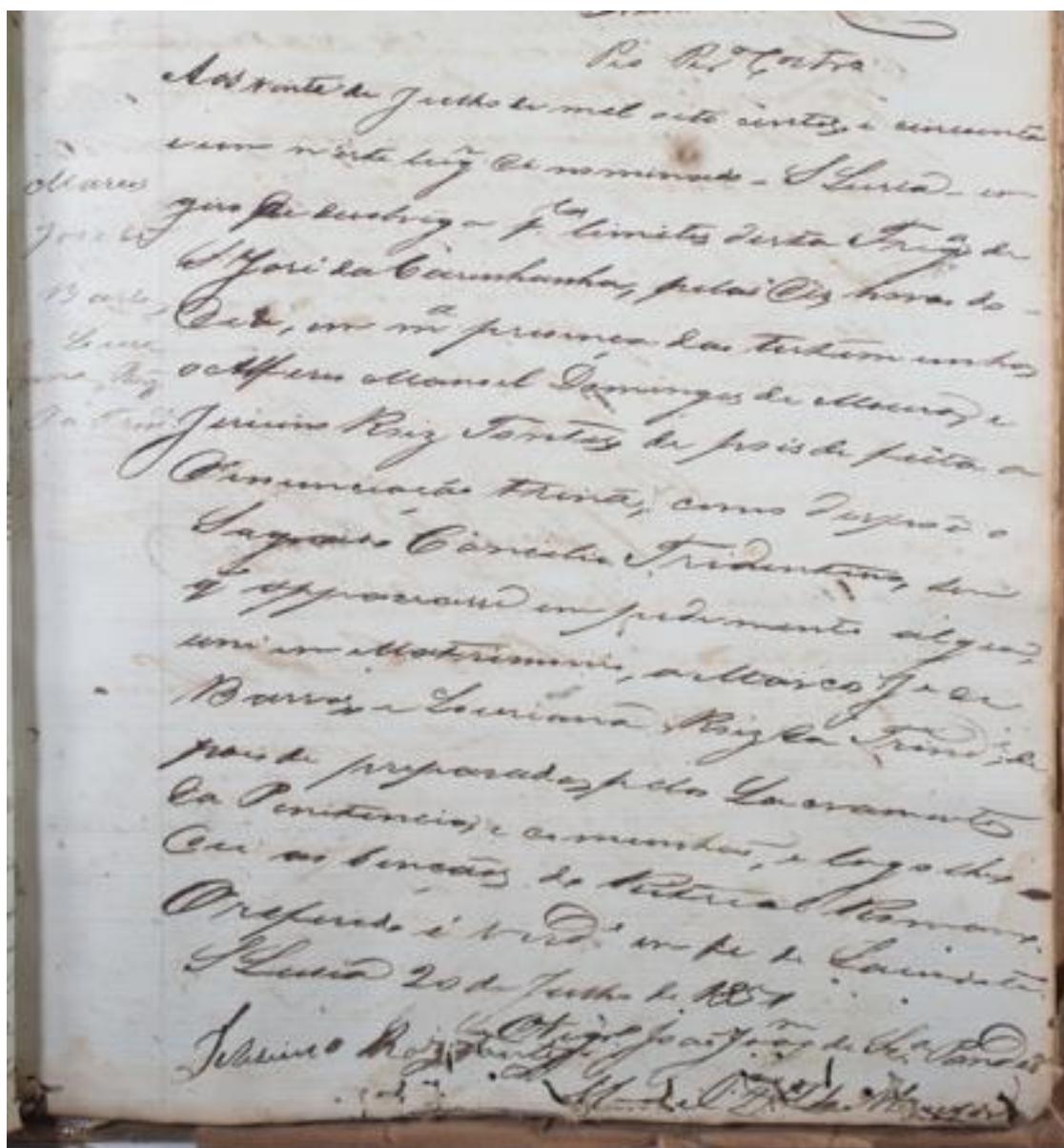
A expressão do ato do registro “do que tudo fiz este assento no mesmo dia,” (*Constituições...*, 1719, p.130) mostra a relação de poder ou de mandar lavrar o assento de casamento. No corpus do século XVIII, fica evidente em alguns registros que a letra de quem escreve não é mesma de quem assina, mas no corpo do texto não há informação a respeito. Nos

registros do século XIX, a informação que o assento foi feito por outra pessoa diferente da que assina o termo, a exemplo de “ep.^a constar mandei fazer este acento q’ assignei”, foi indicado em 180 registros. Como esse tipo de documento não é feito por uma pessoa leiga, a mão que redigiu os assentos foi de sacerdotes auxiliares, denominados de coadjutores.

Para finalizar os assentos, os *scriptores* identificavam a importância de fazer o registro documental, seguindo a fórmula tradicional das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), mesmo que, às vezes, de forma aproximada, de acordo com as circunstâncias do momento da escrita. Como pode ser observado em alguns exemplos no **Quadro 32**, que atestam a veracidade do documento através da expressão “que por verdade assignei” (*Constituições...*, 1719, p. 130).

No corpus do século XVIII, a referida expressão “que por verdade” se repete em 165 dos 231 assentos de casamentos, enquanto no corpus do século XIX, apenas duas ocorrências dessa expressão aparecem no livro manuscrito. Vejamos na **Figuras 50, 51 e 52**:

Figura 50 – Fólio 133 r.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1804-1857). Trecho editado.

Transcrição (grifo nosso):

Marcos | Jose de | Barros, | e Luci- | ana Roiz' | da Trind.º

Aos vinte de Julho de mil oito centos, e cincoenta |
e um n'este lug.^r denominado – S Luzia – em |
giro de desobriga p.^{los} limites desta Freg.^a de |
S Jozé da Carinhonha, pelas dez horas do - |
dia, em m.^a presença das testemunhas |
o Alferes Manoel Domingos de Moura, e |
Jesuino Roiz Fontes, de pois de feita a |
denunciação trina, como dispoê o |
Sagrado Concilio Tridentino, sem |
q' apparecesse impedimento algum, |
uni em Matrimonio, a Marcos J.º de |

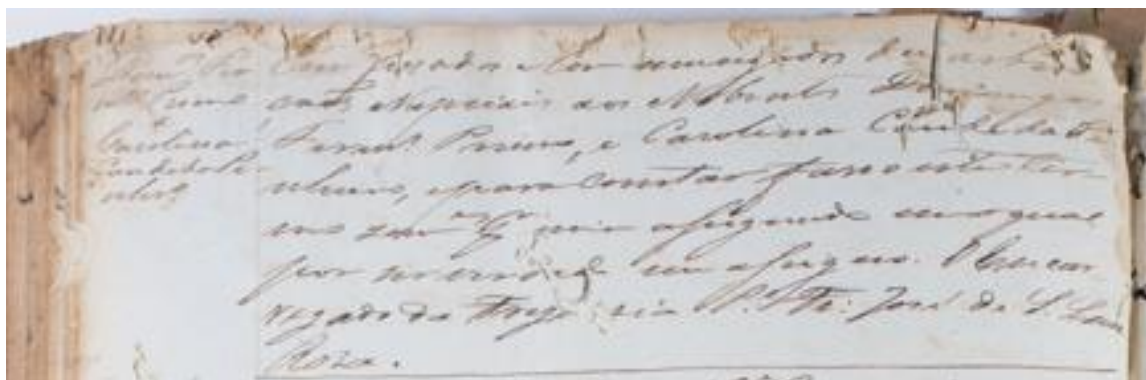
Barros, e Luciana Roiz da Trind.ª; de
 pois de preparados pelos Sacramentos |
 da Penitencia, e comunhão, e logo lhes |
 dei as benções do Ritual Romano. |
O referido é verd.ª in fe de [†] |
 S Luzia 20 de Julho de 1851
 O Vigr.º João Joaq^m de Sz.ª Pondé
 Jesuino Roiz Fontes
 Manoel D.ºs de Moura

Figura 51 - Fólio 145 r.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1804-1857). Trecho editado.

Figura 52 – Fólio 145 v.



Fonte: Livro de assentos de casamentos (1804-1857). Trecho editado.

Transcrição (grifo nosso):

Dom.ºs Fer | r.ºs Primo | e | Carolina | Candida Pi- | nhr.º

Aos 5 de Maio de 1856 perante as |
 testim.ªs Zeferino Antonio de Mene |
 zes e Lucrecio d Olivr.ª Neris depois de ex |
 aminados na Doutrina Christã confes |
 Confessados e comungados dei as ben |
 ções Nupciais aos Nobentes Domingos |
 Ferr.ª Primo, e Carolina Candida Pi |
 Nheiro, e para constar faz o este ter |
 mo [†] p^r mim assignado **em o qual** |
por verdade me assigno. O Encar |
 regado da Freguezia P.º Fr: José de S. Luis |
 Roza

Os mesmos *scriptores* omitem a expressão “por verdade” nos demais termos redigidos por eles. O Vigário João Joaquim de Sousa Pondé atuou na Freguesia de São José de Carinhanha, no período entre 1851 e 1854 e em seus 37 registros de casamentos, apenas 1 registro remete ao termo “por verdade”: “**O referido é verd.^e in fe [†]**”.

O Frei José de S. Luis Rosa, coadjutor da Matriz de Carinhanha, pelo período de 1855-1857, lavrou 28 assentos, finalizando com “de que para constar mandei fazer este em o qual me assigno. O Encarregado da Freguezia Fr: José de S. Luis Roza” e apenas 1 com “p^r mim assignado **em o qual por verdade me assigno**”. Como pode ser observado no corpus do século XIX, os *scriptores* adequaram o conteúdo, resultado do processo de mudanças dos elementos composicionais e das acomodações textuais no momento em que os textos foram elaborados.

Outra expressão contida no ato do registro é “para constar”. Essa fórmula foi encontrada apenas no livro da Freguesia de São José da Carinhanha do século XIX. Na referida fonte documental, a expressão está presente em 508 registros, introduzindo o fechamento do documento, seguido pela assinatura do *scriptor*. Simões e Costa (2009, p. 51) explicam que o conservadorismo desse gênero discursivo advém não somente de sua organização textual rígida, como também da fixidez de suas fórmulas típicas, dentro da intersecção dos discursos jurídico e religioso. Os autores observaram, em seus estudos realizados em freguesias do Rio de Janeiro, que as fórmulas utilizadas têm uma certa tendência de redução de extensão do século XVIII para o século XIX, especialmente com relação ao ato de registro e assinatura.

É possível observar que os assentos de casamentos finalizam com a fórmula “que assinei”, ocorrendo variações conforme mostra o **Quadro 32**. Logo em seguida, o termo é assinado pelo *scriptor* e pelas testemunhas, reforçando a veracidade do documento. A fórmula “que assinei” (e variações) possui uma característica de autenticidade do documento, sendo um recurso de extrema importância para certificar o registro.

Comparando os traços da tradicionalidade composicional em outros gêneros, encontramos em Longhin (2014) e Bastos (2016) a busca pela identificação dessa rede de tradições denominada por Kabatek (2018, p. 208) como “princípio da composicionalidade tradicional”. Longhin (2014), em seu estudo sobre a composicionalidade e estilo das receitas culinárias, reuniu evidências do quadro social, histórico e linguístico da produção dos textos analisados, evidenciando informações sobre o que se cozinhava, sobre os sabores privilegiados, sobre as práticas culinárias, os utensílios e o modo de servir.

Em um enfoque da análise multidimensional no mapeamento dos esquemas de junção como eixo de caracterização das Tradições Discursivas, Loghin (2014) revelou o “como” e o “quanto” da composicionalidade da receita culinária, destacando que certas construções

contribuem para a marcação de pessoalidade, a exemplo das construções finais e causais. O estudo demonstrou que a verticalização da lista e a hierarquização dos ingredientes, traços característicos do gênero atual é uma constituição mais tardia, diferenças bem visíveis ao comparar com as receitas culinárias antigas.

De um modo geral, observamos que a análise das receitas culinárias, executada por Longhin (2014), mostrou que os textos mantêm as características do gênero narrativo, a finalidade de instruir como preparar os alimentos, ao mesmo tempo que mostrou a inovação em sua forma de apresentação, oscilando entre mudanças e permanências ao longo do tempo.

Bastos (2016), ao investigar anúncios publicados nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Diário Novo* do século XIX, identificou os elementos linguísticos formais de composição e estruturação da tradição discursiva anúncio de fuga de escravos, analisando os aspectos relativos à composicionalidade na dimensão estrutural, tais como: diagramação, organização retórica e estrutura, e na composicionalidade na dimensão linguístico-discursiva, como os arranjos linguísticos e as combinações sintagmáticas que estão a serviço dos modos de dizer, levando em consideração o contexto de época e as posições ideológicas assumidas nos anúncios. De um modo geral, observamos que a análise dessas dimensões empreendidas por Bastos (2016) identificou quais os itens dos anúncios de fuga de escravos estão mais sujeitos às mudanças e quais estão mais propensos à estabilidade.

Como podemos observar, as tradições discursivas receitas culinárias, anúncio de fuga de escravos e assentos de casamentos se transformaram com o tempo e até mudaram completamente, como o anúncio de fuga de escravos que, por conta da realidade ideológica, esse tipo de texto não fazer parte do contexto sócio-histórico em que vivemos. Já as receitas atuais passaram por uma variação, especialmente na criatividade da inovação de novos pratos culinários, e por último, os registros paroquiais, fortemente marcados por expressões formulaicas e com tendência ao conservadorismo, reúnem sob a forma de combinação de elementos linguísticos que ao longo do tempo também se conservam e inovam de acordo com as necessidades do tempo.

Apresentamos, nesta seção, um conjunto de informações com a intenção de revelar as características composicionais, as tarefas comunicativas e o caráter sócio-histórico do gênero assentos de casamentos. O percurso adotado, para isso, foi a sistematização dos dados através da transcrição dos manuscritos, destacando-se a importância do labor filológico e da leitura paleográfica na realização de estudos linguísticos de documentos históricos. Os *scriptores* tomavam como base instrucional, as disposições das *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563) e das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), cujas

repetições e evocações são refletidas nos registros entre os dois séculos analisados, revelando indícios sobre a historicidade da língua e do texto, entendendo esses textos como produtos das práticas sociais de uma época.

6 TRADICIONALIDADE NO DIÁLOGO INTERTEXTUAL

Nesta seção, examinamos as estratégias da intertextualidade e da interdiscursividade (Koch, 1997) relacionadas aos processos de prática de escrita dos assentos de casamentos. Os textos são inerentemente intertextuais, o que implica que o modo de dizer é determinado por textos anteriores, no caso dos registros paroquiais, estes são orientados pelas *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563), pelo *Rituale Romanum* (1614) e pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707). Ainda nesta seção, comparamos os assentos de casamentos em diferentes idiomas para observar os traços de intertextualidade e interdiscursividade transportados pelas marcas de tradição que constituem o gênero.

A intertextualidade se manifesta nos assentos de casamentos com a citação (in)direta dos textos modeladores e também por elementos linguísticos e ideológicos desses textos. Para Koch (1997), a intertextualidade se refere ao fato de que um discurso individual pertence a uma ou mais tradições discursivas, como a um determinado gênero ou estilo, podendo ser aplicada a todos os discursos, de natureza literária ou não. A interdiscursividade, por sua vez, é conduzida por regras, por um discurso específico.

Consoante ao que dispõem Simões e Costa (2009, p. 39), entende-se que a intertextualidade é um recurso bastante usual e refere-se à retomada dos conteúdos temático-narrativos presentes nos textos, enquanto a interdiscursividade refere-se à retomada da estrutura fundamental de determinados tipos de textos, ou seja, um discurso, um tipo de enunciado específico. Os assentos de casamentos foram criados a partir dos textos reguladores e devem ser analisados tendo em vista tais documentos que foram repetidos e evocados ao longo dos séculos.

Além das partes que compõem os assentos, a sua macroestrutura, considerando o modelo das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), frequentemente encontramos nos registros “as relações que se estabelecem com os textos reguladores são citadas de forma explícita nos assentos de casamentos, desempenhando um papel importante na organização textual e linguística do texto” (Assis; Silva; Pacheco, 2023, p. 69). Os *scriptores* resumem os dados recolhidos durante o processo de habilitação do matrimônio para, no ato do casamento, assentá-los no livro paroquial, “às vistas das testemunhas”. Da mesma forma, eles citavam explicitamente os preceitos do *Concílio de Trento* (1543-1565) e das *Constituições* (1707) e também o *Rituale Romanum* (1614), conforme apresentamos, no **Quadro 33** por nós criado, em estudo recente:

Quadro 33 – Fórmulas para os textos reguladores encontradas nos séculos XVIII e XIX

Período	Textos reguladores
Século XVIII	“[...] feitas as diligencias necessarias na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituições do Arcebp.do [...]” “[...] feytas as denunciacoins na forma do Sagrado Concilio Trid. [...]” “[...] feytas as denunciaçõins na forma do Sagr. Conc. Trid. e Const. Do Arcebispado [...]” “[...] feitas as denúncias na forma do Sagrado Concilio Tridentino, e Constituições do Arcebispado [...]” “[...] na forma dos Ritos, eCerimônias da Santa Madre Igreja de Roma [...]” “[...] Conforme aos ritos, eSerimonias da Santa Madre Igreja [...]”
Século XIX	“[...] corridos os Banhos, esem impedimento juxt. conc. Trid. Se Receberam em matrimonio [...]” “[...] conferindo lhes bensaons comoDispõe o Sagr. Conc. Trident. Foraõ testemunhas [...]” “[...] tudo juxt. conc. Trid., ep.^a constar mandei fazer este acento que asignei. “[...] dei as bençaõs Nupciaes do Ritual Romano, e tudo juxta Sanct. Trident. Concil. et Const. sendo presentes por testemunhas [...]” “[...] Conforme aConstituição do Bispado Sereceberaõ Solemnemente in facie Ecclesiae [...]” “[...] elogio lhes as bençaõs Nupciais juxta Rituale Rom. et Constit. Sendo presentes por Testemunhas “[...] elogio lhes dei as bençaons do Ritual Romano, sendo presentes por testemunhas

Fonte: Assis, Silva e Pacheco (2023, p. 69).

Portanto, o determinado grau de intertextualidade e interdiscursividade que permeia os exemplos do **Quadro 33**, através dos modelos textuais, “integram a memória cultural de uma comunidade, refletindo no texto uma intenção de dizer” (Longhin, 2014, p. 9), incluindo as manifestações da história da língua e dos textos. O processo criativo dos textos ocorre em ambientes culturais específicos, e, segundo Berwanger e Leal (2008, p. 89), “o estudioso da leitura paleográfica deve conhecer, antes de tudo, não só a língua em que o documento foi escrito como também a língua na época da inscrição”. Os gêneros têm sua própria forma textual e discursiva, e, para entender o caminho da criação do gênero, é necessário abarcar uma rede de saberes que requer um enfoque multidisciplinar, a exemplo da Filologia, Diplomática, Ecdótica, Paleografia e Linguística.

Uma vez que os *scriptores* tenham preparado todos os dados necessários para a lavratura dos assentos no livro paroquial, o próximo passo para a composição do gênero documental é a repetição através da qual um texto estabelece relação com outros textos e a evocação, que se refere ao conteúdo dos textos (Simões; Costa, 2009, p. 39). Esses traços fundamentais que caracterizam as tradições discursivas foram chamados por Oesterreicher (2001) de recontextualização dos textos, ou seja, a reconstrução dos entornos dos textos, de suas

condições de produção, além do repertório linguístico e das informações tradicionais disponíveis no momento da produção textual.

A seguir, apresenta-se, na **Tabela 4**, a recorrência dos testemunhos diretos às *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1543-1565), presentes nos livros de registros de casamentos das freguesias estudadas.

Tabela 4 – Referência ao Sagrado Concílio Tridentino

Período	Total de assentos	Ocorrências	Frequência
Século XVIII	231	183	79%
Século XIX	688	112	16%

Fonte: Elaboração própria.

Dentro da espécie documental estudada, os *scriptores* destacaram a presença de uma evocação ao texto das *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1543-1565), cujas referências sofrem variações conforme ilustra o **Quadro 32**. Escrito em forma de testemunho direto, a fórmula menciona que o ato do casamento ocorre dentro do esperado como o “ritual se ordena”. De acordo com Kabatek (2018, p. 206), os textos ou discursos não são criados em cada ato de enunciação em função de uma gramática ou do léxico, mas, surgem a partir de textos já ditos ou escritos.

Em geral, podemos dizer que a evocação dos textos reguladores não vai ser uma constante em todos os assentos, no entanto, os elementos formais e outras “deligencias necessárias”, tais como, as denúncias, testemunhas e ato do registro foram preservadas “conforme o costume”, e neles constam, de forma muito sucinta, a celebração do matrimônio e sua aplicação na América portuguesa. Entre os registros do sertão do São Francisco, no eixo das evocações, temos uma maior ocorrência explícita das *Ordenações do Concílio Tridentino* no século XVIII. De maneira semelhante, Simões e Costa (2009, p. 45) revelaram que um registro de casamento do início dos setecentos pode conter apenas referências ao Concílio de Trento, ao passo que, só a partir da segunda década do século XVIII, começam a aparecer elementos referentes às *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. De fato, no manuscrito do século XVIII do sertão do São Francisco, encontra-se a primeira referência ao texto das *Constituições* a partir da segunda década do século XVIII, em 30 de junho de 1721 (f. 3 r.).

As constantes alusões a esses textos nos registros paroquiais e as expressões formulaicas utilizadas não deixam dúvidas de que existiram, desde a obrigatoriedade dos registros paroquiais, as inúmeras referências de formas construídas historicamente. Temos um bom

exemplo, retirado de um assento: “eSifizeraõ as deligencias necessarias q man | da nossas Constituições” (f. 4 v.). Para entender e contextualizar os registros paroquiais, é necessário que se conheça o contexto de produção e quais foram as referências utilizadas pelos *scriptores*.

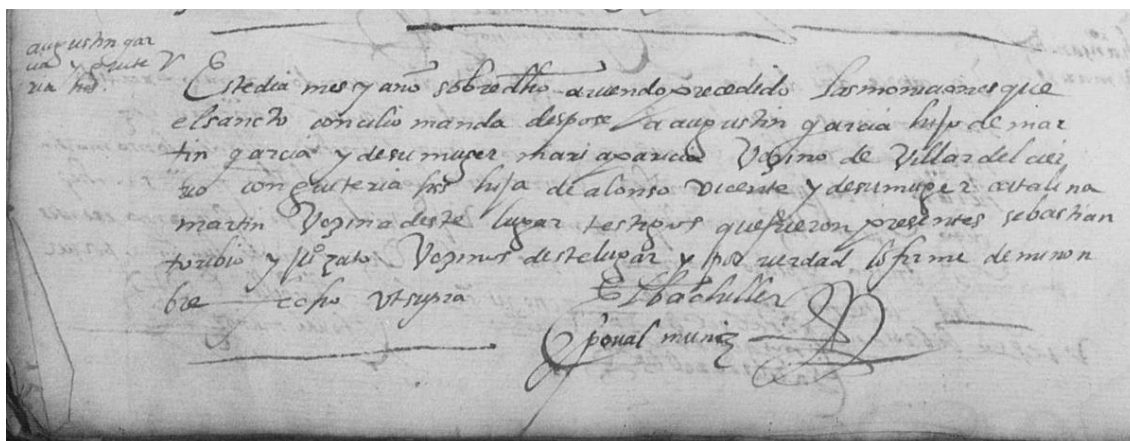
O historiador Luiz Carlos Villata, no texto *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*, publicado no livro *História da vida privada no Brasil* (2018), apresenta um panorama das formas de sociabilidade de acordo com as expectativas da metrópole, sob “a égide de um Rei, uma Fé e uma Lei” (2018, p. 128). Se, por um lado, a realidade da colônia sujeitou-se às concessões e a ineficácia dos representantes da Coroa portuguesa, fato semelhante se observou com a língua, a instrução e os livros, principalmente quando se trata da imposição da língua portuguesa, da instrução escolar e da circulação de livros, sinalizando a preservação do vínculo colonial. É neste vínculo que deduzimos quais eram as referências dos *scriptores* do sertão do São Francisco nas práticas de escrita dos registros paroquiais.

Bicalho (2013), ao analisar as partículas discursivas jurídicas de um processo criminal do século XIX, identificou o diálogo intertextual no texto jurídico, ao constatar que os escrivães do século XIX e os atuais utilizam a expressão “aos costumes disse nada testemunha”, sem se dar conta de que estão remetendo ao texto das Flores de las Leys de Afonso X do século XVIII. A autora também chama a atenção do rito religioso presente nos interrogatórios devido à forte influência da Igreja sobre o Estado. Antes de iniciar o depoimento, a testemunha jurava sobre os evangelhos e a expressão “jurada aos Santos Evangelhos” era escrita nos processos criminais. Como vimos, o processo criminal examinado por Bicalho (2013) é constituído por elementos ou fragmentos de outros textos específicos, manifestando a intertextualidade.

Sob o ponto de vista de Loureda Lamas (2003, p. 33), a construção de um texto manifesta a absorção e transformação mais ou menos explícita de outros discursos. Assim, a intertextualidade orienta a leitura para a não linearidade, estimulando o reconhecimento de componentes verbais em textos que o sustentam e enriquecem. Em estudo recente, Assis, Silva e Pacheco (2022) analisaram traços da tradicionalidade tipológica e discursiva em assentos de casamentos do setecentos e oitocentos em diferentes idiomas e perceberam que a repetição das fórmulas fixas estabelece uma relação de elementos da tradição que passam de uma língua para outra, como aponta Kabatek (2003).

Vejamos, nas **Figuras 53, 54 e 55**, exemplos de assentos de casamentos em diferentes idiomas, como o da Paróquia de San Juan Bautista, município de Villar de la Yegua, da Província de Salamanca, na Comunidade Autônoma de Castilla y León, Espanha, do ano de 1585; da Paróquia de Santo Estevão, Tordera, Barcelona, Espanha (1855) e da Parrochia di Santa Margherita vergine e martire, Mantova, Brede, Itália (1737).

Figura 53 – Assento de casamento - Espanha – (1585)



Fonte: <https://www.familysearch.org/records/images/image-details?page=6&place=134&rmsId=M931-WMN&imageIndex=129&singleView=true>. Acesso em: 23 mai 2023.

Transcrição (grifo nosso):

Este dia mes y año sobredito auendo precedido las moniciones que |
 el **sancto concilio manda** despose a augustin Garcia hijo de mar |
 tin Garcia y de su muger mari aparicia Vezino de Villar del cuz |
 zco con quiteria hss hija de alonso Vicente y desumuge r catalina |
 martin vezina deste lugar testigos quefueron presentes sebastian |
 toribio y [†] vezinos deste lugar y por verdad lo firme de mi nom |
 bre fecha ut supra El bacheller
 Pascal Muniz

Figura 54 – Assento de casamento – Espanha (1855)

En el dia diez Diciembre de mil ocho cientos
cincuenta y cinco, echas las proclamaciones
mandadas por el S. C. T. y no habiendo resul-
tado impedimento alguno el infraescrito Eco-
nomo en la Iglesia Parrochial de la Villa de
Tordera Obispado de Genova, despues de haber
preguntado y obtenido el mutuo consenti-
miento de los contrahentes por palabras de
presente he unido en matrimonio a Jose
Iessa nat. y vecino de la parte, viudo de Teresa
Ruscalleda, hijo legitimo de Manuel Iessa de
esta Párra y Maria Dominguez conde de Masa-
net; con Francisca Costa soltera nat. de Masa-
net y vecina de esta Villa hija legitima de Jose
Costa de Franciach y Maria Ruiz conde de la parte
siendo testigos al objeto llamados el S. D. Francis-
co Armengol y Miguel Zico vecinos de esta Vi-
lla. Aun tiempo fueron velados.

Don fe. Sebastian Cruz Párra Economo

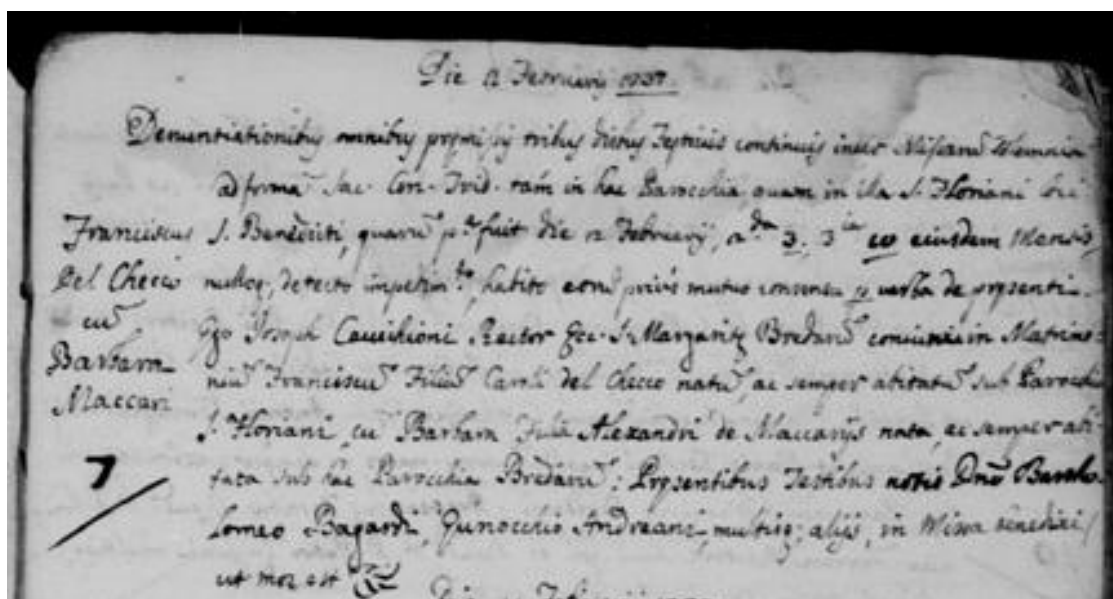
Fonte: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33HY-X9YZ-NH?i=456&wc=9PRX-L29%3A141480301%2C142679201%2C142679202%2C143006901&cc=1784529>. Acesso em: 23 mai 2023.

Transcrição (grifo nosso):

En el dia diez Diciembre de mil ocho cientos |
cincuenta y cinco, **echas las proclamaciones** |
mandadas por el S. C. T. y no habiendo resul- |
tado impedimento alguno el infraescrito Eco- |
nomo en la Iglesia Parrochial de la Villa de |
Tordera Obispado de Genova, despues de haber |
preguntado y obtenido el mutuo consenti- |
miento de los contrahentes por palabras de |
presente he unido en matrimonio a Jose |
Iessa nat. y vecino de la parte, viudo de Teresa |
Ruscalleda, hijo legitimo de Manuel Iessa de |

esta Parro' y Maria Bruguesa cond. de Nasa-
ret: com Francisca Costa soltera nat.' de Nasa-
ret y vecina de esta Villa, hija legitima de Jose
Costa de Franciach y Maria Puig cond. de la Pôntes |
siendo testigos al objeto llamados el S. D Francis-
co Armengos y Miguel Tio vecinos de esta Vi-
lla ani tiempo fueron velados.
Doy fe; Sebastian Crus Pbrô Economo

Figura 55 – Assento de casamento - Itália (1737)



Fonte: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QSQ-G96Y-HZKL?i=3&wc=MXMW-BZS%3A373444501&cc=2212664> . Acesso em: 23 mai 2023.

Transcrição (grifo nosso):

Franciscus | Del Checco | cu | Barbara | Maccari

Die 11 Februarii 1737

Denuntiationibus omnibus premissis tribus diebus Festivus continuus inter Missaris Solemnia |
ad forma Sac. Con. Trid. tam in hae Parocchia; quam in illa S. Floriani Cori |
S. Benedicti, quarus p.^a fuit die 2 Februarii; s.^{da} 3; 3^{ia} 10 eiusdem Mensis |
nulloq; detecto impedim.^{to}, habito corus priuis mutuo consensu p verba de presenti |
Ego Joseph Covichioni Rector Ecc. S. Margarity Bredarus coniunxi in Matrimo= |
nius Franciscus Filius Caroci del Checco natus, ac semper abitatus sub Parocchia |
S. Floriani, cu Barbara Filia Alexandri de Maccarijs nata, ac semper abi- |
tata sub hoc Parocchia Bredarus: Presentibus Testibus notis Dnõ Barto- |
lomeo Bagardi, Eunocchio Andreani, multisq; abjs; in Missa benedixi |
ut mos est

Interessante observar que os registros paroquiais em diferentes idiomas apresentam elementos que podem ser relacionados com os assentos de casamentos do sertão do São Francisco. Biber (1988), em seu estudo de corpora históricos em inglês e outras línguas, parte da hipótese de que o que permite a identificação de uma tradição discursiva é uma particular

combinação de elementos de um texto. Biber (1988) convencionou chamar de *continuum*, em seus estudos sobre oralidade e escrita, os grupos ou fatores de recursos linguísticos que ocorrem com frequência nos textos, independentemente, às vezes, do idioma, os quais são interpretados como dimensões textuais com base em funções discursivas compartilhadas a partir de suas características individuais.

A hipótese levantada por Biber (1988) é revisitada por Kabatek (2005; 2006; 2018) para quem “o traço que define uma TD é, então, a relação de um texto em um dado momento da história com outro texto anterior: uma relação temporal pela repetição de algo” (Kabatek, 2006, p. 154). Kabatek (2018, p. 175) explica que Biber (1988) não menciona o termo Tradições Discursivas, mas registros ou tipos de textos, referindo-se em parte a uma classificação externa de textos. Kabatek (2018) ressignifica as tradições textuais identificadas por Biber (1988) como correspondentes às Tradições Discursivas.

Os recursos linguísticos que ocorrem nos assentos de casamentos de diferentes idiomas remetem ao estudo realizado por Koch (1997) sobre as palavras ligadas à metáfora do amor trovadoresco em cantigas de amor em quatro línguas medievais, apresentando o tema com exemplo de tradições discursivas sobre as escolhas linguísticas. O autor percebe que, embora as cantigas estejam em quatro línguas diferentes (occitano antigo, francês antigo, alto-alemão médio, italiano antigo), os textos apresentam características semelhantes por pertencerem à tradição do Trovadorismo, a exemplo da concepção de amor, que influencia uma série de expressões linguísticas (Assis; Silva; Pacheco, 2022).

No entendimento de Koch (1997), os exemplos das cantigas de amor em quatro línguas particulares distintas, e ao mesmo tempo, com uma relativa uniformidade em termos de tradição discursiva, representam metaforicamente expressões do amor trovadoresco, como a mulher adorada como amante, a devoção à mulher, à mercê de ter o amor correspondido. Koch (1997) pontua que essas metáforas não constituem mudanças de significado de uma língua específica, no entanto, a gênese e a convencionalização dessas metáforas estão ligadas a uma determinada prática tradicional discursiva porque a difusão não se deve às línguas particulares, mas às tradições discursivas ligadas às tradições do Trovadorismo.

Conforme pode ser verificado pela comparação entre os assentos de casamentos do sertão do São Francisco e dos registros em diferentes idiomas, as tradições discursivas passam de um idioma para outro, formando comunidades discursivas, inseridas em comunidades linguísticas, criando um elo entre a história social e a história da língua (Kabatek, 2003, p. 38). Ao observar as dimensões estruturais e linguístico-discursivas dos assentos de casamentos transferidos de uma língua para outra sob certas condições pragmáticas específicas, chamam a

atenção as escolhas linguísticas semelhantes dos *scriptores*. São priorizadas, na prática da escrita, o contexto de uso, as tradições culturais da sociedade de uma determinada época e nessa medida, semelhanças fundamentais são compartilhadas no “assentamento” do ato do casamento, sendo este testemunho de formas discursivas do contexto jurídico-religioso.

O estudo comparativo entre Tradições Discursivas em diferentes idiomas, considerado relevante por Kabatek (2008, p. 8), estão presentes em outros estudos, como o de Irineu (2014) e Ramalho (2016). Os autores adotaram como ponto de partida a análise dos diversos elementos linguísticos por meio da reconstrução dos contextos sócio-históricos e de produção dos gêneros analisados.

Irineu (2014) tomou como objeto de estudo o conjunto de imagens de si que os enunciadoreis de editoriais de um jornal brasileiro (Jornal do Brasil) e outro argentino (Clarín) projetam no discurso em um período de meio século, contrastando os processos linguístico-discursivos do gênero. Em relação a esses processos, ficou evidenciado os vestígios de mudança nos dêiticos pessoais e vestígios de permanência nos dêiticos temporais e espaciais nas duas gerações de textos (séculos XX e XXI), tanto do Jornal do Brasil quanto do Clarín.

Ramalho (2016), ao estudar as mudanças ocorridas no uso dos demonstrativos nos gêneros notícia e romance em português brasileiro e espanhol mexicano dos séculos XIX ao XX, comprovou que as mudanças nos gêneros textuais estão ligadas às transformações da sociedade e que as inovações nas tradições dos textos influenciaram o sistema de demonstrativos no português brasileiro e no espanhol mexicano, embora essas línguas apresentem características peculiares ao longo do processo histórico.

Os trabalhos anteriormente mencionados procuraram reconhecer e explicar as relações estabelecidas entre os gêneros pesquisados em diferentes idiomas que compartilham alguma semelhança em sua produção e em seu universo de discurso. Desta forma, podemos perceber que a interação entre línguas históricas por meio de textos consolida os vestígios de mudanças e permanências no percurso histórico dos gêneros.

Retomando a questão norteadora desta seção, no que concerne ao contexto de escrita dos assentos de casamentos, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) se situam como documento regulador para os registros paroquiais na América portuguesa. Embora haja poucas referências explícitas ao texto do Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide (1707), nota-se uma forte influência de forma e conteúdo em cada registro paroquial. Vejamos as referências explícitas encontradas, a seguir, na **Tabela 5**:

Tabela 5 – Referências às *Constituições* (1719)

Período	Total de assentos	Ocorrências	Frequência
Século XVIII	231	15	6,5%
Século XIX	688	10	1,5%

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar na **Tabela 5**, foram encontradas 15 citações diretas às *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719), no livro do século XVIII, o que equivale a 6,5% do total de dados, e 10 ocorrências no livro do século XIX, equivalente a 1,5% do total. Embora constatem a baixa frequência às *Constituições* de forma explícita, os assentos de casamentos analisados se referem ao texto implicitamente, através da diagramação, da tipologia textual, das partes da composição do texto e das dimensões linguístico-discursivas.

A primeira referência ao molde histórico-normativo das *Constituições* apareceu em um registro de 1721, exarado pelo Vigário Joam da Silva Ribeiro da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco. Às *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas em 1707 e impressas em Lisboa em 1719, fruto dos trabalhos realizados na administração do Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, constituíam como uma adaptação das normas eclesiásticas à realidade da Colônia brasileira.

Como expõem Jacob e Kabatek (2001, p. viii), os moldes histórico-normativos são socialmente estabelecidos e respeitados na produção do discurso. O texto histórico, como é o caso dos assentos de casamentos do sertão do São Francisco, faz parte de uma língua específica (ou várias línguas) e de uma filiação interdiscursiva que o gerou, constituída por elementos repetitivos nas dimensões estrutural e linguístico-discursiva.

Ao utilizar elementos repetitivos de uma determinada situação discursiva, os estudos linguísticos possibilitam conhecer algumas particularidades do gênero estudado, como o uso frequente da intertextualidade, permitindo a identificação particular de elementos de um texto. Para exemplificar que os assentos de casamentos se enquadram na repetição de conteúdos temáticos e na repetição de esquemas textuais, apresentaremos a **Tabela 6**:

Tabela 6 – *Rituale Romanum*

Período	Total de assentos	Ocorrências	frequência
Século XVIII	231	-	-
Século XIX	688	192	28%

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisarmos o *corpus* deste estudo, observamos que, no livro do século XVIII, não houve menção direta ao texto do *Rituale Romanum* (1614) (Ritual Romano), mas, de forma

indireta, se referia “aos ritos e cerimoniais da Santa Madre Igreja”, reflexo de constelações discursivas típicas do texto histórico. A referida expressão aparece nos registros pela primeira vez em 1728, em um assento exarado pelo Vigário Encomendado Joaquim de Souza.

Kabatek (2018, p. 156) compreende que a identificação das possíveis alusões históricas de cada palavra, relacionada à intertextualidade é um trabalho de reconstrução histórica do contexto de produção dos textos. Também em Fonseca (2003), podemos observar as ocorrências de intertextualidade no corpus constituído por cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX. Ao pesquisar o gênero, a autora atestou que o sentido de um texto depende do conhecimento de outros textos. Ao examinar a prática de escrita dos escreventes, Fonseca (2003) pode verificar que eles faziam alusões às leis, ofícios e outras cartas oficiais, retomando o que foi citado em outro documento.

Seguindo com as alusões ao *Rituale Romanum* (1614), foi no livro de registros paroquiais do século XIX que as referências explícitas ganharam destaque. Para esse estudo, dispusemos à alusão ao manual litúrgico em uma única coluna da **Tabela 6**, mas na fonte documental, as variações discursivas são: *Rituale romanum* (10), Ritual romano (151), Sagrados ritos (2) e Rituais romanos (29). As variações foram agrupadas em uma única tabela para facilitar a leitura e identificação.

De acordo com Kabatek (2018), essas variações repetidas em outros textos por outros participantes em outras situações podem gerar novas convenções que acabam sendo incorporadas à tradição textual, dando lugar a pequenas ou grandes mudanças dentro delas. Os assentos de casamentos estão ordenados conforme a sequência dos textos modeladores, seguindo os “ritos e cerimoniais conforme o costume”, disseminando a evocação e repetição de acordo com as necessidades de uma comunidade textual. Embora de caráter conservador, caracterizado pela distância comunicativa, os registros paroquiais não são apenas repetição de formas textuais e elementos linguísticos, são documentos que apresentam variações na estrutura, no uso da língua, nas marcas da oralidade presente na escrita, uma vez que foram escritos por indivíduos, os párocos, que estão inseridos em um contexto sócio-histórico que reflete a memória cultural de um povo, os fatos da língua e a paisagem social de uma determinada comunidade (Simões; Costa, 2009).

O *Rituale Romanum* (1614) é um manual litúrgico importante para os registros paroquiais, depois das *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1543-1565). O manual sistematizava o formato dos registros paroquiais, incluindo a prática da escrita em cada ato sacramental, como se pode perceber em uma das instruções que o “ritual se ordena”:

14. ADVERT. – Por especial indulto da Santa Sé, para toda a América latina, os Vigários, ou os Sacerdotes que assistem legitimamente, ao casamento, podem dar a bênção nupcial em qualquer tempo do ano, *sive intra Missam*, segundo a fórmula do missal, conforme as rubricas, (pág. 146) *sive extra Missam*, usando porém, neste caso, **a fórmula do Ritual Romano, em vernáculo** (*Pequeno Ritual Romano – Latino e Português*, 1958, p. 143, grifo nosso).

O trecho destacado “fórmula do Ritual Romano, em vernáculo” corresponde a uma tradição formulaica em que os *scriptores* seguiam fortemente esse tipo de ritual social através da caracterização linguística do texto, onde as tradições discursivas vernaculares começam a se emancipar das tradições discursivas latinas, o que reflete o argumento de Marcuschi (2008, p. 129) quando afirma que “a intertextualidade é caracterizada pelas relações entre um dado texto e outros textos relevantes encontrados em experiências anteriores, com ou sem mediação”. Podemos verificar a ocorrência da intertextualidade, por exemplo, em Gomes (2007), em que estão presentes, e se mostram de forma bastante evidente nos textos de opinião, mais especificamente o editorial, o ponto de vista do escritor formado a partir da leitura de outros textos.

Com base no que foi exemplificado nas **Tabelas 4, 5 e 6**, é possível perceber que as relações entre os textos modeladores e as escolhas discursivas dos registros implicam, conforme Loureda Lamas (2003, p. 34), a ideia de que os tipos de texto são um nível funcional e autônomo de fala: funcional porque intervém decisivamente na fala; e autônomo porque implica um saber específico. Assim, os *scriptores* demonstraram seguir um modelo de escrita conforme a tradição diplomática, embora a menção explícita não estivesse presente em todos os registros, a cada texto era atribuído elementos definidores relacionados a outros textos.

Nesta seção, apresentamos alguns exemplos de como a tradicionalidade no diálogo intertextual está presente nos registros paroquiais e como as relações com outros textos são evidentes, de forma explícita ou implícita, através da referência direta ou através de formas e significados.

Reservamos a próxima seção para apresentar a tradicionalidade linguístico-discursiva presente nos registros paroquiais estudados.

7 TRADICIONALIDADE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA

Nesta seção, apresentaremos alguns aspectos linguístico-discursivos identificados nos assentos de casamentos do sertão do São Francisco. De acordo com Kabatek (2008, p. 10), “uma das áreas mais indicadas para a consideração coerente da questão das tradições discursivas é definitivamente a sintaxe”. Tendo em vista a grande diversidade de fenômenos linguístico-discursivos, a análise tomou como referência alguns aspectos apontados por Simões e Costa (2009), ao estudarem as atas paroquiais de freguesias do Rio de Janeiro dos setecentos e oitocentos, como construções absolutas com participípios (7.1); construções absolutas com gerúndios (7.2); construções recíprocas com o clítico “se” (7.3), e verbos constativos e performativos (7.4).

7.1 Construções absolutas com participípios

Uma das características marcantes da leitura dos assentos de casamentos é o arranjo sintático integrado com numerosas construções absolutas com participípio que acompanham e ajudam a identificar uma situação comunicativa recorrente, neste caso, as diligências necessárias para a concretização do casamento. A tradição gramatical emprega a nomenclatura de orações absolutas para o “período simples, isto é, períodos constituídos de uma só oração” (Cunha; Cintra, 2017, p. 645). O participípio funciona com uma forma verbal passiva, concordando com o gênero e número do substantivo a que se refere e sempre é posicionado no início da construção absoluta.

De acordo com Cunha e Cintra (2017, p. 547), o participípio exprime o resultado de uma ação acabada e somente o contexto indicará a sua relação temporal de passado, presente ou futuro. No contexto da prática de escrita dos assentos de casamentos, as construções absolutas com participípio são essencialmente dependentes, o que pode ajudar a especificar o valor exato da sua contribuição informativa ou temporal no processo de habilitação do casamento, quando indica que uma ação anterior foi realizada para que a ação principal acontecesse. Como podemos observar na sequência a seguir:

(109) “[...] **feitas as diligencias necessarias** nesta Igreja de Santo Antonio do Urubu de manham em minha prezença Se Receberam por espozos de presentes Manoel Travastos com Maria da Costa do gentio da Guine [...]” (1723, f. 5 v.).

Na sequência (109), a construção absoluta com particípio exprime a ideia de anterioridade em relação ao ponto da referência que é expresso pelo verbo principal da oração: “Se **Receberam** por esposos de presentes”. Até chegar ao ato do casamento, os nubentes passaram por uma investigação chamada denúncias ou banhos. O nome dos futuros contraentes era anunciado durante a missa por três domingos ou dias festivos no local onde residiam ou nos lugares que residiram pelos últimos seis meses. O pároco contava com o auxílio de seus fregueses para identificar os possíveis impedimentos para o casamento porque “toda a pessoa, que por qualquer via tiver notícia de algum impedimento, de o manifestar ao Parocho que denuncia” (*Constituições...*, 1719, p. 116).

Assim, depois de feitas as diligências nupciais e não encontrando impedimento algum, preparados com os Sacramentos da Penitência (Confissão) e Comunhão e examinados na Doutrina Cristã, os nubentes estavam aptos ao casamento. Diante da possibilidade oferecida pelos moldes normativos convencionalizados para expressar as diligências ou denúncias que antecederiam o enlace matrimonial, os *scriptores* do século XVIII seguiram as fórmulas, como consta no modelo das *Constituições* (1719, p. 130): “os tantos de tal mez, de tal anno pela manhã, ou de tarde em tal Igreja de tal Cidade, Villa, Lugar, ou Freguezia, feitas as denúncias na fôrma do Sagrado Concilio Tridentino nesta Igreja, [...]”.

Vejamos, então, na **Tabela 7**, o quantitativo de ocorrências das construções absolutas com particípio do corpus do século XVIII, constituído por 231 assentos de casamentos:

Tabela 7 – Construções absolutas com particípio (século XVIII)

Construções absolutas com particípio	ocorrências	Frequência
Feitas as denúncias / diligências	176	76%

Fonte: Elaboração própria.

As construções absolutas de particípios estão em 176 dos 231 assentos do manuscrito do século XVIII, ou seja, representam a frequência de 76%. Observamos que, a construção se apresenta regularmente e segue a fórmula rígida do texto modelador. Devido ao planejamento da escrita, os *scriptores* do século XVIII preservam a integridade da construção por meio das marcas do conservadorismo do gênero. Vejamos alguns exemplos:

(110) “Aos vinte e hum dias domes de Agosto do anno de mil setecentos, e trinta pela manhãá na Igreja de N. Sr.^a da Conceição do Urubû mirim, **feitas as denúnciaçõins** na forma do sagrado Concilio Trid. nesta Matris de Santo Ant.^o do Urubû de bx^o [...]” (1730 f. 14 r.).

(111) “Se Receberão p esposos Com palavras de prez.^{te} **feitas as diligencias necessárias** [...]” (1729, f.13 v.).

A partir do que observamos nos exemplos (110) e (111), os *scriptores* movimentaram-se com habilidade no uso das repetidas estruturas absolutas com particípio que caracterizaram o funcionamento sintático do verbo e seu significado. O que não impediu o surgimento de certas peculiaridades no uso do particípio. Vejamos alguns exemplos ilustrativos:

(112) “[...] o Contraente morador enatural da Freguezia de Santo Antonio do Urubu Bispado de Pernambucu [†] **banhos corridos** Como Cons | ta da Sertidaõ que em meo poder fica, Sem Sedescobrir empedimento [...]” (1742, f. 48 v.).

(113) “eoutra, [†] das **denunciaçoins deferidas**, Consta taõ bem da certidão onde foi Sepultada, as quais ficaõ em meo poder [...]” (1733, f. 29 r.).

(114) “Ao primeiro dia domes de Fevr.^o do anno de mil Setecentos, | e trinta e hum pella manháa na Igreja da Santa Caza da Mi | sericordia da Cidade de Sergipe del Rey, **deferidas** as denunciaçoens | e **depois** do Matrimonio [...]” (1731, f. 17 r.).

Nos casos (112) e (113), o particípio acompanha os substantivos “banhos” e “denunciaçoins” com a função de adjetivo na construção atributiva (substantivo + particípio). É interessante observar, em (114), a mudança do verbo “feitas” para “deferidas”, o primeiro denotando uma ação finalizada e, o segundo, indicando que foi identificado algum impedimento, mas os nubentes obtiveram a sentença de “dispensação” pela autoridade eclesiástica.

Em seguida, abordaremos o uso das construções absolutas com particípio identificadas no manuscrito do século XIX. Enquanto os *scriptores* do século XVIII mantiveram marcas mais rígidas para mencionar as denúncias e as diligências necessárias que antecediam o casamento, os *scriptores* do século XIX precisam mudar para atender às necessidades do contexto social, revelando modos de dizer notadamente mais diversos. Vejamos:

(115) “Em o 1.^o de 7br.^o de 1855 **precedidos todos os requizitos** do Concilio Tridentino receberão se em matrimonio [...]” (1855, f. 143 v.).

(116) “[...] **depois | de apregoados**, emunidos dos Sacram.^{tos} da Penitencia, eComunhaõ, em minha prezenssa, edas | testemunhas [...]” (1836, f. 77 v.).

(117) “[...] **goardadas todas as formalidades do direito Canonico**, e disposições do S. Concilio Tridentino, [...]” (1852, f. 136 v.).

As construções absolutas com participípios continuam trazendo as evocações dos textos que orientam os registros, mas no que diz respeito a construção sintática, esta oscila entre o conservadorismo e o dinamismo, como podemos observar nos exemplos da **Tabela 8**, a partir dos dados verificados nos 688 assentos de casamentos do século XIX:

Tabela 8 – Construções absolutas com participípio (século XIX)

Construções absolutas com participípio	ocorrências	Frequência
(Depois de) corridos os banhos/ os proclamas	192	28%
Depois de proclamados os banhos / canonicamente / sem impedimento / de more	130	19%
Proclamados de more / os banhos/ os nubentes	131	19%
(Depois de) feita(s) as denúncias / diligências / os proclamas	96	14%
Depois de preparadas pela recepção dos sacramentos	63	9%
Preparado(s) com os sacramentos / os contraentes	63	9%
Depois de precedido(s) os requisitos / exame da doutrina/ os banhos corridos / a dispensa /	25	4%
Dispensados ao impedimento que existia / aos banhos	25	4%

Fonte: Elaboração própria.

Podemos verificar na **Tabela 8** que a tradição cultural dos assentos de casamentos está entre os polos do conservadorismo e da inovação, como dito anteriormente, e no momento do registro, os *scriptores* utilizaram palavras (léxico) e regras que permitiram combinações entre a gramática e as tradições que são encontradas na memória cultural da comunidade em que estão inseridos. Existem tradições discursivas fortemente fundamentadas, especialmente em ambientes religiosos ou instituições sociais com grande valor de conservação, verdadeiros locais de arquivo da memória cultural. É nesse sentido que a repetição de uma certa estrutura traduz a relação dos textos com outros textos anteriores.

O uso de tais construções seriam motivadas por razões discursivas, sendo um recurso linguístico para o encandeamento dos eventos narrativos até a chegada dos nubentes ao altar. As construções absolutas com participípio apresentadas na **Tabela 8** devem ser interpretadas como orações relativamente independentes da oração principal, ou seja, são cláusulas ligadas a oração principal, como podemos observar no exemplo a seguir:

(118) “[...] **depois de Corridos os banhos** se receberão p’ palavras Therturio Per.^a deSouza [...] com Faustina dos Reis [...]” (1820, f. 31 r.).

Em (118), a construção inicial é uma oração absoluta com particípio, com determinação temporal que exerce sobre a oração principal “se receberão p’ palavras Therturio Per.^a deSouza [...] com Faustina dos Reis [...]”. As construções absolutas com particípio do corpus do século XIX foram introduzidas, frequentemente, com expressões “depois de”, indicando a função adverbial temporal, para reforçar as premissas necessárias e oportunas em relação ao ato do casamento, que só pode ser realizado após o desencadeamento das formalidades exigidas conforme as Constituições do Arcebispado.

Outra questão que merece destaque é sem dúvida, as construções substantivo + particípio. Tais construções indicam que o particípio exerce a função adjetiva junto ao substantivo. Encontramos 14 ocorrências ao longo do manuscrito, como veremos em dois exemplos a seguir:

(119) “[...] Bartholomeu Per.^a de Santiago, natural e morador na Freg.^a de Nossa Senr.^a da Gloria do Corrente do Rio das Egoas, donde apresentou o Nubente **banhos corridos** sem impedim.^{to} e certidão de Baptismo, [...]” (1848, f. 121 r.).

(120) “[...] donde apresentou o Nubente Certidão de Baptismo, e **Banhos corridos** sem impedim.^{to}, [...]” (1848, f. 125 r.).

Nas sequências (119) e (120), a estrutura do particípio em função adjetiva indica atributos de circunstância em relação aos requisitos necessários para a realização do ato do casamento. Como forma nominal, o particípio cumpre as características de adjetivo e pode adquirir um valor temporal de acordo com o contexto em que aparece, como nos casos (119) e (120), que após a realização dos banhos (proclamas), o nubente está apto para o casamento.

Em vista do fenômeno linguístico presente nos assentos de casamentos, podemos concluir que as construções absolutas com particípio continuaram na organização textual dos assentos de casamentos do século XIX, mantendo as fórmulas canônicas estabelecidas pelos textos reguladores, mas com maior dinamismo devido à forte interferência das condições pragmáticas que determinam o modo de escrever ou falar.

7.2 Construções absolutas com gerúndios

Esta subseção apresenta algumas considerações sobre um aspecto sintático recorrente, as construções absolutas de gerúndio. Os gerúndios foram coletados dos assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX com o objetivo de comparar o uso e valores das construções no corpus, sendo observado que, o uso em sua forma simples foi mais utilizado do que a forma composta. Segundo Cunha e Cintra (2017, p. 504), “a forma simples expressa uma ação em curso, que pode ser imediatamente anterior ou posterior à do verbo da oração principal, ou contemporânea dela”. Como pode ser observado, as construções de gerúndio foram utilizadas em sua maioria para indicar as denúncias ou os impedimentos e apresentar as testemunhas, situações que antecederam o ato do casamento.

Simões (2007) revistando as concepções de construções absolutas no latim, demonstra que o gerúndio começa a aparecer no período clássico, concorrendo com o particípio presente, o gerundivo e o particípio futuro ativo. O autor acrescenta que, na passagem do latim vulgar para as línguas românicas, o particípio futuro e o gerundivo se perderam e novas possibilidades como o uso de advérbios e construções participiais foram incorporadas. No que se refere ao uso do gerúndio em documentação de tempos pretéritos, Simões (2007) relata que os textos de norma culta, tanto de tradição religiosa como textos jurídicos medievais, as construções absolutas com gerúndio eram abundantes e concorriam com as construções com particípio presente e gerundivo.

E isto ocorre nos registros paroquiais estudados, não apenas pelo condicionamento dos textos modeladores, mas, cada *scriptor* de acordo com o seu tempo, elabora o seu texto de modo a apresentar uma estrutura produtiva que permite agilizar o registro sem apresentar uma estrutura sintática de maior complexidade. No corpus do século XVIII, observamos a predominância do uso do gerúndio na forma simples em relação à forma composta nas passagens dos registros em que os *scriptores* se referiam às testemunhas do casamento ou às dispensas dos impedimentos dos contraentes. Vejamos alguns exemplos:

(121) “**Sendo** presentes por testemunhas” (1728, f. 11 v.).

(122) “**tendo** Sentença de menor idade do Juiz dos casamentos” (1734, f. 31 v.).

(123) “**sendo dispensado** no impedimento dirimente de Sanguinidade” (1744, f. 52 r.).

Nos casos (121) e (122), o uso do gerúndio na forma simples dá uma ideia que a ação está em andamento, não finalizada. De fato, as testemunhas continuarão a ser testemunhas do casamento ao qual elas presenciaram e a sentença de menor idade apresentada ao pároco, continua em seu poder. No caso (123), o gerúndio composto “indica uma ação concluída anteriormente à que exprime o verbo da oração principal” (Cunha; Cintra, 2017, p. 504). O contraente foi dispensado do impedimento que o impossibilitava de contrair núpcias, situação que ocorreu antes do ato do casamento, ou seja, uma situação que já foi resolvida.

De forma geral, as construções absolutas com gerúndio presentes no corpus do século XVIII, foram representadas predominantemente pela forma simples, como podemos observar na **Tabela 9**:

Tabela 9 – Frequência de construções absolutas com gerúndio (século XVIII)

Construções absolutas com gerúndio	Ocorrências	Frequência
Sendo presentes por testemunhas	170	73,6%
Sendo dispensados as denúncias / no impedimento	08	3,4%

Fonte: Elaboração própria.

Ao observarmos a **Tabela 9**, podemos perceber que as construções absolutas com gerúndio ocorreram com mais frequência na indicação das testemunhas do casamento, utilizando a expressão formulaica “Sendo presentes por testemunhas”. Ainda em relação às testemunhas, houve poucas variações ao longo do corpus, sem o uso do gerúndio, como: “foram testemunhas presentes” (2 ocorrências) e “foram testemunhas” (5 ocorrências).

Os resultados obtidos na **Tabela 9** indicam que o gerúndio foi bastante produtivo na estrutura do texto que se referia às testemunhas, perfazendo um total de 170 ocorrências em 231 assentos de casamentos, representando 73,6%. No manuscrito do século XVIII, o gerúndio aparece em outras situações de forma mais isolada, sem apresentar recorrência em uma fórmula fixa. Vejamos alguns exemplos:

(124) “[...] **sendo** Sr.^a dedespensação no no impedim.^{to} que lhe [†] Como Consta da Certidão | ede huã | Sr.^a dedespensação do [†] Ilm.^o Snr Arcebispo [...]” (1729, f. 12 v.).

(125) “[...] **sendo** moradora e natural a Contrahente, eo Contrahente morador na freg.^a | de Santo Ant.^o de Villa Nova | [...]” (1732, f. 22 v.).

(126) “[...] **Sendo** | os Contraentes naturais desta Freg.^a aSima declarada | e dispensados noSeg.^{do} grau deSanguinide [...]” (1745,f. 58 v.).

(127) “[...] **tendo** sentença de dispensação no Segundo grão | de consanguinidade” (1748, f. 71 r.).

(128) “[...] **tendo** Sentença de disposição no impedi | mento q logo depois lhe sahio Como Consta da Sentença” (1732, f. 24 v.).

(129) “[...] **tendo** Sentença de menor idade do Ju | iz dos cazamentos deste Arcebispado aqual Sentença | eCertidãõ debanhos ficaõ em meo poder [...]” (1734, f. 31 v.).

(130) “[...] **tendo justificado** o contraente Ser Solteyro, edesempedido deseo natural | e dado fiança aos banhos Cujo Mandado e Sentença fica em meo poder, [...]” (1748, f. 71 r.).

(131) “[...] **estando** presentes as testem | unhas [...]” (1724, f. 6 r.).

(132) “[...] nesta **ficando** de solteyro, digo de menor | idade pelo R.^{do} D.^{or} Vigr.^o geral de Sergipe de ElRey Como Consta da | sentença q em meo poder fica [...]” (1732, f. 22 v.).

(133) “[...] por impedimento q ao despois lhe | Se ria **vindo** ja da Freg.^a de Santo de Villa Nova p.^a a | deSanto Antonio [...]” (1745, f. 58 v.).

(134) “[...] Se Receberaõ com palavras de presente **asistindo** com licença mi | nha oReverendo P.^e Fran.^{co} daSilva na Capella do Senhor Sam Braz [...]” (1719, f. 2 r.).

Os exemplos de gerúndio de (124) a (134) tiveram apenas uma ocorrência no corpus, de forma que podemos dizer que estiveram condicionados, além dos textos modeladores, os *scriptores* também seguiram as tradições culturais ao descrever cada caso específico dos nubentes que se preparavam para o casamento. Refletindo nos termos abordados por Longhin (2014, p. 9) de que tudo que é dito ou escrito se realiza por meio de textos, de uma intenção de dizer e das convenções sociais e históricas, podemos considerar que os modelos textuais dos assentos de casamentos do século XVIII apresentam uma função cristalizada social e

historicamente, marcada fortemente pelo conservadorismo textual e a necessidade da transmissão e preservação da memória cultural escrita.

Na sequência, serão apresentadas as construções absolutas com gerúndio no corpus do século XIX. A **Tabela 10** apresenta as construções com gerúndios que apontaram para um número maior de ocorrências. Os casos que apresentaram apenas uma ocorrência não foram sistematizados na referida tabela, sendo alguns deles, mostrados mais adiante.

Tabela 10 – Frequência de construções absolutas com gerúndio (século XIX)

Construções absolutas com gerúndio	Ocorrências	Frequência
Sendo a tudo testemunhas (presentes)	48	7%
Precedendo exame de doutrina christã / os sacramentos	32	4,6%
Sendo presentes por testemunhas	25	3,6%
Tendo precedido banhos corridos	10	1,5%
Sendo testemunhas	9	1,3%
Estando presentes por testemunhas	09	1,3%
Recebendo logo as bênçãos	08	1,2%

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as possibilidades de uso do gerúndio apresentados na **Tabela 10**, podemos inferir que os *scriptores* do século XIX, utilizavam os vínculos de tradição que se estabeleciam entre os registros paroquiais e os textos modeladores, embora essa relação apresentasse traços de inovação e dinamismo. Vemos que as construções absolutas com gerúndio são frequentes em outras partes do texto, além da indicação das testemunhas e das denúncias ou impedimentos, como ocorreu no corpus do século XVIII.

Simões (2007, p. 195-196) em seu estudo sobre as orações de gerúndio no português brasileiro em cartas oficiais dos séculos XVIII, XIX e XX, analisou os gerúndios iniciando as cartas mais oficiais, identificando que o fenômeno é reflexo de um processo de discursivização das construções de gerúndio por razões de tradições discursivas. Nos registros paroquiais, em comparação ao mesmo fenômeno analisado por Simões (2007), percebemos que os *scriptores* evocam e reformulam o uso do gerúndio, oscilando entre o conservadorismo e a inovação. No trecho a seguir das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719), é possível verificar os exemplos de gerúndios, mais especificamente nas partes do texto sobre os impedimentos, denúncias e a presença das testemunhas.

[...], sem se descobrir impedimento, ou **tendo** sentença de dispensação no impedimento, que lhe sahio, como consta da certidão, ou certidões de banhos, que ficão em meu poder, e sentença que me apresentarão, ou **sendo dispensados** nas denúncias, ou diferidas para depois do Matrimonio por licença do Senhor Arcebispo, em presença de mim N. Vigario, Capellão, ou

Coadjutor da dita Igreja, ou em presença de N. de licença minha, ou do Senhor Arcebispo, ou Provisor N., e **sendo presentes por testemunhas** N. e N. , pessoas conhecidas, [...]. (*Constituições...*, 1719, p. 130, grifo nosso).

As características do uso das construções absolutas com gerúndio nos assentos de casamentos do século XIX estão condicionadas às tradições discursivas e às tradições culturais. De acordo com Koch (1997), a prática discursivo-tradicional está sempre oscilando entre o campo da convenção e inovação, e na evolução dos bens culturais se conserva as marcas constitutivas do gênero de origem. Os registros descrevem situações específicas que se aplicam particularmente a cada caso que precede o ato do casamento. Vejamos alguns exemplos:

(135) “[...] **Tendo dispensa** | **do** hum proclama, eo tempo feriado, pello R.^{mo} Viz.^{or} da Manga [...]” (1804, f. 1 r.).

(136) “[...] **tendo publicado** p si mesma, ob- | tiveraõ dispensa do referido Prelado [...]” (1805, f. 2 v.).

(137) “[...] **tendo justificado** ser solteiro perante o Reverendo Vigario Geral Foraneo desta | comarca [...]” (1822, f. 34 r.).

(138) “[...] **Sendo** entaõ do Salgado, Bispado | de Paranambuc, onde saõ mor.^{es} [...]” (1822, f. 51 v.).

(139) “[...] e não **resultando** impedim.^{to} algum, e nem sei [†] | o sabendo assisti ao Matrimonio de Manoel Thomas [...]” (1840, f. 84 v.).

(140) “[...] os quaes **tendo vivido** p^r 12 annos no mise- | ravel estado de concubinato, e **tendo gerado** os se- | guintes filhos [...]” (1848, f. 122 v.).

(141) “[...] **achando-se** em artigo de Morte Serafim Alves [...]” (1846, f. 106 v.).

(142) “[...] deste modo podessem sahir do **miserando** estado | estado em q’. se achavaõ: a cujo Matrimonio precedêo - | **observando** de todo o despacho no Ritual Romano, e disposições do C. Tridentino [...]” (1848, f. 122 r.).

Os exemplos de (135) a (142) apresentam uma variedade de circunstâncias que ocorreram por conta das transformações socioculturais daquele microcosmo do sertão da Carinhanha. Segundo Longhin (2014, p. 58), em decorrência de novas necessidades comunicativas, emergem novos modos de dizer, distintos dos já existentes. Os exemplos expostos anteriormente representam as mudanças que exibem elementos inovadores da tradição discursiva, um pouco diferendo no contexto observado no uso do gerúndio no corpus do século XVIII, que apresentou o uso de elementos convencionais, com quase nenhuma variação na produção dos enunciados.

7.3 Construções recíprocas com o clítico se

As construções recíprocas com o clítico “se” são outro caso presente nos assentos de casamentos do sertão do São Francisco. A disposição dessa construção é feita com os verbos casar⁷⁰ e receber⁷¹, em uma estrutura concisa e com uma especificação clara do momento mais importante do registro: o ato do casamento. Vejamos os seguintes exemplos:

(143) “[...] **Se cazaraõ** em face da | Igreja Solennemente por palavras [...]” (1727, f. 11 r.).

(144) “[...] **Se Receberam** por esposos de presentes [...]” (1723, f. 5 v.).

(145) “[...] epor palavras de presente emutuo consentimento **receberaó-se** por marido e mulher [...]” (1845, f. 101 r.).

Embora as construções possam ser interpretadas reciprocamente, apenas o verbo casar é recíproco por si só, enquanto que o verbo receber, se torna recíproco por indicação do contexto da celebração nupcial. Os esposos se recebem um ao outro, conforme o *Rituale Romanum* (1958 [1614], p. 142) depois que o sacerdote os interroga, e cada um deles declaram:

(Fará dizer primeiro o noivo:)

⁷⁰ “Casar, v. at. fazer unir duas pessoas com o vinculo do matrimonio. Dotar para casamento v. g., casei meus filhos. v. n. receber à face da Igreja, ou por palavras de presente, o cônjuge, ou consorte, segundo os ritos da Igreja v. g., Pedro casou com Joana” (Bluteau, 1728, p. 241, v. 1).

⁷¹ “Receber, v. at. Tomar o que se dá, o que se entrega em pagamento, guarda. [...] Recebeu a por mulher na face da Igreja, i. e. deu-lhe a mão de marido” (Bluteau, 1728, p. 294, v. 2).

Eu, N., **vos recebo**, N., por minha legítima esposa, pelo Sacramento do Matrimônio indissolúvel.

(Depois fará dizer a noiva:)

Eu, N., **vos recebo**, N., por meu legítimo esposo, pelo Sacramento do Matrimônio indissolúvel. (*Pequeno Ritual Romano - Latino e Português*, 1958, p. 142, grifo nosso).

As construções que acarretam reciprocidade no corpus estudado, apresentam um sujeito plural e um clítico com função recíproca, que mostra o mútuo consentimento dos noivos. Cunha e Cintra (2017, p. 294) ao explicar sobre os pronomes reflexivos e recíprocos, apresentam a seguinte diferença entre eles:

para marcar expressamente a ação reflexiva, acrescenta-se-lhes, conforme a pessoa, a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo, etc.: Joaquim e Pedro enganaram-se a si mesmos. b) para marcar expressamente a ação recíproca, junta-se-lhes, ou uma expressão pronominal, como um ao outro, uns aos outros, entre si: Joaquim e Pedro enganaram-se entre si. Joaquim e Pedro enganaram-se um ao outro. ou um advérbio como reciprocamente, mutuamente: Joaquim e Pedro enganaram-se mutuamente (Cunha; Cintra, 2017, p. 294).

A ideia de reciprocidade é veiculada de forma composicional, pelo verbo inerentemente recíproco ou por uma construção que denota uma interpretação recíproca pela adição de elementos que revelem esse sentido, como “por marido e mulher”, “por esposos” e “mutuo consentimento”. O conteúdo dos assentos de casamentos se configura em expressões formulaicas que se repetem em cada registro, o que de certa forma facilita a prática de escrita dos párocos. Em conformidade com o pensamento de Kabatek (2004), todo texto é submetido ao filtro das regras gramaticais de determinada língua histórica e das tradições discursivas de determinado gênero textual, correspondendo assim, ao princípio da economia. O *scriptor* adapta sua escrita a um determinado modelo preestabelecido ao redigir o seu texto ao invés de criar um modelo completamente novo a cada vez que for exarar um registro.

Portanto, os *scriptores* seguiam as fórmulas “conforme o costume” e preparavam os seus escritos de acordo com as orientações que lhes eram dadas, como podemos observar no seguinte trecho:

A matéria deste Sacramento é o domínio dos corpos, que mutuamente fazem os casados, quando se recebem, explicado por palavras, ou signaes, que declarem o consentimento mutuo, que de presente tem. A fôrma são as palavras, ou signaes do consentimento, em que significão a mutua aceitação. Os Ministros são os mesmos contrahentes (*Constituições...*, 1719, p. 107).

Dessa forma, é notório que o consentimento mútuo é a causa eficaz do casamento e a reciprocidade da ação é elucidada pelo uso das construções recíprocas com o clítico “se”. Bechara (2009, p.148), exemplificando algumas das relações estabelecidas nas construções com o pronome “se”, mostra que a oração “João e Maria se amam”, permite-nos dar outra contextualização para o originário significado de “reflexividade”, acreditando que “João ama Maria” e “Maria ama João”, não teremos uma reflexividade pura, mas uma reflexividade recíproca.

O pronome clítico “se” com valor recíproco foi estudado por Godoy (2008), que realizou um trabalho na Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado *Os verbos recíprocos no PB: interface sintaxe-semântica lexical*. A autora descreveu 126 verbos recíprocos dos 200 identificados no português brasileiro, a partir das diferentes transitividades e grades temáticas desses verbos, assumindo a hipótese de que há propriedades semânticas, presentes na informação lexical dos itens, que determinam seu comportamento sintático.

Com base no levantamento do corpus, a autora analisou o aspecto sintático-semântico da alternância simples-descontínua dos verbos utilizando a proposta de Cançado (2005) para os papéis temáticos, mostramos que a noção de composicionalidade, juntamente com a de acarretamento lexical são essenciais para entender as grades temáticas básicas dos verbos recíprocos.

As construções recíprocas com o clítico se, presentes nos assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX, possuem uma ideia de reciprocidade entre duas pessoas (contraentes/nubentes), a partir de palavras que presencialmente foram proferidas por cada um deles no momento em que receberam um ao outro como esposo(a) por mútuo consentimento. Exemplificaremos os tipos de construções recíprocas encontradas na fonte documental. A **Tabela 11**, a seguir, apresenta os dados coletados dos 231 assentos de casamentos do século XVIII:

Tabela 11 – Construções recíprocas (século XVIII)

Construções recíprocas	Ocorrências	frequência
Se cazaraõ / cazaram	172	74,5%
Se receberaõ / receberam	38	16,5%

Fonte: Elaboração própria.

A **Tabela 11** traz muitas revelações significativas, incluindo a altíssima porcentagem do uso da expressão formulaica “se casaram/ casaraõ”, utilizada pelos *scriptores*, obedecendo ao formulário preestabelecido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719) que

apresentava o esquema: “se casarão em face da Igreja solemnemente por palavras” (*Constituições...*, 1719, p. 130), predominando a prática da escrita convencionada entre a intertextualidade e a interdiscursividade. O mesmo ocorreu em outros registros que seguiram o modo de dizer conforme o Ritual Romano (1958[1614]), quando os noivos se recebem com mútuo consentimento, o que também demonstra a tradição conservadora do gênero.

Ambas as construções apresentadas pela **Tabela 11** podem ser interpretadas reciprocamente pela presença do clítico, embora o verbo casar é inerentemente recíproco. Porém, não só de construções recíprocas foi anunciado o ato do casamento. Em alguns casos, devido a situações diversas, embora houvesse o mútuo consentimento dos noivos, as construções utilizadas não expressaram sintaticamente a reciprocidade esperada. Vejamos alguns exemplos:

(146) “[...] **foi celebrado** o matrimonio de | manham presentes as testemunhas [...]” (1725, f. 8 r.).

(147) “[...] o R. P.^e Frey Vitalianno de Millano Missionario | Capuxinho **acistio ao Matrimonio** dos Contrahentes [...]” (1726, f. 8 v.).

(148) “Aos sinco dias do mes de Março de mil ecete centos evinte eSeis nesta Igreja de Santo Antonio do Urubu **acisti ao Matrimonio** dos Contrahentes [...]” (1726, f. 9 r.).

(149) “[...] Sendo presentes p testemunhas Joaõ de Souza | Freire e o capitão Domingos Alvres de Matos, pessoas conhe | cidas, **Revalidaraõ o matrimonio** em face de Igreja Solemnemente p palavras [...]” (1732, f. 24 v.).

(150) “[...] **Se Recebeo por Seo porcurador** asima p Cap.^{am} Fr.^{co} Carrilhos dos Reis por palavras em virtude da Procurasam [...]” (1742, f. 51 v.).

Vimos nos exemplos de (146) a (150) que, os verbos não apresentam reciprocidade porque estão descrevendo uma ação realizada pelo pároco. Os noivos não são os protagonistas na cena descrita. Em (149), os noivos tiveram o casamento anulado, e só depois de conseguirem as dispensas necessárias, revalidaram o matrimônio. No caso descrito, o *scriptor* não registrou o ato do casamento como o costume, por ser uma situação atípica. Em (150), a construção com o clítico se, nesse caso especial, não denota reciprocidade devido a peculiaridade do casamento

ter sido realizado por procuração. O *scriptor*, registra “por palavras em virtude da procurasam”, ao invés de utilizar a expressão usual “por palavras de presente”. O noivo não estava presente para o mútuo recebimento, conforme manda o Ritual Romano (1958 [1614]).

Vejamos agora as fórmulas utilizadas pelos *scriptores* do século XIX para o registro do ato do casamento. No corpus constituído por 688 assentos de casamentos, em nenhum deles foi utilizado a fórmula “se casarão em face da Igreja solemnemente por palavras” (*Constituições...*, 1719, p. 130), predominando o uso da construção “se receberam em matrimônio”, que pelo contexto expressa reciprocidade.

Assim como nos assentos de casamentos do século XVIII, encontramos construções que não expressavam reciprocidade ao descrever o ato do casamento. Vejamos alguns exemplos:

(151) “[...] **asisti ao Matrimonio**, q’ solemnem.^{te} celebração [...]” (1810, f. 18 v.).

(152) “[...] **asistio ao Matrimonio** de [...]” (1809, f. 17 r.).

(153) “[...] e das test.^{tas} abaixo nomeadas, **uni em Matrimonio**, e dei as Benções Nupciaes [...]” (1848, f. 124 v.).

(154) “[...] **uni em Matrimonio**, e dei | as Benções Nupciaes na forma do Ritual Romano aos meus Fregueses [...]” (1848, f. 123 v.).

Como vemos em (151) e (152), o verbo assistir não é inerentemente recíproco e não há um contexto interno para indicar a reciprocidade. Os exemplos de (153) e (154) não estão acompanhados do clítico “se” devido a descrição da ação está centrada em uma terceira pessoa que praticou a ação de celebrar o casamento. Na pesquisa de Godoy (2008), em seu corpus formados por 126 verbos recíprocos, a autora classifica o verbo unir como recíproco, ilustrando com os seguintes exemplos: forma simples: “Um interesse comum uniu João e Maria”; forma descontínua: “Um interesse comum uniu João com Maria”. Então, temos uma reciprocidade no verbo unir, quando o pároco registra que uniu em matrimônio os contraentes.

Retomando o uso da expressão “se receberam em matrimônio”, predominante nos assentos de casamentos do século XIX, observamos as variações ocorridas nessa construção em relação ao comportamento do clítico “se”. Galves e Lobo (2019) ao investigarem os clíticos pronominais em atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos do século XIX, descrevem esse fenômeno como o mais instigante e abordado na sincronia e na diacronia da língua portuguesa

tanto no Brasil quanto em Portugal, o que hoje possibilita compreendê-lo na sua amplitude e complexidade, a partir de parâmetros históricos, geográficos, sociais e de standardização da língua. As autoras analisam a prática de escrita de afro-brasileiros e africanos buscando identificar os diversos padrões atestados na diversidade histórica e dialetal da língua portuguesa e também em que medida estão em conformidade com o prescrito pela norma-padrão.

Em relação aos assentos de casamentos do século XIX, uso frequente do pronome clítico “se” em início de sentença, característica do uso popular da língua, aparece na maioria dos registros paroquiais, gênero com alto grau de formalismo. A hipótese levantada por Castilho (2014, p. 485-487) é que a prática de escrita era reflexo da tendência do uso da próclise no século XVI, quando começam a chegar os primeiros colonizadores portugueses ao Brasil, sendo só a partir do século XIX que as gramáticas escritas no Brasil retomam o uso em direção à ênclise.

Como dito anteriormente, o verbo casar não foi utilizado na fonte documental do século XIX, e o clítico “se” com função recíproca acompanhou somente o verbo receber. A **Tabela 12** mostra a posição do clítico “se” nas construções. A disposição dos dados na referida tabela levou em consideração as diversas grafias encontradas na documentação.

Tabela 12 – Posição do clítico se

Próclise	Ocorrências	Ênclise	Ocorrências	Ø	Ocorrências
serecebeo	1	Recebeo se	2	Recebeu	1
Se recebeo	25	Receberam se	6	recebeo	28
sereceberam	3	Receberão se	17	receberam	7
sereceberão	101	Receberão-se	3	receberão	110
sereceberão	50	Receberão se	6	receberão	19
sereceberão	38			receberão	8
Se receberão	1			receberão	3
Se receberão	159				
sereceberão	8				
Se receberão	24				
Total	410		34		176

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos observar na **Tabela 12**, foram encontrados 410 dados de próclise, o que equivale a 60% do total dos 688 assentos de casamentos do século XIX, e 34 ocorrências de ênclise, equivalente a 5% do total. As construções recíprocas em que os *scriptores* não grafaram o clítico “se” representam 25%. A soma restante equivale às construções que não expressavam reciprocidade, como os exemplos descritos em (151) a (154).

Nos achados de Galves e Lobo (2019), as atas redigidas pelos afro-brasileiros, em um total de 1.124 ocorrência de clíticos, 530 (54,8%) apresentaram na posição pré-verbal. Nas atas redigidas pelos secretários africanos, em 99 ocorrências, Galves e Lobo (2019) observaram que os escreventes apresentaram uma sintaxe portuguesa padrão, caracterizada pelo uso categórico da ênclise em verbos em posição inicial absoluta.

Retomando os dados evidenciados na **Tabela 12**, as construções recíprocas apresentaram variações na colocação pronominal, sendo o uso da próclise o mais recorrente, reflexo da preferência que se deu no século XVI e pela influência da tradição documental que normatizava a forma e conteúdo dos assentos de casamentos. De acordo com Galves e Lobo (2019, p. 124), ao investigarem as atas do século XIX, perceberam que o verbo está em posição inicial absoluta, porém, quer seja pela ausência de pontuação, pela flutuação no uso de maiúsculas e minúsculas ou por critérios variáveis de segmentação do vocábulo gráfico, sua identificação não é imediatamente óbvia nos textos. A referida observação das autoras também foi percebida por nós, nos registros de casamento do sertão do São Francisco, o que nos leva a inferir que a mesma situação levava os *scriptores* à hesitação no momento da escrita.

Nesta subseção, apresentamos as construções recíprocas com o clítico “se” com verbo inerentemente recíproco, como é o caso do verbo casar e com verbo não recíproco, como o verbo receber, que pode ser interpretado com a ideia de reciprocidade devido ao contexto em que está inserido e pela função de reflexividade recíproca do clítico “se” que o modifica.

Na subseção a seguir, abordamos o uso dos verbos constativos e performativos.

7.4 Verbos constativos e performativos

O objetivo desta subseção consiste em analisar algumas características da diversidade linguístico-discursiva dos assentos de casamentos do sertão do São Francisco, tomando como objeto uma amostra dos verbos constativos e performativos (Austin, 1990 [1962]). A constituição textual do gênero assento de casamento segue um modelo instituído pela Igreja Católica e apresenta maior distanciamento comunicativo, representando um “resíduo de ação”, um registro oficial para efeitos legais da ação realizada por um casal que se uniu em matrimônio (Barros, 2019, p. 41).

A questão que norteia o percurso desta subseção é de que modo os verbos constativos e performativos evidenciam traços da diversidade linguístico-discursiva em um corpus histórico como os arquivos paroquiais escritos no sertão do Rio São Francisco? E como hipótese inicial, propõe-se que o modelo teórico das tradições discursivas, através da combinação de elementos

de evocação e repetitividade dos textos, permite a identificação da tradicionalidade linguístico-discursiva do gênero assento de casamento.

A teoria dos atos de fala foi formulada por John Langshaw Austin (1971) e reelaborada por John R. Searle (1977). Austin (1990) ressalta que os verbos podem ser classificados em dois grupos: os constativos e os performativos. Os constativos descrevem o estado das coisas e são verdadeiros ou falsos. Os performativos não são descrições de estados de coisas, e sim, correspondem à execução de uma ação.

Os verbos performativos apresentam-se em primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na voz ativa. Austin (1990, p. 24) cita o exemplo “Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth”, quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio, evidenciando a funcionalidade do verbo performativo, assim como no trecho retirado de um assento de casamento: “[...] assigno com as Testemunhas [...]” (1851, f. 142 v.), utilizado ao realizar uma ação, e não apenas usado para descrever ou informar algo.

Austin (1990, p. 64) chama a atenção para os obstáculos em relação ao uso do verbo performativo, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, por constituir um uso peculiar, de modo semelhante ao presente “histórico”, para descrever atos realizados em outro tempo e em outro lugar. Para melhor ilustrar, encontram-se em (155) e (156), amostras do corpus em estudo:

(155) “**Declaro** que foraõ tes^{ttas} [...]” (1842, f. 89 r.).

Em (155), o verbo performativo “Declaro”, ao ser proferido na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa, na circunstância apropriada, não descreve o ato, mas indica a realização propriamente dita da ação. Como postula Verceze (2013, p. 133), “a intenção não é a de se fazer afirmações falsas ou verdadeiras e nem tão pouco os enunciados são usados apenas para informar, mas para realizar vários tipos de ação, ou seja, o que importa é realização do ato pelo sujeito”.

(156) “ep.^a constar **mandei** fazer este assento” (1819, f. 25 v.)

Em (156), “mandei” representa um constativo de um performativo realizado pela primeira pessoa num tempo passado (pretérito perfeito). A pessoa verbal dos performativos nem sempre realiza o ato performativo, podem aparecer no tempo passado e também em outra pessoa (Verceze, 2013, p. 134).

Austin (1990) ainda examina três tipos de ações de atos de fala: ato locucionário (dizer algo); ato ilocucionário (argumentar) e ato perlocucionário (convencer). O autor explica que o ato de dizer, enunciar, proferir determinada sentença é um ato locucionário, enquanto que o ato ilocucionário é produzido ao dizer alguma coisa e como as palavras devem ser compreendidas, como um conselho ou ordem, por exemplo. Já o ato perlocucionário, refere-se aos efeitos ou consequências produzidos pelo fato de dizer qualquer coisa.

Koch e Oesterreicher (2007[1985], p.95) esclarecem que pesquisas em pragmática linguística e teoria de atos de fala mostram que, quando falamos ou escrevemos, não só representamos estados de coisas, mas também ações linguísticas. Os chamados atos ilocucionários não constituem categorias histórico-idiomáticas, mas são baseados em padrões básicos da interação universal, que, no nível histórico, configuram-se como esquemas discursivos não especificamente idiomáticos.

Kabatek (2001) esquadrinhou uma amostra de textos jurídicos escritos em castelhano dos séculos XII e XIII, cujos documentos expressam normas institucionalmente fixadas para o comportamento dos indivíduos na sociedade. Com base no modelo de análise das Tradições Discursivas, o autor examinou as continuidades e discontinuidades da evolução textual, sendo o foco do estudo a possível evolução linguística paralela.

Quanto a certas particularidades de sua investigação, Kabatek (2001) assinala que os atos de fala, ou seja, as normas jurídicas, são textos performativos através dos quais o próprio ato de jurisdição é realizado. Com o pressuposto dado de que o caráter performativo é constituído por dois elementos: são textos feitos de um poder (uma pessoa, uma instituição) que tem o direito e a capacidade de praticar tais atos, e, ao mesmo tempo, são textos que contêm marcas performativas que relacionam o poder ao conteúdo normativo, marcas, resultando na obrigatoriedade do que foi dito para a sociedade (Kabatek, 2004, p. 250).

No contexto de produção do gênero assentos de casamentos, em que os *scriptores* (párocos) têm um poder instituído pelo Estado e pela Igreja, ao mesmo tempo em que seguem normas da tradição diplomática, os textos também expressam tradições culturais. De acordo com Simões e Costa (2009, p. 38), produzir um texto significa realizar uma ação e determinadas ações são típicas e recorrentes a determinados modelos textuais para facilitar a produção textual.

Retomando a teoria de Austin (1990, p. 26), o proferimento de certas palavras é uma ocorrência na realização do ato de fala, também alvo do proferimento. O autor acrescenta que é necessário que as circunstâncias em que as palavras foram proferidas sejam, de algum modo, apropriadas, a exemplo do padre dizer na cerimônia do casamento: “Eu vos declaro marido e mulher”. O mesmo enunciado dito por outra pessoa em outra ocasião não seria apropriado.

Nesse contexto, podemos localizar verbos constativos e performativos utilizados no ritual do casamento e presente no gênero assento de casamento que indicam uma intenção, cristalizada historicamente, cujo comportamento de tais verbos apresenta certa regularidade em relação às tradições e modelos que estruturam os textos.

Considerando os traços fundamentais que definem tais estruturas, de acordo com a classificação de Austin (1990) dos verbos constativos e performativos, foram identificados, com predominância, em determinadas partes do texto, especialmente no (i) ato do casamento e no (ii) ato do registro e assinatura(s):

a) verbos performativos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa, como mostram alguns exemplos retirados do corpus, expostos em (157) a (160):

(157) “[...] como hé costume, eu o **afianço** aSsim devido, [...]” (1806, f. 9r.).

(158) “[...] e p.^a constar, **faço** este termo em o qual me **assigno** com as Testemunhas” (1855, f. 142 v.).

(159) “[...] *Era ut supra* **declaro** que foraõ tes^{ttas} de ambos os cazamentos [...]” (1842, f. 89 r.).

(160) “[...] e **afirmo** em fe de Parochi, ep.^a constar Lancei este assento em que me assinei” (1820, f. 30 r.).

Nesta sequência de exemplos, os verbos performativos se prestam para a realização de certos atos locutórios, ou seja, “o ato realiza-se enunciando uma frase, torna o ato linguístico de dizer” (Verceze, 2013, p. 135). Os *scriptores* (párocos) usam os verbos “afianço”, “faço”, “assigno”, “declaro” e “afirmo” para realizar uma ação no ato de enunciar. Os enunciados performativos não descrevem, não relatam, nem constata nada e não se submetem ao julgamento de verdadeiro ou falso (Austin, 1990).

b) Verbos constativos de um performativo realizado por uma 3ª pessoa. Em (161) a (165), seguem alguns exemplos:

(161) “[...] em m.^a prezença se **Recebeo** em Matrimonio [...]” (1818, f. 25 r.).

(162) “[...] se **Receberam** em Matrimonio corrido os banhos [...]” (1818, f. 26 v.).

(163) “[...] lhes **deo** as bençaons da Igreja [...]” (1819, f. 26 v.).

(164) “[...] R.^{do} P.^e Delfino Machado de Farias q’ **fez** este cazamento [...]” (1836, f. 79 v.).

(165) “[...] p.^a fis este assento que **assignou** o d. ° Rd. ° Parocho [...]” (1836, f. 28 r.).

Constatamos que os verbos “Recebeo”, “Receberam”, “deo”, “fez” e “assignou”, descrevem ou relatam estado de coisas e estão sujeitos a uma avaliação de verdadeiro ou falso. Os enunciados constativos não podem ser entendidos como ações de promessas ou concordância, mas como afirmações, descrições ou relatos, como é possível observar nos exemplos de (161) a (165). Para Austin (1990), tais enunciados serão verdadeiros se forem atendidas certas condições de adequação, por exemplo, o casamento será válido se a pessoa que pronunciar a fórmula estabelecida tiver autoridade legal para executar a ação.

Os *scriptores* usam expressões formulaicas ao seguir um ritual (*Rituale Romanum*, 1614), e com isso, comprometem os contraentes a agir e comportar-se de acordo com uma nova situação, por exemplo, ao enunciar “se Recebeo/ se Receberam em Matrimônio”, constata-se que a ação realizada traz implicações sociais.

c) Verbos constativos de um performativo realizado pela primeira pessoa num tempo passado, como é ilustrado em (166) a (171):

(166) “[...] qd.^o **tomei** conta da Freg.^a [...]” (1840, f. 84 r.).

(167) “[...] ep ara constar **lavrei** este aSento emq. ´ assignei [...]” (1836, f. 79 r.).

(168) “[...] pellas quatro horas da tarde **aSsisti** aoma trimonio de Manoel Ribr.^o e Luciana de Sirqueira [...]” (1807, f. 11 r.).

(169) “[...] de que para constar **fiz** opresentetermo [...]” (1804, f. 2 r.)

(170) “[...] elogo lhedei as benças nupciaes [...]” (1819, f. 25 v.)

(171) “[...] aqui fiel.^e **extratei** p.^a q’ atodo tempo conste”. (1805, f. 136 v.)

As sentenças de (166) a (171), com destaque para os verbos “tomei”, “lavrei”, “assisti”, “fiz”, “dei” e “extratei”, representam declarações que podem ser usadas para descrever uma ação que foi realizada, e que pode ser verificada se é verdadeira ou falsa em relação aos fatos.

O discurso jurídico-religioso dos assentos de casamentos é composto por um conjunto de fórmulas recorrentes e “temas que se tornam dizíveis e à forma pela qual se diz algo” (Simões; Costa, 2009, p. 37). No que diz respeito aos verbos constativos e performativos, observa-se a presença de verbos somente no indicativo que seguem padrões que transmitem geralmente um tipo de ato, completamente ritualizado pelos traços da tradicionalidade dos textos reguladores, determinado pelo conteúdo, pela funcionalidade e contexto sócio-histórico e cultural que combinam com a tradicionalidade linguística.

As tradições discursivas são conhecimentos culturais, ou seja, um repertório de normas culturais que os falantes adotam para realizar com sucesso atos de fala e para resolver os desafios colocados pelas tarefas e situações comunicativas (Schrott, 2021, p. 502). A configuração das formas verbais apresentadas como tradições discursivas mostra a variedade de meios pelos quais os atos de fala se manifestam nos assentos de casamentos analisados. O princípio das tradições discursivas é fundamental para o estudo das estratégias de verbalização evidente em uma fonte serial, padronizada por modelos e formas preestabelecidas que delineiam o texto através das diversas tradições discursivas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, enfatizamos a importância do modelo de análise das Tradições Discursivas para a investigação da historicidade da tradição (repetição) de determinados textos ou de determinadas formas de texto e o enfoque multidisciplinar para entender as manifestações textuais. O gênero assento de casamentos segue as tradições das *Ordenações do Sagrado Concílio Tridentino* (1545-1563), do *Rituale Romanum* (1614) e das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), desde a sua estruturação, aos fatos narrados, as fórmulas textuais e o uso de vocábulos que evocam esses textos.

Além disso, os registros paroquiais cumprem os princípios jurídico-religiosos de cada época, com o objetivo evangelizador de dilatar a fé entre os povos e o controle populacional pela Coroa portuguesa e contém os dados necessários – data, diligências, resultado das diligências, testemunhas, ato do casamento, ato do registro e assinatura – para constituir um documento legal. As expressões formulaicas estão presentes em todo o texto e seguem uma tradição diplomática que perdura por séculos, embora apresentem variações ao longo do tempo. Os textos são constituídos de evocações, repetições e inovações, e o interesse pelo conservadorismo se constituiu para verificar a norma culta da língua, e, também, os traços de mudanças e da oralidade presentes nos registros permitiram identificar o estado da língua portuguesa em épocas pretéritas.

Sob a esteira teórica-metodológica da Sociolinguística Histórica, buscamos investigar o uso da língua, conforme a prática de escrita dos *scriptores* do sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX, com base na perspectiva sócio-histórica para reconstruir o comportamento de comunidades históricas e entender as condições sociais em que os documentos foram gerados. Levando em consideração o apelo de Labov (1994) em fazer o melhor uso dos dados ruins, estávamos cientes dos obstáculos que surgiriam em um estudo diacrônico para a reconstrução do cenário linguístico e sócio-histórico, devido as possíveis perdas, lacunas e informações incompletas ou inexistentes da documentação pesquisada.

Apesar disso, através da riqueza das informações presentes nas linhas e entrelinhas dos assentos de casamentos, foi possível reconstruir o microcosmo social do sertão do São Francisco, abarcado pelas duas freguesias estudadas. A fonte documental testemunhou os espaços de sociabilidade, diferentes aspectos da vida quotidiana das pessoas (política, militar, religiosa e social), o perfil social dos *scriptores* e o uso da língua refletido nos textos, sendo possível documentar a língua do passado e verificar as mudanças implementadas ou em curso,

observáveis nos registros deixados pelos *scriptores*, representativos dos valores linguísticos de seu tempo.

A aplicação dos conceitos filológicos foi indispensável para examinar e editar os textos, visando à análise linguística em uma perspectiva histórica. Para isso, foi necessário recorrer às ciências auxiliares, como a Paleografia que permitiu reconhecer o modo de escrita de cada *scriptor*; a Codicologia que possibilitou o estudo da estrutura física dos manuscritos; e também, a Diplomática que auxiliou nos estudos da tipologia textual e da estrutura formal dos textos. A possibilidade de empregar em conjunto o conhecimento das especificidades de cada uma dessas ciências, permitiu uma aproximação maior ao gênero, aos *scriptores* e ao contexto sócio-histórico de produção.

Analisar as regularidades e peculiaridades de alguns aspectos paleográficos, como os aspectos gráficos, reclames, as abreviaturas, as consoantes sibilantes e as assinaturas dos *scriptores* foi de fundamental importância para ampliar o campo de análise filológica e linguística. Os vestígios do uso dos aspectos gráficos contribuíram para a compreensão da escrita em tempos pretéritos. Quanto ao uso dos reclames, esse artifício paleográfico foi mais produtivo no manuscrito do século XVIII. Os *scriptores* repetiam a última palavra no próximo fólio com o intuito de indicar a sequência, agilizar a leitura, e caso os fólios fossem desprendidos, facilitaria a recomposição. Já no manuscrito do século XIX, o uso dos reclames foi pouco utilizado pelos *scriptores*. Ao observar a estrutura dos textos, verificamos que a maioria dos assentos estavam organizados dentro da própria mancha do fólio, não sendo necessário continuar o texto no fólio seguinte.

Quanto ao uso das abreviaturas, os *scriptores* do século XVIII e XIX utilizaram este expediente no momento da escrita, embora não fosse recomendado pelas *Contituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719). Os manuscritos apresentaram diferenciados tipos de abreviaturas, a saber: letras sobrescritas, siglas, suspensão ou apócope, contração ou síncope e alfanumérica. O uso das abreviaturas nos registros paroquiais leva a inferência de que os *scriptores* seguiam as influências da época, da tradição documental e a liberdade de abreviar, motivada pela ausência de normatização, o que levava à hesitação gráfica no momento da escrita.

No que concerne à representação gráfica das consoantes sibilantes, ficou evidenciada a troca frequente dos grafemas que representam as sibilantes surdas e sonoras, o que bem poderia ser entendido como um indício da influência do período fonético da ortografia portuguesa, em que se busca escrever de forma como se fala. Oesterreicher (1996) aponta que em certas situações comunicativas, até mesmo a escrita de pessoas cultas, o texto pode ser afetado pela

espontaneidade ou pelo *lapsus calami*, favorecendo o uso de marcas da imediatez comunicativa em textos que deveriam ser elaborados com o padrão ideal da língua.

Em seguida, apresentamos a análise das assinaturas dos *scriptores* presentes no final de cada assento de casamento, baseada na escala elaborada por Magalhães (1996) que utilizou as seguintes dimensões de análise: a) destreza e segurança do traço; b) correção gramatical; c) traçado e ligação das letras e d) alinhamento e harmonia/ equilíbrio de conjunto. Os *scriptores* do sertão do São Francisco eram homens com formação escolar e pertenciam a uma elite intelectual daquele microcosmo social e suas assinaturas aproximaram das dimensões 4 (assinatura caligráfica; estilizada) e 5 (assinatura pessoalizada; criativa), revelando o domínio e a prática da escrita.

No que se refere a sistematização dos resultados, a análise da macroestrutura e da microestrutura dos textos foi realizada de acordo com a tradicionalidade composicional, a tradicionalidade do diálogo intertextual e a tradicionalidade linguístico-discursiva. Considerando o corpus como uma fonte serial, foi possível analisar a partir da abordagem qualitativa e quantitativa. No entanto, apenas alguns dados foram quantificados para demonstrar a recorrência dos itens linguísticos no processo analisado.

Desta forma, no que se refere à tradicionalidade composicional, os resultados apontam que a dimensão estrutural (macroestrutura), referente à tipologia textual e às partes que compõem os assentos de casamentos traz variações na ordem dos dados ou nos atos, além de revelar os aspectos culturais e sócio-históricos em que estão inseridos, dando margem às inovações de estruturas linguísticas. A análise de cada uma das partes que compõem os assentos de casamentos permitiu observar as repetições estabelecidas com os textos normatizadores, além da evocação que se refere ao conteúdo dos textos.

Apesar da estrutura fixa, marcada por uma forte tradição jurídico-religiosa, os registros apresentam certa variedade formal, existindo sequências discursivas diferentes usadas pelos *scriptores* de acordo com a situação contextual em que cada assento foi exarado. Os costumes da escrita dependem das práticas de uma comunidade de um determinado período, estabelecida pela tradição diplomática, por uma condição predeterminada e estrutura repetitiva, além de considerar os fatores sócio-históricos, textuais e estilísticos como condicionantes da variação na escrita e da atitude e hábitos dos *scriptores* dentro da comunidade de prática.

Em relação a tradicionalidade no diálogo intertextual, tanto nos manuscritos do século XVIII como no século XIX havia evocações explícitas e implícitas aos textos modeladores. Nas partes dos textos que se referem, principalmente, às denúncias e às bênçãos nupciais, embora não seja uma uniformidade, a referência direta é mais latente. A composicionalidade dos

assentos de casamentos apresenta características linguísticas próprias da temática da linguagem jurídico-religiosa das fontes eclesiais, o que nos permitiu reconhecer que os textos incorporam convenções de diferentes tipos de textos de acordo com as diferentes práticas sociais.

Os registros paroquiais são produzidos em diferentes culturas, portanto, são elaborados em diferentes idiomas. Ao analisar as dimensões estruturais e linguístico-discursivas de assentos de casamentos em outros idiomas, observamos as semelhanças e diferenças encontradas no mesmo gênero textual de culturas diferentes. O resultado nos permitiu comprovar que as tradições discursivas passam de um idioma para outro, criando um elo entre a história social e a história de uma língua.

No que diz respeito à tradicionalidade linguístico-discursiva, os registros paroquiais do sertão do São Francisco refletem o uso concreto da língua em sua dinamicidade e heterogeneidade dentro de seu contexto sócio-histórico de produção. Do ponto de vista sintático, analisamos as construções absolutas com participio, as construções absolutas com gerúndio, as construções recíprocas com o clítico “se” e os verbos constativos e performativos.

A análise das construções absolutas com participio constatou que em 176 dos 231 assentos do manuscrito do século XVIII, ou seja, em 76% das ocorrências encontradas, a fórmula fixa “Feitas as denúncias / diligências”, foi preservada com a integridade apresentada no texto modelador. Os *scriptores* revelaram uma economia na escrita, o que, no entanto, não seria falta de habilidade linguística, mas a existência de forças refratárias à inovação, deixando suas marcas no texto. Por outro lado, na fonte documental do século XIX, tais construções continuaram na organização textual, mantendo as fórmulas canônicas, porém, constatamos que as tradições discursivas oscilavam entre os polos do conservadorismo e dinamismo.

Analisando as construções absolutas com gerúndios, verificamos que o uso em sua forma simples foi mais utilizado do que na forma composta. Na maioria dos casos, as construções com gerúndio foram utilizadas para indicar as denúncias ou os impedimentos e também para apresentar as testemunhas. No corpus do século XVIII, o gerúndio foi bastante produtivo na estrutura do texto que se referia às testemunhas, perfazendo um total de 170 ocorrências em 231 assentos de casamentos, representando 73,6%. No mais, o gerúndio apareceu em outras situações de forma mais isolada, sem apresentar recorrência em uma fórmula fixa. No que tange aos assentos de casamentos do século XIX, os *scriptores* utilizaram os vínculos de tradição que se estabeleciam entre os registros paroquiais e os textos modeladores, embora essa relação apresentasse traços de inovação e dinamismo. As

construções absolutas com gerúndio foram frequentes em outras partes do texto, além da indicação das testemunhas e das denúncias ou impedimentos, como ocorreu no corpus do século XVIII.

O estudo das construções recíprocas com o clítico “se” consistiu em analisar o sentido de reciprocidade em orações com os verbos casar e receber. A análise tentou mostrar que as construções podem ser interpretadas reciprocamente por indicação do contexto da celebração nupcial. Somente no corpus do século XVIII, os *scriptores* utilizaram o verbo casar, inerentemente recíproco, perfazendo 172 ocorrências no total dos 231 assentos de casamentos, enquanto que o verbo receber foi utilizado em 38 registros.

Quanto ao corpus do século XIX, predominou o uso da construção “se receberam em matrimônio”, não sendo utilizado em nenhum registro o verbo casar. Ao observar o uso do contexto de reciprocidade do verbo receber nos registros do século XIX, chamou a atenção a variação da posição do clítico “se” nas orações. Do total de 688 registros, 410 (60%) foram ocorrências de próclise, 34 casos de ênclise (5%) e em 176 (25%) os *scriptores* não gravaram o clítico e também houve registros em que o ato do casamento foi descrito em contexto que não expressava reciprocidade, perfazendo os 10% restantes. O resultado do uso predominante da próclise, conforme Castilho (2014), é o reflexo da tendência do uso da próclise no século XVI, quando começam a chegar os primeiros colonizadores portugueses ao Brasil, sendo só a partir do século XIX que as gramáticas escritas no Brasil retomam o uso em direção à ênclise.

No que tange aos verbos constativos e performativos, Austin (1990) descreveu a construção dos conceitos de ato de fala desvendados através da expressão linguística que não consiste, apenas, em dizer algo, mas em fazer algo. Tais verbos, presentes nos assentos de casamentos, são caracterizados como tradições discursivas, de acordo com as condições apontadas por Kabatek (2006; 2008; 2018): repetições linguísticas, cristalização de determinadas fórmulas ao longo do tempo e partículas que evocam momentos históricos.

A respeito do comportamento dos verbos constativos e performativos, foi observado que as formas se apresentam de modo recorrente e se fixam como tradições discursivas ao longo do percurso histórico do gênero, cristalizado em sua microestrutura e no discurso/escrita dos *scriptores*, confirmando a hipótese de que a recorrência da combinação de elementos, evocação e repetitividade permite a identificação das tradições discursivas de determinado gênero textual.

Desta forma, de acordo com os objetivos definidos, procuramos responder à pergunta sobre as mudanças e permanências pelas quais os assentos de casamentos do sertão do São Francisco sofreram e a relação estabelecida entre a história da língua e a história desse gênero textual. A investigação sobre as tradições discursivas e os sistemas linguísticos revelaram a

memória cultural de uma determinada comunidade presentes nos padrões universais e particulares no processo de transmissão dos textos e na manifestação concreta do uso da língua.

A hipótese inicial de que a identificação de uma tradição discursiva é uma combinação particular de elementos de um texto, que ocorrem com frequência e estabelecem dimensões textuais com base em funções discursivas compartilhadas foi confirmada nas diferentes tradicionalidades analisadas e suas formas repetidas e evocadas de dizer algo no tempo e no espaço, revelando que os textos possuem uma história.

O objetivo central foi analisar os fenômenos relativos às tradições discursivas nos assentos de casamentos do sertão do São Francisco dos séculos XVIII e XIX para que a documentação paroquial testemunhasse a história da língua e deste gênero textual através das diferentes tradicionalidades estudadas. Em relação aos objetivos específicos, a investigação da tradicionalidade composicional, da tradicionalidade no diálogo intertextual e na tradicionalidade linguístico-discursiva encontrou uma concorrência entre os dois polos, o conservadorismo e a inovação. Como a elaboração dos assentos de casamentos seguiam a tradição diplomática, a tendência para o conservadorismo foi mais latente. Quanto à dimensão sócio-histórica que caracteriza os modelos textuais, os *scriptores*, embora seguindo as regulamentações específicas dessa tradição discursiva, revelaram em sua escrita, os reflexos das tradições culturais e do contexto sócio-histórico daquele microcosmo do sertão do São Francisco.

Para estudos futuros, pretendemos prosseguir nas investigações através dos arquivos paroquiais escritos no sertão do Rio São Francisco através do labor filológico para examinar e editar os textos, bem como continuar analisando os diversos fenômenos que ocorrem continuamente na língua, por exemplo, as ocorrências ortográficas, aspectos lexicais, semânticos, morfológicos, sintáticos e discursivos e também, promover o uso de documentos históricos no ensino da educação básica para o estudo da língua, história e cultura por meio das fontes documentais.

Por fim, acreditamos que a presente tese possa complementar os estudos já realizados na perspectiva das tradições discursivas, bem como contribuir para as futuras investigações diacrônicas, sobretudo sobre os arquivos paroquiais escritos no sertão do Rio São Francisco, visando a reconstrução sócio-histórica do Português Brasileiro.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias manuscritas digitalizadas

CARTA do provedor-mor da Fazenda Real Luís Lopes Pegado Serpa ao rei [D. João V] dando parecer sobre o requerimento do vigário da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo João Gomes de Sousa, em que pede ordem para que se faça a capela mor, sacristia e casa de fábrica de sua igreja. Arquivo Histórico

Ultramarino_Administração_Central_Conselho_Ultramarino_Bahia, Cx.77, D. 6380.

LISTA das informações e discripções das diversas freguesias do Arcebispado da Bahia, enviadas pela Frota de 1757, em cumprimento das Ordens régias expedidas pela Secretaria d'Estado do ultramar no anno de 1755. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Bahia, Cx. 15, D. 2666.

LIVRO de assentos de batismos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco. Data-limite: 1753-1773. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

LIVRO de assentos de casamentos e óbitos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco. Data-limite: 1719-1757. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

LIVRO de assentos de batismos da Freguesia de São José da Carinhonha. Data-limite: 1804-1817. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

LIVRO de assentos de batismos da Freguesia de São José da Carinhonha. Data-limite: 1818-1833. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

LIVRO de assentos de casamentos da Freguesia de São José da Carinhonha. Data-limite: 1804-1857. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa-BA.

PLANTA da Freguezia de Santo Antonio do Orubú de baixo do Rio de S. Francisco, no Arcebispado da Bahia. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Bahia, Cx. 15, D. 2709.

RELAÇÃO dos logares, povoações e distancias da Freguezia de Santo Antonio de Villa Nova Real do Rio de S. Francisco, pelo Vigario Joaquim Marques de Oliveira. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Bahia, Cx. 15, D. 2708.

RELAÇÃO dos logares, povoações e rios da Freguezia de Jesus Maria José e S. Gonçalo do Pé do banco, no Arcebispado da Bahia, pelo Vigário João Cardoso de Sousa. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Bahia, Cx. 15, D. 2712.

REQUERIMENTO de João de Souza, Vigário colado da Freguesia de Santo Antônio da Vila Real do São Francisco, ao Rei [D. João V], solicitando ajuda para as obras da Igreja. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Bahia, Cx. 06, D. 34.

REQUERIMENTO de João Gomes de Sousa ao rei [D. João V], solicitando provisão de mantimentos do qual foi provido na Igreja Matriz de Santo Antônio do Urubu Arcebispado da Bahia. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Bahia, Cx. 33, D. 3000.

REQUERIMENTO do Padre João Gomes de Souza, Vigário Colado da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, ao Rei [D. João v], solicitando que se faça uma igreja maior pois a que existe é pequena e de taipa. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Bahia, Cx. 06, D. 24.

REQUERIMENTO do vigário da igreja de Santo Antônio do Urubu de baixo do Arcebispado da Bahia João Gomes de Sousa ao rei [D. João V] solicitando provisão para que lhe paguem mais trinta mil réis de cõgrua. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Bahia, Cx. 86, D. 6658.

Fontes primárias impressas digitalizadas

BARBOSA, Jeronymo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou princípios da grammatica geral applicados à nossa linguagem**. 5. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871[1822]. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6903>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; 1728. Disponível em: <http://purl.pt/13969>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. XX, 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CASTILHO, A. T. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

CONCÍLIO DE TRENTO (1545-1563). O sacrossanto, e ecumênico Concilio de Trento em latim e portuguez / dedica e consagra, aos Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reyceud. Lisboa: Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781. Disponível em: <https://purl.pt/360/4/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

CONSTITUIÇÕES PRIMEYRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA feytas, & ordenadas pelo Illustrissimo e Reuerendissimo Sor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo do Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade, propostas e acceytas em o Sinodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa Occidental: na Officina de Paschoal da Sylva, Impressor de Sua Majestade, 1719. Disponível em: <https://purl.pt/24092>. Acesso em: 09 jun. 2022.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7.ed., Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DUARTE, A. da C. **Compendio da Grammatica portugueza**. São Luís: Typographia Nacional, 1829. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4393>. Acesso em: 09 jun. 2022.

FARIA, M. D. **Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

Disponível em:

https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1366355/drg1366355.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

FEIJÓ, J. de M. M. **Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa**. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/13>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FRANCO, F. A. C. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil** (séculos XVI, XVII e XVIII). São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. Disponível em: <https://archive.org/details/dicionario-bandeirantes-e-sertanistas>. Acesso em: 05 abril 2023.

GLOSSÁRIO DE HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA. Disponível em:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/14-verbetes-iniciados-em-c/734-concilio-de-trento-1545-1563> . Acesso em: 5 abr. 2023.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Ave Maria, 1979.

MORAES SILVA, A. de. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora – Empreza Literaria Fluminense, 1890. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242523>. Acesso em: 01 fev. 2021.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955. Disponível em: https://falaminhalingua.com/wp-content/uploads/2018/09/edoc-site_dicionario-etimologico-da-lingua-portuguesa-anteno.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

NUNES, V. M.M. **Glossário de termos sobre religiosidade**. Aracaju: Tribunal de Justiça e Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, 2008.

OLIVEIRA, F. de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: e[m] casa d’Germão Galharde, 1536. Disponível em: <http://purl.pt/120>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1493-1590**. Vol. I. Recife, Arquivo Público Estadual, 1951. 644 p.

RITUALE ROMANUM - Editio princeps. ed. anastatica / introduzione e appendice a cura di Manlio Sodi, Juan Javier Flores Arcas; presentazione di Achille M. Triacca. Città del Vaticano: Libreria editrice vaticana, 2004 [1604].

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, p.158-161, 2009.

VÉRA, Á. F. **Orthographia ou modo para escrever certo a língua portuguesa**. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631. Disponível em: <http://purl.pt/12>. Acesso em: 1 fev. 2021.

VERNEY, L. A. **Verdadeiro método de estudar**: para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <http://purl.pt/118>. Acesso em: 01 fev. 2021.

Fonte eletrônica

ANTHONY, L. Lawrence Anthony Website (AntConc). Disponível em: <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/index.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Referências

ACIOLI, V. L. C. **A Escrita no Brasil Colônia**. Recife: FUNDAJ, Massangarana, UFPE, Universitária, 1994.

ALI, M. S. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ANDRADE, M. L. C. V. O.; GOMES, V. S. Tradições discursivas: reflexões conceituais. In: CASTILHO, A. T.; ANDRADE, M. L. C.V. O.; GOMES, V. S. (orgs.). **História do português brasileiro**: tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos. São Paulo: Contexto, 2018, v. 7.

ARRAES, D. E. A. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 47-77, jul./dez. 2013.

ARRAES, D. E. A. "Curral de reses, curral de almas: introdução à urbanização dos "certoens" das capitanias do Norte". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 51-77, jun. 2014.

ARRAES, D. E. A. **Ecos de um suposto silêncio**: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte (1666-1820). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ASSIS, L. B.; Silva, J. A. A. Assentos de casamentos do sertão do São Francisco (1719-1753): considerações sobre os sinais diacríticos agudo, circunflexo e til. **A Cor Das Letras**, v. 22, n. 1, p. 370-389, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/5880/6076>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ASSIS, L. B.; Silva, J. A. A.; PACHECO, V. “Honde he o contrahente natural emorador”: emprego do h em assentos de casamentos do século XVIII. **Revista Philologus**, v. 27, n. 79 Supl., Rio de Janeiro: SENEFIL, 2021. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/80>. Acesso em: 13 jan. 2022. Acesso em: 13 jan. 2022.

ASSIS, L. B.; Silva, J. A. A.; PACHECO, V. Uso de abreviaturas em um livro de assentos de casamentos do século XVIII do sertão de baixo do Rio São Francisco. **Prolíngua**, v. 16, n. 1, p. 229-243, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/58782>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ASSIS, L. B.; SILVA, J. A. A.; PACHECO, V. “Onde são naturaes emoradores”: tradições discursivas em assentos de casamentos dos séculos XVIII e XIX em diferentes idiomas.

Revista Diálogos, v. 10, n. 3, ago./dez. 2022. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/14106>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ASSIS, L. B.; SILVA, J. A. A.; PACHECO, V. Variação das vogais pretônicas em assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 23, n. 2, p. 185-207, 2022. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/191094/183930>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ASSIS, L. B.; SILVA, J. A. A.; PACHECO, V. Tradições Discursivas e os assentos de casamentos do sertão do São Francisco dos setecentos e oitocentos. **MATRAGA**, v. 30, p. 59-72, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/68687>.

Acesso em: 30 jan. 2023.

ASSIS, L. B.; SILVA, J. A. A. ; PACHECO, V. Assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Francisco do século XVIII: análise da habilidade dos *scriptores*. In: CARVALHO, C. S.; ARAÚJO, S. S. F.; DIAS, V. C. (org.). **A sociolinguística no Nordeste**: diferentes abordagens. São Paulo: Pá de Palavra, p. 136-160, 2023. Disponível em:

https://www.dropbox.com/s/pq8ywkr0xquwpb1/A_sociolinguistica_no_nordeste.pdf?dl=0. Acesso em: 01 jul 2023.

AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BACELLAR, C. Uso e mal uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 23-79.

BARROS, J. D'A. **Fontes Históricas** – introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BARREIROS, L. L. S. **O vocabulário de Eulálio Motta**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BASSETTO, B. F. **Elementos de filologia românica**: história interna das línguas românicas. São Paulo: EDUSP, 2016. v. 2.

BASSANESI, M. S. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p.140-193, 2009.

BASTOS, A. K. P. H. **Anúncios de escravos**: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais do Recife. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BELLOTTO, H. L. Estudo diplomático da Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1751, relativa ao Regimento das Casas de Fundação de Minas. **Vária História**: Revista do Departamento de História, n. 21, p. 274-294, 1999.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BELLOTTO, H. L. Documento de arquivo e sociedade. **Ciências x Letras**. Revista da Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, p. 167, 2002.

BELLOTTO, H. L. Diplomática e tipologia documental. *In*: **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 45-63, 2004

BENÇAL, D. R. **Registros escritos paranaense dos séculos XVIII e XIX**: um estudo sobre o alçamento das médias pretônicas <E> e <O>. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

BERGS, A. **Social networks and historical sociolinguistics**: studies in morphosyntactic variation in the Paston letters, 1421-1503. Walter de Gruyter, 2005.

BERGS, A. The Uniformitarian Principle and the Risk of Anachronisms in Language and Social History. *In*: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. **The handbook of Historical Sociolinguistics**. Wiley-Blackwell, p. 106-122, 2012.

BERWANGER, A.; LEAL, J. E. F. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BIBER, D. **Variation across speech and writing**. Nueva York: Cambridge University Press, 1988.

BICALHO, M. A. O. **Eu escrevi aescrevi**: análise das partículas discursivas jurídicas de um processo criminal do século XIX, à luz da linguística textual de base coseriana. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013

BÜRKI, Y. Rasgos de la inmediatez comunicativa en «Notas de viaje» de La Época. *In*: VICTORIA, B.; CORDONE, G.; TORRE, M. (ed.). **En pos de la palabra viva**: huellas de la oralidad en textos antiguos. Estudios en honor al profesor Rolf Eberenz. Bern: Peter Lang, 2012. p. 423-441.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTILHO, A. T.; ANDRADE, M. L. C.V. O.; GOMES, V. S. (org.). **História do português brasileiro**: tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos. São Paulo: Contexto, 2018. v. 7.

CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D.; LOPES, C. (org.). **Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica**. Madrid: Iberoamericana, 2006.

CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolingüística Histórica**. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

COSERIU, E. **El hombre y su lenguaje**. Estudios de teoría y metodología lingüística. Madrid: Editorial Gredos, 1977.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança linguística. Tradução Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: EDUSP, 1979.

COSERIU, E. **Lições de Linguística Geral**. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COSERIU, E. **La competencia lingüística**. Elementos de la teoría del hablar. Madrid: Gredos, 1992.

COSERIU, E. **A língua literária**. Agália, v. 41, p. 57-60, 1995.

COUTINHO, I. L. **Gramática histórica**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem. Gênero. Sexualidade**. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FONSECA, M. C. de A. P. **Caracterização linguística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FRAGOSO, J. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; SAMPAIO, A. C. J. **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII**: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

GALLEGOS SHIBYA, A. La compleja relación entre tradiciones discursivas y estilo. **Revista da ABRALIN**, v.19 n. 3, p. 568-581, 2020.

GALVES, C.; LOBO, T. Os clíticos pronominais. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). **O português escrito por afro-brasileiros no século XIX**: as atas da Sociedade protetora dos Desvalidos. Salvador: EDUFBA, 2019.

GODOY, L. **Os verbos recíprocos no PB**: interface sintaxe-semântica lexical. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GOMES, V. S. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos**: da forma ao sentido. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GOMES, V. S.; ZAVAM, A. Diálogos entre estudos em tradições discursivas no Nordeste. *In*: ATAÍDE, C. *et al.* (org.). **Cartografia GelNE: 20 anos de pesquisas em Linguística e Literatura - Volume II**. Campinas: Pontes Editores, 2019.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. **The handbook of Historical Sociolinguistics**. Wiley-Blackwell. 2012.

IRINEU, L. M. **Latinidade e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI**: vestígios de mudança e traços de permanência. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

JACOB, D; KABATEK, J. (ed.). **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica**. Frankfurt am Main: Vervuert: Iberoamericana, 2001.

KABATEK, J. ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales?: el ejemplo de los textos jurídicos castellanos. *In*: JACOB, D.; KABATEK, J. **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península ibérica**. Madrid: Iberoamericana, p. 97-132, 2001.

KABATEK, J. La lingüística románica histórica: tradición e innovación en una disciplina viva. **La Corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures**. v. 31, n. 2, p. 35-40, 2003.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval. **Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispaniques Médiévales**, v. 27, p. 249-62, 2004a.

KABATEK, J. Sobre a historicidade de textos. Tradução de José da Silva Simões. **Linha d'água**, São Paulo, n. 17, p. 157-170, abr. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p157-170>. Acesso em: 30 abr. 2022.

KABATEK, J. Tradições Discursivas e Mudança Linguística. *In*: LOBO, T. *et al.* (org.). **Para a História do Português Brasileiro**. vol. 6: Novos dados, novas análises, tomo 2. Salvador: EDUFBA, p. 505-527, 2006.

KABATEK, J. (Org.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2008.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. *In*: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., RIBEIRO, S. (org.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, p. 579-588, 2012.

KABATEK, J. **Linguística coseriana, linguística histórica, tradiciones discursivas**. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2018.

KABATEK, J. Discourse traditions and the historicity of language: discourse traditional knowledge and discourse universes. *In*: Winter-Froemel, E.; HUERTA, A. S. O. T. **Manual of Discourse Traditions in Romance**. Berlín, De Gruyter, 2022.

KEMMLER, R. Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até a reforma ortográfica de 1911. **Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa**, 2001.

KEWITZ, V.; SIMÕES, J. S. O corpus do Projeto Para a História do Português Brasileiro: a constituição de corpora históricos baseada em critérios de Tradições Discursivas. In: CASTILHO, A. T. de (org.). **História do Português Brasileiro**, vol. 2: Corpus Diacrônico do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, p. 208-243, 2019.

KOCH, P. Tradições Discursivas: de seu status linguístico-teórico e de sua dinâmica. Tradução realizada por Alessandra Castilho da Costa a partir do original Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (ed.). **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tübingen: Narr, p. 43-79, 1997 [1987].

KOCH, P.; ÖESTERREICHER, W. **Lengua hablada en la Romania**: español, francés, italiano. Madrid: Gredos, 2007 [1985].

KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, J. (Org.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid: Iberoamericana Vervuert, p. 53-87, 2008.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**: internal factors. Oxford-UK; Cambridge-MA: Wiley-Blackwell, 1994.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. **Introducción a los estudios históricos**. Traducción de Jaime Lorenzo Miralles. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante, 2003 [1898].

LAURINDO, H. A. **O percurso histórico-discursivo do gênero anúncio publicitário em jornais de Fortaleza dos séculos XIX e XX**: entre recorrências, variações e transgressões. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

LIMA, S. O. **“O ardente desejo de ser livre”**: escravidão e liberdade no sertão do São Francisco (Carinhanha, 1800-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História: Salvador, 2017.

LIMA IRMÃO, J. B. **Capítulos da história do Nordeste** – fatos que a história oficial não conta ou conta pela metade. Salvador: JM Gráfica & Editora, 2020.

LONGHIN, S. R. **Tradições discursivas**: conceito, história e aquisição. São Paulo, 2014.

LOSE, A. D.; SILVA, J. A. A.; MAZZONI, V. S. A pesquisa nos acervos Eclesiásticos de Salvador: análise sócio-histórica de um Ata de 1933. In: LOPES, Norma da Silva; BULLHÕES, Lígia Pelon de Lima; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus (org.). **Salvador, sob o olhar da Sociolinguística**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013. v. 1. p. 109-142.

LOSE, A. D. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? **Revista Abralin**, v. 16, n. 12, p. 71-86, jan./fev./mar./abr., 2017. Disponível em: <http://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/463>. Acesso em: 30 nov. 2022.

LOSE, A. D. Revisitando o meu acervo: um retorno (ou uma releitura) sobre a pesquisa no acervo do poeta baiano Arthur de Salles. In: Lose *et al.* **Pesquisando acervos**. Salvador: Memória & Arte, 2020.

LOUREDA LAMAS, O. **Introducción a la tipología textual**. Madrid: Arco/Libros, 2003.

LOUREDA, O; SCHROTT, A. **Manual de linguística de hablar**. Boston/ Berlim: De Gruyter, 2021.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

MATOS, P. T.; SOUSA, P. S. A estatística da população na América Portuguesa, 1750-1820. **Revista de Historia y arqueología desde el Caribe colombiano**, Barranquilla, ano 11, n. 25, jan/abr, 2015. Disponível em: <http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/memorias/article/view/6915/6715>. Acesso em: 28/09/2021.

MATTOS E SILVA, R.V. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, R.V. **O português arcaico – fonologia, morfologia e sintaxe**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019 [2006].

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia século XIX - uma província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MAZZONI, V. S. Estudos em acervos documentais: quando o acervo não está instituído e quando não está inventariado – dificuldades e facilidades. In: LOSE *et al.* **Pesquisando acervos**. Salvador: Memória & Arte, 2020.

MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NICOLAU, R. B. F. **Forma e sentido: a arquitetônica dos anúncios na imprensa paraibana do século XIX e XX**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

NOGUEIRA, G. A. **“Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no “Certam de Cima do Sam Francisco” (1730-1790)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

NUNES, J. J. **Compêndio da Gramática Histórica Portuguesa**. 5.ed. Lisboa: Clássica, 1945.

NUNES, M. T. **Sergipe Colonial I**. 2. ed. São Cristóvão: editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

OESTERREICHER, W. Lo hablado em lo escrito: reflexiones metodológicas y aproximación a uma tipología. In: KOTSCHI, T.; OESTERREICHER, W.; ZIMMERMANN, K. (ed.). **El español hablado y La cultura oral em Espana y Hispanoamerica**. Frankfurt am Main: Verwuert; Madrid: Iberoamericana, 1996.

OESTERREICHER, W. **Zur Fundierung von Diskurstraditionen**. En B. Frank, T. Haye y D. Tophinke (dirs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*, 1997. p. 19-4.

OESTERREICHER, W. La ‘recontextualización’ de los géneros medievales como tarea hermenéutica. In: JACOB, D.; KABATEK, J. (ed.). **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica**: descripción gramatical – pragmática histórica – metodología. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2001. p. 199-232.

OESTERREICHER, W. Dinámica de estructuras actanciales en los Siglos de Oro: el ejemplo del verbo encabargar. In: KABATEK, J. **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2008. p. 225-248.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Linguística histórica. In: PFEIFFER, C. C.; NUNES, J. H. (org.). **Introdução às ciências da linguagem**: linguagem, história e conhecimento. Campinas: Pontes, 2006.

PERAFÁN, M. E. V.; OLIVEIRA, H. **Território e Identidade**. Coleção Política e Gestão Culturais. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. P55 Edições: Salvador, BA, 2013.

PETRUCCI, A. **Prima lezione di Paleografia**. Roma: Editori Laterza, 2002.

RAMALHO, V. H. B. **Sistema de demonstrativos no português brasileiro e no espanhol mexicano sob a perspectiva das tradições discursivas**: gênero notícia e romance. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

REBOUÇAS, A. C. R. N. **Tradições discursivas do editorial no Jornal O Mossoroense**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ROMAINE, S. **Socio-Historical Linguistics: its status and methodology**. Cambridge University Press, 2009 [1982].

RUIZ GARCIA, E. **Introducción a la Codicología**. Madrid: Fund. Germán Sánchez Ruipérez, 2002.

SANTANA, N. P. **Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco** (Urububa, 1840 a 1880). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2012.

SANTANA, N. P. **Negras comunidades**: ocupação de terras por escravos e libertos nas fazendas pecuaristas do sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1880-1930). Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História: Salvador, 2022.

SANTOS FILHO, L. **Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo** – aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, G. A. M. **Política Tridentina e Política Pombalina**: as características das ordenações de padres em Pernambuco na segunda metade do século XVIII. II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais. Salvador: 2013.

SANTOS, H. R. dos. **História de Carinhanha**. 4º v. Guanambi: Gráfica Papel Bom, 2006.

SANTOS, J. C. **Negros(as) da Guiné e de Angola**: nações africanas em Sergipe (1770-1835). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Salvador, 2014.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHILIEBEN-LANGE, B. **História do falar e história da linguística**. Tradução de Fernando Tarallo et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SCHROTT, A. Las tradiciones discursivas. In: LOUREDA, O.; SCHROTT, A. **Manual de linguística de hablar**. Boston/ Berlín: De Gruyter, 2021. p. 499-540.

SILVA, C. C. **Os segadores e a messe**: o clero oitocentista na Bahia. Salvador: SCT/EDUFBA, 2000.

SILVA, E. A.V. **A elite setecentista instruída em Sergipe del Rey (1725-1800)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SILVA, J. A. A. O estado da língua portuguesa num documento do século XVIII: abordagem sócio-histórica de fenômenos linguísticos do Livro das Monjas. In: CAMBRUSSI, M. F.; ARAGÃO NETO, M. M. (org.). **Léxico e Gramática**. Curitiba: CVR, 2011. v. 1, p. 237-262.

SILVA, L. B. D. **Carta-crônica**: uma tradição discursiva no jornalismo potiguar. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SIMÕES, J. S. **Sintatização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIMÕES, J. S.; COSTA, A. C. As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos. In: BASSANEZI, M. S. C. B.; BOTELHO, T. R. (org.). **Linhas e entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009. p. 35-58.

SOUZA, J. E. **Carinhanha**: no médio São Francisco (rumo ao velho oeste). Meta Indústria Gráfica, 1988.

SOUZA, J. E. **Do rio Carinhanha à Serra do Ramalho** (raízes e histórias de Feira da Mata) (Oeste da Bahia). Brasília: Arte e Movimento, s/da.

SOUZA, J. E. **Do São Francisco à Serra do Ramalho**: a nova Canabrava. Belo Horizonte: Precisa Editora, 1991.

SOUZA, J. E. **O sertão de Cocos na Bahia**: uma miragem no Oeste. Brasília: Arte e Movimento, s/db.

SOUZA, J. E. Presença negra no Médio São Francisco. *In*: SOUZA, J. E. **Raízes e histórias**: a saga de viver I – a religião do povo. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 29-37.

SOUZA, J. E.; ALMEIDA, C. D. **Comunidades rurais negras Rio das Rãs - Bahia**. Documentário. DF: Arte e Movimento, 1994.

SOUZA, J. E.; CERQUEIRA, P. C. L. Presença negra no Médio São Francisco. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v.106, p. 61-73, 1986.

SPINA. S. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Ed. Cultrix. 1977.

VERCEZE, R. M. A. N. A Pragmática de J. L. Austin. **Revista Philologus**, v. 19, 2013.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. *In*: SOUZA, L. M. **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WILLIAMS. E. B. **Do latim ao português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Trad. Antônio Houaiss. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

ZAVAM, S. A. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editorias de jornal. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.